ALTERIDADES

NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Interseccionalidades, trajetórias e desigualdades nos *Brasis Preteridos*



Renata Barreto Malta | Katarini Miguel
Rosane Steinbrenner | Vilso Junior Santi (Orgs.)

telha

ALTERIDADES

NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ALTERIDADES

NA PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Interseccionalidades, trajetórias e desigualdades nos *Brasis Preteridos*

Renata Barreto Malta | Katarini Miguel
Rosane Steinbrenner | Vilso Junior Santi (Orgs.)

telha

©Renata Barreto Malta
Editora Telha
Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Conselho Editorial
Dra. Ana Paula P. da Gama A. Ribeiro; Dra. Camila Gui Rosatti; Dra. Carolina B. de Castro Ferreira; Dr. Daniel Moutinho; Dr. Hamilton Richard A. F. dos Santos; Dr. Jonas M. Sarubi de Medeiros; Dra. Larissa Nadai; Dra. Ludmila de Souza Maia; Dra. Maria do Carmo Rebouças; Dr. Nathanael Araújo da Silva; Dra. Priscila Erminia Riscado; Dr. Rafael França Gonçalves dos Santos; Dr. Rodrigo Charafeddine Bulamah; Dra. Silvia Aguião.

Produção Editorial
Publisher: Douglas Evangelista
Gerente Editorial: Mariana Teixeira
Coordenação Editorial: Matheus Viana
Revisão do texto: Matheus Viana
Capa: Fernando Campos (imagem de capa gerada por IA generativa)
Diagramação: Rennan Andrade

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A466

Alteridades na pós-graduação em comunicação: interseccionalidades, trajetórias e desigualdades nos Brasis preteridos [recurso digital] / Organização de Renata Barreto Malta, Katarini Miguel, Rosane Steinbrenner, et al. – Rio de Janeiro: Telha, 2026.

Outro organizador: Vilso Junior Santi.

12500 Kb.

ISBN 978-65-5412-970-1 (e-book)

1. Pós Graduação em Comunicação. I. Malta, Renata Barreto (Organizadora). II. Miguel, Katarini (Organizadora). III. Steinbrenner, Rosane (Organizadora). IV. Título.

CDD 378.155

Índice para catálogo sistemático
I. Pós Graduação em Comunicação

Editora Telha
Rua Uruguai 380, Bloco E, 304
Tijuca, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20.510-052
Telefone: (21) 2143-4358
e-mail: contato@editoratelha.com.br
Site: www.editoratelha.com.br

SUMÁRIO

Coleção *Tuna'Po'tîrî* — Comunicação e Saberes Amazônicos 7

Sobre os/as organizadores/as 20

Sobre os/as autores/as 22

Prefácio — Como trilhar um longo caminho quando nossos sapatos estão repletos de seixos? 27
Fabiana Moraes

Apresentação 31
Rede Alteridades

Introdução 34
Rede Alteridades

PARTE 1
Panorama inicial: marcadores sociais e deslocamentos nos PPGCOMs dos Brasis Preteridos

Alteridades geográficas nos Brasis Preteridos: desafios da pós-graduação em Comunicação 41
Sonia Aguiar e Eloy Vieira

Cenário de alteridades entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA: questões de raça e gênero em destaque 57
Rosane Steinbrenner, Raissa Lennon Sousa e Lígia Isis Pinto Bernar

Formação, desigualdades e permanência: O PPGCOM–UFS como campo de pesquisa 77
Renata Barreto Malta, Raquel Carriço Ferreira e Aianne Amado

Alteridade no PPGCOM–UFMS: trajetória de mestres e mestrandos/as 95
Katarini Miguel e Mario Luiz Fernandes

Interseccionalidade no PPGCOM–UFRR: um olhar acerca de discentes e egressos/as 109
Vilso Junior Santi, Jússia Carvalho Ventura e Amanda Larissa de Mesquita

Verbete “Interseccionalidade” 124
Renata Barreto Malta

Verbete “Alteridades geográficas” 126
Sonia Aguiar

Verbete “Brasis preteridos” 129
Sonia Aguiar

PARTE 2
Quando o campo acontece: o fazer coletivo da Rede Alteridades

Entre o procedimental e o sensível: trajetórias e práticas da Rede Alteridades 134
Renata Barreto Malta e Eloy Vieira

O que se ouve quando se escuta: etnografia da afetação da pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos 166
Jússia Carvalho Ventura

Posfácio — Assimetrias regionais e desafios interseccionais na pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos 190
Rede Alteridades

Coleção *Tuna'Po'tîrî* — Comunicação e Saberes Amazônicos



É com muita alegria que a presente obra, por aproximações e sinergias diversas, integra a Coleção *Tuna'Po'tîrî* — Comunicação e Saberes Amazônicos. Do ponto de vista geográfico-territorial, dois dos Programas de pós-graduação em Comunicação que integram a *Rede Alteridades* situam-se no espaço amazônico (PPGCOM–UFPA e PPGCOM–UFRR) e, portanto, vivenciam a complexidade plural e singular que é fazer pesquisa e formar novos/as pesquisadores/as na área, numa região tida recorrentemente periférica, parcela generosa dos chamados por nós, desde o título, de Brasis preteridos.

A Amazônia tem sido continuamente apontada, ao longo dos últimos dois séculos, como fronteira inóspita (lugar a ser explorado e território a ser descoberto) — terra de exotismos que tem como marca a diferença do que é, afinal, "ser ocidental". Tal percepção não é novidade. Da mesma forma que não soam novas as críticas (acadêmicas ou não) a este olhar estereotipado. Se esta visão ainda persiste (derivada das marcas naturais da região), é porque ela é tributária da matriz representacional hegemônica que é acionada para falar do amazônico. Nela, a floresta e os grandes rios são uma constante e, mesmo quando ausentes, tornam-se parâmetros para definir o que seria (de direito e de fato) a Amazônia.

A distância (física ou imaginária) da Pan-Amazônia em relação aos demais centros de produção de cultura e conhecimentos, admitimos, ajuda a consolidar a percepção de que, nestes campos, a região é ainda periferia. Não nos perturba tal distinção: nos potencia! Acreditamos que os estereótipos estão aí para serem questionados (ou superados); e que as periferias do Ocidente estão aí (justamente) para potencializar as novidades nos modos de conhecer — algo já dito inclusive.

Cremos, por isso, que é inteligente apostar (alto) nos Saberes Amazônicos e nos seus circuitos (ditos) periféricos. Apostar no "ser diferente"; no "fazer diferente"; no "viver diferente"; no pensamento ameríndio e nas demandas naturais, como potência recorrente, capaz de abastecer inúmeros projetos e converter qualquer sujeito-objeto em sujeito de sua própria investigação — original e originária.

É esta "originariedade" que a Coleção *Tuna'Po'tîrî* busca alcançar. "Originariedade" relacionada a questões como, por exemplo: existem contribuições amazônicas para construção (originária) de conhecimentos científicos? Há contribuições amazônicas para a construção (originária) de conhecimentos científicos em Comunicação e suas interfaces? De que comunicação falamos na Pan-Amazônia?

Se não é ocidental, mas ameríndia; se tem na natureza seu principal fator de particularização; se constitui modos ímpares de perceber, ser e estar no mundo… não seria o modo amazônida de conhecer uma lufada renovadora nos próprios modos de conhecer?

A Coleção *Tuna'Po'tîrî*, pensada na Amazônia por um grupo heterogêneo de sujeitos, em diálogo com as mais diferentes áreas do conhecimento, pretende acionar investigadores e investigações que comungam interesses (embora de distintos nuances) e que se encontrem nas ideias de Comunicação e de Amazônia.

A pretensão é que a Coleção *Tuna'Po'tîrî* potencie um novo diálogo e contribua com um sopro de originalidade (ou "originariedade"), articulando qualidade e criatividade no modo de pensar a Comunicação na e sobre a Amazônia. Uma pretensão que ganha materialidade no próprio nome da Coleção: *Tuna'Po'tîrî* faz referências aos "rios voadores" de chuvas que partem da Amazônia para abastecer o centro-sul da América.

A expressão, embora de uso recente na língua Macuxi[1], resgata o sentido de "chuva forte que vem ao longe". Numa tradução literal, *Tuna'Po'tîrî* refere-se às "nuvens-mães e tuxauas das águas".

Coordenação

Vilso Junior Santi
Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM/UFRR-Brasil).
E-mail: vjrsanti@gmail.com

1 O povo indígena Macuxi é uma etnia que pertence ao tronco linguístico Caribe, sendo a predominante em Roraima, no extremo norte do Brasil. Além de Roraima, hoje também há Macuxis habitando os territórios do *circum (Monte) Roraima* na Venezuela e na Guiana Inglesa. Para conhecer mais sobre os Macuxi, visite o site "Povos indígenas no Brasil", mantido pelo Instituto Socioambiental (ISA). Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/povo/macuxi/734.

Francisco Gilson Rebouças Pôrto Júnior
Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE/UFT–Brasil).
E-mail: gilsonportouft@gmail.com

Leila Adriana Baptaglin
Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio, Arte e Cultura na Amazônia (GPAC/UFRR–Brasil).
E-mail: leila.baptaglin@ufrr.br

Netília Silva dos Anjos Seixas
Grupo de Pesquisa Comunicação, Linguagens, Discursos e Memórias na Amazônia (PPGCOM/UFPA–Brasil).
E-mail: netiliaseixas@gmail.com

Sandro Adalberto Colferai
Grupo de Pesquisa em Ecossistemas Comunicacionais (COMTATOS/UNIR–Brasil).
E-mail: sandrocolferai@gmail.com

Conselho Editorial

Adrián José Padilla Fernández
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/UNESR–Venezuela).

Akima Mc Pherson
Faculty of Education and Humanities (FEH/UOG–Guyana).

Alda Cristina Silva da Costa
Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (NARRAMAZÔNIA/UFPA–Brasil).

Alfredo Antonio Gómez Mallea
Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación (CIBEC/UASB–Bolivia).

Allan Soljenitsin Barreto Rodrigues
Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (TROKANO/UFAM–Brasil).

Allysson Viana Martins
Grupo de Pesquisa em Mídias Digitais e Internet (MIDI/UNIR–Brasil).

Ana Alejandrina Reyes Páez
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/UNEARTE–Venezuela).

André Luis Campanha Demarchi
Núcleo de Estudos e Assuntos Indígenas (NEAI/UFT–Brasil).

Antônio Carlos Sardinha
Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares em Cultura e Políticas Públicas (GCPP/UNIFAP–Brasil).

Carlos Alberto Larrea Naranjo
Observatorio Latino e Iberoamericano de Convergencias Mediáticas (OBLICOM/UNACH–Ecuador).

Carlos Andrés Tobar Tovar
Grupo de Estudios Procesos y Medios de Comunicación (PROMECOM/JAVERIANA. Cali–Colombia).

Carlos Jorge Barros Monteiro
Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Amazônia (TROKANO/UFAM. Parintins–Brasil).

Célia Regina Trindade Chagas Amorim
Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (MACAM/UFPA–Brasil).

Clémence Ogeron
Laboratoire Ecologie, Evolution, Interactions des Systèmes Amazoniens (LEEISA/UGUY–Guyana.FR).

Cristina Soledad Paredes Rivadeneira
Facultad de Comunicación Social (FACSO/UCE–Ecuador).

Cristóvão Domingos de Almeida
Grupo de Pesquisa Conhecimento, Saberes e Modos de Comunicação (MULTIMUNDOS/UFMT–Brasil).

Cynthia Mara Miranda
Grupo de Pesquisa Comunicação, Direitos e Igualdade (CODiG/UFT–Brasil).

Dalton Marcelo Pardo Enriquez
Grupo de investigación Plurinacionalidades y Conocimientos Ancestrales (PLURI/UEA–Ecuador).

Damien Davy
Observatoire Hommes Milieux Oyapock (OHM/UGUY–Guyana.FR).

Denise Hopkinson Braam
Centre for Communication Studies (CCS/UOG–Guyana).

Divha Alejandra Gantier Mita
Autoridad Plurinacional de la Madre Tierra (APMT/UCB–Bolivia).

Dora Estella Muñoz Atillo
Programa de Comunicación Propia Intercultural (PCPI/UAIIN–Colombia).

Edgar Monteiro Chagas Junior
Grupo de Pesquisa Patrimônio Cultural e Representações do Lugar (BATUQUES/UNAMA–Brasil).

Elaide Martins da Cunha
Grupo de Pesquisa Interações e Tecnologias na Amazônia (ITA/UFPA–Brasil).

Elaine Javorski Souza
Grupo de Estudos sobre Mídia e Alteridade (ALTERMÍDIA/UNIFESSPA–Brasil).

Enoc Moisés Merino Santi
Grupo de investigación Cartografía Social e Política de la Amazonía (CSPA/UEA–Ecuador).

Eric Jagdew
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Erick Rolando Torrico Villanueva
Centro Interdisciplinario Boliviano de Estudios de la Comunicación (CIBEC/UASB–Bolivia).

Erinso Yarid Díaz Rodríguez
Grupo de Investigación Comunicación Comunitaria y Participación Política (GCPP/USCO–Colombia).

Esperanza Pinto Sardón
Instituto de Investigación Posgrado e Interacción Social en Comunicación (IPICOM/UMSA–Bolivia).

Estevão Rafael Fernandes
Laboratório Amazônico de Estudos em América Latina (LABLAT/UNIR–Brasil).

Eva González Tanco
Grupo de Estudios Culturales y de la Comunicación (ECCO/UNICAUCA–Colombia).

Fernanda Ribeiro de Salvo
Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Representação (COMCULT/UFAC–Brasil).

Fernando Herminio Ortiz Vizuete
Centro de Investigación y Nuevos Estudios sobre Cine (CINECTART/UCUENCA–Ecuador).

Flávia de Almeida Moura
Núcleo de Estudos em Estratégias de Comunicação (NEEC/UFMA–Brasil).

Francielle Maria Modesto Mendes
Grupo de Pesquisa Mídias, Imaginário e Representação: uma Cartografia das Amazônias (MIRCA/UFAC–Brasil).

Francisco Aquinei Timóteo Queirós
Grupo de Pesquisa Narrativa, Literatura e Jornalismo (NALIJOR/UFAC–Brasil).

Françoise Grenand
Observatoire Hommes Milieux Oyapock (OHM/UGUY–Guyana.FR).

Franklin Martín Cornejo Urbina
Escuela Profesional de Periodismo (ECP/UARM–Perú).

Gabriela Milagros Pacheco Dávila
Grupo de Investigación en Procesos Comunicacionales y Epistemología (PROCESSOCOM/U.LIMA–Perú).

Guillaume Odonne
Laboratoire Ecologie, Evolution, Interactions des Systèmes Amazoniens (LEEISA/UGUY–Guyana.FR).

Handerson Joseph
Laboratório de Estudos Etnográficos (LAET/UNIFAP–Brasil).

Ingrid Gomes Bassi
Grupo de Pesquisa Discursividade e Estudos das Comunicações Contemporâneas (DISCOM/UNIFESSPA–Brasil).

Isabel Regina Augusto
Grupo de Pesquisa Cultura, Comunicação, Arte e Sociedade (CUCAS/UNIFAP–Brasil).

Jack Menke
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Jacques Beauchêne
Laboratoire Ecologie, Evolution, Interactions des Systèmes Amazoniens (LEEISA/UGUY–Guyana.FR).

Janine de Kássia Rocha Bargas
Núcleo de Pesquisa em Comunicação e Política (NUCOMP/UNIFESSPA–Brasil).

Jenny Johns Christopher
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Jhony Raúl Carhuallanqui Carhuamaca
Facultad de Ciencias de la Comunicación (FCC/UNCP–Perú).

João Nunes da Silva
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (SEXCORP/UFT–Brasil).

Jorge Agurto Aguilar
Servicios de Comunicación Intercultural (SERVINDI/GTV–Perú).

José Lauro Martins
Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE/UFT–Brasil).

José Tarcísio Oliveira Filho
Laboratório Lugares e Espaços Contemporâneos: Jornalismos, Migrações e Audiovisual (LUGARES/UFRR–Brasil).

Juan Fernando Muñoz Uribe
Grupo de Investigación Educomunicación y Media Literacy (EDUCOM/UPB–Colombia).

Juliano José de Araújo
Grupo de Pesquisa e Extensão em Audiovisual (GPEA/UNIR–Brasil).

Julio Adolfo Bravo Mancero
Grupo de Investigación en Medios y Artes Narrativas e Interactivas (MANICECDE/UNACH–Ecuador).

Karina Olarte Quiroz
Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación (ABOIC/UCB–Bolivia).

Keshia Braithwaite
Centre for Communication Studies (CCS/UOG–Guyana).

Leila Lima de Sousa
Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Sociedade (COPS/UFMA. Imperatriz–Brasil).

Letícia Conceição Martins Cardoso
Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação (OBEEC/UFMA. Imperatriz–Brasil).

Li-Chang Shuen Cristina Silva Sousa
Laboratório Integrado de Pesquisas e Práticas Jornalísticas e Culturais (LABJOR/UFMA–Brasil).

Libio Palechor Arévalo
Programa de Comunicación Propia Intercultural (PCPI/UAIIN–Colombia).

Lucas Milhomens Fonseca
Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM/UFAM. Parintins–Brasil).

Luis Camilo Kunstek Salinas
Carrera Comunicación Social (CCS/UCB–Bolivia).

Luis Fernando Sarango Macas
Centro de Formación para Jóvenes Indígenas de Medios Comunitarios (CEFOR/PAW–Ecuador).

Maíra de Cássia Evangelista de Sousa
Grupo de Pesquisa Ubiquidade na Comunicação (UBICOM/UNAMA–Brasil).

Marc Pavé
Observatoire Hommes Milieux Oyapock (OHM/UGUY–Guyana.FR).

Marquis Alí León
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/ UNESR–Venezuela).

Nelson Russo de Moraes
Grupo de Pesquisa em Democracia e Gestão Social (GEDGS/UFT–Brasil).

Nelsonia Persaud Budhram
Centre for Communication Studies (CCS/UOG–Guyana).

Nishma Bharos
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Noel Padilla Fernández
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/ UNEARTE–Venezuela).

Norah Shallymar Gamboa Vela
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/ UNESR–Venezuela).

Paloma Mohamed
Centre for Communication Studies (CCS/UOG–Guyana).

Pâmela Saunders Uchôa Craveiro
Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (CICLO/ UFMT–Brasil).

Paulo Jorge Martins Nunes
Grupo de Pesquisa Academia do Peixe Frito (APF/UNAMA–Brasil).

Paulo Vitor Giraldi Pires
Grupo de Pesquisa em Comunicação, Mercado e Tecnologia (COMERTEC/ UNIFAP–Brasil).

Ramon Bezerra Costa
Grupo de Pesquisa Comunicação, Tecnologia e Economia (ETC/UFMA–Brasil).

Renan Albuquerque Rodrigues
Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM/ UFAM–Brasil).

Renata de Bies
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Rosane Maria Albino Steinbrenner
Grupo de Pesquisa Conflitos socioambientais, comunicação e resistências (PPGCOM/UFPA–Brasil).

Roseane Arcanjo Pinheiro
Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia e Memória (JOIMP/UFMA. Imperatriz–Brasil).

Roslin Khan
Faculty of Education and Humanities (FEH/UOG–Guyana).

Rudi Henri Van Els
Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Energia (JIPE/UNB–Suriname).

Ruth Irene Arias Gutiérrez
Grupo de Investigación Análisis Territorial e Gestión Ambiental con Conocimiento Indígena (ATEGACI/UEA–Ecuador).

Samilo Takara
Grupo de Pesquisa em Estudos Culturais e Educação Contemporânea (GEPECEC/UNIR–Brasil).

Sara Karenina Pizarro Lozano
Facultad de Ciencias y Artes de la Comunicación (FACACO/PUCP–Perú).

Seon Quamina Hamer
Faculty of Earth & Environmental Sciences (FEES/UOG–Guyana).

Sonia Uruburu Gilède
Grupo de Investigación Comunicación, Paz/Conflicto (GICPC/USTA–Colombia).

Soriany Simas Neves
Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cotidiano na Floresta (COMMUNITAS/UFAM.Parintins–Brasil).

Stéphane Granger
Institut des Hautes Etudes de Guyane (IHEG/UGUY–Guyana.FR).

Tamires Ferreira Coêlho
Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Cidadania (CICLO/UFMT–Brasil).

Telma Kotzebue
Cultureel Centrum Brazilië–Suriname (CCBS/UVS–Suriname).

Theleisha de Souza
Centre for Communication Studies (CCS/UOG–Guyana).

Thelmy Maria del Carmen Mendoza Michilot
Facultad de Comunicación (FACOM/U.LIMA–Perú).

Tibisay León Rodríguez
Centro de Experimentación para el Aprendizaje Permanente (CEPAP/UNESR–Venezuela).

Vângela Maria Isidoro de Morais
Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM/UFRR–Brasil).

Vânia Maria Torres Costa
Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (NARRAMAZÔNIA/UFPA–Brasil).

Wagner da Costa Silva
Grupo de Pesquisa Jornalismo, Culturas e Artes na Amazônia (JOCAM/UFAC–Brasil).

Willian Jairo Mavisoy Muchavisoy
Grupo de Investigación Educación Rural Intercultural (GIERI/UNICAUCA–Colombia).

Yvets Morales Medina
Núcleo Transmetodológico de Investigación de la Comunicación (YLLANAY/GTV–Ecuador).

Pareceres/Revisão por pares

Esta obra foi avaliada interna e externamente por pareceristas *ad hoc.*
Todos os textos foram avaliados e selecionados pelos/as organizadores/as da obra. Os comentários dos/as organizadores/as foram enviados aos autores/as, que, mediante aprovação, receberam tempo hábil para eventuais correções.
O livro foi também analisado e aprovado por externos/as, integrantes do **Conselho Editorial da Coleção *Tuna'Po'tîrî***, que consideraram a obra de grande valor para publicação.

Financiamento

Esta obra foi financiada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Edital Capes nº 37/2022 — PDPG/Alteridade na pós-graduação — https://www.gov.br/capes/pt-br

Projeto Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos "Brasis Preteridos" — Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Apoio

Esta obra foi apoiada pelo PPGCOM–UFS — https://ppgcom.ufs.br
Esta obra foi apoiada pelo PPGCOM–UFPA — https://ppgcom.ufpa.br
Esta obra foi apoiada pelo PPGCOM–UFMS — https://ppgcom.ufms.br
Esta obra foi apoiada pelo PPGCOM–UFRR — https://ufrr.br/ppgcom

Produção

Rede Alteridades — formada por pesquisadoras/es vinculadas/os aos PPGCOMs da UFS, UFPA, UFMS e UFRR e a partir da atuação dos Grupos de Pesquisa:
GP GENI — Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (CNPq/UFS)
GP Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências (CNPq/UFPA)
GP Comovi — Comunicação e Mobilização dos Movimentos Feministas (CNPq/UFMS)
GP AMAZOOM — Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (CNPq/UFRR).

Sobre os/as organizadores/as



Katarini Miguel

Docente no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPG-Com-UFMS). Bolsista do Programa de Pós-Doutorado Sênior (PDS-CNPq) no PPGCom-Unesp (2025). Líder do Grupo de Pesquisa "Comunicação e Mobilização dos Movimentos Feministas". Integrante do Grupo Executivo da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Mestre em Comunicação pela Unesp/Bauru (2009) e Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2014), com período de doutorado sanduíche na Universidade Complutense de Madri. Pesquisadora das epistemologias feministas, com foco nos midiativismos, jornalismos ambientais, com perspectiva de gênero e interseccionalidades.

E-mail: katarini.miguel@ufms.br



Renata Barreto Malta

Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível C de 2025 a 2028. Professora Associada do Departamento de Comunicação Social e do PPGCOM da Universidade Federal do Sergipe. Coordenadora no Grupo de Pesquisa GENI — Gênero e Interseccionalidades na Comunicação. Pós-doutorado na Universidad de Sevilla — España (2019) e em curso (2025/2026) na Universidad Autónoma de Yucatán (México). Pesquisadora bolsista do Programme Directeurs d'Études Associés DEA 2019, Fondation Maison des Sciences de l'homme, Paris, França. Doutora em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (2013), com período de doutorado sanduíche na Carleton University (Canadá). Tem experiência na área de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos de Gênero e interseccionalidades (classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade), Estudos Culturais e Comunicação Social, Representação social na mídia.

E-mail: renatamalta@academico.ufs.br.



Rosane Steinbrenner

Jornalista, possui doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e pós-doutorado na área da Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA — UFPA). É professora associada da Faculdade de Comunicação (FACOM/UFPA) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA). Estuda a relação entre comunicação, sociedade e natureza, numa perspectiva pós-colonial/decolonial, em diálogo com a Ecologia Política, a partir da reflexão e análise da resistência comunicativa por grupos e organizações sociais historicamente vulnerabilizados frente ao modelo capitalista e neoextrativo de desenvolvimento. Coordena o Grupo de Pesquisa "Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências" (CNPq). Na Rede Alteridades, coordena localmente a pesquisa junto ao PPGCOM da Universidade Federal do Pará.

E-mail:steinbrenner@ufpa.br



Vilso Junior Santi

Doutor em Comunicação Social pela PUCRS, com estágio sanduíche na Universidade de Coimbra, e Pós-Doutor em Epistemología de la Comunicación pela Universidad de Guadalajara. Mestre em Comunicação Midiática pela UFSM e graduado em Jornalismo pela UCPel, é professor do Curso de Jornalismo e vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR). Suas pesquisas abordam etnocomunicação, educomunicação, territorialidades e saberes amazônicos. Coordena o Grupo de Pesquisa AMAZOOM — Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe. Integrou a diretoria da COMPÓS como Secretário-Geral e é vice-coordenador do GT9 da ALAIC.

E-mail: vjrsanti@gmail.com

Sobre os/as autores/as



Aianne Amado

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Mestre em Cultura, Economia e Políticas da Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Sergipe. Bacharel em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos com ênfase em Roteiro e Fotografia. Tem experiência na área de Comunicação e Audiovisual. Atua principalmente nos seguintes temas: Economia Política da Comunicação e da Cultura, cultura pop, estudos de fãs, comunicação digital, cinema e indústria cultural. Membro dos grupos de pesquisa OBSCOM/Cepos (UFS); GENI — Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (UFS), JDL — Jornalismo, Direito e Liberdade (USP) e NEV — Núcleo de Estudos da Violência (USP). Professora e pesquisadora. Crítica de cinema e televisão.

E-mail: aianneamado@gmail.com



Amanda Larissa de Mesquita

Possui graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Roraima (2022). Atualmente, é assessora especial — Secretaria de Cultura e Turismo. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Plásticas. Desenvolve trabalho com produção cultural, projetos educativos vinculados a instituições culturais públicas e privadas. Tem interesse nas seguintes áreas de investigação: artes visuais, arte afro-brasileira, educação em ambientes não formais, arte, educação e seus desdobramentos, cultura diaspórica, interculturalidade, diversidade cultural, cultura e relações étnico-raciais. Mestranda no PPGCOM da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e bolsista do projeto de pesquisa "Alteridade na Pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos — Norte, Nordeste e Centro-Oeste".

E-mail: amandikestudos@gmail.com



Eloy Vieira

Professor Visitante e pesquisador no PPG-COM/UFS com bolsa de pós-doutorado PDPG/Capes (2023–2025). Integrante do Laboratório de Pesquisa em Cultura Pop (Cultpop) e do Grupo de Estudos de Gênero e Interseccionalidade (GENI). Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos) com estágio sanduíche na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB/Capes/PRINT). Já atuou como professor convidado na pós-graduação em Gestão Integrada da Comunicação Digital para Ambientes Corporativos (USP) e na especialização em Redes Sociais e Cultura Digital na Unisinos (2017). É mestre em Cultura, Economia e Políticas da Comunicação (2016) e graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFS (2013). Tem experiência direta com pesquisa, monitoramento e conteúdo para mídias sociais no mercado publicitário, tendo atuado como Supervisor de Business Intelligence na BETC-Havas Brasil até 2023.

E-mail: eloy.vieira@academico.ufs.br



Jússia Carvalho Ventura

Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Pará (2023). Pesquisadora no projeto Amazônia+10 Monitoramento participativo dos territórios tradicionais: plataforma digital de coprodução de dados sobre a sociobiodiversidade em áreas amazônicas. Concluiu em 2025 o Pós-doutorado no projeto Alteridade na pós-graduação em Comunicação: Questões de Gênero e Raça na Trajetória de Discentes e Egressos nos Brasis preteridos Norte, Nordeste e Centro-Oeste, desenvolvido em parceria entre a UFS, UFMS, UFRR e UFPA. Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA (2017). Jornalista pela Universidade da Amazônia (UNAMA, 2012). Tem experiência com metodologia participativa, entrevista em profundidade e pesquisa, memória, afetividade, cidades e maternidade.

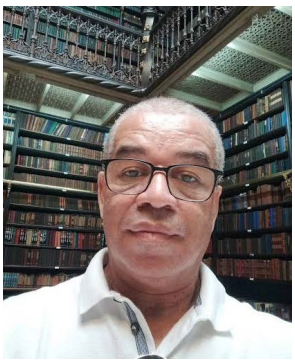
E-mail: jussiac@gmail.com



Lígia Isis Pinto Bernar

Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, pela Universidade Federal do Pará (2024). Integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (COMPOA — UFPA). Integrante voluntária do projeto de pesquisa Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis preteridos — Norte, Nordeste e Centro-oeste. Possui graduação em Comunicação Social — Jornalismo pela Universidade da Amazônia (2008). Pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura na Universidade de São Paulo (USP), em 2011. E em Redes Sociais e os Novos Paradigmas da Comunicação no Ciberespaço pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), também em 2011. Interessa-se por temas voltados à comunicação, feminismos, gênero, raça e classe, ativismos digitais, interseccionalidades, desigualdades raciais e sociais.

E-mail: bernarligia@gmail.com



Mario Luiz Fernandes

Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com atuação no curso de graduação em Jornalismo e no Programa de pós-graduação em Comunicação. Pós-doutorado em Comunicação e Jornalismo (2015) realizado na Universidade do Porto (Portugal) sob a tutoria do professor Jorge Pedro de Sousa. Doutor (2007) e mestre (2000) em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (1989) pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua nas áreas de jornalismo local, imprensa catarinense, imprensa de Mato Grosso do Sul, ensino de jornalismo, teorias do jornalismo e história da imprensa.

E-mail: mario.fernandes@ufms.br



Raissa Lennon Sousa

Doutora e Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA, 2023 e 2016). Especialista em Produção Audiovisual (Estácio/IESAM, 2015). Jornalista (DRT/PA — 2529), graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade da Amazônia (UNAMA, 2013). Foi bolsista de Pós-doutorado no projeto "Alteridade na pós-graduação em Comunicação: Questões de Gênero e Raça na Trajetória de Discentes e Egressos nos Brasis preteridos — Norte, Nordeste e Centro-oeste", coordenado pelo Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Sergipe (UFS), 2024. Foi professora da Faculdade de Comunicação, da Universidade Federal do Pará (Facom/UFPA), em 2025/2026, e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), entre 2016 e 2018. É pesquisadora nas áreas de Comunicação, Raça e Gênero, Decolonialidade, Cultura e Mídia Audiovisual.

E-mail: raissalennoncomunique@gmail.com



Raquel Marques Carriço Ferreira

É professora da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFS) da Universidade Federal de Sergipe. É graduada em Publicidade e Propaganda, Gestão Ambiental e Agroecologia; mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo; doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, com período sanduíche na Universidade de Leeds, Inglaterra; e pós-doutora pelo ISCTE Instituto Universitário de Lisboa. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Desenvolve pesquisas na interface entre comunicação e saúde, com ênfase em estratégias comunicacionais, representações sociais e engajamento comunitário. Coordena o grupo de pesquisa COMSAÚDE, dedicado à análise das relações entre comunicação, saúde e sociedade.

E-mail: raquelcarrico@academico.ufs.br



Sonia Aguiar

Jornalista graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde lecionou por 20 anos (1984–2004) até se aposentar, é mestre e doutora em Comunicação pela ECO–UFRJ, sendo o doutorado na área de Ciência da Informação, em convênio com o IBICT, com tese sobre redes de ONGs e movimentos sociais. De 2009 a 2023, foi professora de Jornalismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a cujo Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM–UFS) continua vinculada como docente permanente voluntária. Nos últimos 15 anos, dedicou-se a pesquisas nos campos da comunicação ambiental e das geografias da comunicação, nos dois casos com ênfase às questões regionais. Entre 2014 e 2015, fez estágio pós-doutoral em geografia regional no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, sob a supervisão de Rogério Haesbaert, do qual resultou o livro "Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil".

E-mail: saguiar.ufs@uol.com.br

Prefácio — Como trilhar um longo caminho quando nossos sapatos estão repletos de seixos?

Fabiana Moraes

Há mapas que mentem (ou hierarquizam) por omissão: não porque escondem continentes inteiros ou falsifiquem coordenadas, mas porque naturalizam distâncias que são, antes de tudo, políticas. O Brasil que aprendemos a reconhecer nos atlas é um território de contornos precisos, mas de interior nebuloso. É um país onde algumas regiões pulsam como centros luminosos de produção de saber, enquanto outras permanecem como sombras periféricas, destinadas a repetir o papel de fornecedoras de mão de obra, matéria-prima, caso de estudo. Ou como fonte de conhecimento e saberes (a luminosidade) que são extraídos e vendidos muitas vezes sem a devida citação (e isso se repete, o tempo inteiro, também entre círculos progressistas).

Este livro que você tem em mãos denuncia essa cartografia desigual e a reescreve a partir de quem habita suas margens.

O conceito de "Brasis Preteridos", formulado pela Rede Alteridades e ancorado nas reflexões de Milton Santos sobre a "Região Concentrada", funciona como uma lente refinada para enxergar o que o discurso da expansão universitária tantas vezes esconde.

Como professora em uma universidade pública localizada no interior de Pernambuco (UFPE/Caruaru), vejo isso de perto: acesso, sim, mas quase sempre de difícil manutenção da permanência (o transporte, no caso do Centro Acadêmico do Agreste, mostra-se como um dos principais gargalos).

Preterir é deixar de lado, é escolher não escolher, é produzir ausências que se naturalizam como destino. E quando aplicamos essa lógica à pós-graduação brasileira — e, por extensão, à produção científica, ao jornalismo, à cultura, ao mercado de trabalho —, o que se revela não é apenas uma assimetria de oportunidades, mas um projeto histórico de concentração que insiste em se reproduzir mesmo quando anuncia mudanças.

Nos programas de pós-graduação em Comunicação aqui analisados — UFPA, UFS, UFMS e UFRR —, os números falam por si: dois terços de todos os cursos da área seguem concentrados nas regiões Sul e Sudeste. Mas este livro não se contenta com estatísticas. Ele faz o movimento inverso: parte

dos dados para chegar aos corpos, às trajetórias, às histórias de quem estuda nesses territórios preteridos e paga, cotidianamente, o preço da desigualdade estrutural. São narrativas de deslocamentos forçados, de maternidades silenciadas, de adoecimentos psíquicos naturalizados, de desistências que não são escolhas, mas respostas situadas a um sistema que não reconhece certas existências como dignas de permanecer.

O fato é que as desigualdades são arrastadas conosco, e é preciso um esforço imenso, organizado e pragmático, para dar conta de quem chega nesse topo chamado pós-graduação.

E o que torna este trabalho especialmente relevante é sua capacidade de mostrar que o conceito de Brasis Preteridos não se esgota na geografia da pós. Ele opera como chave analítica para compreender hierarquias que atravessam todo o tecido social brasileiro: no jornalismo, onde fontes do Norte e Nordeste raramente são ouvidas como autoridades epistêmicas; na produção cultural, onde narrativas periféricas precisam se traduzir para os códigos do centro para serem legitimadas; no mercado de trabalho, onde diplomas de universidades "do interior" carregam estigmas invisíveis mas operantes; nas políticas públicas, onde recursos seguem fluxos previsíveis em direção aos mesmos polos históricos de poder.

Preterir é também uma forma de violência epistêmica. É dizer, mas sem dizer explicitamente, que certos saberes, certas perguntas, certas formas de produzir conhecimento valem menos porque vêm de lugares "errados". E é exatamente essa lógica que a Rede Alteridades se propõe a desmontar, não apenas diagnosticando as desigualdades, mas nomeando-as, situando-as historicamente e, sobretudo, escutando aqueles e aquelas que as vivem na pele.

A pesquisa aqui apresentada parte de uma pergunta aparentemente simples: quem são os estudantes e egressos dos Programas de pós-graduação em Comunicação dos Brasis Preteridos? Quem consegue chegar? Quem consegue ficar? Quem adoece? Quem desiste? E, mais importante: o que essas trajetórias revelam sobre o funcionamento de um sistema que opera sobre bases, como citei antes, profundamente desiguais?

Como trilhar um longo caminho quando nossos sapatos estão repletos de seixos?

Os capítulos reunidos nesta coletânea respondem a essas questões com rigor metodológico e sensibilidade analítica. A abordagem interseccional, que articula gênero, raça, classe, território e geração como marcadores que não se somam, mas se entrecruzam, permite enxergar que as desigualdades na pós-graduação não são acidentais nem episódicas. Elas são estruturais, históricas e se reproduzem de forma sistemática, mesmo quando políticas de ações

afirmativas ampliam formalmente o acesso. Como você verá no decorrer do livro, diversas questões que denunciam a desigualdade social se repetem em programas diferentes.

O que emerge dos dados quantitativos apresentados no livro é um retrato duro, mas necessário. A feminização da pós-graduação, por exemplo, não dissolve as desigualdades de gênero — ao contrário, convive com a naturalização da sobrecarga, com o silenciamento em torno da maternidade e com a responsabilização desigual pelo cuidado. A presença crescente de estudantes negros e negras, resultado direto das políticas afirmativas, ainda não se traduz em condições equânimes de permanência, e os índices de sofrimento psíquico (que chegam a 45% no PPGCOM–UFPA) revelam que abrir a porta não basta quando o caminho segue sendo hostil.

Os dados também mostram algo especialmente perturbador: a ausência quase absoluta de estudantes indígenas (e de pessoas com deficiência) nesses programas, mesmo em estados como Mato Grosso do Sul e Pará, onde essas populações (indígenas) têm presença demográfica significativa. Essa ausência não é acidental. Ela é produto de barreiras que começam muito antes do ingresso na pós-graduação e que se acumulam ao longo de trajetórias marcadas por exclusões sucessivas. A universidade pública, que deveria ser espaço de reparação histórica, muitas vezes reproduz, em escala ampliada, as mesmas hierarquias que estruturam a sociedade brasileira.

Mas este livro não se limita ao diagnóstico quantitativo. A segunda parte da obra apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa e os primeiros achados da etapa qualitativa, baseada em etnografia/entrevistas em profundidade. É aqui que os números ganham rosto, nome e história. É aqui que descobrimos que a desistência raramente é escolha livre — ela é o desfecho de um processo lento de desgaste, invisibilidade e exclusão silenciosa. É aqui que escutamos relatos de mães que internalizam a culpa de "ocupar a vaga de alguém que poderia estudar de verdade". É aqui que compreendemos que o adoecimento psíquico não é fragilidade individual, mas sintoma de um sistema que exige mais do que muitos corpos e subjetividades podem sustentar.

O poder analítico do conceito de Brasis Preteridos reside justamente em sua capacidade de articular escalas. Ele não se contenta em apontar desigualdades regionais: ele mostra como essas desigualdades operam em diferentes níveis — do acesso à pós-graduação até a distribuição de bolsas; da mobilidade estudantil forçada até os padrões de adoecimento; das políticas institucionais até as microviolências cotidianas que marcam quem pode ou não permanecer.

E é essa articulação de escalas que permite enxergar o preterimento como lógica que atravessa outros campos. No jornalismo, por exemplo, a concentração de veículos de referência no eixo Rio-São Paulo produz uma cobertura que trata o Nordeste como "região problema", a Amazônia como "pulmão do mundo" (mas nunca como território habitado por sujeitos políticos) e o Centro-Oeste como vazio demográfico pontilhado por agronegócio. Fontes especializadas "de fora" precisam de credenciais dobradas para serem ouvidas; pesquisadores de universidades periféricas raramente são chamados para comentar temas nacionais; e pautas que não se encaixam nos enquadramentos hegemônicos são tratadas como "regionalismos" — como se o regional fosse sempre o Outro, nunca o centro que se universaliza.

(Devo dizer que essa questão do "regional" também já virou piada entre nós, nordestinos. A graça também é uma forma de desobediência, afinal).

Na produção cultural, a dinâmica é semelhante. Narrativas periféricas — sejam elas das favelas, dos sertões, das florestas ou das fronteiras — precisam passar pelo filtro do "exótico" ou do "autêntico" para circular nos circuitos legitimados. Festivais de cinema, editoras de prestígio, galerias de arte: todos operam a partir de uma geografia imaginária onde o Sul e o Sudeste são os lugares da produção "universal", enquanto o resto do país fornece "cor local". E quando artistas, escritores e cineastas desses territórios preteridos conseguem furar o bloqueio, frequentemente o fazem ao custo de traduzir suas linguagens para os códigos do centro — um tipo de violência simbólica que este livro ajuda a nomear.

Até mesmo no mercado de trabalho, a lógica do preterimento se manifesta. Diplomas de universidades federais "do interior" carregam estigmas sutis, mas operantes. Profissionais formados fora do eixo hegemônico precisam provar competência de forma redobrada. E a própria mobilidade — tão celebrada como "oportunidade" — muitas vezes esconde processos de desenraizamento forçado, nos quais partir não é escolha, mas condição para existir profissionalmente.

O que este livro propõe, portanto, não é apenas um mapeamento das desigualdades na pós-graduação em Comunicação. É um convite a repensar os próprios fundamentos de como produzimos, legitimamos e distribuímos conhecimento no Brasil. E é, também, um gesto político: ao dar visibilidade às trajetórias de quem estuda, pesquisa e resiste nos Brasis Preteridos, a Rede Alteridades afirma que essas experiências não são desvios ou exceções, mas parte constitutiva, e muitas vezes invisibilizada, do sistema científico brasileiro.

Apresentação

Rede Alteridades

Este livro é o primeiro produto editorial coletivo resultante das ações de pesquisa da Rede Alteridades, articulação acadêmica que vem se consolidando desde 2023 no âmbito do projeto *Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos "Brasis Preteridos" — Norte, Nordeste e Centro-Oeste*, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Edital Capes nº 37/2022 — PDPG/Alteridade na pós-graduação.

A Rede é formada por pesquisadoras/es vinculados a quatro Programas de pós-graduação em Comunicação (Universidade Federal do Pará — UFPA, Universidade Federal de Sergipe — UFS, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — UFMS e Universidade Federal de Roraima — UFRR) e se estrutura a partir da atuação conjunta de quatro Grupos de Pesquisa registrados no CNPq: o GP GENI — Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (CNPq/UFS), o GP Comunicação e Mobilização dos Movimentos Feministas (CNPq/UFMS), o GP Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências (CNPq/UFPA) e o GP AMAZOOM — Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (CNPq/UFRR).

Em 2024, parte dos resultados preliminares deste trabalho foi apresentada na Sessão Coordenada "Alteridades na pós-graduação em Comunicação nos 'Brasis preteridos': questões acerca dos graduados em Jornalismo", durante o XXII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), realizado na UFPA, em Belém. Na ocasião, foram debatidos dados referentes ao segmento de egressos/as e discentes graduados/as em Jornalismo, que representam 66% do universo total da pesquisa. Os resultados agora publicados ampliam o debate inicial, consolidando a análise em seu conjunto, a partir do universo completo mapeado e avançam em direção à fase qualitativa do estudo.

Os capítulos foram construídos de modo colaborativo e orientados por uma perspectiva de análise interseccional, entendendo gênero, raça, classe e território como marcadores constitutivos das trajetórias acadêmicas e profissionais. A Parte I desta obra, intitulada *Panorama Inicial: Marcadores sociais e deslocamentos nos PPGCOMs dos Brasis Preteridos*, reúne cinco capítulos que revelam, com base em dados quantitativos obtidos por meio de questionário, como as desigualdades atravessam a formação de pesquisadores/as de pós-

-graduação, discutindo como a interseccionalidade ilumina as estruturas que sustentam — ou desafiam — suas permanências e trajetórias.

Acerca da autoria, o primeiro capítulo, intitulado *Alteridades geográficas nos Brasis Preteridos: Desafios da pós-graduação em Comunicação*, é escrito pela Dra. Sonia Aguiar e pelo Dr. Eloy Vieira, ambos vinculados ao PPGCOM da UFS. O segundo capítulo, denominado *Cenário de alteridades entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA: questões de raça e gênero em destaque*, tem como autoras a Dra. Rosane Maria Albino Steinbrenner, a Dra. Raissa Lennon Nascimento Sousa e a Me. Lígia Isis Pinto Bernar, pesquisadoras vinculadas ao PPGCOM da UFPA.

Na sequência, encontra-se o capítulo nomeado *Formação, desigualdades e permanência: O PPGCOM–UFS como campo de pesquisa*, escrito pela Dra. Renata Barreto Malta, Dra. Raquel Marques Carriço Ferreira e Dra. Aianne Amado, pesquisadoras do PPGCOM da UFS. O quarto capítulo possui como título *Alteridade no PPGCOM–UFMS: trajetória de mestres e mestrandos/as* e autoria da Dra. Katarini Miguel e do Dr. Mario Luiz Fernandes, ambos vinculados ao PPGCOM da UFMS. Por fim, encontra-se o capítulo denominado *Interseccionalidade no PPGCOM–UFRR: um olhar acerca de discentes e egressos/as*, escrito pelo Dr. Vilso Junior Santi, vinculado ao PPGCOM da UFRR, Dra. Jússia Carvalho Ventura, do PPGCOM da UFPA, e pela mestranda Amanda Larissa Feitosa de Mesquita, aluna do PPGCOM da UFRR.

A Parte II desta obra, intitulada *Quando o Campo Acontece: o fazer coletivo da Rede Alteridades*, apresenta dois capítulos que, de forma sintética, discorrem sobre os caminhos empíricos percorridos pela Rede Alteridades na transição da etapa quantitativa para a qualitativa. Os textos descrevem a construção coletiva da pesquisa, enfatizando também como os encontros em campo deslocam pesquisadoras/es e reconfiguram categorias analíticas que revelam tensões estruturais da pós-graduação nos Brasis Preteridos. O primeiro é denominado *Entre o Procedimental e o Sensível: Trajetórias e Práticas da Rede Alteridades*, de autoria da Dra. Renata Barreto Malta e do Dr. Eloy Vieira, ambos do PPGCOM da UFS. O segundo capítulo, intitulado *O que se ouve quando se escuta: etnografia da afetação da pós-graduação nos Brasis Preteridos*, foi escrito pela Dra. Jússia Carvalho da Silva Ventura, do PPGCOM da UFPA, a partir da experiência imersiva nas entrevistas em profundidade aplicadas na pesquisa.

Ao tornar públicos estes resultados parciais, reafirma-se a importância de pensar a pós-graduação em Comunicação desde os Brasis Preteridos, onde questões de acesso, permanência, mobilidade e reconhecimento se fazem atravessadas por desigualdades estruturais. Por fim, a Rede Alteridades assu-

me a interseccionalidade como práxis crítica, comprometida com a produção de ciência situada, coletiva, pública e transformadora.

Agradecimentos

A Rede Alteridades agradece a todas, todos e todes as/os bolsistas e pesquisadoras/es voluntárias/os que contribuíram para a construção desta pesquisa, especialmente na etapa de realização das entrevistas em profundidade. Sem o envolvimento cuidadoso, ético e comprometido dessas pessoas, este estudo simplesmente não teria sido possível.

Registramos, de modo nominal, nosso reconhecimento às bolsistas de pós-doutorado Raíssa Lennon e Jússia Carvalho Ventura, ao bolsista de pós-doutorado Eloy Vieira, à bolsista de doutorado Ludmilla Oliveira, às bolsistas de mestrado Charlotte Pedrosa e Amanda Mesquita, bem como às bolsistas de Iniciação Científica Maria Luiza Massulo e Roberta Queiroz. Às pesquisadoras voluntárias Aianne Amado, Lígia Bernar, Janaína Amorim, Evalise Couto e Alíria Aristides. Estendemos esse reconhecimento às equipes das secretarias dos programas de pós-graduação envolvidos, cujo apoio técnico e disponibilidade foram fundamentais para a organização dos contatos institucionais e para a ampla divulgação do questionário junto a discentes e egressas/os. Agradecemos, ainda, a todas as pessoas — discentes, egressas/os e não concluintes dos PPGCOM envolvidos — que aceitaram voluntariamente participar deste estudo. As entrevistas concedidas resultaram em relatos sensíveis, potentes e profundamente significativos.

No plano institucional, agradecemos aos Programas de pós-graduação em Comunicação das Universidades Federais de Sergipe (UFS), de Mato Grosso do Sul (UFMS), do Pará (UFPA) e de Roraima (UFRR), aos Grupos de Pesquisa que integram este estudo em rede: GENI — Gênero e Interseccionalidades na Comunicação (CNPq/UFS); Comunicação e Mobilização dos Movimentos Sociais em Rede (CNPq/UFMS); Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências (CNPq/UFPA); e AMAZOOM — Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (CNPq/UFRR). Por fim, expressamos nosso agradecimento especial à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento desta pesquisa, desenvolvida no âmbito do edital Capes nº 37/2022 — PDPG Alteridade na pós-graduação, que possibilitou a realização de uma investigação articulada em rede e o fortalecimento de agendas orientadas à redução das desigualdades na pós-graduação brasileira.

Introdução

Rede Alteridades

Este livro constitui o primeiro produto coletivo da Rede Alteridades, que se forma a partir do projeto de pesquisa "Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos — Norte, Nordeste e Centro-Oeste", financiado pelo Programa de Desenvolvimento da pós-graduação (PDPG/Alteridades — Capes). Iniciado em 2023, o estudo em rede envolve 20 pesquisadoras/es, entre docentes, bolsistas de pós-doutorado, doutorado, mestrado e PIBIC, além de estudantes voluntárias/os, de quatro Programas de pós-graduação em Comunicação Social das Universidades Federais do Pará, de Roraima, de Mato Grosso do Sul e de Sergipe, sob a coordenação da professora Renata Malta, da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A obra nasce como parte de um movimento de sistematização das análises e reflexões da primeira etapa empírica realizada ao longo do estudo, entre dezembro de 2023 e maio de 2024. Essa fase envolveu a aplicação de um questionário nos quatro PPGs em Comunicação — UFPA, UFS, UFMS e UFRR — e compõe um esforço comparativo de regiões denominadas pela rede como "Brasis Preteridos" — conceito discutido no primeiro capítulo deste livro. Trata-se, portanto, de um volume que se empenha em problematizar e discutir dados e que também materializa a dimensão coletiva e colaborativa que tem orientado a Rede Alteridades desde sua criação.

A pesquisa que dá origem a este livro parte do reconhecimento de que a pós-graduação brasileira é atravessada por desigualdades estruturais que se expressam nas trajetórias de estudantes e egressos/as, em especial quando analisadas a partir de marcadores como gênero, raça, classe e território. Nessa perspectiva, a interseccionalidade emerge não apenas como categoria analítica, mas como fundamento epistemológico que orienta o olhar da Rede sobre a realidade social no ambiente da pós-graduação. Ao compreender que as opressões e privilégios não se manifestam de forma isolada, mas sim interdependentes, a pesquisa assume a interseccionalidade como lente que permite compreender os atravessamentos múltiplos que configuram as experiências no campo da educação superior e, de modo particular, na pós-graduação em Comunicação.

A interseccionalidade, tal como formulada por autoras como Kimberlé Crenshaw e aprofundada por Patricia Hill Collins, é aqui tensionada e ressig-

nificada com base em diálogos com pensadoras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Carla Akotirene. Mais do que conceitual, a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade dos múltiplos marcadores sociais e discriminações a eles atrelados, permitindo-nos enxergar a interação e colisão das estruturas e evitando hierarquias comparativas. Ela se articula, ainda, às proposições de uma composição de saberes que se propõe a descolonizar os modos de produção do conhecimento, reconhecendo que a ciência também é território de disputa simbólica e material.

Desse modo, a Rede opera em um duplo registro: o da investigação empírica sobre as trajetórias de estudantes e egressos/as na pós-graduação, buscando compreender acesso e permanência, e o da reflexão crítica sobre os próprios modos de produzir ciência, com a intenção de reorientar o olhar para perspectivas situadas, relacionais e comprometidas. Metodologicamente, a pesquisa está ancorada na Teoria Fundamentada em Dados (TFD) e no interacionismo simbólico. Ambas as perspectivas se aproximam ao partirem da compreensão de que o conhecimento é produzido nas interações e nas experiências concretas dos sujeitos.

A TFD, conforme proposto por Glaser e Strauss, oferece um caminho de análise que privilegia a emergência de categorias a partir dos dados, em um processo indutivo e comparativo constante. Essa abordagem dialoga diretamente com o interacionismo simbólico ao reconhecer o significado como construção social, nascido das trocas, das interações e das interpretações que os sujeitos fazem de suas próprias experiências. Assim, a TFD não se reduz a uma técnica, mas constitui um modo de pensar a pesquisa na qual a teoria emerge do campo, articulando-se de forma contínua e reflexiva com as práticas e as vivências observadas.

Nesse sentido, a ancoragem na Teoria Fundamentada em Dados e no Interacionismo Simbólico também permite seu diálogo crítico com as teorias Descoloniais, incluindo aqui a perspectiva interseccional, basilar para este estudo. As simetrias se constroem uma vez que todas compartilham, ainda que por caminhos distintos, a valorização da experiência, da agência dos/as sujeitos/as e da construção social do conhecimento.

A TFD, ao propor a produção teórica a partir do campo, rompe com modelos apriorísticos, abrindo espaço para que as categorias analíticas emerjam das realidades empíricas concretas. Tal movimento aproxima-se das epistemologias descoloniais na medida em que legitima saberes situados, produzidos por sujeitos/as historicamente subalternizados/as. Do mesmo modo, o interacionismo simbólico, ao compreender os significados como construções

produzidas nas interações, contribui para evidenciar como identidades, classificações sociais e hierarquias simbólicas são continuamente negociadas, reproduzidas ou contestadas no cotidiano, aspecto central para a compreensão das dinâmicas da colonialidade.

Essa aproximação, contudo, não se dá sem tensões. A TFD emerge no interior da tradição sociológica ocidental eurocêntrica e, mesmo em sua vertente construtivista, carrega pressupostos que demandam permanente vigilância crítica para que não se naturalizem pretensões de neutralidade e universalidade. Portanto, o uso da TFD no interior de uma perspectiva interseccional e, assim, convergente com o pensamento descolonial, requer menos a aplicação de um conjunto de procedimentos técnicos e mais um exercício contínuo de reflexividade, no qual o próprio fazer científico é interrogado quanto às suas implicações políticas, epistêmicas e sociais.

De modo procedimental, o desenho metodológico do estudo estrutura-se em duas etapas complementares. A primeira consistiu na aplicação de um questionário[2] junto a discentes e egressos/as dos PPGs em Comunicação da UFPA, UFS, UFMS e UFRR. O questionário foi concebido como instrumento de mapeamento e diagnóstico inicial das múltiplas realidades que compõem a pós-graduação no Brasil. Sua construção envolveu discussões extensas sobre linguagem, acessibilidade e representatividade, buscando garantir que as categorias de análise expressassem, de fato, as experiências e desigualdades que pretendíamos investigar.

Estruturado em blocos temáticos, o instrumento contemplou dimensões pessoais, familiares, educacionais e institucionais, de modo a captar os atravessamentos entre gênero, raça, classe, território na formação acadêmica, fazendo emergir suas trajetórias de forma relacional. Cada bloco foi pensado para permitir leituras cruzadas e comparativas, respeitando as especificidades regionais e institucionais dos programas participantes. O instrumento foi estruturado com a finalidade de equilibrar perguntas fechadas e semiabertas, com foco em respostas direcionadas, passíveis de sistematização quantitativa, mas abertas para contemplar a emergência de nuances qualitativas.

O preâmbulo inicial apresentava os objetivos gerais da pesquisa, o caráter colaborativo da Rede Alteridades e as garantias éticas de sigilo e consentimento. Nessa parte introdutória, o/a participante identificava o Programa de pós-graduação de origem (UFPA, UFS, UFMS ou UFRR), informava o nível do curso (mestrado ou doutorado) e sua condição atual de vínculo (discente, egresso/a ou não concluinte). Essas perguntas iniciais permitiam filtrar os/as respondentes e organizar os perfis de forma comparativa entre as instituições.

2 Disponível para consulta: https://bit.ly/QuestionarioAlteridades

O corpo do questionário foi dividido em dois grandes blocos temáticos, a Etapa 1 — Informações pessoais e familiares e a Etapa 2 — Formação e trajetória. No total, o questionário continha 57 perguntas, que se ampliavam de acordo com as ramificações condicionais (por exemplo, quando a resposta "sim" gerava perguntas adicionais).

A Etapa 1 reunia perguntas sobre aspectos identitários, familiares e territoriais, buscando compreender as condições de origem social, as redes de cuidado e as experiências de pertencimento dos participantes. Incluía campos sobre nome, data e local de nascimento, residência atual, pertencimento a territórios tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros), experiências em áreas periféricas urbanas ou rurais e configurações familiares (pais, mães, avós, outros cuidadores).

Também havia questões sobre escolaridade familiar, acesso a programas de assistência social e redistribuição de renda (a partir do CadÚnico) e presença de filhos ou dependentes, com detalhamento sobre número e idades. Essa etapa abordava ainda dimensões fundamentais para a leitura interseccional: raça, gênero, classe, origem, orientação sexual, deficiência e saúde mental.

A Etapa 2, intitulada Formação e trajetória, buscava reconstruir o percurso educacional e profissional dos/as respondentes, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, a fim de identificar padrões de mobilidade e permanência. As perguntas abordavam o tipo de escola frequentada (pública ou privada), instituição e área de graduação, ano de conclusão e experiências de apoio institucional (bolsas, auxílios ou financiamentos, tanto na graduação quanto no mestrado e doutorado). Essa seção também incluía questões sobre trabalho durante o curso, trajetórias profissionais após a conclusão (carreira acadêmica, mercado, serviço público, terceiro setor, entre outras) e condições de deslocamento geográfico — fixação de residência, deslocamento pendular ou eventual —, permitindo compreender as relações entre território e formação em regiões preteridas.

Outro eixo importante da Etapa 2 referia-se às políticas afirmativas e experiências de discriminação. O questionário indagava se o/a participante havia ingressado por algum tipo de reserva de vagas (raça, renda, deficiência, origem escolar, território quilombola ou indígena) e se vivenciara situações de discriminação na pós-graduação, identificando os tipos de violências simbólicas e institucionais que atravessam o percurso acadêmico. Essas perguntas foram formuladas com rigor, respeitando princípios éticos e de acolhimento e permitindo respostas múltiplas e anônimas.

De modo geral, cada bloco foi elaborado para cumprir funções distintas, mas complementares entre si. Essa lógica de construção dialoga com a Teoria

Fundamentada em Dados, pois o objetivo não era comprovar hipóteses prévias, mas gerar categorias analíticas a partir da observação empírica dos próprios interlocutores/as da pesquisa. A distribuição das perguntas refletiu, ainda, a intencionalidade política do projeto: reconhecer as desigualdades como dimensões estruturantes das trajetórias, e não como exceções individuais.

Assim, os blocos foram organizados de modo a permitir cruzamentos entre variáveis, como gênero e território, raça e mobilidade, maternidade e saúde mental, entre outros. Evidenciando, portanto, o caráter interseccional que orienta todo o estudo. O processo de construção do questionário envolveu discussões coletivas entre as equipes dos quatro programas participantes, validação de linguagem e testes-piloto com discentes. As perguntas foram revisadas para garantir clareza e acessibilidade, com atenção especial à terminologia de gênero e à diversidade regional. As opções de resposta foram desenhadas com base em classificações oficiais (IBGE, MEC, Capes), mas adaptadas para refletir realidades locais e contextos não hegemônicos.

A aplicação do questionário foi concebida como uma etapa de aproximação, capaz de produzir um panorama abrangente, mas também de orientar os passos seguintes da pesquisa. Em números, do universo de 567 discentes e egressos/as dos programas estudados (matriculados até 2023), obteve-se 405 respostas, representando 71% do total. O instrumento, portanto, cumpriu uma dupla função: de um lado, gerar uma base empírica que permitisse compreender a diversidade de trajetórias e condições de acesso e permanência na pós-graduação; de outro, servir de matriz analítica para a definição das entrevistas em profundidade, dando início à segunda etapa empírica da pesquisa.

As categorias emergentes do questionário — como desigualdade de gênero e racial, maternidade e cuidado, relações com o território, alteridade geográfica e saúde mental —, foram tomadas como pontos de partida para a elaboração dos roteiros de entrevista e, mais além, seus dados foram fundamentais para dar direcionamentos específicos a esses roteiros, contemplando perfis e trajetórias. As entrevistas, portanto, foram planejadas a partir dos achados e lacunas identificadas no questionário, não com o intuito de confirmar hipóteses, mas de compreender as experiências em sua densidade subjetiva e relacional.

Nessa etapa, o campo se tornou espaço de convivência, observação e diálogo, permitindo que os sentidos atribuídos às trajetórias acadêmicas fossem narrados em primeira pessoa. O caráter etnográfico desse processo é fundamental para a proposta da Rede como princípio epistemológico.

Por fim, ressalta-se que a presente obra contempla especialmente os resultados da primeira etapa empírica, oriunda dos questionários. A fase das

entrevistas, embora já concluída, não tem seus resultados aqui apresentados, pois serão publicados em artigos científicos que darão continuidade a este esforço coletivo. A ausência dos resultados das entrevistas não implica uma lacuna, mas reafirma a natureza processual da pesquisa e a importância de respeitar o tempo da escuta e da elaboração analítica.

O que se oferece ao leitor/a, portanto, é o registro de um percurso em construção — um relato metodológico que combina rigor técnico e sensibilidade. Consideramos que a descrição acurada do trabalho de campo é extremamente potente ao permitir que outros estudos se apoiem em pilares que se erguem e entendam aqueles que se desmoronam no trajeto. Esta obra contempla ainda um caminho etnográfico percorrido, *insights*, pinceladas de experiências e suas subjetividades, capazes de abrir espaço para resultados que estão por vir.

Assim, o livro se apresenta como um mosaico de olhares e análises imersos no ambiente da pós-graduação em espaços preteridos em investimentos e visibilidade científica, costurado por um mesmo fio condutor, o reconhecimento da alteridade como condição e da interseccionalidade como chave interpretativa e epistemológica. Mais do que apresentar um diagnóstico, este volume busca contribuir para o debate sobre os rumos da pós-graduação brasileira, especialmente no que se refere à democratização do acesso, à permanência e à valorização de epistemologias diversas.

Ao reunir reflexões que emergem de diferentes contextos institucionais e trajetórias pessoais, a obra reafirma o compromisso coletivo da Rede Alteridades com a construção de uma ciência da comunicação mais plural, crítica e comprometida com a transformação social. Cada capítulo, à sua maneira, amplia a compreensão sobre o universo da pós-graduação em Comunicação, a partir de perspectivas interseccionais, oferecendo ao mesmo tempo um retrato e um convite: o retrato de uma ciência em movimento e o convite a repensar seus próprios fundamentos.

PARTE 1
Panorama inicial: marcadores sociais e deslocamentos nos PPGCOMs dos Brasis Preteridos

Alteridades geográficas nos Brasis Preteridos: desafios da pós-graduação em Comunicação

Sonia Aguiar
Eloy Vieira

Percursos formativos

Este capítulo estabelece um diálogo entre duas pesquisas de grande envergadura realizadas no Brasil: a intitulada "Perfil do Jornalista Brasileiro 2021", liderada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (Lastro/UFSC), cujos relatórios regionais foram divulgados em 2023; e o projeto "Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos — Norte, Nordeste e Centro-Oeste".

A relevância desta discussão deve-se aos indicadores do crescente interesse de jornalistas pela carreira acadêmica, tanto aqueles que "emendam" a graduação no mestrado, quanto profissionais que, após uma trajetória consolidada no mercado de trabalho, decidem retomar os estudos visando à docência como uma atividade complementar (geralmente em instituições privadas) ou mudança de rumo, com foco na pesquisa (só viável em universidades públicas, sobretudo as federais).

Mas como todo trabalho científico é sempre um recorte da realidade, no tempo e no espaço, o que se apresenta aqui são *insights* preliminares dos dados coletados por meio de questionário on-line respondido por alunos/as e egressos/as dos quatro PPGs de Comunicação que compõem a pesquisa (UFS, UFMS, UFPA e UFRR), devidamente explicado na introdução deste livro. Dos 405 respondentes validados, foram considerados/as para este capítulo os/as 180 egressos/as com graduação em Jornalismo titulados/as no mestrado e/ou doutorado até 2023. Os resultados aí obtidos foram cotejados com os relatórios regionais sobre o perfil dos/as jornalistas brasileiros/as e com uma bibliografia multidisciplinar, com ênfase à mobilidade estudantil.

É necessário esclarecer, porém, que o diálogo com os perfis regionais dos/as jornalistas ficou restrito aos relatórios das três regiões a que se atém a Rede Alteridades: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesse contexto, o presente estudo visa chamar a atenção para o que algumas pesquisas socioespaciais

denominam "supressão da geografia no exercício da alteridade" (Silva, 2018), ou seja, a pouca ou nenhuma atenção dada ao impacto das diferenças entre indivíduos no ambiente acadêmico a partir das suas origens territoriais e dos seus deslocamentos geográficos para fins de estudo e trabalho.

O reconhecimento dessa dimensão da alteridade pode estar relacionado tanto a localidades mais específicas, como no caso de populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e periféricas urbanas, quanto a regiões preteridas em relação aos centros de referência de desenvolvimento e poder do país. Parte-se da premissa de que as políticas adotadas no Brasil para ampliar a diversidade discente no ensino superior em universidades públicas têm fomentado deslocamentos de pessoas para espaços de ensino e pesquisa que não lhes são habituais ou familiares.

Esses "outros", aparentemente fora de lugar, não só sofrem discriminações específicas (como suspeição de inferioridade cognitiva, por exemplo), como também enfrentam dificuldades de estudo e desenvolvimento acadêmico relacionadas às condições de residência ou estadia nas cidades-sede dos programas de pós-graduação. Ao mesmo tempo, o enfrentamento dessas discriminações ligadas às alteridades pode resultar em oportunidades únicas para mobilidade social e projetos de futuro.

Desigualdades na pós-graduação em Comunicação no Brasil

Quem olha o mapa do Brasil, com o desenho dos estados organizados em recortes regionais, pode ter a impressão de que tudo está no lugar que deveria estar, ou que talvez sempre esteve. No entanto, como demonstra Boscariol (2017), desde 1940 o território brasileiro passou por diferentes processos de regionalização, com reagrupamento dos estados conforme os interesses econômicos e disputas políticas de cada época, ainda que com predominância do modelo de cinco macrorregiões — Norte, Nordeste, Leste ou Sudeste, Sul e Centro-Oeste —, que só foi posto em questão por dois pensadores da Geografia: Pedro Geiger e Milton Santos.

O primeiro propôs, no final da década de 1960, uma divisão em "três Brasis", baseada na identificação de "complexos regionais" ou "regiões geoeconômicas" que não se atinham aos limites territoriais dos estados (Boscariol, 2017, p. 191–192), refletindo um momento de intensas discussões sobre o papel do planejamento regional a partir da economia industrial da região centro-sul. Já o segundo faz uma leitura crítica do peso desse modelo de desenvolvimento territorialmente centralizado e polarizado.

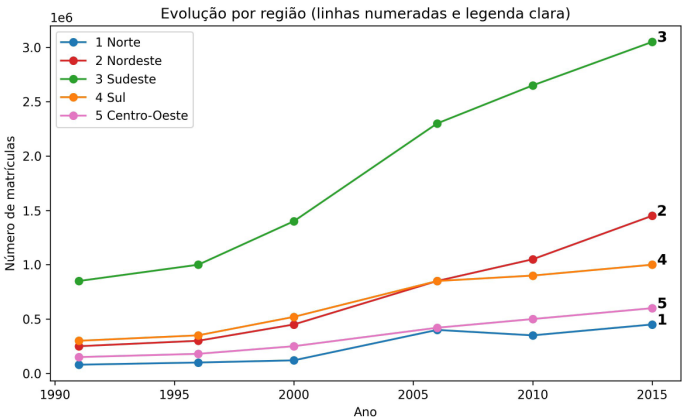
Sistematizada no livro "O Brasil", lançado por Milton Santos e Maria Laura Silveira em 2001, a proposta de divisão em "quatro Brasis" parte do conceito de "região concentrada", elaborado por Santos a partir da análise dos processos históricos de desenvolvimento desigual do país e de sua inserção igualmente

desigual no capitalismo mundial. Nesse contexto, os estados das regiões Sul e Sudeste foram progressivamente concentrando, além de capital e população, os principais recursos técnicos, científicos e informacionais que movem um país por meio das atividades industriais, financeiras e tecnológicas — incluindo universidades, instituições de pesquisa, bases de dados e mídia.

Assim, em contraponto, restou aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste o papel de coadjuvantes no desenvolvimento nacional, formando o que aqui qualificamos de os "Brasis Preteridos" — por aparecerem sempre distantes dos do Sul e Sudeste em qualquer estudo comparativo da distribuição de recursos e infraestrutura pelo país. Não por acaso, Boscariol (2017) consegue observar tendências regionais nos dados do IDHM — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, coletados no Brasil em três momentos ao longo de vinte anos (1991, 2000, 2010). Segundo esse autor, dados de variáveis que dizem respeito a aspectos básicos da vida, como renda, educação e longevidade, revelam as diferenças socioespaciais brasileiras, ponto de partida fundamental para o enfrentamento de todas as desigualdades e alteridades interseccionais.

Atendo-se ao contexto específico do ensino superior brasileiro e sua crescente expansão quantitativa e territorial desde os anos 1990 do século passado, Costa (2019, p. 47) evidencia a disparidade regional na "explosão" do número de matrículas em instituições públicas e privadas, entre os anos de 1991 e 2015, que saltaram de 2,7 milhões para 6,6 milhões de alunos/as, com a região Sudeste à frente desse crescimento ao longo de todo o período analisado (Figura 1).

Figura 1. Discentes matriculados na graduação presencial, nas redes pública e particular, por região (1991–2015)



Fonte: COSTA, 2019, p. 47. Elaboração própria com base em dados de: Série Histórica por Município (INEP) 1991 a 2010; Sinopse Estatística da Educação Superior (INEP) 2011 a 2015.

Disparidades semelhantes podem ser observadas na expansão da pós-graduação. Entre 1996 e 2021, o número de cursos de mestrado e doutorado passou de 608 para 4.691, segundo o estudo "Brasil: mestres e doutores", divulgado em junho de 2024 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Considerando apenas os programas de Comunicação, Farias e Possendoro (2018) constataram um aumento de mais de três vezes e meia — de 17 em 1998 para 76 em 2016 — ritmo reduzido nos anos seguintes, como visto adiante.

Contudo, a demanda de alunos/as na área não acompanhou essa expansão: em 1998, eram cerca de 100 por programa, em média; em 2016, esse cálculo caiu para 55 estudantes. Parte dessa defasagem entre oferta e demanda pode estar relacionada à concentração geográfica dos programas da área em poucos estados, sobretudo no Sudeste. Segundo Farias e Possendoro (2018), em 1998 esta região aglutinava 10 dos 17 programas de Comunicação do país (58,82%); em 2016, a proporção dessa concentração diminuiu ligeiramente, para 57,14%, ou 40 dos 76 programas então existentes, mas manteve-se longe das "regiões preteridas".

Em 1998, as regiões Centro-Oeste e Nordeste apareciam empatadas na 3ª colocação, com dois programas de Comunicação cada (11,76% do total). Em 2016, o Nordeste passou à frente, com 16 programas (21,05% do total), enquanto o Centro-Oeste estagnava em cinco programas (6,57%) e a região Norte detinha três programas, o equivalente a menos de 4% (Farias; Possendoro, 2018, p. 156).

Dados mais recentes da Plataforma Sucupira, compilados especialmente para este capítulo, ratificam essas disparidades, com uma drástica redução no quantitativo total: dos 56 programas de Comunicação credenciados pela Capes em 2024[3], 26 (46,4%) estavam sediados no Sudeste, 12 (21,4%) no Nordeste, dez (17,9%) no Sul, cinco (8,9%) no Centro-Oeste e três (5,4%) no Norte — ou seja, 64,3% na "região concentrada". Esses números (aliados aos indicadores da graduação) reforçam não só o cenário do que estamos chamando de "Brasis Preteridos", como também a inferência de que a concentração de programas de pós-graduação é uma das forças motrizes das migrações estudantis internas no país.

3 Em 2025, antes da conclusão da avaliação quadrienal 2021–2024, a Plataforma Sucupira listava 67 cursos de pós-graduação em Comunicação reconhecidos pela Capes, o que representaria uma redução de quase 9% em relação ao número de 2016. No entanto, esse encolhimento da área pode ser ainda maior, se considerarmos que nessa listagem aparecem sete cursos da área de saúde com foco em distúrbios da comunicação humana, além de seis outros de caráter multidisciplinar que têm a comunicação como uma das suas interfaces. Ainda assim, a distribuição regional permanece desigual, com 60% dos 67 cursos concentrados nas regiões Sudeste e Sul (30 e 10, respectivamente), seguidas pelo Nordeste, com 15, e Norte e Centro-Oeste com seis cada. O refinamento desses indicadores para a área de Comunicação, sob uma perspectiva geográfica interseccional, será alvo de futuro artigo da Rede Alteridades.

Migração estudantil e seus potenciais efeitos

Cunha (2011, p. 7–11) utiliza a expressão "mobilidade espacial da população", em vez de "migrações", por considerar que a movimentação espacial de pessoas pode envolver não apenas a "mudança de lugar de residência", como também os movimentos diários, com ênfase aos pendulares ("bate-e--volta"). Nestes, "muda-se de lugar, mas não se perde o vínculo pré-existente com o território", enquanto "espaço de vida". É nessa perspectiva que este estudo traz o tema da "migração estudantil", um fenômeno relativamente recente e ainda pouco estudado no Brasil, mas já bastante difundido e consistente na literatura internacional, segundo Cardoso *et al.* (2022, p. 431).

A literatura disponível sobre mobilidade estudantil interna no Brasil está fortemente datada nas duas últimas décadas do século passado e na primeira deste, período que antecede a centralização do acesso ao ensino superior, com foco na graduação, deixando a descoberto a expansão da pós-graduação nos últimos 25 anos (vista no tópico anterior). Parte-se da premissa de que a expansão do ensino superior público para locais desprovidos dessa modalidade, nas primeiras duas décadas do século XXI, incluindo cidades do interior, rompeu com o tradicional círculo de formação universitária concentrada na Região Sudeste ou ofertada pontualmente nas capitais e polos regionais.

Segundo Li (2016, p. 39), o trabalho de Machado e Szerman, publicado em 2015, foi o primeiro a avaliar o impacto da política de centralização do SiSU, constatando o seu efeito positivo na migração entre municípios (do mesmo estado ou não). Além disso, detectaram impacto dessa política na migração interestadual (da mesma região ou de outras), já que com o SiSU, alunos que antes faziam suas escolhas de instituições por proximidade começam a dar preferência a vagas de "melhor qualidade" em outros estados, às quais passaram a ter acesso facilitado pelo Sistema.

Parte dessa produção sobre mobilidade estudantil apoia-se na teoria do capital humano, segundo a qual a decisão de migrar é tomada com base na estimativa dos seus custos e benefícios e a migração é vista como um investimento, com base nas expectativas por retornos futuros, por meio da empregabilidade e aumento de renda. Alguns estudos também abordam os efeitos do Sisu na ocupação das vagas, incluindo os fenômenos da mobilidade geográfica, da permanência e da evasão nos cursos e instituições. E uns poucos adotam uma abordagem ontológica, com foco nos impactos subjetivos e identitários da migração e da mobilidade pendular nos estudantes.

Tais fatores também podem pesar na escolha da pós-graduação, a depender de algumas circunstâncias: se a migração já aconteceu antes, para graduação na mesma instituição; no caso de adultos já formados e inseridos no mer-

cado em busca de ascensão profissional e/ou salarial (comum entre servidores públicos); ou em função da busca por orientador/a com afinidade no tema de pesquisa desejado.

A questão da alteridade territorial pode ser estudada também a partir das trajetórias dos/as alunos/as e egressos/as provenientes de áreas periféricas urbanas e cidades do interior afastadas dos grandes centros e dos polos regionais. A Universidade Federal de Sergipe (UFS), por exemplo, apesar de situada no "menor estado da federação", atua como um polo de atração de estudantes oriundos dos diversos interiores baianos, tanto pela menor concorrência em relação à Universidade Federal da Bahia (UFBA), quanto pelo menor custo de instalação e permanência de estudantes de menor renda em Aracaju (capital do estado) ou São Cristóvão (sede da UFS), se comparado a Salvador. Em 2024, os/as baianos/as representavam 30,7% dos/as discentes do PPGCOM–UFS, enquanto os/as vindos de outros estados (exceto Sergipe) não chegavam a 8%.

Na seleção para o mestrado da Universidade Federal do Pará (UFPA) realizada em 2020, de forma remota e com isenção de taxas em função da pandemia, inscreveram-se 113 candidatos/as de 19 municípios diferentes: 95 da capital paraense (Belém); 15 de diferentes cidades do interior do estado e três de municípios de outros estados (Acre, Amapá e Maranhão). No doutorado, 40% dos/as discentes das duas primeiras turmas vieram do interior do estado (Santarém, Paragominas) ou de outros estados amazônicos (Amazonas, Amapá, Maranhão). Esses dados coletados de forma ainda não sistemática são indicadores das prováveis relações entre alteridade geográfica, mobilidade estudantil, trajetória de jornalistas e mercado regional de mídia.

Perfis dos/as jornalistas nas regiões dos PPGs estudados

Os perfis regionais dos/as jornalistas brasileiros resultaram de um esforço colaborativo, que tem como base o levantamento nacional articulado pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Profissão (RETIJ), da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), com apoio das principais organizações nacionais da categoria: ABI, Abej, Abraji, APJor, Fenaj[4] — e sindicatos filiados. O relatório nacional, lançado em 2021, serviu de base para os relatórios regionais apresentados em 2023, a partir dos dados já obtidos regionalmente, compartilhados pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro) da UFSC.

Para os fins deste capítulo, foram considerados apenas os relatórios das três regiões contempladas no Projeto Alteridades: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em comum, eles têm a dominância das mulheres jornalistas entre os/

4 Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo (Abej); Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji); Associação Profissão Jornalista (APJor); Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

as respondentes: 63,3% no Norte (N), 60,2% no Centro-Oeste (CO) e 54,4% no Nordeste (NE). No que concerne à raça indicada pelos/as participantes, há uma grande diferença entre as regiões, com 63,7% de brancos no Centro-Oeste, 62,7% de pretos/pardos no Norte e, no Nordeste, com 51,6% de autodeclarados/as pretos/pardos e 45,8% de brancos.

No que tange a outras etnias, é importante destacar que os/as indígenas, embora componham parte significativa de populações dos estados das regiões Norte e Centro-Oeste, não alcançaram nem 1% da amostra levantada por esta pesquisa. O único programa no qual o grupo ultrapassa essa marca é Roraima, enquanto no Nordeste não houve nenhum registro.

Apesar da extinção da obrigatoriedade do diploma, a grande maioria dos/as respondentes das três regiões graduou-se em Jornalismo ou em Comunicação com habilitação em Jornalismo (94,8%, 92,3% e 91,4% para CO, NE e N), com predominância do ensino público sobre o privado, notadamente no Nordeste, conforme resumido na Tabela 1. Essa prevalência também é observada nos percentuais de formação de jornalistas egressos/as dos programas de pós-graduação dessas três regiões, conforme dados compilados para este capítulo e sintetizados na Tabela 2. Mas, neste caso, o destaque é para Roraima, com 100% de adesão ao ensino público.

Tabela 1. Tipo de IES em que cursou a graduação de Jornalismo

Instituição de ensino superior	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**
Pública federal	50%	55,2%	49,2%
Pública estadual	4,7%	7,3%	5,6%
Privada	51,7%	45.4%	51,6%
Confessional/comunitária/outras	2,5%	2,4%	1,2%

Fonte: Relatórios regionais dos perfis dos jornalistas Norte, Nordeste e Centro-Oeste (2023).

Tabela 2. Tipo de formação dos egressos jornalistas pós-graduados

Tipo de instituição	**PPGCOM–UFPA**	**PPGCOM–UFRR**	**PPGCOM–UFMS**	**PPGCOM–UFS**
Pública	61,7%	100%	66,1%	78,9%
Privada	38,3%	-	33,9%	21,1%

Fonte: Dados compilados da pesquisa "Alteridades na pós-graduação em Comunicação" (2024).

No caso do estudo sobre o perfil dos/as jornalistas, o menor percentual de graduados/as no Norte reflete os níveis mais baixos de escolaridade entre esses profissionais na região: 16,2% dos/as respondentes situaram-se entre o ensino médio ou técnico e o superior incompleto, o que representa mais do que o dobro dos/as colegas do Centro-Oeste (7,4%) e Nordeste (6,6%). Em função disso — e das condições regionais —, os/as jornalistas do Norte foram também os/as que tiveram menos acesso ou oportunidades de capacitação após a graduação: 25,2% tinham Especialização; 11,9% mestrado e 3,3% doutorado.

Ainda nesse estudo, o Nordeste, que até 2023 possuía 12 cursos de pós-graduação em Comunicação distribuídos por oito dos seus nove estados[5], apresentou os maiores percentuais de jornalistas com especialização (34,1%), mestres (14,5%) e doutores/as (6,2%). Para os/as colegas do Centro-Oeste, os percentuais foram 32,8%, 14,3% e 4,6%, respectivamente.

Trajetória acadêmica de jornalistas dos Brasis Preteridos

Entre os/as entrevistados/as pela RETIJ que têm a docência como ocupação principal, os/as respondentes do Nordeste apresentaram o maior percentual (8,1%), contra 4,6% tanto no Norte quanto no Centro-Oeste. Mais da metade dos/as jornalistas docentes trabalham em universidades federais. São 23, o que corresponde a 56,1% do total, contra 17,1% nas instituições privadas. A maioria (70%) não está vinculada à pós-graduação, e dos que estão, nem todos atuam na área de Comunicação/Jornalismo.

Sob a perspectiva interseccional proposta pela Rede Alteridades, a hipótese é a de que gênero, raça e classe são marcadores entrelaçados às origens territoriais dos/as estudantes dos programas. Considera-se o questionário — primeira etapa empírica do estudo — como ponto de partida para esta investigação. Das 57 questões que o compuseram, oito buscaram identificar marcadores territoriais e de mobilidade relativos à cidade e à UF de nascimento; a cidades de residência antes, durante e depois da pós-graduação; ao vínculo com territórios tradicionais (quilombola, extrativista, ribeirinho etc.), a periferias urbanas ou áreas rurais. Os dados obtidos foram cotejados com as propostas dos programas, apresentadas na plataforma Sucupira como quesito obrigatório da avaliação da Capes, com foco prioritário na contextualização regional.

5 O PPGCOM da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) foi criado em 2024, oferecendo o primeiro curso de mestrado *stricto sensu* do Estado.

Contextualização dos programas

Regidos pelo contexto amazônico, os dois PPGs em Comunicação da Região Norte aqui abordados guardam contrastes relevantes entre si. Criado em 2010, o da UFPA é o mais antigo dos quatro estudados e foi o primeiro a implantar o curso de doutorado na área. O da UFRR é o mais novo e foi fundado em 2018, portanto, ainda está em fase de consolidação de seu quadro docente. O Pará é o estado mais populoso da Região, com 8,7 milhões de habitantes, quase a metade do total, e Roraima é o menos habitado do país, com pouco mais de 630 mil pessoas (3,5 vezes menos que Sergipe, o menor em extensão territorial), ainda que tenha apresentado a maior taxa de crescimento anual no período de 12 anos (2,92%), segundo o último Censo do IBGE (2023). Contudo, ambos têm o mesmo desafio: enfrentar as assimetrias regionais, tendo como principal referência a cultura e o território da amazônia.

Embora a UFPA ocupe uma posição de polo regional, o PPGCOM da instituição é o mais endógeno e com menor alteridade geográfica entre os estudados. Dos/as 47 titulados/as até 2023 que responderam à pesquisa, 42 (89,3%) são paraenses, dos quais cinco nasceram em localidades do interior (Capanema, Concórdia do Pará, Santarém e Tucuruí); um em Ananindeua (Região Metropolitana) e os outros 36 (80,4%) em Belém, a cidade sede do Programa e capital do estado. Apenas cinco egressos/as vieram de outros estados (10,6%), sendo dois/duas da própria região Norte (AM), dois/duas do Nordeste (RN e PB) e um/a do Sudeste (SP). Contudo, três desses/as cinco já haviam cursado a graduação na UFPA e dois/duas deles/las fixaram residência apenas na pós-graduação.

Com a primeira turma iniciada em 2019, o PPGCOM–UFRR ainda está fortemente dedicado à população local, embora esteja situado em um polo atrator de migrações, como indica o expressivo crescimento populacional anual de Roraima, apontado pelo IBGE (2023). Dos 17 egressos/as jornalistas respondentes, quase 53% nasceram no estado, sendo sete na capital, e onde se situa a sede do PPG (Boa Vista) e dois de Caracaraí, no interior. Dos/as migrados/as, três vieram do estado de São Paulo (Campinas, Santos, São Paulo), e os/as demais de cidades/estados de três regiões diferentes como Amazonas (Careiro/Castanho) e Pará (Belém) no Norte; Piauí (Teresina) e Paraíba (Conceição) no Nordeste, e Rio Grande do Sul (Erechim) no Sul, indicando que boa parte deles/as já estava fixada no Estado.

Criado em 2011, como parte de um plano institucional para ampliação da área de Ciências Humanas e Aplicadas na Universidade, o PPGCOM da UFMS, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil, tem como seu grande desafio de alteridade geográfica a proximidade com as fronteiras com o Pa-

raguai e a Bolívia, que ainda não afetaram o perfil ou a trajetória dos seus discentes e egressos/as. Há também uma demanda regional de interiores de Mato Grosso, São Paulo e Paraná (à semelhança do que acontece com a UFS em relação à Bahia e Alagoas), que pode estar relacionada ao bom desempenho econômico do Mato Grosso do Sul, o terceiro maior crescimento entre os estados do Brasil, conforme a Semadesc[6] (2024).

Dos 59 egressos/as jornalistas do PPGCOM–UFMS que preencheram o questionário, 37 (62,7%) são sul-mato-grossenses, dos quais 25 (42,4%) nasceram na capital, Campo Grande, sede do Programa, e 12 em cidades do interior, com destaque para Dourados (3), Jardim (2) e Fátima do Sul (2). Dos nascidos/as em outros estados, 14 são paulistas, representando mais de 23% da amostra — o maior contingente de migrados/deslocados oriundos de um mesmo estado de outra região, se comparado aos outros três PPGs da pesquisa. Outros oito jornalistas egressos/as do Programa migraram de seis estados de quatro macrorregiões diferentes: MT (2), PR (2), RS, AC, BA e CE, com um representante cada. Cabe esclarecer que esses dados se referem apenas a egressos/as do mestrado, já que a primeira turma de doutorado do Programa, iniciada em 2024, não foi contemplada na pesquisa.

O PPGCOM–UFS, que iniciou suas atividades em 2012, também foi gerado em um contexto institucional de expansão, no caso, da pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, ainda incipiente até o final da primeira década deste século. O APCN submetido em 2011 visou ao atendimento de uma demanda regional reprimida no campo da Comunicação no Nordeste Meridional, que até então dependia do Poscom/UFBA ou dos programas mais distantes da Região (UFPB, UFPE, UFRN e UFC).

Em função de estar situado no menor estado da federação, cujas distâncias são fáceis de vencer em tempo reduzido, e de estar sediado em uma cidade considerada de interior, São Cristóvão — na divisa com a capital Aracaju — o PPGCOM–UFS atrai alunos/as de outros municípios e até de estados vizinhos que não precisem fixar residência para frequentar a pós-graduação. Daí a dominância dos deslocamentos pendulares na mobilidade dos 57 egressos/as jornalistas que participaram da pesquisa. Destes, 61,5% são oriundos de Sergipe, 30,7% de estados nordestinos vizinhos, o que caracteriza mobilidade intrarregional, e 7,8% de outras regiões do país (mobilidade transregional).

Padrões de mobilidade e alteridade geográfica

Com base no universo de egressos/as titulados pelos quatro programas até 2023 e no percentual de participantes extraídos do questionário aplicado

6 Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação

na pesquisa, foi possível chegar a dados aproximados de jornalistas que investem em pós-graduação acadêmica (*stricto sensu*): foram em torno de 61% dos respondentes da UFMS; cerca de 45% da UFRR; quase 44% da UFS e 34% da UFPA. Com base nas informações por eles prestadas, foram compilados para este capítulo indicadores de alteridade geográfica que embasaram entrevistas em profundidade na segunda etapa empírica da pesquisa, visando uma abordagem interseccional.

A Figura 2 sintetiza os dados relativos à origem (cidade e estado de nascimento), os deslocamentos predominantes e padrões de mobilidade territorial durante a pós-graduação e os destinos após a titulação, que comportam semelhanças e diferenças entre os quatro programas estudados.

Figura 2. Quadro comparativo dos padrões de mobilidade nos PPGs

	UFS	UFPA	UFRR	UFMS
Tamanho da amostra (graduados em Jornalismo em comparação com o universo geral da pesquisa)	57 (43,8%)	47 (33,6%)	17 (44,7%)	59 (60,8%)
Origem	54,4% de Sergipe (4 do interior) 45,6% de outros estados (20 do Nordeste e 6 do Sudeste)	89,1% do Pará (6 do interior) 10,9% de outros estados (2 do Norte, 2 do Nordeste e 1 do Sudeste)	53% de Roraima (2 do interior) 47% de outros estados (3, do Sudeste, 2 do Norte, 2 do Nordeste e 1 do Sul)	62,7%) do Mato Grosso do Sul (12 do interior) 37,3% de outros estados (14 do Sudeste, 3 do Sul, 2 do Centro-Oeste, 2 do Nordeste, 1 do Norte)
Deslocamento predominante (excluindo o "Não se aplica)	19,3% Pendular 10,5% Eventual 15,8% Fixação	19,1% Pendular 6,4% Eventual 8,5% Fixação	5,9% Pendular 5,9% Eventual 5,9% Fixação	5,1% Pendular 1,7% Eventual 11,9% Fixação
Padrão de Mobilidade predominante (excluindo o "Não se aplica)	8,8% intermunicipal 33,3% intrarregional 15,8% transregional 2,1% internacional 5,3% misto	17% intermunicipal 2,1% intrarregional 12,8% transregional 2,1% internacional 4,2% misto	11,8% intermunicipal 17,6% intrarregional 41,2% transregional 2,1% internacional 0% misto	16,9% intermunicipal 1,7% intrarregional 27,1% transregional 2,1% internacional 17% misto
Destino Atual	64,9% Região Metropolitana 3,5% Mesmo Estado (interior) 19,3% Nordeste (mesma região) 5,3% Sudeste 3,5% Centro-Oeste 3,5% Exterior	80,9% Região Metropolitana 0% Mesmo Estado (interior) 6,4 % Norte (mesma região) 8,5% Sudeste 2,1% Sul 2,1% Exterior	64,9% Região Metropolitana 0% Mesmo Estado (interior) 11,8% Norte (mesma região) 5,9% Nordeste 5,9% Sul 0% Exterior	71,2% Região Metropolitana 8,5% Mesmo Estado (interior) 0% Centro-oeste (mesma região) 8,5% Sul 3,4% Sudeste 3,4% Nordeste 5,1%% Exterior

Fonte: elaboração própria, com base nos dados preliminares da pesquisa "Alteridades na pós-graduação em Comunicação dos 'Brasis Preteridos'" (2024).

Os marcadores de origem dos jornalistas egressos/as indicam que o PPGCOM–UFPA é o mais endógeno de todos, com 89% de paraenses, dos quais menos de 13% nasceram no interior, e apenas 11% são "de fora", oriundos de estados do Norte e Nordeste mais próximos. Já o PPG da UFMS, com quase 63% de egressos/as nativos, tem um percentual maior de oriundos do interior (20%), enquanto os/as da UFS e da UFRR possuem perfis semelhantes nessa variável, ambos com pouco mais da metade de egressos/as dos respectivos estados e participação ínfima do interior. Em decorrência, esses dois programas foram os que mais apresentaram egressos/as de outros estados, com 47% e 45%, respectivamente. A diferença é que Sergipe recebe mais gente da própria Região Nordeste, enquanto Roraima recebe uma migração estudantil multir-

regional, à semelhança de Mato Grosso do Sul, cujo PPG atrai pessoas de todas as regiões do país, como sintetizado na linha 2 da Figura 2.

Em termos de deslocamentos pendulares durante o mestrado e/ou doutorado, há uma diferença considerável entre UFS e UFPA de um lado (com 19% cada) e UFRR e UFMS, de outro (com 6% e 5%, respectivamente), o que tem a ver com o menor ou maior grau de endogeneidade geográfica do corpo discente. Quanto maior o número de alunos/as radicados na capital do Estado, sede dos programas, menor a necessidade de deslocamentos diários para as atividades de ensino, pesquisa e extensão (eventos acadêmicos). Já os movimentos eventuais são mais significativos nos casos de deslocamentos intermunicipais e interestaduais, que podem ser intra ou inter-regionais, a depender da distância, como no caso de estudantes baianos na UFS e os do interior paulista matriculados na UFMS. Com isso, os padrões de mobilidade variam muito, conforme assinalado na linha 3 da Figura 2.

A fixação de residência nas cidades sede dos programas está relacionada tanto à capacidade atratora da instituição e dos cursos (para pessoas locais e para potenciais deslocados/as), quanto para as oportunidades de mercado de trabalho para a mão de obra qualificada oriunda da pós-graduação, incluindo a carreira docente. Já a migração de egressos/as do mestrado para outros estados e exterior — sobretudo visando o doutorado — pode estar relacionada às redes de pesquisa às quais os/as docentes dos programas estão articulados, e ao perfil de titulados em certas áreas de conhecimento de ponta, como tecnologias digitais, inovação midiática, comunicação pública etc.

O PPGCOM–UFPA foi o que mais gerou migrações transregionais e internacionais após a titulação do mestrado, em dez anos. De acordo com a proposta do Programa, até 2020 foram titulados 101 mestres, dos quais cerca de 40% seguiram para o doutorado. A maioria destes (63%) ingressou em programas da própria área da Comunicação reconhecidos nacionalmente, todos de universidades públicas (UFRGS, UFMG, UFPE, UFBA, UNESP, UNIRIO, UFRN) e até de instituições estrangeiras, como UMinho, Universidade de Lisboa e KU Leuven (da Bélgica), em cotutela. Mas, a partir de 2019, um terço desses/as egressos/as foi selecionado para o então recém-criado doutorado do PPGCOM–UFPA.

Considerações possíveis

Até o final do século passado, cursar uma pós-graduação na área de Comunicação envolvia um processo decisório que poderia consumir tempo para organizar a vida, por implicar quase sempre fixar residência em outro estado, quiçá outra região, muito longe de casa, ou no mínimo incluir um bate-e-volta a outra cidade/estado algumas vezes por semana. Essa era a realidade dos/as jornalistas amazônidas, que antes de 2010 só tinham uma opção de PPG da área em Manaus (UFAM), de difícil acesso até mesmo para quem vivia em uma das outras seis capitais da Região Norte. Para quem vivia em Sergipe, Alagoas ou interiores da Bahia, era necessário enfrentar a alta concorrência dos programas da UFBA ou da UFPE, os mais antigos da Região Nordeste. E para os sul-mato-grossenses restavam praticamente duas opções até 2011: Brasília ou São Paulo.

Essas escolhas implicavam não só custos financeiros em deslocamentos e/ou mudança de residência, como também custos pessoais (envolvendo família, especialmente filhos) e profissionais, se implicasse em largar um emprego visando novas oportunidades mais adiante. Algumas pessoas tinham que iniciar esses movimentos de migração ou mobilidade pendular ainda na graduação, pois a maior parte dos cursos só era ofertada em capitais de estado ou cidades-polo regionais.

Porém, essa "migração estudantil interna" ainda é alvo de pouco interesse de pesquisadores/as brasileiros/as, embora tenha se intensificado com foco na graduação, a partir da implantação do sistema federal centralizado de seleção e acesso a universidades públicas. Nos estudos sobre a pós-graduação no Brasil, essa ainda não era uma variável considerada relevante, elevando a importância da Rede Alteridades, como referência e configurando o que Silva (2018) denominou "supressão da geografia no exercício da alteridade".

Com os resultados oriundos da fase centrada em entrevistas em profundidade, esta pesquisa tem o potencial de trazer à tona vivências e sentimentos de estudantes e egressos/as "de fora", no contexto da pós-graduação, cujos relatos acerca da estranheza, adversidades e constrangimentos de ser "de outro lugar" podem trazer luz tanto aos próprios programas quanto aos gestores do Sistema da pós-graduação no Brasil.

Para o campo da Comunicação em geral e, em particular, a qualificação de jornalistas para o ensino, a pesquisa, a gestão e a inovação, este estudo tende a permitir enxergar o papel da mobilidade de pessoas neste imenso e diverso território brasileiro na configuração de um mercado de trabalho regional em transformação, por conta das tecnologias digitais. Neste sentido,

este capítulo desnuda apenas a ponta de um iceberg, em direção ao qual ainda há muito o que navegar.

Referências

BOSCARIOL, Renan Amabile. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). *In*: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva (orgs.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: IPEA/INCT, 2017. p. 185–208. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8911

CARDOSO, Renata Pereira; CASTRO, Andressa Porto; FRIO, Gustavo Saraiva; FOCHEZATTO, Adelar. Migração estudantil: uma análise do impacto da política de cotas e do Programa Universidade Para Todos. *In*: MACEDO, Fernando Cezar de; MONTEIRO NETO, Aristides; VIEIRA, Danilo Jorge (orgs.). **Universidade e território**: ensino superior e desenvolvimento regional no Brasil do século XXI, cap. 13, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022, p. 429–459. Disponível em: http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo13

COSTA, Marcílio José de Sousa. **A comunicação pública da ciência nos portais das universidades federais do Nordeste**. Dissertação. Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2019. 136 f.

CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População — Nepo/Unicamp; 2011. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mobilidade/Mobilidade_Espacial_da_Popula%C3%A7%C3%A3o.pdf

FARIAS, Luiz Alberto de; POSSENDORO, Alexandre José. A pós-graduação em Comunicação no Brasil: cenário e evolução quantitativa, qualitativa, histórica e conceitual. **Revista Passagens** — Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 9, n. 1, 2018. p. 153–169. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916492.pdf

IBGE, Agência. **De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5% e chega a 203,1 milhões**. Agência de Notícias do IBGE, 28/06/2023. Disponível em: https://

agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes

LI, Denise Leyi. **O novo Enem e a plataforma Sisu**: efeitos sobre a migração e a evasão estudantil. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade de São Paulo (USP), 2016. https://doi.org/10.11606/D.12.2016.tde-23112016-094256

LIMA, Samuel Pantoja; Zacariotti, Marluce; SANTOS, Abinoan Santiago dos; MARQUES, Rodolfo (orgs.). **Perfil do Jornalista do Norte 2023**: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: PPGJOR-UFSC/Quorum Comunicação, 2023. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Norte-MARLUCE-ZACARIOTTI-et-al.pdf

LIMA, Samuel Pantoja; FERREIRA, Fernanda Vasques *et al*. (orgs). **Perfil do Jornalista do Centro-Oeste 2023**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: PPGJOR-UFSC/Quorum Comunicação, 2023. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Centro-Oeste-FERNANDA-VASQUES-FERREIRA-et-al.pdf

MAIA, Geimison; COSTA, Rafael Maia (orgs.). **Perfil do Jornalista do Nordeste 2023**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: PPGJOR-UFSC/Quorum Comunicação, 2023. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2023/10/2023-10-22-Perfil-do-Jornalista-do-Nordeste-GEIMISON-MAIA-et-al.pdf

SEMADESC. Mato Grosso do Sul registrou o 3º maior crescimento econômico entre os estados do Brasil. **Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação**. Disponível em: https://www.semadesc.ms.gov.br/ms-tem-o-3o-maior-crescimento-economico-entre-os-estados-do-brasil/. Acesso em: 7 ago. 2024.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. Cesta Básica de Aracaju inicia 2024 com alta de 2,17%. **SEPLAG**. Disponível em: https://observatorio.se.gov.br/cesta-basica-de-aracaju-inicia-2024-com-alta-de-217/. Acesso em: 7 ago. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro (orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49781.pdf

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A supressão da geografia no exercício da alteridade. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, Vol. 9, n. 17, 2018, p. 1–13. Disponível em: http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/620/649

Cenário de alteridades entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA: questões de raça e gênero em destaque

Rosane Steinbrenner
Raissa Lennon Sousa
Lígia Isis Pinto Bernar

Contexto e percursos formativos

Este trabalho apresenta as primeiras reflexões a partir de um panorama quantitativo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará, ambientadas na Rede Alteridades e com um olhar nas multiplicidades das trajetórias de estudantes e egressos/as, lidas a partir da lente analítica da interseccionalidade (Akotirene, 2019; Collins, Bilge, 2021; Esteves, 2025).

Como um conceito potente, ainda em construção, a interseccionalidade considera que categorias como raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia, faixa etária, lugar ou território, entre outras, são inter-relacionadas e se moldam mutuamente. Como nos explica Esteves (2025, p. 55–56), nos termos de Collins e Bilge, a interseccionalidade vem a ser "uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas", compreender e reagir ao conjunto de opressões interligadas, gerado justamente por sistemas interseccionais de poder, como racismo, patriarcalismo, cis-heterosexismo, capitalismo, mas também, o neocolonialismo ou colonialismo interno (Loureiro, 2024), considerando as assimetrias inter-regionais, também no campo científico no Brasil.

Já o conceito de alteridade nos leva a reflexões que estão na base da interseccionalidade, sobre a constituição dos sujeitos e sua relação com o "outro", uma discussão que tem sua gênese empírica no estranhamento excludente que forja as bases da lógica colonial. Para Homi Bhabha (1998), o discurso colonial prevê uma rigidez ou fixidez na construção ideológica da alteridade, por meio da qual os estereótipos são definidos como estratégia discursiva que classifica, hierarquiza e demarca lugares fixos a sujeitos sociais. No estereótipo predomina o discurso colonial/racista/sexista que tende a universalizar o modelo social

ideal aceito, a partir de uma hierarquização binária em permanente reprodução que se atualiza — branco/preto; homem/mulher; rico/pobre; hetero/homo; centro/periferia; urbano/rural; erudito/popular; ciência/saberes.

Entender, portanto, como as alteridades, a partir da analítica interseccional, constituem as pós-graduações em Comunicação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, consequentemente, como moldam os desafios da formação de pesquisadores/as e futuros docentes na área, nos chamados "Brasis Preteridos", é foco e abordagem da pesquisa. A partir de seus achados e análises, o projeto almeja projetar ou influir em formas de intervenção que minimizem assimetrias e desigualdades.

Este texto está dividido em três partes principais, além das considerações e alinhavos possíveis:

1) Apresenta o Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM–UFPA) e o perfil de seus discentes e egressos/as, obtidos por meio de dados panorâmicos gerados a partir de pesquisa documental, tendo como base de dados o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), a Plataforma Sucupira[7], disponibilizados pela secretaria e coordenação do PPG; bem como seu Relatório Quadrienal (Capes — 2017–2020) e o site do Programa (www.ppgcom.ufpa.br);

2) Apresenta os dados de raça e gênero em discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA, obtidos por meio de aplicação de formulário on-line ao universo da pesquisa (discentes ingressantes entre 2010 e 2023); e

3) Apresenta e discute, ainda que brevemente, os elevados índices de diagnósticos de transtornos mentais em discentes e egressos/as da pós-graduação em Comunicação, que emergiram como resultado das respostas a uma das questões do formulário — *Você já teve diagnóstico de algum tipo de transtorno de saúde mental?* A média das respostas afirmativas nos quatro PPGs foi de 35%, sendo de forma mais evidenciada no PPGCOM–UFPA, de 45%.

Os dados e achados da pesquisa, apresentados a seguir, serão discutidos na perspectiva das implicações interseccionais das alteridades.

Apresentação do PPGCOM–UFPA

O Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), vem se consolidando como um espaço fundamental para a formação de pesquisadores/as e para a pesquisa em Comunicação no Norte do Brasil. Em 2010, inaugurou sua primeira turma de mestrado e, em 2019, o seu doutorado foi implementado —

7 Plataforma Sucupira é o nome da ferramenta que coleta informações e funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), sob a alçada da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

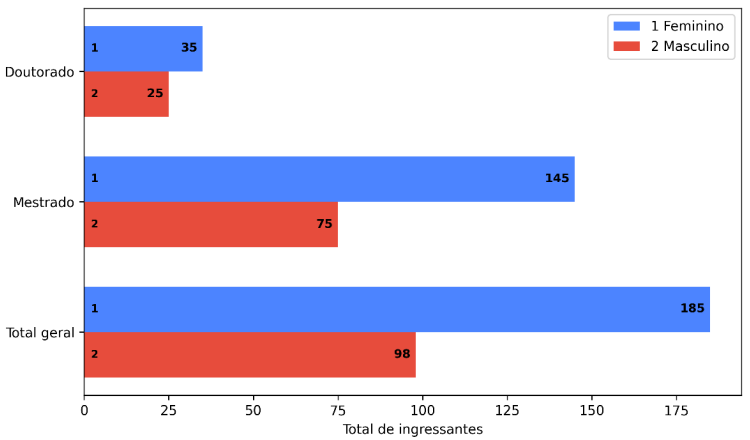
um marco importante, uma vez que foi o primeiro curso na área e ainda hoje o único a já titular doutores em Comunicação em toda a região amazônica.

O Projeto Político-Pedagógico do Programa concentra-se na contextualização das problemáticas sociais da região em que ele está inserido. Sua proposta é "promover a análise dos fenômenos comunicativos em sua relação com as práticas culturais e sociais contemporâneas e em suas peculiaridades na Amazônia" (Steinbrenner, 2021). Ou seja, entender as complexidades das sociedades amazônicas em suas diversidades, dentro de um programa de pós-graduação localizado na própria região, passa pelo esforço epistemológico de promover a "inversão do olhar" (Castro, 2010) ao território — de uma visão colonial, recorrentemente exógena, vinculada às lógicas globais, para lentes situadas a partir do lugar (Escobar, 2005), diversas e plurais.

O PPGCOM–UFPA[8] possui duas linhas de pesquisa que focalizam, portanto, o campo e área da Comunicação no contexto amazônico. A Linha 1 — Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia — tem a proposta de investigar o papel da comunicação a partir de experiências culturais, e a Linha 2 — Processos Comunicacionais e Midiatização na Amazônia — se volta para a análise dos processos comunicacionais em seus aspectos de produção, circulação e recepção.

Quanto ao perfil de discentes, desde as primeiras turmas, confirmando o cenário de feminização no ensino superior, a maioria é formada por mulheres, num total de 65% do total de 280 ingressantes entre os anos de 2010 e 2024, sendo maior o ingresso de mulheres no mestrado (66,6%) que no doutorado (59%), conforme figura a seguir.

Figura 1. Ingressantes no PPGCOM–UFPA por gênero (2010–2024)



Fonte: elaborado pelas autoras.

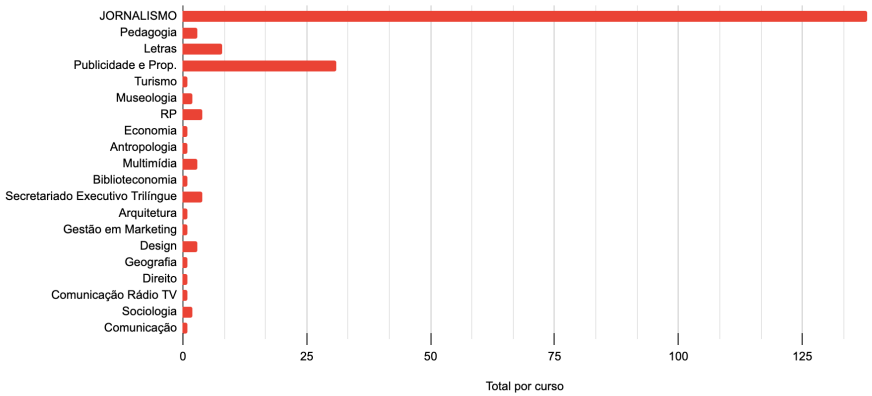
8 Todas as informações sobre o programa podem ser encontradas em: https://www.ppgcom.ufpa.br/

Ainda dentre as informações panorâmicas, os dados sobre idade de ingresso dos/as alunos/as do mestrado do PPGCOM–UFPA nos mostram que as mulheres entram um pouco mais cedo que os homens. O maior contingente de mulheres ingressa entre os 22 e 25 anos (cerca de 27%), enquanto o maior ingresso de homens vai se dar entre 25 e 30 anos (em torno de 30%). Os números mostram também que, se por um lado, o ingresso de mulheres no curso de mestrado do PPG tende a decrescer a partir dos 35 anos, no caso dos homens, ele tende a voltar a subir após os 45 anos.

Tal cenário nos leva, ainda de forma preliminar, a considerar contextos mais amplos como, por exemplo, o índice de escolaridade das mulheres, que vem aumentando em relação aos homens no Brasil (IBGE, 2021), ao mesmo tempo que seu índice de empregabilidade segue sendo menor que o dos homens (BBC, 2019). Outro fator que mereceria ser considerado sobre o atravessamento de gênero no ingresso tardio ou permanência na pós-graduação é que, após os 40 anos, as mulheres costumam ter redobradas as tarefas de cuidados domésticos, com filhos e progenitores na chamada, e socialmente ainda invisível, economia do cuidado.

Ainda sobre os dados gerais do perfil de ingressantes no PPGCOM–UFPA, vale destacar a formação dos discentes. Em 14 anos de existência do Programa, universo temporal considerado na pesquisa (2010 a 2023), 66% do total de ingressantes no mestrado do PPGCOM–UFPA são oriundos de cursos de Jornalismo (Figura 2). Nas primeiras turmas, esse índice chegou a 87,5%, o que significa dizer que, na primeira turma de mestrado, em 2010, dos oito alunos, apenas um não tinha graduação em Jornalismo. A partir de 2012, a variedade da formação dos/as ingressantes foi se ampliando e também o número de vagas, chegando a 17 vagas, em 2023, das quais 10 ocupadas por graduados em Jornalismo (58,82%), seguidos de 3 em Publicidade e Propaganda, 2 em Sociologia e 1 em Comunicação.

Figura 2. Total de ingressos ao MESTRADO PPGCOM–UFPA por curso de graduação (2010–2023)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

No curso de doutorado, o ingresso de jornalistas em relação a outros cursos de formação, também tem sido, em geral, majoritário, porém mais oscilante e menos expressivo. Do total de 49 discentes que ingressaram no doutorado do PPGCOM, com turmas variando entre 9 e 11 vagas, o percentual médio de graduados em Jornalismo nas cinco turmas analisadas (de 2019 a 2023) ficou em 51%.

Raça e gênero e suas intersecções

O conjunto de dados, discussão inicial e análise, apresentados a seguir, integra a etapa quantitativa da pesquisa por meio de um questionário, detalhado na introdução deste livro. Nesse contexto, a UFPA teve uma taxa de respondentes menor que os demais PPGs, de 58,3%, porém, por ser dos quatro o Programa mais antigo[9] e o único com curso de doutorado, teve o maior contingente absoluto de respostas, de 141 pessoas[10]. Como sete respondentes não preencheram até o final o questionário, a amostra analisada corresponde a 134 discentes e egressos/as que completaram todas as perguntas da pesquisa quantitativa. Este, portanto, é o recorte específico da análise que fazemos a seguir.

Em 2025, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM–UFPA) completa 15

9 O PPGCOM da UFPA teve sua primeira turma de Mestrado em 2010 e de Doutorado em 2019; o PPGCOM da UFMS iniciou com sua primeira turma de Mestrado em 2011, o PPGCOM da UFS em 2012 e o PPGCOM da UFRR, em 2019.

10 A coleta, sistematização e análise dos dados do PPGCOM–UFPA trabalhou com uma margem de erro de 1,6% do universo pesquisado.

anos. De 2010 para cá, o perfil de discentes e egressos das turmas de mestrado e, mais recentemente, de doutorado, tem se transformado. Essas mudanças, em parte, são resultado de pressões de dentro do sistema educacional. O impacto das políticas afirmativas, por exemplo, para o acesso ao ensino superior, se faz evidente também na pós-graduação.

A Lei de Cotas para o acesso ao ensino superior nas universidades federais (Lei n. 12.711), promulgada em 2012, é o desdobramento de uma longa luta das organizações negras politicamente organizadas no país (Vieira, 2022; Deus, 2022) "que primeiro denunciaram e depois reivindicaram ações compensatórias, reparação histórica diante do legado de exclusão no sistema educacional desde o período de escravidão" (Vieira, 2022, s/p).

Ao ampliar as oportunidades de oferta de vagas a populações mais vulnerabilizadas na graduação, as políticas afirmativas abriram portas para que a diversidade de culturas e a riqueza dos contextos emergentes fluíssem também para dentro da pós-graduação. A UFPA pode ser considerada pioneira na adoção de reserva de vagas.

> Desde o Processo Seletivo 2008, metade das oportunidades de ingresso no processo seletivo da Instituição é reservada especificamente para quem estudou todo o ensino médio na rede pública de ensino (Cota Escola) e, desde o começo, a Universidade já previa vagas específicas para quem, além de estudar na rede pública, também fosse negra(o) (Cota Racial, hoje, Cota Pretos, Pardos e Indígenas — PPI). Com o tempo, foi adicionada ao sistema a reserva de vagas para estudantes de famílias cuja renda per capita é de até 1,5 salário mínimo (Cota Renda) e para Pessoas com Deficiência (Cota PcD). (Site da ADIS–UFPA, s/p)[11]

Para a pós-graduação, o sistema de cotas não está parametrizado, ou seja, ainda se constitui por iniciativas isoladas de cada programa. O PPGCOM da UFPA adotou, a partir da turma de 2017, a política de cotas nos processos seletivos para mestrado e, posteriormente, para o doutorado, desde sua primeira turma em 2019. Pelas normas em seus editais de seleção, são reservadas vagas para pessoas autodeclaradas pretas ou pardas (3), para pessoa indígena (1) e para pessoa com deficiência (PcD) (1).

Outra medida relevante adotada pelo PPG é que, a partir de 2019, as bolsas destinadas aos alunos/as passaram a ser distribuídas também a partir de critérios de ações afirmativas e não mais por ordem de classificação. O acesso a 50% das bolsas disponíveis passou a ser elencado por condições de vulnera-

11 ADIS — Assessoria de Diversidade e Inclusão da Universidade Federal do Pará, criada em 2017 e vinculada diretamente à Reitoria da IFPA. Disponível em: https://adis.ufpa.br/index.php/politicas-afirmativas

bilidade social — pessoa com deficiência (PcD); pessoa autodeclarada preta, parda ou indígena; pessoa transexual ou travesti; e/ou pessoa residente e que tenha feito graduação em estados da Amazônia Legal.

Um dado importante a considerar é que, nas primeiras turmas do Programa, observamos um vazio de autodeclaração racial, com turmas inteiras em que apenas uma ou no máximo três pessoas autodeclararam a raça. Isso porque a autodeclaração não era estimulada como componente de política pública. Em 2017, com a política de cotas, a autodeclaração duplicou, e atualmente a autodeclaração é total. Essa falta de identificação racial no início do programa é um dado simbólico por dois fatores: por um lado, mostra a falta de preocupação que havia até há muito pouco tempo, por parte das instituições, em conhecer o perfil racial dos seus alunos/as e, por outro lado, a falta de interesse das próprias pessoas à época em se identificar racialmente. Isso indica o quanto é recente o reconhecimento formal e a consequente ampliação de processos de inclusão da diversidade social nas universidades.

Vale lembrar que as vagas de caráter étnico-raciais são uma medida de reparação às opressões históricas advindas do período de escravização no Brasil. Tornar um direito a entrada de pessoas negras, quilombolas e indígenas na universidade pública, primeiro em um curso de graduação e depois em uma pós-graduação, é um exemplo emblemático dessas medidas que, em muitos casos, garante que esses/as jovens sejam os/as primeiros/as de suas famílias a terem um diploma de ensino superior e uma titulação de pós-graduação. Se o acesso avança, a permanência nas universidades segue em contínuo risco e os estudos sobre a evasão ainda são escassos[12].

Importante ressaltar que, de acordo com o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Pará[13] é o estado brasileiro que possui a maior população negra do país, um percentual de quase 80%. Como define o IBGE, a raça negra vem a ser a soma dos autodeclarados pardos mais os autodeclarados pretos. De 144 municípios paraenses, em apenas um deles não há mais pessoas autodeclaradas negras. Do total da população, de cerca de 8.120.000 habitantes do estado: 69,9% são pardos, 19,3% brancos, 9,8% pretos, 0,9% indígenas e 0,2% amarelos.

Na pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Pará, a maior Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) da Amazônia, conforme indicam os dados da pesquisa que realizamos, no que diz respeito à iden-

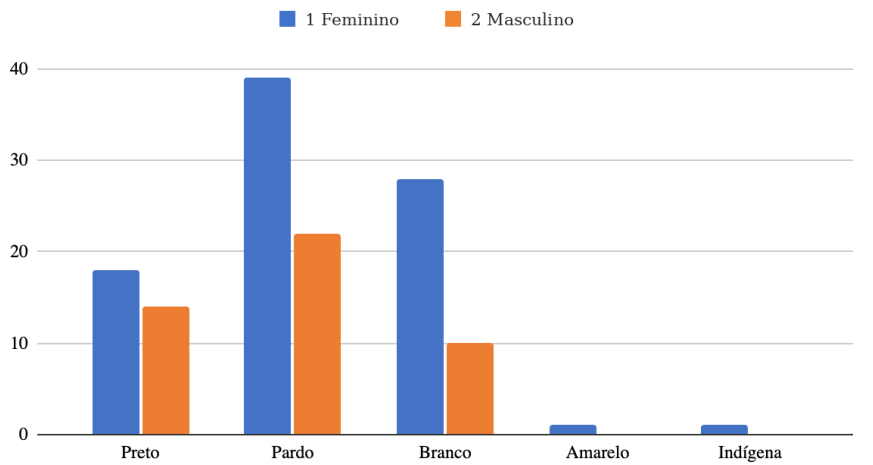
12 Ver sobre o assunto o artigo de Francisco Edmar Pereira Neto e José Airton de Freitas Pontes Junior, Evasão na pós-graduação Stricto-Sensu Brasileira: Um Estudo Exploratório (2024). Disponível em: https://cienciaesociedade.com/wp/wp-content/uploads/2024/05/2_REdLi.2024.pdf Acesso em: 18 dez. 2025.

13 Para conferir os dados do Censo 2022 específicos do estado do Pará, acesse: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/12/22/censo-2022-para-cor-ou-raca-e-municipios-do-para.ghtml. Acesso em: 26 dez. 2023.

tificação racial, cerca de 70,2% do total dos/as ingressantes do PPGCOM se autodeclaram negros, porém, com um percentual interno de autodeclarações de pretos (23,4%) bem maior que os indicadores do Estado.

Desse corpo discente com maioria de pessoas negras, as mulheres são majoritárias, 61,2% de mulheres negras, enquanto 38,7% são homens negros (Figura 3). Esses dados confirmam fartamente o processo de feminização no ensino superior[14] e também um processo de enegrecimento nas turmas do PPGCOM–UFPA.

Figura 3. Raça e gênero entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA respondentes da pesquisa



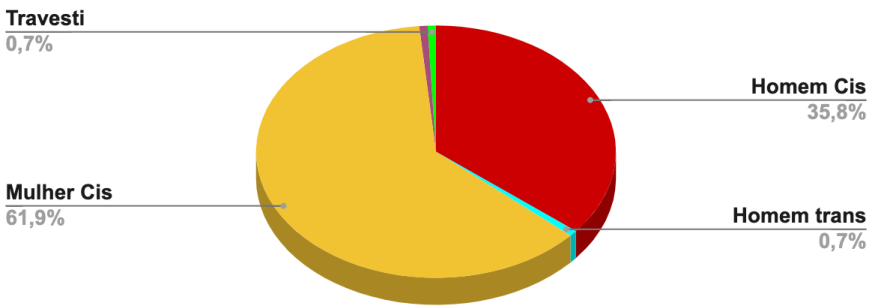
Fonte: Elaborado pelas autoras.

De forma geral, como já foi dito, o número de mulheres é intensamente maior que o de homens ingressantes no PPGCOM da UFPA, chegando também a cerca de 65% do total de ingressantes respondentes da pesquisa, bem acima do percentual também majoritário do perfil de mulheres ingressantes nos demais programas (entre 50 e 55%).

Ainda em se tratando de gênero, entre os/as respondentes, 65,8% se identificam com o gênero feminino, como mulheres cisgênero; enquanto aqueles que se identificam com o gênero masculino, como homens cisgênero, representam 34,2% dos discentes. Destes, 12,6% afirmam fazer parte da comunidade LGBTQIAPN+ (Figura 4).

14 A edição mais recente do Censo da Educação Superior (2021) mostra que as mulheres predominam entre os estudantes matriculados no ensino superior. Dos quase 9 milhões de matrículas, 58,1% são mulheres.

Figura 4. Total de discentes e egressos/as respondentes da pesquisa conforme o gênero (PPGCOM–UFPA)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A modificação dos perfis nas turmas de mestrado e doutorado faz-nos relembrar o pensamento da educadora e ativista antirracista bell hooks[15] em sua obra "Ensinando a transgredir — A educação como prática da liberdade" (2017), em que a autora nos convida a abraçar a mudança em um mundo que ela considera como multicultural e multirracial. Para a autora, a teoria e a *práxis* do ensino e da aprendizagem devem condizer com o contexto sócio-histórico em que nos inserimos, e o ambiente acadêmico não pode ficar à parte dessas transformações sociais, políticas e econômicas. "Fazer da sala de aula um contexto democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir é um objetivo central da pedagogia transformadora" (hooks, 2017, p. 56).

Esse convite à mudança a partir de bell hooks faz-nos refletir quanto ao crescimento do número de mulheres negras nas salas de aulas da pós-graduação do PPGCOM–UFPA, pois torna-se imprescindível questionar determinadas posturas docentes, repensar planos de aulas e referências teóricas, analisar políticas de acolhimento para essa nova configuração de discentes, bem como políticas de permanência e continuidade à formação acadêmica das egressas/os.

São contextos históricos que vão sendo atualizados e impactam diretamente na forma como partilhamos o conhecimento nas salas de aula. Para hooks, que tem como referência o educador brasileiro Paulo Freire, uma das saídas para o melhor desempenho do ensino e aprendizagem na pós-graduação é criar o sentido de uma comunidade entre docentes e discentes.

15 Ela nasceu Gloria Jean Watkins (1952–2021) e adotou o nome bell hooks em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. A escrita de seu nome em letra minúscula era um ato estético-político da autora. Sobre o assunto, ver "Um nome menor: sobre o pseudônimo bell hooks", publicação de Pablo Vinicius Dias Siqueira no blog HMagazinhe — Humanidades em Rede (2023). Disponível em: https://hhmagazine.com.br/um-nome-menor-sobre-o-pseudonimo-bell-hooks/ Acesso em: 18 dez. 2025.

> Trabalhando com uma pedagogia crítica baseada em minha compreensão dos ensinamentos de Freire, entro na sala partindo do princípio de que temos que construir uma "comunidade" para criar um clima de abertura e rigor intelectual. Em vez de enfocar a questão da segurança, penso que o sentimento de comunidade cria a sensação de um compromisso partilhado e de um bem comum que nos une. Idealmente, o que todos nós partilhamos é o desejo de aprender — de receber ativamente um conhecimento que intensifique nosso desenvolvimento intelectual e nossa capacidade de viver mais plenamente no mundo. Segundo minha experiência, um dos jeitos de construir a comunidade na sala de aula é reconhecer o valor de cada voz individual (…). Ouvir um ao outro (o som de vozes diferentes), escutar um ao outro, é um exercício de reconhecimento. Também garante que nenhum aluno permaneça invisível na sala. (hooks, 2017, p. 57–58)

O reconhecimento dessas vozes diversas, citado por bell hooks, também é o que nos mobiliza neste capítulo a buscar, à luz da interseccionalidade, inspirada nos estudos das autoras Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, as lentes para a análise dos dados que resultaram da aplicação dos questionários direcionados ao corpo de discentes e de egressos/as das turmas de mestrado e doutorado do PPGCOM–UFPA, entre os anos de 2010 e 2023.

Compreendemos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica multifacetada comprometida com investigações e *práxis* críticas, para compreender a complexidade do mundo em que vivemos sob a lente de diversas situações, como a desigualdade social, o poder e o contexto social, a relacionalidade e a justiça social.

A interseccionalidade, de acordo com Collins e Bilge (2021, p. 48), visa "entender e analisar a complexidade do mundo, e (…) requer estratégias complexas". Um exemplo específico é sobre as relações de raça e gênero, que é concernente a diversas camadas e categorias de análise que pesquisadores/as e ativistas passam a tentar desvendar quando utilizam a lente da interseccionalidade para compreender uma questão ou um problema de estudo/análise em artigos, dissertações e teses. "Intersecções de raça e gênero podem apontar para a necessidade de uma análise de classes ou interseções de nação e sexualidade podem indicar a necessidade de outras categorias de análise" (Collins; Bilge, 2021, p. 48).

Outro conceito importante que utilizamos para refletir o cenário da pós-graduação em comunicação na Amazônia é o de alteridade. Homi Bhabha (1998) em diálogo com Frantz Fanon, discute a relação colonial e suas esferas de poder e violência para pensar o *Outro.* A alteridade, nesse sentido, emer-

ge de um processo de identificação na análise do desejo, que tem a ver com uma autoridade individual e social. Bhabha classifica três condições para essa compreensão.

> Primeira: Existir é ser chamado a uma existência em relação à alteridade, seu olhar ou *locus*. É uma demanda que se estende a um objeto externo e, como escreve Jaqueline Rose, "é a relação dessa demanda com o lugar do objeto que ela reivindica que se torna a base da identificação". (Bhabha, 1998, p. 76)

A segunda condição é "o próprio lugar da identificação, retido na tensão da demanda do desejo, é um espaço de cisão" (Bhabha, 1998, p. 76). Ou seja, a posição em que se encontra o colonizado nunca é em si mesmo, mas sempre em relação ao *Outro.* Ele é o *Diferente* do *Outro* (colonizador), este sim, existe em sua totalidade. Como exemplo, o negro é sempre o *Outro* do branco. E por fim, a questão da identificação, para Bhabha, nunca é uma identidade pré-dada, mas uma imagem, ou podemos dizer, projeção para um *Outro.* A maneira como nos enxergamos é, em maior razão, atravessada pela maneira como aquele *Outro* nos enxerga.

Assim, é a partir do exercício da alteridade e da interseccionalidade que nos propomos a debater com mais profundidade os dados encontrados referentes à raça, ao gênero e suas interseções em discentes e egressos/as do Programa de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. As próximas seções deste capítulo trazem nossas análises na perspectiva da alteridade (Bhabha, 1998) e da interseccionalidade (Collins, Bilge, 2021), a partir de diversas camadas, como a de raça, gênero, classe social e diagnósticos de transtornos mentais adquiridos durante a pós-graduação.

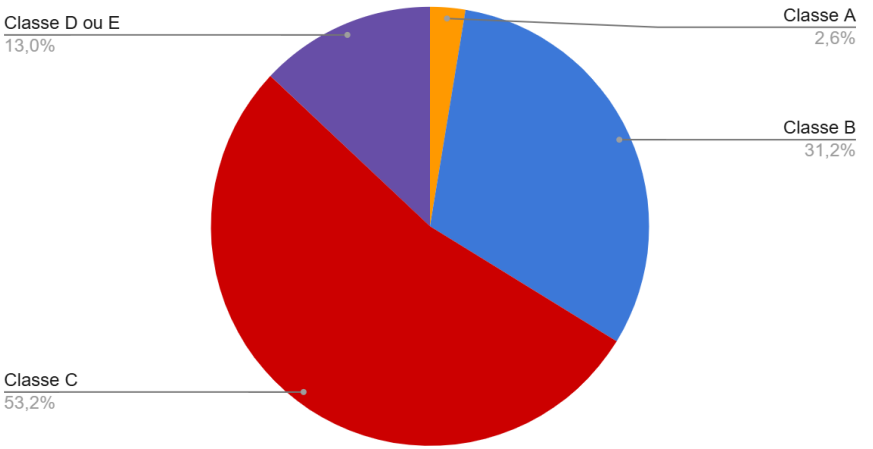
Implicações interseccionais

"Você sofreu alguma discriminação em qualquer nível da pós-graduação?" Essa foi a última pergunta do questionário da pesquisa para discentes e egressos/as dos quatro PPGs de Comunicação. No campo de resposta havia a opção de clicar em "Sim" ou "Não". Entre os/as ingressantes do PPGCOM–UFPA, 25% das pessoas respondentes optaram pela afirmativa Sim. Ao final do formulário, havia um espaço para quem quisesse discorrer sobre o tipo de discriminação.

Algumas dessas respostas citam os tipos de discriminação, em grande parte envolvendo questões de raça e de gênero: "Por conta de sua cor/raça/etnia/origem"; "Pelo fato de ser mulher" e "Por conta da sua identidade de gê-

nero". Em segundo lugar aparecem as respostas em relação à incompreensão do PPG no que diz respeito às condições de classe social de discentes e egressos/as. Conforme a Figura 5, a maioria pertence ao que se considera como classe C (50,6%), com renda mensal domiciliar entre R$ 2,9 mil e R$ 7,1 mil.

Figura 5. Classe social dos/das discentes e egressos/as do PPGCOM–UFPA



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em terceiro lugar, foi citada a intersecção trabalho e estudo acadêmico. Muitos discentes, com ou sem bolsa de estudos, precisam conciliar o curso de mestrado e doutorado do PPGCOM–UFPA com o mercado de trabalho, em tempo parcial ou, em alguns casos, em tempo integral. Mais de dois terços (67,2%) dos discentes e egressos do Programa trabalharam durante suas trajetórias acadêmicas, enquanto somente cerca de um terço (32,8%) deles vivenciaram a pós-graduação com dedicação exclusiva.

Mesmo com o valor das bolsas atualizado pelo governo federal em 2023[16] e sem reajuste inflacionário por 10 anos, o montante não se mostra suficiente para que as/os alunas/os possam se dedicar exclusivamente ao programa de pós-graduação. Cerca de 40% dos respondentes que tiveram que conciliar trabalho durante a pós-graduação receberam bolsa integral (Capes ou FAPESPA), o que demonstra a importância das bolsas e também sua insuficiência.

16 Anúncio do reajuste das bolsas de Mestrado e Doutorado no governo federal sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Lula vai reajustar em 40% bolsas de mestrado e doutorado — 15/02/2023 — Educação — Folha (uol.com.br). Acesso em: 23 jul. 2024.

As diferenças interseccionais sobre raça, gênero, classe social e condição socioeconômica demonstram profundas assimetrias de renda entre as/os discentes e as/os egressas/os do PPGCOM–UFPA, desigualdade que, em muitos casos, segundo manifestações nos questionários, é incompreendida por parte do quadro docente do programa.

Pensando sobre desigualdades, a autora Zélia Amador de Deus (2020) traz a perspectiva de percebê-las a partir de diferentes significados da igualdade. Para a autora, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e dos pactos da ONU que se seguiram ao longo do século XX, houve um redimensionamento do conceito de igualdade e há três maneiras de se definir o conceito: a partir de uma igualdade formal, de uma igualdade material de justiça social e distributiva e a igualdade a partir de um ideal de justiça bidimensional.

> A igualdade formal — "todos são iguais perante a lei". A igualdade material correspondente ao ideal de justiça social e distributiva, orientada pelo critério socioeconômico. E a igualdade material correspondente ao ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades. Esta última orienta-se pelos critérios de gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual e outros que possam ter sido utilizados para justificar discriminações. É importante ressaltar também que a igualdade material com base no ideal de justiça enquanto reconhecimento de identidades apresenta um caráter bidimensional da justiça: a justiça enquanto redistribuição e a justiça enquanto reconhecimento. Desse ponto de vista, a justiça só será completa em sua bidimensionalidade. (Deus, 2020, p. 102)

No que diz respeito às condições de moradia, a condição dos sujeitos da pesquisa é, majoritariamente, periférica. Importante salientar que o campus da UFPA em Belém está localizado no bairro mais populoso da capital paraense, o bairro do Guamá, e colado ao bairro da Terra Firme, espaço de vulnerabilidades e estigmatização urbana. Do total de 134 discentes e egressos/as do Programa que responderam ao formulário, 108 residem ou já residiram em áreas periféricas de Belém ou outro município, ou seja, 80,54% do corpus da pesquisa estão imersos em uma realidade de periferia urbana, na perspectiva de um colonialismo geográfico, considerando os termos em que Milton Santos (2007) define periferia — como o lugar onde se é duplamente penalizado: pelos processos de segmentação (de trabalho e classe social), característicos do capitalismo, e pelo modo territorial e histórico de distinção e desigualdades.

Retomando o arco conceitual deste capítulo, é importante dizer que situamos a definição de sujeitos nos termos de Grada Kilomba (2019), como

aqueles/as que conseguem nomear suas próprias histórias e estabelecer suas próprias identidades. O sujeito, segundo a autora, é aquele que fala e não o que deixa sua realidade ser contada pelo *Outro.* Para a autora, a academia (universidade) valida o que é científico a partir de percepções coloniais e da branquitude.

É por isso que, quando sujeitos divergentes ocupam esses espaços, se deparam com um ambiente que não foi "feito" para eles. E, consequentemente, por vezes, violento e não acolhedor. Esses marcadores sociais também influenciam em questões de saúde mental na pós-graduação, como veremos a seguir.

Diagnósticos de transtornos mentais

A saúde mental, de acordo com o Relatório "Esgotadas" do Laboratório Think Olga de Exercícios de Futuro, utiliza a definição criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como um estado de bem-estar em que as pessoas são capazes de concretizar suas habilidades cognitivas e emocionais, lidar com demandas, o estresse e conviver com a comunidade da qual fazem parte. "A saúde mental não é apenas a ausência de transtornos, mas também contempla a presença de recursos sociais e ambientais e capacidades emocionais e cognitivas que promovam o bem-estar mental", acrescenta o estudo (Laboratório Think Olga, 2023, p. 8).

De acordo com o último relatório da organização internacional The Institute for Health Metrics and Evaluation (IHME), 49 milhões de pessoas viviam com algum tipo de transtorno mental ou causado por uso de substâncias em 2019 no Brasil. Desse número, 53% correspondiam a mulheres, o que representa, portanto, mais da metade das pessoas identificadas pelo estudo com transtornos de ansiedade e depressão (Laboratório Think Olga, 2023).

Um dos resultados preocupantes que encontramos na pesquisa quantitativa realizada pela Rede Alteridades foi justamente o elevado número de casos de discentes e egressos/as com diagnóstico de algum tipo de transtorno de saúde mental, uma das perguntas do formulário.

Em todos os PPGs que integram a pesquisa, esse foi um dado relevante, com uma média já preocupante de 36,8% de respostas afirmativas. No PPGCOM–UFPA, esse percentual se intensifica, chegando perto da metade dos discentes e egressos/as que afirmaram terem tido algum diagnóstico em saúde mental (46,3%). Ou seja, o índice do PPG de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA) é 25% maior quando comparado às outras universidades que compõem o projeto — os PPGs de Comunicação da Universidade

Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Nesse panorama da saúde mental em discentes e egressos/as no PPGCOM–UFPA, é importante correlacionar fatores que tendem a compor o quadro de opressões interseccionais: baixa renda, sobrecarga nas atividades laborais e domésticas, desigualdade de acesso a serviços e infraestrutura de qualidade, entre outros. Sabemos que dos/as respondentes que indicaram ter algum diagnóstico em saúde mental, cerca de 60% são mulheres, mais da metade delas possuem filhos (57,6%), e a grande maioria, além de mães, acumulam também o cuidado com outras pessoas da família (84,2%).

Esses dados indicam que muitas dessas mulheres que viveram o adoecimento em saúde mental, em algum momento, antes, durante ou após o tempo de mestrado ou doutorado, tiveram que conciliar a pós-graduação com o cuidado da casa, dos filhos e/ou dos familiares e grande parte (60,6%), nessas condições já adversas, teve que conciliar a pós-graduação com emprego. Por outro lado, mesmo entre as que receberam a bolsa de auxílio na pós-graduação, tanto no mestrado como no doutorado, também precisaram fazer trabalhos esporádicos para complementação de renda e auxílio em casa.

Abrindo a grande angular

O cenário apontado acima, de comprometimento da saúde mental na pós-graduação, não se trata de uma situação isolada. O risco de comprometimento da saúde mental se enquadra num cenário ampliado da realidade na atualidade. O Laboratório Think Olga (2023, p. 13) realizou entrevistas, a partir de uma pesquisa quantitativa com 1078 mulheres com mais de 18 anos de todas as classes sociais e de todas as regiões do Brasil, para compreender como está a saúde mental das brasileiras atualmente.

Quase metade das entrevistadas da pesquisa do Laboratório Think Olga (2023, p. 17) já foi diagnosticada com algum tipo de transtorno de saúde mental. Entre eles, a ansiedade, depressão e síndrome do pânico. A situação financeira, a remuneração baixa e a responsabilidade pela conciliação de diversas áreas da vida são fatores de insatisfação, principalmente as relações afetivo-amorosas e com familiares aparecem como principais fatores geradores.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD contínua), de 2019, além das insatisfações, a sobrecarga de trabalho doméstico continua recaindo mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Em um ano, as mulheres gastam 47 dias em tarefas domésticas, invisíveis e não remuneradas, enquanto os homens dedicam 23 dias do seu tempo. Entre as mulheres, as que mais realizam as tarefas domésticas são as pretas (94%),

as pardas (92%) e brancas (91%), enquanto os homens continuam bem atrás (79%).

Nesse sentido, a pesquisa do Laboratório Think Olga (2023, p. 33) confirma os dados do IBGE e contextualiza o cenário da sobrecarga de trabalho doméstico e a jornada de trabalho excessiva, sendo o que apresenta maior impacto na saúde emocional das mulheres, atrás apenas das preocupações financeiras. Os dados das mulheres na pós-graduação em Comunicação na UFPA testemunham essa mesma cena que reafirma a lógica colonial e patriarcal, reproduzindo assimetrias.

Considerações possíveis

É notória a falta de investimento na pós-graduação dos chamados Brasis Preteridos, conceito formulado no âmbito desta pesquisa a partir da noção de alteridade geográfica, especialmente no que tange à região amazônica. Como vimos, existe um número escasso de programas de pós-graduação em Comunicação na região Norte do país e, por isso, se faz tão importante a existência de PPGs que se coloquem como espaços ao debate das desigualdades internas e das assimetrias externas em relação ao Norte e, de forma ampliada, à Amazônia.

Como indicamos no início deste texto, o PPGCOM–UFPA passou por uma série de transformações ao longo de sua trajetória, tornando-se mais inclusivo e atento às demandas das populações subalternizadas. No entanto, essas mudanças não são acaso, mas fruto de sucessivas lutas dos movimentos organizados para a inclusão de políticas afirmativas nas universidades (Carneiro, 2011).

Em retrospectiva, não podemos ignorar a ausência de dados raciais durante sete anos no PPGCOM–UFPA, quando ainda não havia uma cultura interna na universidade que estimulasse a autodeclaração racial das/dos discentes nos primeiros anos de funcionamento da pós-graduação. Fato esse que impacta na memória do programa no estado do Pará, assim como na avaliação das políticas de ações afirmativas, as quais viriam a se fazer presentes em 2017 no mestrado e em 2019, no doutorado.

Após o início das ações de políticas afirmativas no Programa, tornou-se evidente o crescimento de um quadro mais diverso de discentes, entre eles homens e mulheres negras. No entanto, ainda se tem um longo caminho pela frente, prova disso é o número inexpressivo de discentes indígenas e pessoas com deficiência. Além da inclusão desses alunos/as na pós-graduação, o Programa e a instituição precisam garantir um compromisso crescente com políticas de acolhimento, assistência e permanência.

Vale lembrar que os dados de saúde mental nos mostram que parte dos/das discentes não se sentem acolhidos/as pelo PPGCOM–UFPA, no que se refere às questões raciais e de gênero, mesmo que o Programa venha promovendo debates, por meio dos seus grupos de pesquisa, para questões descoloniais, ou estabeleça mecanismos e ações de acolhimento.

É importante entender que a dimensão é institucional e que, como coloca Almeida, as "instituições reproduzem as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social" (2019, p. 47). Ou seja, é necessário um movimento de contradiscurso de enfrentamento decolonial e contracolonial (Grosfoguel, 2019; Bispo, 2020), permanente e crescente, para que as pressões contra-hegemônicas consigam romper as lógicas de dominação que reproduzem um "racismo estrutural", que ainda está longe de ser devidamente reconhecido e enfrentado.

Outra questão pertinente a considerar é que, assim como em todos os Programas de Pós-graduação, a adoção de políticas afirmativas deve avançar também nos concursos públicos para docentes, visando a inclusão de docentes negros/as e indígenas, uma vez que, observa-se ainda um quadro quase exclusivo de pessoas brancas nesses cargos. Os dados trazidos aqui não abordam estatísticas em relação aos docentes dos PPGs, mas evidenciamos tal questão como forma de provocar o debate em torno de uma problemática geral da Educação Superior no país que não pode ser esquecida[17] e que poderia contribuir para ambientes mais compreensivos e assim acolhedores das alteridades.

Como nos mostra bell hooks (2017), para concretizar uma pedagogia crítica, capaz de realizar transformações sociais significativas, precisamos escutar efetivamente as vozes que foram silenciadas. Nesse caminho, o primeiro passo desta pesquisa foi entender o cenário dos/as discentes e egressos/as dos Programas de Pós-graduação em Comunicação em foco, com a lente para as desigualdades que interferem em suas trajetórias acadêmicas.

Importante dizer que os achados a partir dos dados quantitativos aqui apresentados emolduram uma cena recorrente nos PPGs pesquisados e, mesmo com diferenças, de certa forma dramática, exigindo ser mais amplamente reconhecida e enfrentada, para o qual este estudo espera contribuir. A segunda etapa da pesquisa, de caráter qualitativo (ver. Parte 2, cap. 1), em curso na pesquisa da Rede Alteridades nos quatro PPGs de Comunicação (UFS, UFMS, UFPA e UFRR), visa justamente compreender a realidade em proximidade a partir dos sujeitos e sujeitas em foco, seus cenários e contextos, com seus atra-

17 Segundo dados do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), apenas um em cada cinco professores universitários em exercício se declara preto ou pardo (21%). Disponível em: https://share.google/kRhb2cpf7tazmO4hn. Acesso em: 18 dez. 2025.

vessamentos, tensões e opressões interseccionais, cujos resultados deverão apontar, de forma mais nítida, temas necessários e urgentes às políticas públicas e afirmativas voltadas à pós-graduação nos chamados Brasis preteridos.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATTISTELLI, Bruna, *et al*. **Branquitude e racismo na universidade:** analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento. Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens 2, n. 4, p. 549–566, 2021.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, Edna. **Pensamento crítico latino-americano.** São Paulo: Annablume, 2019.

COLLINS, Patricia Hills; Sirma Bilge. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

DEUS, Zélia Amador de. **Políticas de ação afirmativa como estratégia de construção de igualdade racial**. *In*: Caminhos trilhados na luta antirracista. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. — (Coleção Cultura Negra e Identidades).

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. set. 2005. p. 133–168. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf. Acesso em: 28 jun. 2025.

ESTEVES, Lorena Cruz. **Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: diálogos sobre (de)colonialidades e resistências comunicativas.** Tese (doutorado) 272 fls. Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação. Programa de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia 9PPGCOM–UFPA), 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

Global Burden of Disease (2019) Institute for Health Metrics and Evalution (IHME). Disponível em: GBD Results | Institute for Health Metrics and Evaluation (healthdata.org). Acesso em: 26 jul. 2024.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa…/Lélia Gonzalez. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. 486 páginas. 1ª Edição.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** — Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual 2019.** Disponível em: Home | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 26 jul. 2024.

LAGE, Leandro; Steinbrenner, Rosane. **O que significa fazer pesquisa em comunicação na Amazônia?** *In*: Narrativas do fim — Pensamentos outros da comunicação amazônica. Orgs. André Demarchi, Antônio Pedroso, Elton Antunes, Ivana Cláudia Guimarães Oliveira. Belo Horizonte, MG: FAFICH/Selo PPGCOM–UFMG, 2023.

PEREIRA NETO, Edmar; PONTES JUNIOR, José Airton de Freitas. Evasão na pós-graduação Stricto-Sensu Brasileira: Um Estudo Exploratório. **Revista Educação & Linguagem**. Ano 11, n. 1. 2024. p. 13–23. Disponível em: https://cienciaesociedade.com/wp/wp-content/uploads/2024/05/2_REdLi.2024.pdf Acesso em: 18 dez. 2025.

THINK OLGA, Laboratório de Exercício de Futuro. **Esgotadas: o empobrecimento, sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres**. Disponível em: Esgotadas — Lab ThinkOlga, 2023. Acesso em: 26 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

STEINBRENNER, Rosane. **Proposta — Relatório Sucupira** (Ref: 2020 — Encerramento da Quadrienal 2017–2020). Programa de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, 2020.

VIEIRA, Cleber dos Santos. A lei de cotas é um desdobramento de uma longa luta das organizações negras. Entrevista. **Redação EPSJV —** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz | 18/08/2022. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-lei-de-cotas-e-um-desdobramento-de-uma-longa-luta-das-organizacoes-negras. Acesso em: 12 jul. 2024.

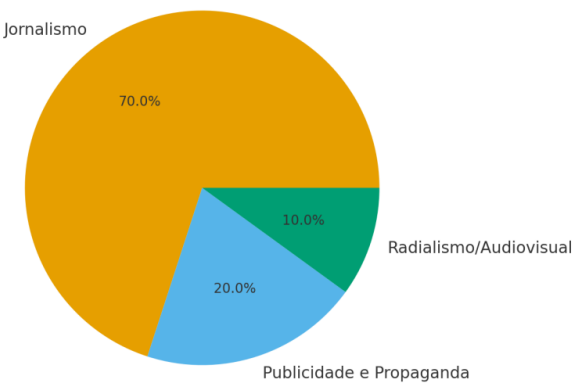
Formação, desigualdades e permanência: O PPGCOM–UFS como campo de pesquisa

Renata Barreto Malta
Raquel Carriço Ferreira
Aianne Amado

Contexto e percursos formativos

Como parte da Rede Alteridades e no papel de coordenação da pesquisa, devidamente apresentada na introdução deste livro, o PPGCOM da UFS integra o conjunto de programas investigados na pesquisa, juntamente com os PPGCOMs da UFMS, UFPA e UFRR. Este capítulo desenvolve a análise de resultados da primeira fase do estudo, especificamente acerca de discentes e egressos/as do Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Desse universo, os/as graduados/as em Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em jornalismo correspondem a pouco mais de 70%, seguido de Publicidade e Propaganda, com 20%, e de Radialismo ou Audiovisual com quase 10% do total.

Figura 1. Distribuição da formação acadêmica



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A Universidade Federal de Sergipe foi fundada em 1968, como parte de uma estratégia nacional de expansão do ensino superior no Brasil. Criada pela Lei nº 5.540, consolidou-se ao longo dos anos como uma das principais instituições de ensino e pesquisa do Nordeste. Sua sede fica no campus de São Cristóvão, onde funciona o departamento de Comunicação Social. Os Cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e com habilitação em Radialismo e Televisão foram aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEP) da UFS no ano de 1992 e iniciaram seu funcionamento efetivo no primeiro semestre de 1993.

Apenas em 2008, o curso de Publicidade e Propaganda foi criado como parte do mesmo departamento, tendo suas atividades iniciadas em 2009. Em 2011, o curso de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFS teve o seu APCN aprovado, com o ingresso da primeira turma em 2012. Até 2025, o PPGCOM era composto apenas pelo mestrado acadêmico com área de concentração em "Comunicação e Sociedade" e duas linhas de pesquisa: "Produtos, Processos e Discursos Midiáticos" e "Cultura, Economia e Políticas da Comunicação".

Após alcançar nota quatro na quadrienal da Capes (2017–2021), o curso de doutorado teve sua APCN aprovada e terá a sua primeira turma de ingressantes em 2026. O Programa desenvolve pesquisas que investigam as relações sociais, culturais, políticas e econômicas imbricadas à comunicação midiática contemporânea, com foco na sociedade brasileira e especial interesse nos contextos regionais. Ao longo de pouco mais de uma década, as dissertações produzidas refletem problemáticas do campo da comunicação articuladas às realidades do estado e da região, considerando os múltiplos aspectos sociais, culturais e econômicos implicados.

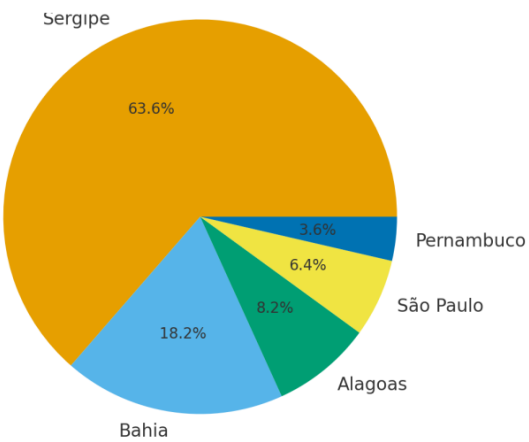
Nesse contexto, a Rede Alteridades ganhou forma e se constrói com um posicionamento político que visa dar visibilidade às problemáticas que emergem no ambiente da pós-graduação brasileira, tendo como base programas que se localizam no que denominamos "Brasis Preteridos" — conceito já apresentado no primeiro capítulo deste livro.

Estamos diante de uma obra que visa publicar resultados empíricos, tensionados por discussões teóricas, oriundos da primeira etapa da pesquisa de campo obtidos por meio de um questionário (*survey*) aplicado a estudantes e egressos/as dos PPGs das universidades envolvidas, com o intuito de mapear e relacionar seus perfis e entender suas realidades objetivamente, tendo como norte a alteridade alicerçada nos marcadores sociais de gênero e raça e suas interseccionalidades.

Entendemos a interseccionalidade como uma importante ferramenta analítica oriunda de uma *práxis*-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, *status* de cidadania, etnia, nacionalidade, faixa etária, com suas transversalidades, são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais (Collins e Bilge, 2020).

Acerca dos questionários — detalhados na introdução deste livro —, no caso do PPGCOM–UFS, obteve-se uma taxa de resposta de 92% do total de discentes e egressos/as do programa. Desses, 74,6% eram egressos/as, 18,5% discentes e 6,9% desistentes. Sobre a região de origem, entre discentes e egressos/as, 63,6% nasceram no estado de Sergipe; 18,2% no estado da Bahia; 8,2% em Alagoas; 6,4% em São Paulo e 3,6% no estado de Pernambuco.

Figura 2. Região de origem de discentes e egressos/as do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

É interessante observar que 79,1% dos/as respondentes (entre egressos/as e discentes) permaneciam vivendo em Sergipe quando responderam ao questionário, especialmente em Aracaju, capital do estado. Com base nas entrevistas em profundidade, segunda etapa empírica deste estudo, será possível um aprofundamento acerca do baixo índice de deslocamento e migração após o término do curso. Quanto à sua formação acadêmica, mais de 90% se graduaram em universidades públicas e 10% em privadas, sendo que 63,6% fizeram a sua graduação na Universidade Federal de Sergipe.

Essa endogenia revela que a continuidade dos estudos na ambiência acadêmica depende em grande medida das oportunidades geradas pelo PP-

GCOM–UFS, único acesso público a um programa de comunicação social no estado. A importância das informações obtidas na pesquisa deve ser evidenciada com base em múltiplas dimensões.

Primeiramente, não se trata de dados fragmentados ou desassociados. Como bem pontuamos, norteados pela interseccionalidade como caminho analítico, os marcadores sociais que impactam condições de acesso e permanência de discentes na pós-graduação são produtores de "avenidas identitárias" de interação simultânea e colisão das estruturas que impedem aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos (Akotirene, 2018).

Ademais, partimos do reconhecimento de que a universidade, em especial a pública, também é responsável por criar mecanismos que contribuam para minimizar as desigualdades sociais, considerando que a educação é o *lócus* a partir do qual pode acontecer a transformação da sociedade (Freire, 2006). Nesta esteira, é importante entender as condições dos programas de pós-graduação na ordem da alteridade, alicerçada nas minorias sociais e condições de vulnerabilidade, especialmente os situados no que aqui chamamos de "Brasis Preteridos", onde se encontra o PPGCOM–UFS.

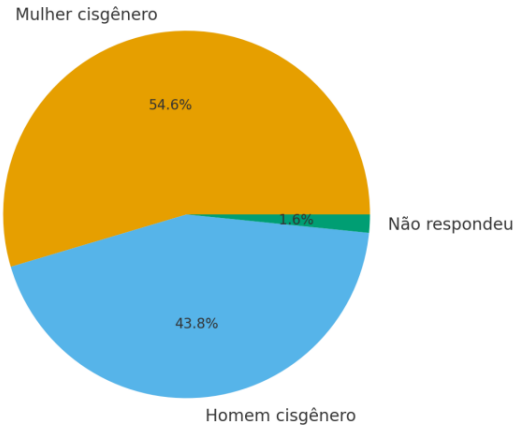
Nas palavras de Homi Bhabha (1998), é a perturbadora distância entre grupos hegemônicos e não hegemônicos que constitui a figura da alteridade. Assim, no âmbito da UFS, mais especificamente no PPGCOM, entender tais condições extrapola suas realidades individuais. Coletivamente, e com as devidas associações, os resultados do estudo podem contribuir para a proposição de estratégias formativas emancipatórias, políticas públicas e institucionais voltadas à redução das desigualdades sociais no ambiente universitário da pós-graduação *stricto sensu*.

Desse modo, apresentaremos os resultados concernentes ao recorte centrado nos dados da primeira fase da pesquisa empírica. De modo mais direcionado, os tópicos a seguir trazem também desdobramentos acerca da trajetória de egressos/as do PPGCOM da UFS, com a devida fundamentação teórica que embasa as problemáticas que emergirem da empiria. Os resultados obtidos também estão associados a outras pesquisas que tratam das desigualdades racial e de gênero, as quais podem contribuir para um entendimento mais amplo acerca da realidade brasileira.

O marcador social de gênero como centro

Dimensionando a participação feminina no PPGCOM da UFS, 54,6% se autodeclararam mulher cisgênero, 43,8% se afirmaram homem cisgênero e 1,6% (2 pessoas) preferiram não responder.

Figura 3. Identidade de gênero entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ainda que desde a década de 2000 as mulheres sejam a maioria dentro das universidades brasileiras (Leta, 2003), e que em 2022, 21,3% das mulheres e 16,8% dos homens brasileiros acima de 25 anos tenham curso superior completo (IBGE, 2022), ocupar espaços de poder no universo acadêmico ainda é um desafio para elas (Matos, 2016).

Cinzia Arruzza (2015, p. 36) assevera que o conceito de patriarcado ou sistema patriarcal explica como a opressão e a desigualdade de gênero são problemáticas e atravessam toda a sociedade. Elas "são reproduzidas através de mecanismos que não podem ser explicados no nível individual". Nesse contexto, o ambiente universitário torna-se um espaço de reprodução das mais diversas formas de opressão e discriminação, dentre as quais, a de gênero (Collins e Bilge, 2020).

Quando perguntadas sobre atos discriminatórios sofridos na pós-graduação, três afirmaram ter sido oprimidas "por serem mulheres". O questionário não foi capaz de contemplar outras dimensões de discriminação com bases interseccionais, mas chama-nos a atenção que, das 17 pessoas respondentes do PPGCOM da UFS que afirmaram ter sofrido algum tipo de discriminação no ambiente acadêmico, 11 sejam mulheres. Não houve relatos acerca do teor desses atos, mas o aprofundamento acerca desses episódios, observados como fatos sociais, emerge das entrevistas e será apresentado em publicações subsequentes a esta.

No que diz respeito à comunicação, ainda que seja visível a forte presença de mulheres no campo, elas ainda têm dificuldade para avançar em

suas carreiras e continuam sendo minoria no topo da hierarquia dentro desses ambientes (Almeida, 2018). Após o processo denominado de "feminização do jornalismo" (Lelo, 2019), e como consequência dele, mais mulheres têm ocupado espaços subalternizados na área da Comunicação Social. A dificuldade em se estabelecer no mercado de trabalho pode, inclusive, ser um motivador para mulheres buscarem o mestrado acadêmico. Essa também será uma problemática a ser aprofundada em outras oportunidades com base no estudo desenvolvido pela Rede Alteridades.

O processo de reestruturação capitalista possibilitou que o jornalismo e outras áreas correlatas passassem a se organizar sob a lógica do regime de acumulação flexível, resultando em um tipo de jornalismo flexível (Figueiredo, 2018) com mudanças profundas na dinâmica de regulamentação do trabalho de jornalistas de modo global, e no Brasil de maneira específica. Essa mesma lógica impera em outras áreas da Comunicação, como a Publicidade e Propaganda e o Audiovisual.

A dissertação defendida no PPGCOM por Agatha Cristie Silva (2021, p. 12) problematiza a exaustão de mulheres jornalistas, com recorte regional, associada à estrutura de uma sociedade patriarcal, "cujo machismo se reproduz na rotina produtiva, nas estruturas hierárquicas, na ausência de políticas para a conquista da paridade de gênero no mercado de trabalho, nos ciclos de violências institucionais e na relação do patriarcado com o capitalismo e sua lógica de exploração e opressão".

Sobre o ambiente acadêmico, de acordo com Silva e Ribeiro (2014), a desigualdade de gênero é aparente na participação em cargos administrativos, no nível mais elevado da carreira universitária (professor/a titular), no recebimento de bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq, ou na participação em comitês de assessoramento das agências de fomento.

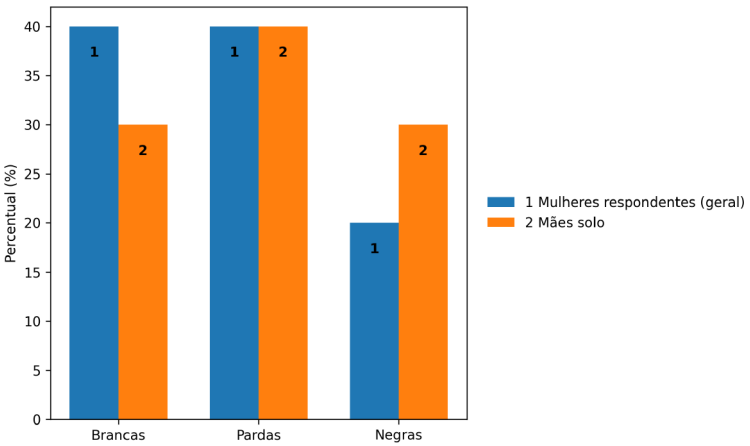
Em relação à maternidade/paternidade, quase 30% dos/as entrevistados/as têm filhos/as: são 15 pais e 20 mães. Chama-nos a atenção que 65,7% dos que são pais e mães tenham apenas um filho, com uma média de aproximadamente 1,4 filho por pessoa. Essa taxa é menor, mas se aproxima da registrada no censo demográfico de 2022, de 1,6 filho por mulher. Desse grupo, dois homens (13,3% dos homens que são pais) se dizem pais solo, enquanto 10 mulheres (50% das mulheres que são mães) não contam com a participação do genitor nos cuidados da/s criança/s.

É relevante observar que a percepção sobre a condição de mãe/pai solo é, em alguma medida, subjetiva. Nas entrevistas, pudemos observar que mulheres tendem a se definir como mãe solo quando não têm apoio, com participação nula ou quase nula do genitor. Por outro lado, homens tendem a se

definir dessa maneira quando sua participação na criação dos filhos é mais significativa, em casos de guarda compartilhada, por exemplo.

Quando observamos a maternidade solo interseccional, a raça, os dados nos levam à reflexão acerca de como o racismo opera também na definição de estruturas familiares e na condição de vida das mulheres negras. Do universo de mulheres respondentes, 40% se autodeclararam brancas, 40% pardas e 20% pretas. No entanto, quando observamos quem são as mães solo, chegamos a 30% brancas, 30% pretas e 40% pardas.

Figura 4. Distribuição racial entre mulheres respondentes e mães solo (comparativo)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Estes dados refletem a realidade do país, onde mais de 11 milhões de mães criam seus filhos sozinhas (15% dos lares), e 90% das mulheres que se tornaram mães solo entre 2012 e 2022 são pretas ou pardas (FGV, 2023). A discrepância entre a proporção de mulheres pardas ou pretas que se encontram nessa condição de maternidade solo e a proporção geral no universo de respondentes revela que a "solitude" materna se distribui segundo marcadores raciais.

Não será possível, nesse capítulo, abarcar todas as problematizações que esses dados provocam, alicerçadas no racismo estrutural que molda a maternidade de mulheres negras em pilares de dominação e opressão (Collins, 2000). Mas é importante pontuar que "há uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares" (Carneiro, 2003, p. 122).

Para Sueli Carneiro (2003), trata-se de uma violência invisível que contrai saldos negativos para a subjetividade das mulheres negras, resvalando na afetividade e sexualidade destas. Tal dimensão da violência racial e as particularidades que ela assume só pode ser combatida com a recriação de práticas e novos referenciais. Desse modo, somos provocadas a pensar as estruturas familiares não como individuais, mas como uma engrenagem social que se alicerça na opressão e gera brechas ou fissuras na resistência.

Os dados sobre maternidade solo também nos impulsionam a pensar sobre a conciliação da vida acadêmica com a maternidade, já que parte significativa dessas mulheres enfrenta obstáculos para sua permanência na pós-graduação. Aqui, cabe uma crítica endereçada à separação dicotômica entre as esferas pública e privada. O que se evoca no argumento feminista é a presença de uma intersecção estrategicamente silenciada entre as duas esferas da vida (Fraser, 1989) que pretere as mulheres. Nesse sentido, a dissertação de Ágatha Cristie Silva (2021) também evidencia a disparidade entre mulheres e homens jornalistas, no contexto regional, nos cuidados domésticos, tornando a rotina de jornalistas mulheres muito mais exaustiva.

Esses dados, quando interseccionais a outros marcadores sociais, tendem a agudizar ainda mais as desigualdades. Grada Kilomba (2019) compreende que a percepção de conhecimento, erudição e ciência estão intimamente associados ao poder, contestando a crença de que acadêmico é um espaço neutro, dando forma a desigualdades que podem ser explicadas pelas lentes da interseccionalidade.

A centralidade no marcador racial

No tópico anterior, apresentamos os resultados da pesquisa oriundos dos questionários com base no marcador de gênero, entendendo que a perspectiva interseccional se fazia necessária para aprofundar dados e problematizá-los. Aqui, pretendemos dar evidência à raça como marcador central. Iniciamos esta discussão ressaltando o significado de raça, com base em autores/as dos Estudos Culturais, entendida como categoria "socialmente construída", defendida por Hall (2003) e Elisa Nascimento (2003). Raça seria, assim, uma construção social e política, que se sustenta em atributos fenotípicos — especificamente no contexto social brasileiro —, a partir da qual se estruturam relações entre grupos raciais.

O racismo, no Brasil denominado de marca, "se expressa por meio de um *continuum* de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado" (Moore, 2007, p. 284). O autor ressalta que, ao invés de o racismo retroceder com o avanço da sociedade nas

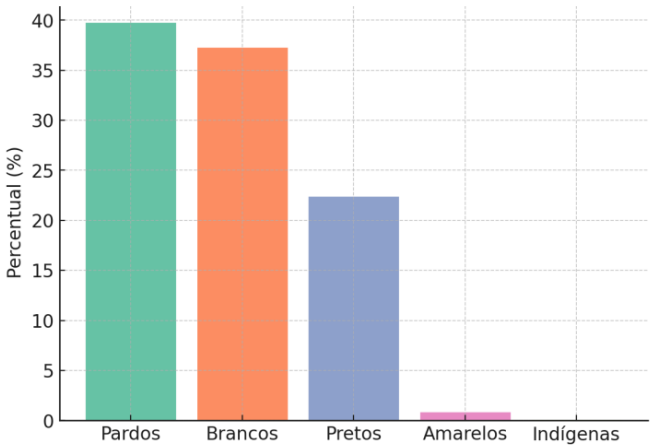
esferas da educação, ele tem se mantido e encontrado outras formas de expressão. Desse modo, discutir raça como marcador social é fundamental para que haja mudanças. Elisa Nascimento argumenta que

> (…) a pretensão de eliminar o termo "raça" do vocabulário científico e popular resume-se a um utópico e fantasioso engano, pois mesmo eliminado o vocábulo no imaginário social, as diferenças físicas visíveis continuariam a ser tipificadas e interpretadas pelo senso comum que constrói socialmente as "raças simbólicas". A supressão da palavra, ao contrário de apagar o racismo do "espaço mental" popular, tende a favorecer o prevalecimento e a normalização do "racismo simbólico". (Nascimento, 2003, p. 47)

Assim, o mapeamento do número de discentes e egressos/as do Programa que se autodeclaram racialmente é fundamental, pois sua omissão apenas tornaria invisível a diferenciação que, simbólica e socialmente, perpetua a distinção dos grupos sociais privilegiados e não privilegiados e invisibiliza a necessidade de políticas públicas para mitigar o racismo no ambiente acadêmico. Da etapa de análise das entrevistas em profundidade emergiu uma discussão significativa sobre a percepção racial dos/as respondentes, apontando a universidade como um espaço potente para o debate racial, assim como problematizando que ao migrarem ou se deslocarem para outros estados, sentiram de diferentes formas o racismo. Os resultados dessas análises serão publicados subsequentemente a esta obra.

Com relação aos números, entre os/as respondentes, 39,7% identificaram-se como pardos, 37,2% como brancos e 22,3% como pretos. Apenas 0,8% se autodeclararam amarelos e nenhum indígena. É importante evidenciar que Sergipe é um estado onde pouco mais de 25% da população se considera branca (IBGE, 2022). Assim, mesmo diante de uma diversidade racial, ainda observamos no ambiente acadêmico maior concentração de pessoas brancas em relação à população do estado.

Figura 5. Distribuição racial entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quanto ao ingresso no Programa por meio de cotas, 10,7% afirmaram ter se beneficiado de vagas para pretos/pardos. No que concerne à permanência, 47,9% receberam bolsa de estudos integral e 14,1% parcial. Do grupo que recebeu bolsa integral, 60,3% são pretos ou pardos, número relativamente proporcional em relação ao universo estudado, onde 62% são negros (pretos ou pardos).

É importante considerar que até 2023 (quando os dados foram coletados), o PPGCOM da UFS não possuía políticas afirmativas para concessão de bolsas, sendo a ordem de classificação no processo seletivo e a condição de não exercer atividade remunerada concomitante ao critério definido. Recentemente, em 2025, o PPGCOM passou a adotar diretrizes de distribuição de bolsas que contemplam políticas afirmativas, com bolsas destinadas a PPI e PcD. A falta de ações conjuntas que norteiem os programas de pós-graduação da UFS em relação à distribuição de bolsas e garantam legitimidade de suas decisões se mostra problemática, dependendo de parâmetros próprios e pouco seguros juridicamente.

A alta porcentagem de estudantes que dependem de bolsas de estudos no mestrado, mesmo considerando o longo período sem reajuste inflacionário — de 2013 a 2023 — (Pincer, 2013), demonstra a sua necessidade para a permanência no curso. Mais além, reforça a importância de políticas afirmativas no âmbito institucional. Mesmo considerando o fator concessão de bolsas, 65,3% trabalharam em algum momento durante o mestrado, de modo formal ou informal.

A concomitância entre trabalho remunerado e bolsa de estudos só foi regulamentada pela Capes em 2023, uma mudança que beneficia aqueles/as que precisam de uma complementação de renda compatível com as demandas impostas a alunos/as para a realização do curso. Assim, parte dos/as respondentes encontraram na informalidade um caminho para a complementação de renda.

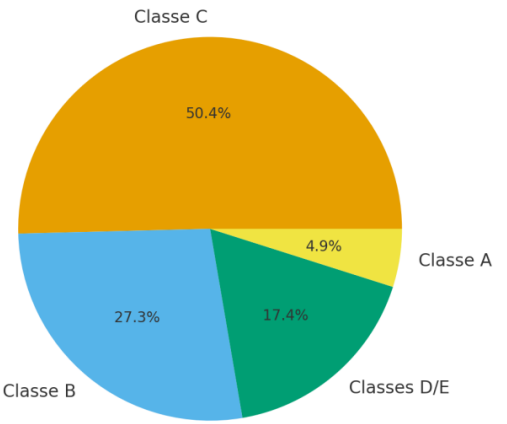
Acerca da informalidade, entende-se que as relações entre raça e classe são inseparáveis na realidade brasileira. Esta afirmação se alicerça em pesquisas como a publicada pelo Boletim sobre Desigualdade Racial no Mercado de Trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024). Nele, registra-se que no 2º trimestre de 2024, os ocupados eram 101,8 milhões de pessoas, com 38,6% na informalidade (assalariado sem registro, conta própria sem CNPJ, emprego doméstico sem carteira).

Para homens negros, a taxa era de 44,1%, 9,5 pontos percentuais a mais que entre homens não negros e, para mulheres negras, era 41%, 9,1 pontos percentuais maior que para mulheres não negras. As desigualdades também se aplicam ao ganho salarial. O rendimento médio mensal da pessoa branca com ocupação é 61,4% mais alto do que a renda média de pessoas pretas ou pardas, desigualdade mantida ainda que se leve em consideração o nível de escolaridade (Belandi, 2023).

Retomando os resultados do estudo, entre os/as respondentes do questionário, 39% têm ou já tiveram registro no CadÚnico. O Cadastro Único de Assistência Social (CadÚnico), criado em 2001 pelo Governo Federal, foi adotado em 2011 como parte da estratégia do Plano Brasil sem Miséria, idealizado durante a presidência de Dilma Rousseff, com o objetivo de reunir e articular os programas federais voltados à população mais vulnerável. Desde então, tem unificado todos os cadastros e bancos de dados relativos a políticas públicas do Governo, incluindo as relativas à assistência social e educacional executadas pelas IFES (Mustafa *et al.*, 2017; Sposati, 2021).

Dos registrados no CadÚnico, 67,4% são negros ou pardos. Essa proporcionalidade é consonante aos dados do IBGE (2022), os quais posicionam raça e vulnerabilidade social como indissociáveis na realidade brasileira. Em relação à classe social, 50,4% afirmaram integrar a classe C, 27,3% a classe B, 17,4% as classes D ou E e 4,9% a classe A.

Figura 6. Classificação social entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ainda com base na perspectiva interseccional e considerando os marcadores sociais de raça e classe, 57% residiram, ainda que temporariamente, em áreas urbanas periféricas. Destes, 70% se autodefiniram como pretos ou pardos. O debate em torno do conceito de periferia atravessa as definições de acadêmicos e intelectuais que denominam periferia um território geográfico cujas principais características estão centradas na pobreza, precariedade e distância em relação às áreas mais centrais (D'Andrea, 2020).

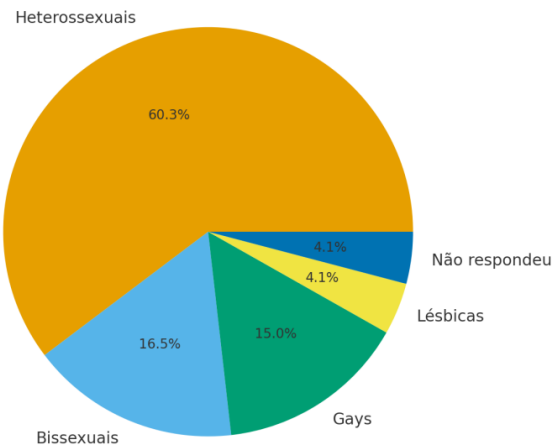
As tensões em torno dessa concepção de periferia, amplamente difundida, ocorrem, segundo Tiaraju D'Andrea (2020), na década de 1990, quando o movimento hip-hop passou a publicizar a reivindicação de periferia como identidade e expressão cultural em um processo histórico de modificação de seus significados. Os resultados deste estudo são reveladores no sentido de explicitar que a maior parte dos/as discentes e egressos do curso de mestrado no PPGCOM da UFS são ou foram periféricos, se apropriando ou não da periferia como identidade sociocultural, discussão a ser realizada com base nas entrevistas em profundidade.

Quanto à discriminação sofrida no ambiente acadêmico, 15,7% dos/as respondentes afirmaram ter sofrido algum tipo de preconceito. Na etapa seguinte desta pesquisa, serão elaboradas percepções acerca do racismo, interseccional a outros marcadores, e seus desdobramentos concernentes aos obstáculos para a permanência na pós-graduação.

Considerações possíveis

Para além dos dados apresentados como centrais para a discussão proposta, alicerçados nos marcadores sociais de gênero e raça e concernentes a estudantes e egressos/as do PPGCOM da UFS até 2023, outras questões emergiram da pesquisa. No que diz respeito à orientação sexual, 60,3% se identificaram como heterossexuais, 16,5% bissexuais, 15% gays, 4,1% lésbicas e 4,1% preferiram não responder.

Figura 7. Orientação sexual entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Outra informação coletada nos questionários é referente à deficiência física e mental. Nesse sentido, 2,5% afirmou ser PcD, sendo dois deficientes visuais, um deficiente mental, um intelectual e um com múltiplas deficiências. A discussão acerca do acesso e permanência de pessoas PcD na pós-graduação merece atenção, considerando especialmente o reconhecimento de que a classificação de PcD é dinâmica e vem sendo atualizada com base em um modelo social que entende a deficiência não como atributo individual, mas como o resultado da interação entre corpo, ambiente e barreiras sociais (Brasil, 2015). É preciso problematizar que as políticas de inclusão na pós-graduação ainda operam segundo uma lógica restrita de deficiência, muitas vezes limitada à dimensão física ou sensorial, e que precisam ser revistas.

De alguma forma relacionada a esse debate, uma informação nos causa preocupação: 40,5% dos/as respondentes afirmaram possuir algum diagnós-

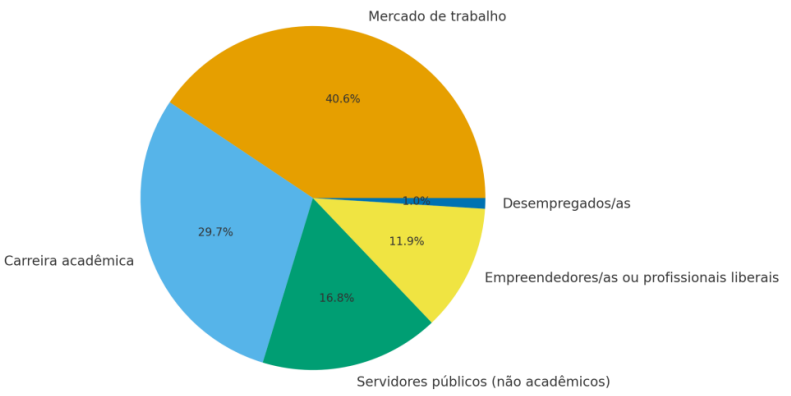
tico de transtorno de saúde mental. Certamente, a pandemia de Covid-19 foi propulsora do aumento de casos e precisa ser levada em consideração. Porém, também se somam a esse entorno aspectos relacionados à própria constituição e engrenagem da pós-graduação.

O alto índice de transtornos mentais relatados por discentes de cursos da pós-graduação em todo o Brasil foi estudado por Everton Costa e Letícia Nebel (2018), antes da pandemia de Covid-19, por meio de uma vasta investigação empírica, e comprovou que quase 75% dos casos se expressam em transtornos de ansiedade, mais de 30% relatam insônia e 25% depressão.

Outras pesquisas corroboram com os achados dos autores/as citados/as, de forma mais geral ou específica (Oliveira e Bastos, 2014; Pinzón *et al*., 2020). Acerca do grupo estudado na presente pesquisa, a entrevista em profundidade proporcionará percepções acerca das questões concernentes à saúde mental, a dificuldades no trabalho intelectual e emocional de pós-graduandos/as, com proposições de políticas institucionais.

Por fim, e ainda relacionado ao contexto da carreira acadêmica, seus entraves e incentivos, observamos a distribuição dos/as respondentes conforme sua trajetória profissional após a conclusão do curso. Dentre os/as que finalizaram o curso de mestrado na UFS, no momento de preenchimento dos questionários, 40,6% atuavam no mercado de trabalho, 29,7% seguiam carreira acadêmica (cursando o doutorado e/ou atuando como docente em instituições de ensino públicas ou privadas), 16,8% eram servidores públicos não acadêmicos, 11,9% eram empreendedores/as ou profissionais liberais e 1% se encontravam desempregados/as.

Figura 8. Situação profissional de egressos/as do mestrado do PPGCOM–UFS



Fonte: Elaborado pelas autoras.

As razões para essa realidade não podem ser explicadas com base apenas no interesse de pesquisadores e pesquisadoras de seguir ou não a carreira acadêmica, mas também nas condições proporcionadas pelo Programa e pela pós-graduação de modo geral, assim como pelas oportunidades de trabalho, acesso a bolsas de estudo, desigualdades estruturais alicerçadas em gênero, raça e classe, dentre outros fatores.

Evidenciamos que as etapas subsequentes da pesquisa, que envolvem entrevistas em profundidade com parte dos/as discentes e egressos/as dos quatro programas integrantes do estudo em rede, serão importantes para o devido aprofundamento e discussão acerca das questões aqui apontadas, mas ressaltamos que os dados quantitativos iniciais foram suficientes para um primeiro mapeamento e cruzamento de resultados, os quais são reveladores de desigualdades sociais no ambiente da pós-graduação.

Referências

ALMEIDA, Gabriela. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972–2015). 2018, 149f. Dissertação (mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade.** Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, p. 35–58, 2015.

BELANDI, Carla. Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R$ 12,4). **Agência IBGE Notícias**, 6 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2024.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

CAPES. Capes **flexibiliza norma sobre acúmulo de bolsas e atividades remuneradas.** *gov.br*, 27 jul. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/. Acesso em: 15 jul. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Elizabete; NEBEL, Lucas. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis: Revista Latinoamericana**, n. 50, 2018. Disponível em: https://journals.openedition.org/polis/15816. Acesso em: 20 out. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. Contribuições para a definição dos conceitos de periferia e sujeitos e sujeitas periféricas. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 1, p. 13–29, 2020.

FGV (Fundação Getulio Vargas). Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos. *Portal FGV*, 2023. Disponível em: https://portal.fgv.br/. Acesso em: 2 nov. 2025.

FIGUEIREDO, C. **Redações integradas e trabalho jornalístico**: o uso das tecnologias para um trabalho emancipado e emancipador. Aracaju: mimeo, 2018.

FRASER, Nancy. **Unruly practices: power, discourse and gender in contemporary social theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte; Brasília: Editora UFMG/UNESCO, 2003.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LELO, Thales. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1–14, 2019.

LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira**: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estud. Avanç, v. 17, n. 49. 2003. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/9956

MATOS, Marlise. A institucionalização acadêmica dos estudos de gênero e feministas na ciência política brasileira. *In*: AVRITZER, Leonardo; MILANI, Carlos R. S.; BRAGA, Maria do Socorro (orgs.). **A ciência política no Brasil (1960–2015).** Rio de Janeiro: FGV Editora/ABCP, 2016.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUSTAFA, Patrícia; PAVARINA, Paula; CUNHA, Maria; RIBEIRO, Camila. Cadastro Único: características, possibilidades e limites para diagnósticos socioeconômicos. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 10, n. 20, p. 79–107, jul./dez. 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil.** São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, Ana; BASTOS, Jacira. Saúde mental e trabalho: descrição da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 17, n. 2, p. 259–273, 2014.

PINCER, Paola. Governo divulga reajuste em bolsas de pesquisa, o que não acontecia desde 2013**. Rádio Senado**, 16 fev. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/. Acesso em: 20 out. 2024.

PINZÓN, Juliana *et al*. Barreiras à carreira e saúde mental de estudantes de pós-graduação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 21, n. 2, p. 189–201, 2020.

SILVA, Fabiene; RIBEIRO, Paula Regina. **Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher".** *Ciência educ.* [on-line]. 2014, vol. 20, n. 2. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012

SILVA, Agatha. **Home office, o trabalho fora do lugar: uma análise feminista das condições de trabalho das mulheres jornalistas**. 2021. Dissertação (mestrado em Comunicação) — Programa de pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2021.

SPOSATI, Aldaíza. Cadastro Único: identidade, teste de meios, direito de cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, n. 141, p. 183–204, maio/ago. 2021.

Alteridade no PPGCOM–UFMS: trajetória de mestres e mestrandos/as

Katarini Miguel
Mario Luiz Fernandes

Contexto e percursos formativos

Este capítulo é um recorte do projeto interinstitucional apresentado na introdução desta obra e que dá materialidade à Rede Alteridades. Nestas páginas são apresentados os resultados quantitativos da pesquisa realizada com estudantes e egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A empiria do projeto é desenvolvida em uma etapa quantitativa e outra qualitativa, visando entender quem são os/as pesquisadores/as dos quatro programas de pós-graduação em comunicação envolvidos/as na pesquisa e quais as suas condições de acesso e permanência nestes programas. Lança um olhar sobre os desafios e percepções do caminho percorrido por discentes para identificar e projetar formas de intervenção que minimizem assimetrias desta trajetória, alargando os marcadores de opressão para além de raça, gênero e classe.

A pesquisa está fundamentada em conceitos-chave, que passam pela própria concepção de Brasil Preterido, apresentada no primeiro capítulo deste livro, e alcança as lentes da alteridade e interseccionalidade, que proporcionam as interpretações dos questionários e entrevistas. Em síntese, a alteridade é situada como o movimento de respeito à liberdade e dignidade de outrem, deslocando-se de qualquer controle ou dominação.

O outro (a outra) é sempre exterior a nós, não podendo ser reduzido à nossa própria interioridade ou compreendido totalmente pela nossa perspectiva. A interioridade do outro não pode ser violada por imposição de vontades e ou outras perspectivas, propondo então uma interação entre indivíduos que se reconhecem e se respeitam em suas especificidades (Levinas, 1980).

Compreender o outro/a é uma função necessária aos objetivos mais amplos desta pesquisa que visa entender as condições de estudantes de pós-graduação no escopo da soberania social e subjetividade humana que somente são compreensíveis na ordem da alteridade, na articulação com a problemática da identidade e no princípio da solidariedade (Bhabha, 1998; Sodré, 2014). Nesta esteira, está a perspectiva política, epistemológica e metodológica da

interseccionalidade para entender e explicar a complexidade do mundo e das experiências (Crenshaw, 2002; Hill Collins e Bilge, 2020).

Consolidado por Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade, como a compreensão da convergência entre diferentes sistemas de opressão, começa a ganhar espaço com a ascensão do feminismo negro ao longo do século XX, que, negligenciado dos movimentos sociais, problematizou a interseccionalidade como ferramenta analítica (Miguel e Biroli, 2019; Collins e Bilge, 2020).

Pensando na criação de políticas públicas e na promoção dos direitos humanos, é fundamental que se dê atenção para a forma como gênero se entrelaça com outros marcadores sociais, tornando grupos de mulheres mais suscetíveis a sofrerem determinadas violências (Crenshaw, 2002); vulnerabilidades reforçadas no ambiente acadêmico.

A partir desses entrelaçamentos de discriminações, e reconhecendo as diferentes localidades sociais, apresentamos e debatemos os resultados obtidos por meio dos questionários (*surveys*) aplicados a discentes e egressos/as dos programas, apresentados na introdução desta obra. No conjunto dos quatro programas, foram obtidas 405 respostas, que correspondem a quase 71% do universo de 572 discentes e egressos/as até 2023.

No PPGCOM–UFMS, a adesão correspondeu a 73,4% (97) dos 132 que compunham o universo. Deste total, 77,3% (75) são formados em Jornalismo. Os dados apontam tratar-se de uma pós-graduação articulada ao curso de graduação em Jornalismo, o que reflete diretamente no perfil dos estudantes e nas pesquisas realizadas, mas sem anular investigações no espectro mais amplo da Comunicação.

Em tese de doutorado realizada em 2018, Almeida mapeou teses e dissertações defendidas em 48 PPGCOMs no Brasil e identificou que a UFMS era, até então, a instituição que mais produziu pesquisas em jornalismo. Na ocasião, das 26 pesquisas defendidas, 18 traziam este campo de conhecimento como objeto de pesquisa, ou seja, quase 70% das produções (Almeida, 2018). Em levantamento realizado para este capítulo, a partir do repositório institucional, identificando títulos, resumos e palavras-chave, a tendência continua. Das 107 dissertações defendidas até 2023, 60% estão no escopo do jornalismo.

O PPGCOM–UFMS foi implementado em agosto de 2011, com as primeiras defesas de dissertações ocorrendo dois anos depois. Até o final de 2023, foram titulados 107 mestres, além dos alunos que ainda estavam em curso. Até 2025, o programa havia passado por uma avaliação parcial e três avaliações plenas da Capes, obtendo a nota quatro nas duas últimas. Nesse contexto, o curso de doutorado foi implantado em agosto de 2024.

O Programa é estruturado por duas linhas de pesquisa: Mídia, Identidade e Regionalidade; Linguagens, Processos e Produtos Midiáticos; e tem como área de concentração Mídia e Representações Sociais. Foi o quarto PPGCOM criado na região Centro-Oeste, após os da Universidade de Brasília (UNB, 1974), Universidade Católica de Brasília (UCB, 2008)[18] e Universidade Federal de Goiás (UFG, 2007)[19].

Mapeando alteridades: raça, gênero e classe

Para contextualização geral da pesquisa com pós-graduandos e egressos/as em Comunicação da UFMS, cabe reiterar que dos 97 questionários respondidos, 72 (74,2%) eram egressos/as titulados, 18 (18,5%) mestrandos que estavam em curso e sete (7,2%) que não concluíram o curso. Portanto, a maioria das questões analisadas tem como referência os/as 90 respondentes (mestres e mestrandos). Os/as sete não concluintes serão sujeitos da segunda etapa desta pesquisa, que compreende entrevista em profundidade para dimensionar os fatores que os levaram à desistência do curso.

Entre os/as respondentes, predomina a participação de 48 (53,3%) mulheres cisgênero ante 41 (45,5%) homens cisgênero e um (1,1%) que preferiu não se identificar quanto ao gênero. Entre as mulheres, 44 concluíram o curso e cinco não; entre os homens, 39 sim e dois não. Apenas seis delas não são formadas em Jornalismo, o que evidencia a feminização da profissão. Entre os homens, o índice de não jornalistas é maior, com 24 graduados na área e 15 não.

A presença feminina no PPGCOM–UFMS corresponde ao que ocorre no cenário do mercado de trabalho nacional. Conforme a Federação Nacional do Jornalistas (Lima *et al.*, 2021) em pesquisa com 3.100 profissionais, 1.793 (57,8%) eram do sexo feminino e 1.298 (41,9%) masculino. Com base nos dados, a Fenaj traça o seguinte perfil quanto ao mercado de trabalho do jornalismo brasileiro: "majoritariamente de mulheres brancas, solteiras, com até 40 anos". Estes indicadores também correspondem aos do curso de Jornalismo da UFMS, do qual é proveniente a maioria dos mestres e mestrandos. Entre 2007 e 2017, o curso graduou 328 jornalistas, conforme pesquisa de Zampieri e Fernandes (2020). Dos 157 pesquisados pelos autores, 109 (69%) eram mulheres e 48 (31%) eram homens.

Ainda que desde o início dos anos 2000 as mulheres sejam maioria nas universidades brasileiras (Leta, 2003), durante séculos elas foram alijadas do ensino superior e impedidas de integrar a produção científica. Enfrentam,

18 O Programa de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) em Comunicação da UCB foi reconhecido pela Capes em 2008. Em 2018, o Programa foi reestruturado e passou a ser o primeiro e único mestrado profissional em comunicação da região Centro-Oeste, adotando a nomenclatura de Mestrado Profissional Inovação em Comunicação e Economia Criativa.

19 Além dos programas referenciados, a Universidade Federal de Mato Grosso implantou seu PPGCom em 2020, completando os cinco Programas da área na região Centro-Oeste.

sobretudo, obstáculos quando racializadas e ao conciliar as tarefas do cuidado, deliberadamente atribuídas aos corpos femininos, e dificuldades para ascender na carreira, esbarrando no privilégio masculino e branco. Trata-se de relações de poder, perpetradas no ambiente acadêmico, que provocam as mais diversas formas de opressão e discriminação, especialmente as de raça e gênero (Collins e Bilge, 2020).

Cada vez mais imersas no mercado de trabalho e na formação acadêmica, as mulheres enfrentam o desafio de conciliar essas atividades cotidianas com a maternidade. Dos/as pesquisados/as neste projeto, 31 (33,3%) são mães/pais, sendo que 16 têm dois filhos, 12 têm um, dois têm três e uma era gestante. As idades dos filhos apontam para duas questões: a) 19 têm filhos entre zero e dez anos, o que demanda maior atenção e cuidado por parte das mães/pais, já que nessa faixa etária as crianças possuem pouca ou nenhuma autonomia para a realização de atividades básicas como se alimentar ou tomar banho; b) 30 filhos têm idade acima dos 11 anos, o que pode indicar que pais e mães esperaram os filhos terem certa maturidade para então iniciar seus estudos avançados de pós-graduação.

A proporção entre pais e mães é equilibrada, com 15 ocorrências em cada grupo. Porém, a jornada acadêmica da mãe é mais complexa e pode se tornar ainda mais difícil no caso das mães solo, e cinco (10,2%) das pesquisadas estão nesta categoria. Não houve declaração de pai solo. A organização *Parent in Science*, fundada para estudar e debater a parentalidade dentro das universidades e na produção científica, mostrou a existência de um viés negativo contra as mães no ambiente acadêmico, e uma certa barreira materna que limita oportunidades profissionais.

Mais de 65% das cientistas mães entrevistadas concordaram plenamente com a frase: "Dentro de meu departamento/instituto, sinto que tenho que provar constantemente minha competência para obter o mesmo nível de respeito e reconhecimento recebido por outros colegas" (*Parent in Science*, 2023). Essas questões serão problematizadas nas entrevistas em profundidade com essas pesquisadoras.

Das 30 (33,3%) mães/pais, 21 (70%) contaram com uma rede de apoio para cuidar das crianças durante a pós-graduação, enquanto nove (30%) não tiveram esse auxílio. Em abordagem sob outra perspectiva, 28 (21,1%) entrevistados/as disseram que precisaram cuidar de outros familiares e 62 (68,9%) não; sendo que 17 dos/as cuidadores são mulheres e 11 são homens. Neste sentido, observa-se que este papel social é atribuído principalmente ao gênero feminino, em uma divisão sexual do trabalho como "fundamento de formas diferenciadas e desiguais de responsabilização" (Biroli, 2015).

Outro marcador de alteridade levantado pela pesquisa foi como o/a entrevistado/a se identifica quanto à sua etnia/cor. No caso da UFMS, cinco

(5,5%) se declararam pretos, índice bem inferior aos 16,8% citados no conjunto dos quatro Programas pesquisados. Destes cinco, três são mulheres e dois são homens. Apenas um (1,1%) é amarelo; descendente de japoneses. Os que se declaram brancos somam 60 (66,6%) e pardos 24 (26,6%).

Apesar de Mato Grosso do Sul ter a terceira maior população de indígenas do Brasil (IBGE, 2022), o Programa não teve ou tem pós-graduandos/as de etnias indígenas. É inquietante a participação pífia de estudantes pretos e indígenas em MS, o que denota a dificuldade de acesso e permanência nas universidades e reforça a importância de políticas de inclusão, como a Lei 14.723/2023, que atualiza a Lei de Cotas, de 2012. Dados institucionais mostram que, em 2023, enquanto 393 egressos/as de pós-graduações na UFMS eram brancos, apenas 55 se declararam pretos e seis indígenas; nenhum na área da Comunicação ou correlatas.

Assim como na questão racial, a identificação de orientação sexual também não revela muita diversidade: 63 (70%) se declaram heterossexuais, 15 (16,6%) gays, sete (7,7%) bissexuais, duas (2,2%) lésbicas, duas (2,2%) preferiram não responder e uma (1,1%) não sabe. No conjunto dos PPGs pesquisados, mais de 65% se declararam heterossexuais; reflexo da formação acadêmica que favorece a experiência heteronormativa, branca e ocidental, facilmente comprovada pela base epistêmica que conforma os cânones acadêmicos (Grosfoguel, 2016).

Deficiência física e saúde mental foram investigadas como marcadores de alteridade. No primeiro caso, 88 (97,8%) na UFMS afirmaram não ter deficiência física, e apenas dois (2,2%) sim. Em um espectro mais amplo, 3% disseram ter alguma deficiência. Porém, na questão seguinte, um indicou ter deficiência visual e outro indicou a resposta "não se aplica". O quadro de saúde mental foi bastante revelador, já que 31 (34,4%) entrevistados/as assinalaram que possuem diagnóstico de algum tipo de transtorno e 59 (65,5%) não. Esse é um ponto que merece atenção dos programas e que será analisado na entrevista em profundidade a ser realizada na segunda etapa deste projeto.

A faixa de renda predominante entre os/as pesquisados/as se situa na classe "C" com 55 (61,1%) das respostas, seguida da classe "B" com 25 (27,8%), classe "D" com cinco (5,5%) e "A" com cinco (5,5%). Esses indicadores desmistificam a ideia de que a graduação e a pós-graduação nas universidades públicas são privilégios da elite econômica. Porém, 73 (81,1%) de suas famílias não possuem cadastro no programa CadÚnico (Cadastro Único) do Governo Federal e 17 (8,9%) sim.

A chegada de discentes à pós-graduação reflete a democratização no acesso ao Ensino Fundamental, já que 53 (58,9%) dos/as pesquisados/as cursa-

ram em instituições públicas e 37 (41,1%) em instituições privadas. No Ensino Médio ocorre uma pequena inversão, pois 47 (52,2%) frequentaram instituições privadas e (47,8%) instituições públicas. Entre os três níveis de ensino, o Superior é o que apresenta a maior proporcionalidade quanto à procedência do ensino público de mestres e mestrandos/as do PPGCOM–UFMS: 56 (62,2%) concluíram sua primeira graduação em universidades públicas e 34 (37,8%) em universidades privadas.

As modalidades de incentivos nos cursos de graduação e pós-graduação, ainda que não atinjam a todos os/as estudantes, têm possibilitado que muitos deles/as possam concluir seu curso superior. Entre os/as pesquisados, 69 (76,6%) não receberam nenhum tipo de auxílio institucional durante a graduação e 21 (24,4%) tiveram algum auxílio. Porém, 47 (52,2%) receberam algum tipo de bolsa ou financiamento e 43 (48,8%) não. Entre os 38 que obtiveram auxílio, nove (23,7%) foram de bolsa de Iniciação Científica, nove (23,7%) de Extensão, sete (18,4%) de Permanência e seis (15,8%) do Prouni. Outras sete bolsas (18,4%) foram concedidas, uma por modalidade: FIES, Bolsa Atleta, Bolsa Social, Bolsa Trabalho, Bolsa de Monitoria, Bolsa PhD Financiamento e Bolsa Estágio.

No mestrado, o alcance desse benefício é bem superior, pois 47 (52,2%) receberam bolsa integral e 41 (45,5%) não. Em dois (2,2%) casos, a concessão de bolsas "não se aplica". Seis (6,6%) receberam bolsa parcial e 59 (65,5%) não. Em 25 (27,8%) casos de bolsa parcial, a questão "não se aplica". Ou seja, entre os mestres e mestrandos/as, 53 (58,9%) receberam bolsa integral ou parcial, possibilitando assim a permanência e conclusão do curso.

A política de concessão de bolsas na pós-graduação, principalmente por instituições federais como Capes e CNPq, está atrelada à controversa recomendação destas instituições de que o/a aluno/a bolsista não trabalhe, ou que só venha a fazê-lo com a anuência de seu orientador/a. Em detrimento dessa questão, apenas 26 (28,9%) não trabalharam durante o curso e 64 (71,1%) sim — embora, conforme já assinalado, 45,5% tenham recebido bolsa integral. Um dos fatores para essa ocorrência pode ser atribuído ao reduzido valor das bolsas, que ficou congelado entre 2013 e 2022, com reajuste apenas em 2023.

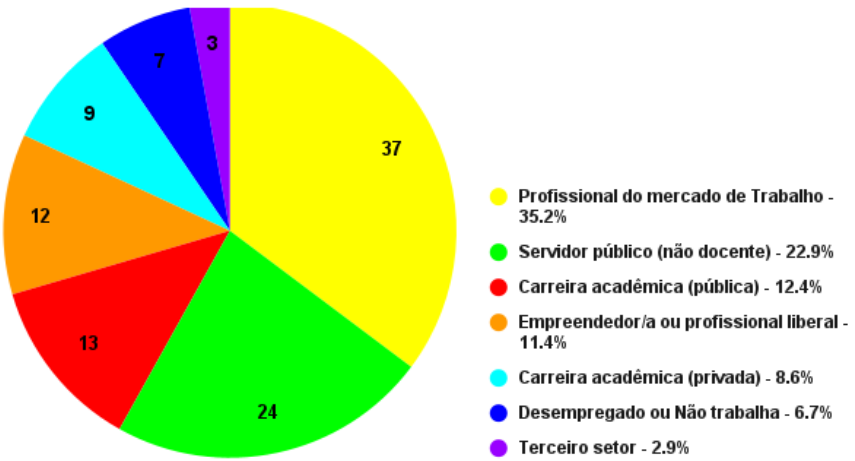
Um dos critérios que a Capes recomenda ao orientador que leve em consideração ao autorizar o trabalho é que essa atividade traga alguma contribuição ou tenha alguma relação com o desenvolvimento da pesquisa do/a discente. Esta seria a interseção ideal entre academia e mercado de trabalho. No caso do PPGCOM, entre os que trabalharam, 50 (77%) foram na área de Comunicação, especialmente no jornalismo, o que pode estar alinhado a essa premissa. Apenas nove (13,8%) não trabalharam com Comunicação, dois (3,1%) atuaram como docentes e quatro (6,1%) em diferentes áreas com uma

citação cada: servidor público do legislativo municipal, assistente educacional, assistente administrativo e consultor musical.

Embora muitos consigam manter vínculo empregatício durante a pós-graduação, um dos principais desafios entre aqueles/as que não trabalharam está a (re)inserção no mercado de trabalho. Na figura abaixo estão estratificadas as atividades profissionais exercidas pelos pós-graduados/as após a conclusão do curso. Diferentes profissionais exerceram uma, duas ou até três atividades, totalizando 105 citações, com predomínio dos empregos como profissional de Comunicação com 37 (35,2%) citações.

Chama atenção também os que atuaram como docentes em instituições públicas (12,4%) e privadas (8,6%) e o servidor público em atividade não docente (22,9%). Por outro lado, pelo menos oito deles/as deram continuidade aos estudos em cursos de doutorado em diferentes instituições no Brasil e no exterior.

Figura 1. Atividades profissionais



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

Apesar de a UFMS dispor de ações afirmativas para ingresso na pós-graduação, ainda é pequeno o número de estudantes que recorrem a esses instrumentos. Apenas sete (7,8%) buscaram esse recurso: três por meio do Qualifica, proposta que visa a capacitação de servidores da Universidade e cria algumas facilidades para o ingresso deles na pós-graduação; um ingresso por cotas raciais, um por faixa de renda, um por auxílio-doença e um por ser oriundo do ensino público.

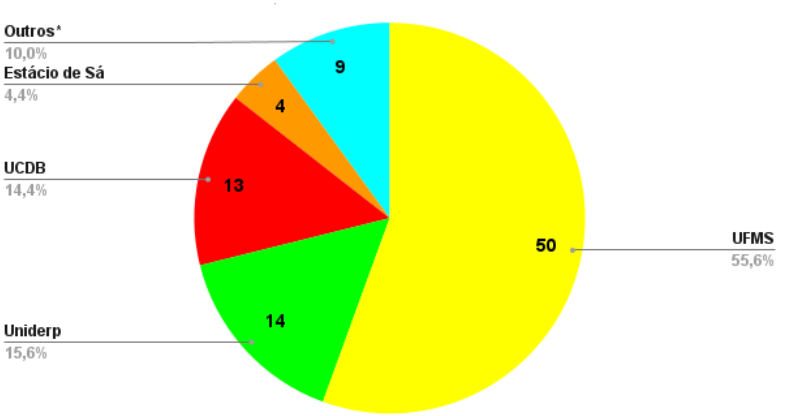
Localidades, deslocamentos e endogenia

Historicamente, os programas de pós-graduação *stricto sensu* se concentram nas regiões Sudeste e Sul, e em algumas capitais mais populosas da região Nordeste, como Salvador e Recife. A partir de 2010, a Capes implantou certa interiorização dos programas e, neste contexto, foi criado o PPGCOM–UFMS em 2011, o quarto da região Centro-Oeste. Até então, os interessados em cursar uma pós-graduação em Comunicação precisavam se deslocar a São Paulo (USP) ou Brasília (UNB), os mais próximos.

Com o novo curso, esse contingenciamento mudou parcialmente e muitos puderam estudar mais próximos de suas residências, reduzindo os custos com o deslocamento. Porém, não há como eliminar esse deslocamento por completo e muitos transitam, principalmente, do interior do estado para estudar na capital. Entre os 15 que necessitaram algum tipo de deslocamento, 10 (66,6%) fixaram residência em Campo Grande, três (20%) realizam deslocamento pendular (bate e volta) e dois (13,3%) realizam deslocamento pendular eventual.

Quanto ao tipo de deslocamento, sete ocorrem entre estados, dois entre municípios da região metropolitana de Campo Grande e três fora desta região. Como extensão desse processo, o PPGCOM apresenta considerável índice de endogenia, ou seja, 50 (55,5%) dos/as pesquisados/as são oriundos de cursos de graduação da própria UFMS, conforme figura abaixo.

Figura 2. IES de origem de alunos/as do PPGCOM



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como observado, as quatro primeiras instituições de ensino superior, sediadas em Campo Grande (capital), concentram 89,8% dos/as mestres e mes-

trandos/as do PPGCOM que atende à demanda predominantemente local, e 10% de seus alunos/as são provenientes de outras regiões do país[20].

Na pergunta sobre a formação da graduação, 86 (95,5%) responderam na área da Comunicação e seis (4,5%) em outras áreas. Entre os comunicadores, 70 são graduados em Jornalismo, 12 em Publicidade e Propaganda, um em Relações Públicas e um em Produção Multimídia.

Na questão sobre graduação em outras áreas, foram mencionadas com uma citação cada: Geografia, Ciências Sociais, Turismo, Tecnologia em Processamento de Dados e Licenciatura em Letras. Nesta mesma questão, 12 graduados em Jornalismo também assinalaram que possuem graduação em Letras (4), História (2), Comércio Exterior, Geografia, Educação, Inglês, Administração e Gestão Empresarial.

A aderência entre a graduação em Jornalismo e o mestrado é sólida. Do mesmo modo, a adesão maciça dos egressos da área de Comunicação pode significar melhor desempenho em razão do conhecimento prévio em relação às principais epistemologias, teorias e metodologias. Por outro lado, indica certa limitação no fluxo da interdisciplinaridade entre as diferentes áreas no PPGCOM.

Os/as pós-graduandos/as obtiveram a graduação entre 1995 e 2023, sendo a maioria formada entre 2016 e 2020, com o total de 29 (32,6%). Nas demais faixas, a proporcionalidade é a seguinte: 1995 a 2000 são cinco (5,6%); 2001 a 2005 somam 12 (13,5%); 2006 a 2010 perfazem 20 (22,5%); 2011 a 2015 são 11 (12,3%); e 2021 a 2023 somam 12 (13,5%). Um entrevistado/a não respondeu, portanto, o número total considerado nesta questão é 89. Aqui notamos uma faixa considerável que inicia o mestrado logo na sequência da graduação.

O espectro quanto à data de nascimento vai de 1959 a 2000, ou seja, faixa etária de 24 a 65 anos. Porém, concentra o perfil de estudantes jovens: 37 (41,1%) nasceram entre 1980 e 1989; 31 (34,4%) entre 1990 e 1999; 16 (17,8%) entre 1972 e 1979; um (1,1%) em 1959; um (1,1%) em 1960; um (1,1%) em 1963; um (1,1%) em 1967; um (1,1%) em 2000; e um (1,1%) assinalou a data errada. Resultados que levam a pensar sobre condições de estudo propícias também para pessoas mais velhas, possibilitando ambientes geracionais diversos.

A distribuição geográfica do local de nascimento é relativamente variada. Quanto ao estado, predomina Mato Grosso do Sul com 55 (61,1%), novamente confirmando a endogenia, consequência da própria política de interiorização dos PPGs. Na sequência, aparecem São Paulo com 18 (20%); Paraná com seis

20 As outras universidades de procedência dos alunos PPGCom, com uma citação cada, são: Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), Centro Universitário de Votuporanga (Univef), Universidade Federal de Sergipe, Universidade Santo Amaro, Faculdade Cásper Líbero, Universidade Federal de Minas Gerais, Unicentro-PR, Universidade de Sorocaba e University of Colorado Boulder (USA).

(6,6%); Mato Grosso, Bahia e Rio Grande do Sul com dois cada (6,6%); Acre, Alagoas, Minas Gerais, Ceará e do exterior com um cada (5,5%).

Como consequência, em relação às cidades, Campo Grande (MS) concentra a maioria com 35 (38,9%); Dourados com quatro (4,4%); São Paulo com três (3,3%); Paranaíba, Araçatuba, Fátima do Sul, Lins e Jardim com dois cada (11,1%). Outros 38 (43,3%)[21] municípios são citados uma vez cada, principalmente do interior de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, além de um boliviano.

O quadro entre o local de nascimento e onde o entrevistado/a mora atualmente registra algumas alterações, mas predomina ainda o estado de Mato Grosso do Sul com 73 (81,1%) ocorrências; seguido do Paraná e Bahia com quatro (8,9%) cada; São Paulo e Santa Catarina com três (6,6%) cada; Alagoas, Minas Gerais, Distrito Federal, Estados Unidos e Bolívia com um cada (5,5%).

Quanto à cidade onde moravam no período da pesquisa, há concentração mais expressiva em relação à cidade de nascimento, ou seja, as 46 cidades de origem passaram para 18 onde moravam na ocasião da entrevista. Campo Grande concentra 66 (73,3%), Curitiba quatro (4,4%), Dourados três (3,3%) e Florianópolis outras três (3,3%), este último caso refere-se a alunos que iniciaram o Doutoramento no Programa de pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. O total de 14 (15,6%)[22] entrevistados/as citaram uma cidade cada. Muitos procuraram os grandes centros urbanos onde há melhores oportunidades de trabalho ou mesmo para dar continuidade aos estudos acadêmicos. Porém, também há uma parcela que retorna à sua cidade de origem.

Os centros urbanos estão na procedência da maioria dos/as pesquisados/as, pois 74 (82,2%) deles não residem ou residiram em área rural contra apenas 16 (17,8%) que sim. Nas cidades, 41 (45,5%) moram ou já moraram em áreas periféricas e 49 (54,5%) não. Esse é mais um indicador que demonstra o alcance social do Programa. Ainda sobre a questão geográfica de procedência dos/as alunos/as, oito (8,9%) responderam pertencer a um território tradicional e 82 (91,1%) não. Sobre qual o tipo de território originário pertence, apenas um (1,1%) sinalizou o território indígena. Porém, quanto ao nome do território, nenhum entrevistado respondeu. Vale reforçar que, quanto à etnia/cor, nenhum entrevistado/a se declarou como indígena.

21 Os 38 municípios, com uma citação cada, são: Aparecida do Taboado, Aquidauana, Araraquara, Bagé, Barretos, Bauru, Bonito, Birigui, Belo Horizonte, Camapuã, Capanema, Cascavel, Cochabamba, Diadema, Faxinal, Fernandópolis, Fortaleza, Glória de Dourados, Jundiaí, Ladário, Loanda, Londrina, Passo Fundo, Ponta Porã, Presidente Epitácio, Rio Branco, Rio Brilhante, Rondonópolis, Salvador, Santos, Sidrolândia, São José dos Campos, São Miguel dos Campos, Tangará da Serra, Três Lagoas, Umuarama, Votuporanga, Xique-Xique.

22 As 14 cidades citadas são: Água Clara, Birigui, Brasília, Ciudade do México, Corumbá, East Lansing (USA), Lagoa de Dourados, Logan, Maceió, Nova Andradina, Ponta Porã, Salvador, Santos, Votuporanga.

A estrutura e as relações de apoio familiar foram objetos da pesquisa com o objetivo de diagnosticar qual o suporte e os desafios que o pós-graduando/a teve durante o curso. O total de 72 (80%) foi criado pelo pai e mãe e 11 (12,2%) só pela mãe. Com uma situação cada, há sete (7,8%) ocorrências de: criado pelos pais adotivos; mãe e avós maternos; os pais se divorciaram quando o respondente tinha 13 anos; criado somente pela mãe a partir dos oito anos após o divórcio dos pais; criado somente pela mãe a partir dos 15 anos após o divórcio dos pais; mãe, pai, avós maternos e paternos e tio paterno; mãe, pai, avós maternos e paternos e tio.

O grau de instrução das 90 famílias dos pós-graduandos/as apresenta um perfil multifacetado. A questão é abordada aqui entre o nível de escolaridade das mães e dos pais. Em linhas gerais, a primeira constatação é que elas possuem grau mais elevado, pois são as duas únicas mestras e uma doutora, enquanto nenhum dos pais apresenta titulação em nível *stricto sensu*. Isso significa que 87 mestres e mestrandos/as são desbravadores no seio familiar, alcançando titulação acadêmica superior à de seus pais. Por outro lado, há duas mães analfabetas e uma alfabetizada, um pai analfabeto e um alfabetizado. Neste outro extremo, o rompimento de um ciclo de baixa instrução é ainda mais expressivo.

No quadro intermediário quanto ao nível de escolaridade dos familiares, temos um perfil com certo equilíbrio do ensino fundamental ao superior: curso superior completo (28 mães e 27 pais); superior incompleto (cinco mães e quatro pais); ensino médio completo (26 mães e 29 pais); ensino médio incompleto (duas mães e um pai); fundamental completo (sete mães e seis pais); fundamental incompleto (nove mães e oito pais); especialização *lato sensu* (sete mães e nove pais). Os/as entrevistados/as criados por outros parentes responderam que três tios possuem Ensino Médio completo, uma avó com Ensino Fundamental incompleto, um avô com Ensino Médio completo e quatro avós (sem a distinção de gênero) semialfabetizados. Outro aspecto levantado relativo ao seio familiar é quanto ao número de irmãos. Dos 83 (92,2%) que têm irmãos, 32 (38,6%) têm dois, 27 (32,5%) têm um, 12 (14,4%) têm três, oito (9,6%) têm quatro e quatro (4,8%) têm cinco ou mais irmãos, o que sugere famílias pouco numerosas.

O ponto mais sensível da pesquisa foi identificar alunos/as que tivessem sentido algum tipo de discriminação durante a realização do curso e nove (10%) responderam que sim: três (30%) pelo fato de ser mulher, um (10%) em razão de sua faixa etária mais avançada, um (10%) por sua sexualidade, um (10%) por sua sexualidade e por ser proveniente de universidade particular, um (10%) pelo seu retrospecto na profissão, um (10%) por ser de Mato Grosso

do Sul quando realizou um intercâmbio acadêmico no PPGCom da ECA-USP, um (10%) por conta da sua maternidade, e um (10%) que diz que não sofreu discriminação diretamente, mas que ouviu conversa entre professores na qual comentavam que os alunos do mestrado tinham que "sofrer" e questionavam "porque que eles [alunos] querem uma universidade feliz?", e que tinham "obrigação de saber espanhol". Conforme já assinalado, esse ponto mais sensível é o foco da pesquisa e será abordado nas entrevistas em profundidade.

Considerações possíveis

O recorte sobre o PPGCOM–UFMS revela uma especificidade: o foco no campo de conhecimento do jornalismo. Não só pela expressiva maioria ser formada nesta área, como pelas próprias pesquisas desenvolvidas e pela continuidade da carreira, como pesquisador/a ou profissional, estar calcada em práticas jornalísticas. Portanto, os dados refletem o contexto, por ora, de uma pós-graduação vocacionada aos estudos de jornalismo.

Ademais, outras questões que chamaram a atenção nesta fase quantitativa, que abrangeu mais de 70% dos mestres e mestrandos/as, é a pouca diversidade, prevalecendo estudantes heterossexuais, brancos — apenas 5% se declararam pretos —, com uma divisão binária na questão de gênero, sendo 53% mulheres cisgênero e 45% de homens cisgênero, o que também reflete a tendência de feminização do mercado de trabalho de jornalismo e das pós-graduações no Brasil. Não há discente indígena, embora o estado tenha uma das maiores populações originárias do país. Apenas dois alunos declararam ter algum tipo de deficiência.

A concentração entre os/as discentes é de jovens, apenas três estudantes estão acima de 60 anos. Contudo, foi possível verificar a ascensão de estudantes pobres e oriundos de classes sociais menos favorecidas, ainda que não em número satisfatório, e evidenciar a importância das políticas afirmativas e dos auxílios permanência — metade dos pós-graduandos/as obtiveram algum tipo de bolsa de estudos durante o curso.

O PPGCOM–UFMS, resultado de uma política de ampliação e interiorização da Capes, reflete essa dinâmica com uma certa endogenia, e mais da metade dos pesquisados/as cursaram a graduação na própria UFMS. Mais de 80% ainda moram no estado, o que evidencia também uma importante fixação de profissionais qualificados em uma localidade em embrionário desenvolvimento científico, longe dos centros hegemônicos.

Esse diagnóstico inicial possibilitou a próxima etapa da pesquisa, já em desenvolvimento, que consiste na realização de entrevistas em profundidade com estudantes e egressos/as com diferentes marcadores sociais, na perspec-

tiva interseccional que entende as tantas manifestações identitárias no entrecruzamento das opressões. A fase qualitativa deve permitir complexificar questões preocupantes, como o alto índice de diagnósticos de saúde mental (mais de 30%); a dificuldade em conciliar estudos acadêmicos e maternidade; o interesse e continuidade na carreira científica; e situações como casos de assédio que possam ter ocorrido ao longo da pós-graduação.

Referências

ALMEIDA, Gabriela Cavalcanti. Carneiro. **A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-graduação em Jornalismo e Comunicação do Brasil (1972–2015)**. 2018, 149f. Dissertação (mestrado em Jornalismo), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 81–117, set. 2015. DOI: 10.1590/0103-335220151804. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmv5q/?lang=pt#. Acesso em: 25 jul. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Bomtempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas,** ano 10, n. 1/2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações — **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27–55, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124. Acesso em: 25 jul. 2024.

IBGE — **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [*s. l.*], v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estud. Avanç**. 2003.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito.** Lisboa: Edições 70, 1980.

LIMA, Samuel. *et al*. **Perfil do jornalista brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho.** Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022. Disponível em: https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

NÚMEROS UFMS. Pós-Graduação-Egressos. Disponível em: https://numeros.ufms.br/pos-graduacao-egressos. Acesso em: 27 jul. 2024.

PARENT IN SCIENCE. Guia de estratégias para combate à discriminação e ao assédio contra mães na academia, 2023. Disponível em: https://www.parentinscience.com/_files/ugd/0b341b_c86e9391a5ee4073be1dfbee8ef639b2.pdf. Acesso em: 25 jul. 2024.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum. Notas para o método comunicacional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Interseccionalidade no PPGCOM–UFRR: um olhar acerca de discentes e egressos/as

Vilso Junior Santi
Jússia Carvalho Ventura
Amanda Larissa de Mesquita

Contextos e percursos formativos

O curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM–UFRR) foi aprovado pela Capes em outubro de 2018. Naquele momento, a Região Norte, a maior em extensão territorial do Brasil, abrangendo sete estados e sete fronteiras internacionais, contava com apenas três programas de pós-graduação em Comunicação *stricto sensu*: o PPGCOM–UFAM (Universidade Federal do Amazonas), o PPGCOM–UFPA (Universidade Federal do Pará) e o PPGCOM–UFT (Universidade Federal do Tocantins). Em 2023, foram autorizados dois novos programas na Amazônia: o PPGCOM–UNIR (Universidade Federal de Rondônia) e o PPGIC-UFAM (Programa de Informação e Comunicação na Universidade Federal do Amazonas).

O PPGCOM–UFRR iniciou suas atividades em 2019, oferecendo dez vagas em seu primeiro edital. Em 2021, ocorreu a primeira defesa de dissertação no programa. Desde sua criação, o curso tem como área de concentração "Comunicação e Saberes Tradicionais" e duas linhas de pesquisa: "Comunicação, Memória e Identidades", que explora as relações entre comunicação e as memórias sociais, políticas e culturais das identidades amazônicas; e "Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais", que investiga os processos midiáticos, especialmente jornalísticos, em relação às suas reconfigurações na Amazônia.

O Programa tem como objetivo geral "consolidar a pesquisa na área de Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos, qualificando recursos humanos para a docência, pesquisa e desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas regionais" (Baptaglin; Santi, 2021). Seu projeto político-pedagógico valoriza a formação crítica, permitindo reflexões sobre mudanças substantivas na lógica produtiva dos meios de comunicação e na gestão da informação sintonizados aos desafios amazônicos.

Roraima, localizada na região mais setentrional da Amazônia brasileira, em um contexto geopolítico fronteiriço tríplice (Brasil, Venezuela e Guiana), destaca-se por suas riquezas culturais e naturais, que ampliam tanto as oportunidades quanto as dificuldades para a atuação profissional (Baptaglin; Santi, 2021). Desde sua criação, a presença da UFRR eliminou a necessidade da migração estudantil de Roraima para formação em nível superior em outros estados brasileiros.

A UFRR teve sua fundação marcada pela "artesania do conhecimento", onde improvisação e persistência foram essenciais nos anos iniciais. Os/as professores/as fundadores/as eram majoritariamente migrantes de outros estados, principalmente do Nordeste. Essa trajetória reflete a importância de formar pesquisadores/as no PPGCOM, que também iniciou com recursos humanos emprestados de outros cursos de graduação da Universidade.

Inicialmente, o corpo docente permanente do PPGCOM era composto por dez professores/as: sete vinculados ao curso de Comunicação Social — Jornalismo, dois ao curso de Licenciatura em Artes Visuais e um ao curso de Licenciatura em Música. A formação desses/as docentes é diversificada, com seis tendo graduação em Comunicação ou Jornalismo, e os demais em áreas afins. Entre os/as docentes, três concluíram doutorado em Comunicação, enquanto os demais obtiveram títulos em áreas como História, Música, Educação, Sociologia e Letras (Baptaglin; Santi, 2021).

O perfil dos/as discentes do PPGCOM é bastante homogêneo, já que 72% dos matriculados são graduados em Jornalismo. Outros cursos, como Artes Visuais e Música (8,0%), Psicologia (4,0%), e áreas como Publicidade e Propaganda, Letras, História, Relações Internacionais, Ciência da Computação, Medicina, Biologia, e Engenharia Ambiental, têm representação minoritária (2,0% cada). A maioria dos/as acadêmicos/as é originária de Roraima e cursou graduação na UFRR, que oferece apenas o curso de Jornalismo na área de Comunicação Social (Baptaglin; Santi, 2021).

Até 2025, foram defendidas 40 dissertações no Programa, 20 vinculadas à Linha 1 (Comunicação, Memória e Identidades), e 20 vinculadas à Linha 2 (Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais). A maioria das pesquisas está centrada no Jornalismo e está relacionada à Linha 1, dando destaque para a investigação das "Práticas de Comunicação e Memória/História". Na Linha 2, há predominância dos trabalhos que discutem "Webjornalismo e Jornalismo Digital" e a "Etnocomunicação".

O PPGCOM–UFRR, o mais recente entre os programas que integram a Rede Alteridades, apresenta o menor número de egressos/as e de dissertações defendidas. Embora esse número ainda não permita inferências elaboradas sobre os interesses estruturantes dos/as pesquisadores/as do Programa, é

possível observar que as Linhas de Pesquisa são guias fundamentais para as investigações realizadas.

Nesse ínterim, centramos nossas atenções no projeto de pesquisa intitulado "Alteridade na Pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos — Norte, Nordeste e Centro-Oeste", o qual envolve quatro programas de Pós-graduação em Comunicação da UFRR, UFMS, UFPA e UFS. Na primeira etapa da pesquisa, ao todo, foram respondidos 405 questionários — cuja metodologia foi detalhada na introdução desta obra —, sendo 36 por discentes e egressos/as e 2 por desistentes do PPGCOM–UFRR, representando 78% do universo local.

Este capítulo discute os resultados do questionário e traz como foco uma discussão fundamentada em raça, gênero e sexualidade. A metodologia geral adotada combina a abordagem quantitativa e qualitativa. O questionário permitiu o mapeamento das características sociodemográficas, bem como das experiências acadêmicas e profissionais dos/as participantes, com foco na interseccionalidade de marcadores de gênero, raça e outros marcadores sociais, como a sexualidade. Os dados foram trabalhados com análises estatísticas e interpretativas, que possibilitaram a identificação de padrões e disparidades no acesso e permanência no Programa, fornecendo a base para as discussões interseccionais apresentadas ao longo do capítulo.

Interseccionalidades: gênero, raça e sexualidade

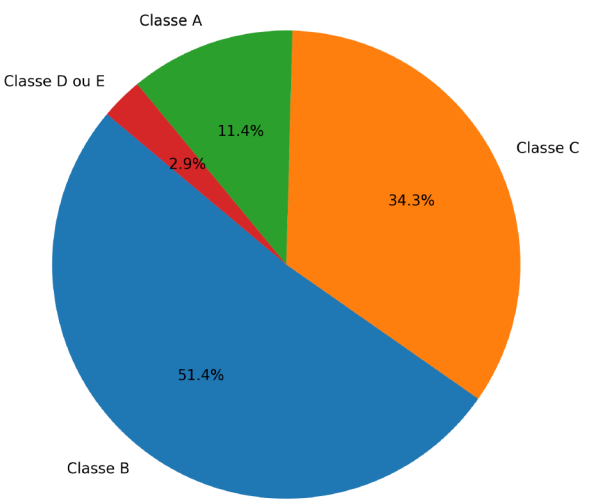
O PPGCOM–UFRR completou seis anos de atividade em 2025. Durante esse período, a maioria dos discentes não recebeu bolsa de estudos integral. De acordo com os dados coletados por meio do questionário, 75% dos/as discentes e egressos/as não tiveram acesso a bolsas integrais, sendo assim, apenas 25% receberam esse benefício ao longo de sua trajetória acadêmica. Quando se trata de bolsas parciais, a discrepância é ainda maior: 89% não receberam bolsas em nenhuma etapa do curso, enquanto apenas 11% relataram ter recebido algum tipo de apoio financeiro.

Dados preliminares apontam que as bolsas de estudo são fundamentais para garantir o acesso e a permanência dos/as estudantes na pós-graduação, especialmente considerando que 27,8% dos/as entrevistados residem ou residiram em áreas rurais, 61,1% em áreas periféricas de Boa Vista, a capital do estado de Roraima, e 5,6% afirmaram pertencer a algum território tradicional. Definimos aqui território tradicional como o espaço geográfico material e simbólico ocupado, usado, manejado e significado por um povo ou comunidade tradicional, e cuja relação com a terra é fundada não apenas em critérios de propriedade, mas em continuidade histórica, memória, ancestralidade, modos de viver,

cosmologias, organização social e práticas culturais. Segundo o decreto presidencial nº 6.040 de 2007, "Territórios tradicionais são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles usados de forma permanente ou temporária" (BRASIL, 2007).

Os dados também evidenciam que 83,3% dos/as entrevistados/as continuaram trabalhando enquanto cursavam o mestrado, conciliando trabalho e estudo, muitas vezes sem o auxílio de bolsas. No PPGCOM–UFRR, a maioria dos/as respondentes (51,4%) pertence à classe B, com renda mensal domiciliar entre R$ 7,1 mil e R$ 22 mil. 34,3% afirmaram pertencer à classe C, seguidos da classe A, com 11,4%, e classe D ou E com 2,9%.

Figura 1. Classes sociais entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFRR



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

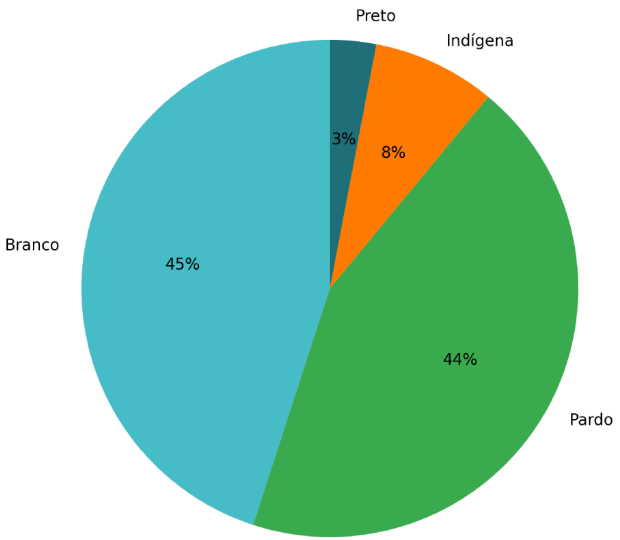
Quando perguntados sobre o cadastro no CadÚnico, 36,1% responderam que a família já fez ou faz parte do cadastro único para programas sociais. Os dados demonstram uma maioria de estudantes e egressos/as pertencentes aos estratos sociais mais elevados. Essa discussão será apresentada de forma comparativa com a realidade dos demais programas e será aprofundada com base nas entrevistas em profundidade na segunda etapa empírica deste estudo.

No que concerne à raça, Roraima tem mais da metade de sua população autodeclarada parda: quase 57%, segundo o Censo de 2022 do Instituto Bra-

sileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os demais grupos raciais incluem brancos (20,7%), indígenas (14,1%), pretos (7,7%) e amarelos (0,1%). Ao agrupar pardos e pretos sob a categoria negros, percebe-se que 65% da população roraimense se autodeclara negra, um reconhecimento que também é resultante das lutas do Movimento Negro Brasileiro que construiu bases teóricas e empíricas para essa categorização (Silva, 2023).

Entretanto, no contexto do PPGCOM–UFRR, a realidade se mostra distinta. Entre os discentes e egressos/as, o percentual de pessoas brancas (45%) é ligeiramente superior ao de pardas (44%). Pretos representam apenas 3% do total, resultando em 47% de autodeclarados negros. Indígenas correspondem a 8% — o que faz da UFRR, na Rede Alteridades, o programa com maior percentual de estudantes indígenas. Esses dados revelam uma discrepância importante: embora a maioria da população de Roraima se identifique como parda, o corpo discente do PPGCOM–UFRR ainda é predominantemente branco.

Figura 2. Grupos raciais entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFRR



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

Ao analisar o marcador de gênero, a maioria dos/as respondentes se identifica como mulheres cisgênero (58,4%), seguidas por homens cisgênero (38,9%). Uma pessoa (2,7%) se identificou como não binária. As mulheres são

maioria na pós-graduação no Brasil, uma tendência confirmada pelos dados da Capes, que em 2015 registrou uma diferença de 15% a mais de mulheres do que homens na pós-graduação.

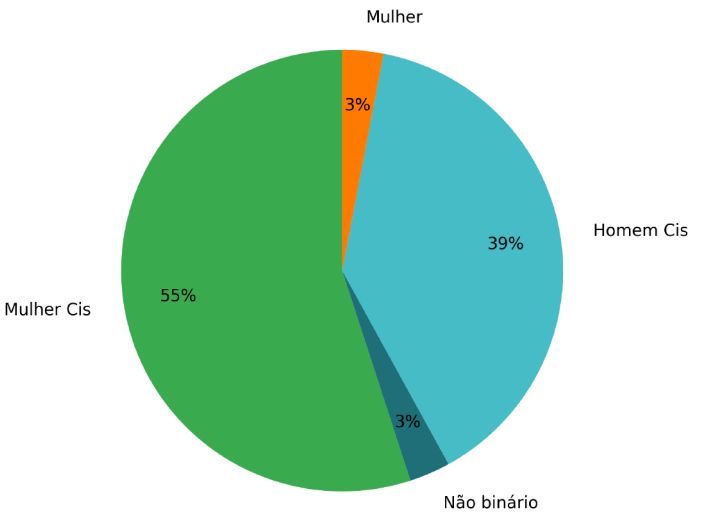
A questão de gênero na promoção da cidadania ganha relevância ao ser tensionada com a última pergunta do questionário, instrumento da pesquisa: "Você sofreu alguma discriminação em qualquer nível da pós-graduação?" Apenas duas pessoas relataram discriminação, sendo ambas mulheres. Uma delas mencionou a falta de flexibilidade nos horários do curso, dificultando a conciliação com trabalho ou responsabilidades familiares, e a outra relatou discriminação por ser mulher, "bruxa" e por sua etnia. A condição de ser mulher provoca discriminação, segundo a respondente do questionário.

Ainda que de maneira superficial nesse momento, conseguimos inferir que os relatos indicam diferentes dimensões da violência de gênero. Uma se alicerça nas desigualdades concernentes ao trabalho doméstico, que recai de forma muito mais visível sobre as mulheres. Ademais, camufla-se a dependência entre o chamado "trabalho de mercado" (neste caso soma-se o acadêmico) e o "trabalho de cuidado" (Malta *et al.*, 2021). A segunda dimensão escancara uma discriminação interseccional, em que gênero, pertencimento étnico-racial e espiritualidade se entrecruzam na produção de estigmas. A associação ao termo "bruxa" não é neutra: historicamente, mulheres que se afastam de normas hegemônicas de feminilidade, seja pela autonomia intelectual, por práticas espirituais não cristãs ou por formas de autocuidado e cura tradicionais, são nomeadas como desviantes, perigosas ou moralmente suspeitas.

Judith Butler (1990) argumenta que o discurso universal é excludente, pois as opressões afetam as mulheres de maneiras distintas. Discutir gênero com recorte de classe e raça, por meio da interseccionalidade, portanto, permite considerar essas especificidades. Já que o gênero pode ser um marcador de desigualdade, pois organiza as diferenças sociais de maneira não fixa (Guedes; Moraes, 2022).

Por isso, Butler (2018b) defende que a ideia de sexo não pode ser compreendida como marcador biológico, uma vez que as "realidades culturais e materiais constroem-se na história e nas relações e na materialidade dos corpos que se identificam por meio de recortes, edições, assimilações e modificações" (Guedes; Moraes, 2022, p. 250).

Figura 3. Gênero no PPGCOM–UFRR



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

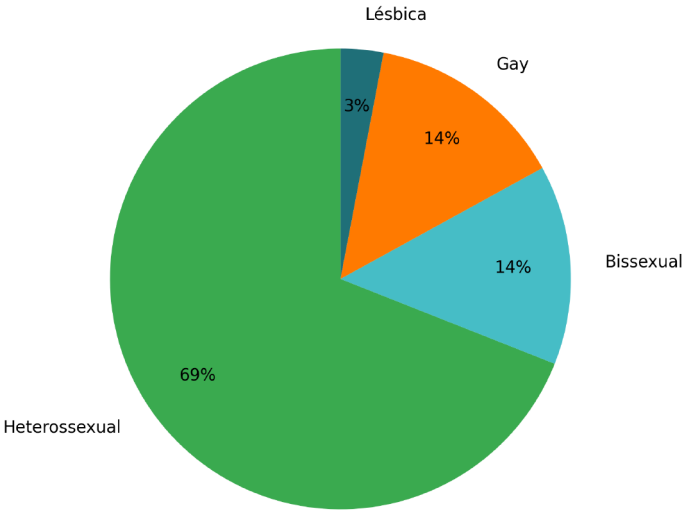
Conforme Butler (2018b, p. 25), "se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado sexo seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero se revela absolutamente nenhuma". Isso nos faz compreender que é preciso desfazer a ideia de que gênero e sexo são permanentes. O principal embate de Judith Butler é com a premissa da distinção sexo/gênero, como se sexo fosse natural e gênero construído, pois "nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino" (Butler, 1990, p. 26).

A caracterização binária de gênero é frequentemente questionada, sendo insuficiente para definir as diferenças dicotômicas entre homens e mulheres. O feminino, por exemplo, que nas sociedades em geral ocupa papéis sociais marginalizados, é utilizado como forma de análise isolada" (Pinho; Reis, 2016, p. 13). Falta considerar que gênero não se apresenta em polos. É preciso pensar gênero como espectro, no qual as formas de identificação e expressão também são formas de resistência a uma matriz que não contempla essas pessoas (Pinho; Reis, 2016).

Neste sentido, a maioria dos/as estudantes do PPGCOM compreende-se no binarismo, tendo em vista que menos de 3% retratam-se como não binários. A maioria das mulheres e dos homens compreende-se como cisgênero, que se identifica com o sexo biológico. Quanto à sexualidade, 31% dos que cursam ou cursaram o mestrado de Comunicação na UFRR responderam que

fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Deste público, o percentual apresenta-se assim: gays (14%), lésbicas (3%) e bissexuais (14%).

Figura 4. Sexualidade no PPGCOM–UFRR



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

Considerando as vivências marcadas por desigualdades de raça, gênero e classe, e o histórico de exclusões e negações de direitos, esta pesquisa desenvolve uma abordagem interseccional (Fernandes, 2023). Apontamos a interseccionalidade como abordagem, uma perspectiva teórico-metodológica, que compreende o mundo e as pesquisas em diversas áreas e na comunicação, capaz de fazer emergir o silenciamento de grupos dissidentes e a invisibilidade dissonante de experiências e teorias.

A interseccionalidade é uma ferramenta analítica importante para teorizar a identidade e a opressão, por acadêmicas feministas e antirracistas (Nash, 2008). Por isso, Nash (2008) defende que a abordagem interseccional é politizada, pois está relacionada à captura da complexidade da vida social, desigualdades múltiplas (Collins; Bilge, 2021) e à relação com perspectivas, lugares e tempos diferentes (Collins, 2019).

Desta maneira, utilizar a lente da interseccionalidade é compreender que as pesquisas no campo da comunicação não podem ignorar a história, o contexto social, as questões relacionadas ao poder, classes e identidades (Cerqueira; Magalhães, 2017). As análises convencionais favorecem uma miopia conceitual fundada na generalização de problemáticas de gênero, raça ou classe (Collins, 1993). É como o racismo por denegação (Gonzalez, 2018) que

se perpetua por meio da assimilação, da miscigenação e do mito da existência de uma democracia racial.

Para Gonzalez (2018), o racismo é uma construção ideológica que beneficia socialmente e economicamente os brancos de qualquer classe social. É a partir da criação da raça como um marcador social de diferenciação, hierarquização e dominação das pessoas que surge o racismo como um sistema social e estrutural de opressão (Pinheiro, 2023).

Da mesma forma, o marcador de gênero está enraizado na perpetuação do patriarcado contemporâneo, que exerce dominação e exploração (Saffioti, 2015). Nesse cenário, para a produção de conhecimento sobre grupos minoritários, é fundamental atentar para o que Carlos Moore (2007) denomina "reorientação epistemológica", um esforço coletivo para revisitar os estudos sobre racismo, incluindo o machismo.

Partimos do reconhecimento de que a universidade, em especial a pública, também deveria ser responsável por criar mecanismos que contribuam para minimizar as desigualdades sociais, entre elas a de raça e gênero, considerando a educação como transformadora (Freire, 2006). Enquanto corpo social, a instituição de ensino deve ser entendida como agente de socialização em sua totalidade. São necessários, assim, mecanismos institucionais, sistêmicos e permanentes, voltados à desestruturação do modelo opressor historicamente vigente.

Conforme Veloso *et al*. (2020), sociedades marcadas pelo patriarcado, racismo e divisão de classes estruturam posições sociais com base nessas três matrizes distintas, nas quais não é possível hierarquizar opressões, pois elas atuam de forma entrelaçada ao processo de subalternização (Collins, 2002). Por isso, para Ribeiro (2017), é preciso pensar que as opressões se combinam e entrecruzam-se, gerando outras formas de opressão, o que evidencia, além de uma necessidade epistêmica, uma demanda social.

O legado da escravização, por exemplo, está diretamente relacionado às condições sociais das mulheres negras, principalmente quanto ao lugar de trabalho que ocupam (Davis, 2016). Para Bell Hooks (2000), há questões vivenciadas pelas mulheres negras que não são abarcadas pelas discussões do feminismo branco, assim como há questões antirracistas que não levantam como questão central a abordagem de gênero (Veloso *et al.*, 2020). Desta maneira, a interseccionalidade surge para tratar "da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas das mulheres, raças, etnias, classes e outras" (Crenshaw, 2002, p. 177).

No PPGCOM–UFRR, as mulheres (55%) superam os homens (39%) em número. Do total de pessoas que responderam ao questionário, entre elas, 25% se autodeclaram pardas, 25% brancas e 5,56% indígenas. Entre os homens, do total dos respondentes, 19,44% são brancos e 13,89% pardos. Homens pretos e indígenas representam 2,78% cada, o que em números absolutos corresponde a um homem preto e um indígena no contexto do Programa. Apenas uma pessoa se identificou como não binária e parda.

Embora os números pareçam equilibrados à primeira vista, considerando a proporção de brancos e pardos, em um estado onde o percentual de pardos é quase três vezes maior que o de brancos, os dados indicam que pessoas brancas têm mais acesso ao PPGCOM–UFRR. Isso é ainda mais preocupante ao constatar que nenhuma mulher preta está representada no curso. E, apenas um homem se autodeclara preto.

Dos/as discentes do mestrado, quase 45% autodeclaram-se pardos. E, pensando no mito da democracia racial e na tentativa de branqueamento do Brasil, o pardo pode ser um instrumento (Aureliano; Santana, 2021). Para o antropólogo Kabengele Munanga (2023), na luta contra o racismo, a divisão não é proveitosa nem para os negros, nem para os pretos, nem para os pardos, por isso unir forças, apesar da identidade mestiça, seria o ideal.

Maternidade entre discentes e egressos/as

Apesar do aumento constante de mulheres na academia, grandes desafios permanecem. Embora 54,2% dos/as matriculados em programas *stricto sensu* no Brasil sejam do gênero feminino, e 58% das bolsas sejam destinadas a elas, essa igualdade se restringe à formação. Na carreira docente e na ocupação de cargos de liderança, a disparidade é evidente, com esses espaços ainda dominados por homens.

As mulheres, embora tenham mais tempo de estudo, continuam enfrentando vulnerabilidades sociais, com salários menores e maior suscetibilidade a diferentes formas de violência, desde a doméstica até o assédio sexual. Além disso, elas são, em grande medida, as responsáveis pelo cuidado familiar. Políticas de equidade de gênero na academia são fundamentais para enfrentar essas violências, incluir as diferenças e garantir direitos e acesso aos equipamentos públicos, produzindo relações de poder mais justas e democráticas no enfrentamento às condições precárias de existência (Alves, 2020; Butler, 2018a).

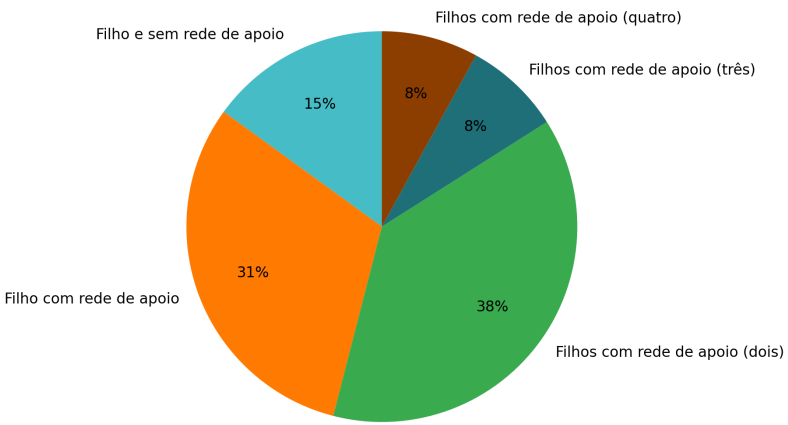
Ser mulher não é tudo que esse alguém é, como diz Butler (2017), porque o "gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas". Ser mulher

não define totalmente a identidade de uma pessoa, pois o gênero interseccio-na-se com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais (Butler, 2017, p. 21).

Por serem estruturais, o machismo e o racismo são naturalizados no contexto social. Por isso, políticas públicas de permanência de mulheres na universidade pública são necessárias, principalmente quando, por meio das interseções, a vulnerabilidade é maior: mulheres, negras, mães, pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, classe de baixa renda, moradoras da periferia.

Durante a aplicação do questionário, descobrimos que 50% dos/as respon-dentes da UFRR têm filhos, sendo 34,62% mulheres. Dentre essas mães, 23% se autodeclaram pardas, 7,69% brancas e 3,85% indígenas. Portanto, é crucial utilizar a lente da maternidade interseccional para entender essas experiências.

Figura 5. Maternidade entre discentes e egressos/as do PPGCOM–UFRR



Fonte: Elaborado pelos/as autores/as.

No que diz respeito à rede de apoio, 15% das mães com um filho relata-ram não ter ou não ter tido ajuda, enquanto 31% das mães com um filho con-taram com uma rede de apoio. Todas as mães com mais de um filho relataram ter tido ajuda durante o curso de mestrado. Sabemos que a rede de apoio é determinante tanto para o número de filhos quanto para a permanência na pós-graduação, dado que o nascimento de uma criança provoca mudanças significativas na vida das mulheres. O aprofundamento da discussão acerca da maternidade na pós-graduação será possível na etapa subsequente de en-trevistas neste estudo.

Considerações possíveis

Neste capítulo, descortinamos a realidade dos/as discentes e egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM–UFRR), sob a perspectiva da interseccionalidade, focando especialmente nas dimensões de gênero, raça e sexualidade. A análise revelou importantes desafios e disparidades, que refletem tanto as dinâmicas locais quanto processos estruturais da sociedade brasileira.

Primeiramente, destacamos a questão do acesso e permanência no Programa, em que a maioria dos/as discentes não contou com bolsas de estudo integrais, o que aponta para uma fragilidade nas políticas de apoio financeiro, crucial para estudantes de regiões periféricas e rurais. Com 83,3% dos/as discentes trabalhando durante o curso, ficou evidente a necessidade de maior suporte para que possam se dedicar integralmente à pesquisa e à formação acadêmica.

A análise racial revelou uma discrepância significativa entre a composição racial da população de Roraima e a do corpo discente do PPGCOM–UFRR. Enquanto a maioria da população do estado se autodeclara parda, o Programa é predominantemente composto por pessoas brancas, o que indica uma barreira no acesso de pessoas pardas e pretas ao mestrado. O fato de o PPGCOM–UFRR ter o maior percentual de estudantes indígenas entre os programas participantes da Rede Alteridades é um ponto positivo, mas ainda insuficiente para garantir uma representatividade proporcional à realidade local e ao tamanho de sua população originária.

No que tange à questão de gênero, as mulheres cisgênero constituem a maioria dos discentes, o que está em consonância com a tendência nacional na pós-graduação. No entanto, apesar do maior número de mulheres na academia, os desafios persistem, especialmente em relação à ocupação de cargos de liderança e à conciliação entre vida acadêmica e responsabilidades familiares. A ausência de mulheres pretas entre discentes e egressos/as é alarmante, refletindo uma exclusão histórica e sistêmica que ainda precisa ser enfrentada de forma mais contundente.

A questão da sexualidade também foi abordada, revelando que 31% dos/as respondentes do Programa se identificam como parte da comunidade LGBTQIAPN+. Esses dados indicam uma diversidade importante, mas também ressaltam a necessidade de políticas inclusivas que garantam a permanência e o sucesso desses grupos na academia.

Ao utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica, foi possível capturar parte das complexidades e das desigualdades vividas pelos/as discentes do PPGCOM–UFRR. A interseccionalidade mostrou-se fundamen-

tal para compreender como opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam e se reforçam, criando barreiras adicionais para grupos historicamente marginalizados.

Por fim, o estudo reforça a importância de uma abordagem interseccional nas políticas de acesso e permanência na educação superior, especialmente em programas de pós-graduação. É imperativo que a universidade pública, enquanto agente de transformação social, adote medidas que não apenas reconheçam, mas também combatam as desigualdades estruturais que afetam seus discentes. Políticas que promovam equidade de gênero e raça, apoio à maternidade e inclusão de grupos LGBTQIAPN+ são essenciais para a construção de um ambiente acadêmico mais justo e representativo.

Para a sequência da investigação, é crucial aprofundar a análise das dinâmicas de exclusão e inclusão no PPGCOM–UFRR, com um foco mais detalhado nas barreiras estruturais que impedem o acesso de grupos sub-representados, especialmente mulheres pretas, pessoas pardas e indígenas. Além disso, projetamos investigar as trajetórias profissionais dos/as egressos/as, analisando como as interseccionalidades de gênero, raça e classe influenciam suas oportunidades e desafios no mercado de trabalho.

Na sequência da pesquisa, também serão exploradas mais profundamente as experiências de estudantes LGBTQIAPN+, investigando como suas identidades afetam sua permanência e sucesso na pós-graduação. E, ainda, analisar criticamente como as políticas institucionais de apoio e suas ausências poderiam fornecer *insights* para a formulação de políticas mais eficazes e inclusivas no campo da educação superior.

Referências

ALVES, Cláudio Eduardo. Políticas públicas, gênero e currículo: notas para equidade. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, 2020.

AURELIANO, Naiara; SANTANA, Nara. Quem é pardo no nordeste brasileiro? Classificações de "Morenidade" e tensões raciais. **Maracanan**, n. 27, p. 94–117, 2021.

BAPTAGLIN, Leila; SANTI, Vilso. Docência Universitária: formação docente dos professores do curso de Comunicação Social e do PPGCOM da UFRR. *In*: **Revista Teias.** v. 22, n. 65, Rio de Janeiro, abr./jun., 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6040.htm. Acesso em: 12 out. 2025.

BUTLER, Judith. "Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo". **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11–42, 1998. Tradução de Pedro Maia Soares para versão do artigo "Contingent Foundations: Feminismand the Question of Postmodernism", no Greater Philadelphia Philosophy Consortium, em setembro de 1990.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Editora José Olympio, 2018b.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 11, n. 16, 2017.

CERQUEIRA, Carla; MAGALHÃES, Sara. Ensaio sobre cegueiras: Cruzamentos intersecionais e (in)visibilidades nos media. **Ex æquo**, n. 35, p. 9–20, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Toward a new vision: race, class, and gender as categories of analysis and connection. Race, Sex and Class, v. 1, n. 1, 1993.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. What's going on? Black feminist thought and the politics of postmodernism. *In*: **Working the ruins**. Routledge, 2002. p. 47–79.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10 (1). Florianópolis: 2002. p. 171–188.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Pablo Moreno. Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: uma proposta de análise interseccional semiótica. **Revista Famecos,** v. 30, n. 1, p. e43673-e43673, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GUEDES, Fernando; MORAES, Alice. Mulheres no mercado de trabalho: uma discussão de gênero na perspectiva da aplicação da igualdade e do direito à não discriminação nas relações laborais. **Ius Gentium**, v. 13, n. 1, p. 234–257, 2022.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: VAREJÃO, Adriana *et al*. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53–83.

Malta, Renata. B. *et al*. Crise dentro da crise: a pandemia da violência de gênero. **Sociedade E Estado**, v. 36, n. 3, p. 843–866, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030001.

NASH, Jennifer. Re-Thinking Intersectionality. **Feminist Review**, n. 89(1), 1–15, 2008.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista:** para familiares e professores. São Paulo: Planeta, 2023.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. Rev. **Reflex** [on-line]. 2016, vol. 24, n. 1, p.7–25. https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** (feminismos plurais). Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SILVA, Dayana K. Melo da. Construção e desconstrução da identidade parda como identidade negra em narrativas das redes sociais digitais. *In*: **Anais.** Intercom — Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação — PUC Minas, 2023.

VERBETE
Interseccionalidade

Renata Barreto Malta

Todo pensamento parte de algum ponto, ou de vários pontos. Para construir a proposta conceitual de *interseccionalidade* como práxis crítica e posicionamento político-acadêmico, central para a pesquisa que sustenta essa obra, bebemos da ideia de "cruzamento de vias" (intersections), de Kimberlé Crenshaw. Sua ressignificação deu materialidade à metáfora apresentada por Carla Akotirene, em que "avenidas identitárias" simbolizam os marcadores sociais que se cruzam, e pontos de contato, o lugar onde os sistemas de poder operam simultaneamente. A metáfora nos ajuda a contestar a lógica de camadas e tensiona qualquer suposição hierarquizante ou comparativa entre o peso das opressões por serem o que parecem ser: interseccionais. A partir dessas bases teórico-conceituais e embebidas dos relatos que emergiram, especialmente da etapa das entrevistas, refletimos acerca da textura e dos entrecruzes que dão forma a esta metáfora. Supomos que "avenidas" são feitas de concreto e que cruzamentos são fixos em determinados pontos. Neste verbete, a rigidez do concreto será substituída pela maleabilidade dos fios de lã. Sua estrutura leve e fluida não significa fragilidade, ao contrário, não arrebenta sem corte. Suas cores vibrantes se entrelaçam e modelam, de modo que um fio isolado não faça mais sentido sem o outro. Seu encontro conforma pontos de intersecção passíveis de movimento, ainda que firmes o bastante para manter sua arquitetura. As zonas de intersecção são lugares onde, juntos, os fios se espessam e a circulação se condensa. Em diálogo com a Geografia crítica, compreendemos a densidade como a concentração desigual de fluxos e relações de poder no espaço, em aproximação às formulações de Milton Santos. A densidade intensifica os impactos materiais e simbólicos da opressão nas trajetórias sociais. Não pretendemos, com essa metáfora, romantizar ou minimizar a força das estruturas sociais que alicerçam as discriminações interseccionais. Entendemos que as colisões múltiplas que emergem do racismo, do cis-hetero-patriarcado, do capitalismo parecem se cristalizar e dão materialidade a grandes nós. Emaranhadas a esses nós, as avenidas seguem rumos que, a depender do contexto socioespacial e político, adquirem formatos e sentidos diversos, impossíveis de serem definidos, reduzidos ou enquadrados em perspectivas que busquem universalizá-las. Essa metáfora nos ajuda a

dar corporeidade ao conceito, definido como uma abordagem teórico-analítica que entende as desigualdades como resultado da articulação indissociável entre múltiplos sistemas de poder, recusando explicações baseadas em marcadores sociais isolados ou hierarquizados em camadas. Assim, a interseccionalidade se mostra uma chave analítica indispensável dos fenômenos sociais, capaz de tornar visíveis, inteligíveis e politicamente enfrentáveis as tramas complexas que sustentam suas assimetrias. Na Comunicação Social, ela nos permite compreender como os processos de produção de sentidos são atravessados por marcadores sociais que se entrelaçam, exigindo leituras situadas que recusem tanto a neutralidade quanto a fragmentação das experiências.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade.** Coordenação de Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex**: a Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

VERBETE
Alteridades geográficas

Sonia Aguiar

A expressão conceitual "alteridades geográficas" (no plural) proposta neste livro busca estabelecer um diálogo entre o conceito de "alteridade geográfica" (no singular), comumente utilizado como contraponto de "identidade" associado a contextos socioespaciais e culturais específicos, e o reconhecimento das diferenças geográficas e culturais dos sujeitos oriundos de vários lugares que se encontram em um ambiente acadêmico territorializado.

Trata-se de uma abordagem interdisciplinar, interseccional e ontológica que busca construir um aparato explicativo para os dados empíricos e as narrativas coletadas na pesquisa a partir do aporte conceitual das geografias cultural, social e humana. Espera-se, assim, superar o que Leonardo Silva (2018) denominou "supressão da geografia no exercício da alteridade", ou seja, a pouca ou nenhuma atenção dada ao impacto das diferenças entre sujeitos no ambiente acadêmico a partir das suas origens territoriais e dos seus deslocamentos geográficos para fins de estudo e trabalho.

O uso do termo alteridade na Geografia ainda está fortemente focado nos debates sobre o ensino da disciplina nos níveis de escolaridade fundamental e médio, em que o reconhecimento das diferenças nos processos pedagógicos em contextos socioespaciais específicos é relevante. No ensino de graduação e pós-graduação no Brasil — independente da área de conhecimento — a questão do "outro" reveste-se de maior complexidade porque, além das interseccionalidades de classe, raça, gênero, sexualidade, etnia, idade, entre outras, envolve a convergência de sujeitos de diferentes recortes geográficos do país, por força de políticas de ensino universitário relativamente recentes.

Por meio de processos de seleção e acesso centralizados, combinados com ações afirmativas destinadas a diferentes grupos sociais, tais políticas desenharam um horizonte de igualdade de direitos e oportunidades que aparentemente quebraram as barreiras geográficas, já que permitem a escolha de instituições situadas em qualquer parte do país. No entanto, os processos de interação entre esses sujeitos geoculturalmente diversos, atravessados por marcadores sociais interseccionais e movidos por interesses acadêmicos em comum, não ocorrem sem algum conflito e constrangimentos, que podem

chegar a formas de exclusão e discriminação graves, conforme relatos compilados e analisados na pesquisa.

Parte-se da premissa de que as políticas adotadas para ampliar a diversidade discente em universidades públicas têm fomentado deslocamentos de pessoas para espaços que não lhes são habituais ou familiares. A estranheza e as adversidades frente a essas alteridades geográficas podem estar relacionadas tanto a certos territórios, como no caso de populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas e periféricas urbanas; quanto a regiões preteridas em relação aos centros de referência de desenvolvimento e poder do país, notadamente nordestinos e amazônidas.

Esses "outros", aparentemente fora de lugar, não só sofrem discriminações específicas (em relação a sotaques, vocabulário, vestimentas e até suspeição de limitações cognitivas), como também enfrentam dificuldades de estudo e desenvolvimento acadêmico relacionadas às condições de residência ou estadia nas cidades-sede dos programas de pós-graduação, sobretudo em função da ainda pouco estudada mobilidade pendular (popularmente conhecida como "bate-e-volta").

Há ainda, do lado desse "outro" que chega, o que Silva e Costa (2022) chamam de "importante paradoxo geográfico: a presença da ausência", resultante da "reificação do espaço" de onde se vem: pode ser a falta do mar (ou das montanhas ou do rio), do cheiro de mato, da comida do "meu lugar", cujas manifestações nostálgicas podem ser alvo de incompreensões e falta de acolhimento, afetando o desempenho acadêmico, como alguns relatos à pesquisa.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento dessas discriminações ligadas às alteridades pode resultar em oportunidades únicas para mobilidade social e projetos de futuro, o que leva muitos "migrantes estudantis" a permanecerem na cidade onde se graduaram e/ou pós-graduaram, construindo carreira e experiências de vida. Assim, a perspectiva das alteridades geográficas, associada aos conceitos de lugar, território e escala, revela-se como um consistente instrumental teórico e metodológico para uma abordagem interseccional como a proposta pela Rede Alteridades.

Referências

CARVALHO, Caê Garcia. Geografia e ontologia: cumplicidade de ser entre sujeito e lugar, ser e espaço. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, vol. 24, n. 52, e52209, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/52209/32169

FERREIRA, Danilo Cardoso; Ratts, Alex. Geografia da diferença: diferenciações socioespaciais e raciais. **GeoAmazônia**, Belém, v. 4, n. 7, p. 97–105, 2016. DOI: 10.18542/geo.v4i07.12479. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/geoamazonia/article/view/12479.

RAMOS, Élvis Christian Madureira; Milani, Patrícia Helena. O corpo fora de lugar: de uma geografia dos indivíduos para uma geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, Niterói, UFF, vol. 24, n. 52, e51617, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/51617/32105

SILVA, Leonardo L. S.; Costa, A. A presença da ausência: um paradoxo geográfico**. Geousp**, v. 26, n. 2, e-195614, ago. 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/195614

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. A supressão da geografia no exercício da alteridade. **Geosaberes**: Revista de Estudos Geoeducacionais, Vol. 9, n. 17, 2018, p. 1–13. Disponível em: http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/620/649

VERBETE
Brasis preteridos

Sonia Aguiar

Brasis preteridos é uma construção conceitual proposta para as pesquisas da Rede Alteridade a partir do conceito de "região concentrada", pensado por Milton Santos desde a década de 1990 e consolidado no livro "O Brasil: território e sociedade no início do século XXI", lançado por Santos e María Laura Silveira em 2001. O conceito matriz sustenta-se na análise dos processos históricos de desenvolvimento desigual do país, representados por dicotomias explicativas desses contrastes no território e entre as regiões: há zonas de densidade e rarefação (de gente e recursos); espaços em que o desenvolvimento ocorre com mais rapidez ou lentidão; espaços luminosos ou opacos (com maior ou menor visibilidade política e/ou midiática, por exemplo); e relações de subordinação entre os desiguais, com espaços que mandam e espaços que obedecem.

Nesses processos, os estados das regiões Sul e Sudeste foram progressivamente concentrando, além de capital, infraestrutura e população, os principais recursos técnicos, científicos e informacionais que movem um país por meio das atividades industriais, financeiras, tecnológicas e de conhecimento. Santos e Silveira também levaram em conta os fluxos que ocorrem por meio da infraestrutura que dá suporte às redes de informação, mercadorias, capitais e pessoas — incluindo universidades, instituições de pesquisa, bases de dados, redes de conexão e mídia.

A "região concentrada" e suas contrapartes foram representadas em um mapa de "quatro Brasis"[23], no qual os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste exercem o papel de coadjuvantes do Sul e Sudeste no desenvolvimento nacional, configurando o que aqui qualificamos como os "Brasis Preteridos". Nessa perspectiva, a centralidade da "região concentrada" determina (ou, no mínimo, influencia) as desigualdades na implantação e difusão de recursos e infraestrutura pelo país, quaisquer que sejam os indicadores eleitos para comparação.

Boscariol (2017), por exemplo, observou tendências dessas disparidades regionais nos dados do IDHM — Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ao longo de 20 anos (1991–2010). Segundo esse autor, dados de variáveis que dizem respeito a aspectos básicos da vida, como renda, educação e longevidade, revelam as diferenças socioespaciais brasileiras, ponto de partida

23 Ver https://www.tudogeo.com.br/wp-content/uploads/2019/04/milton_santos_estados-1.jpeg

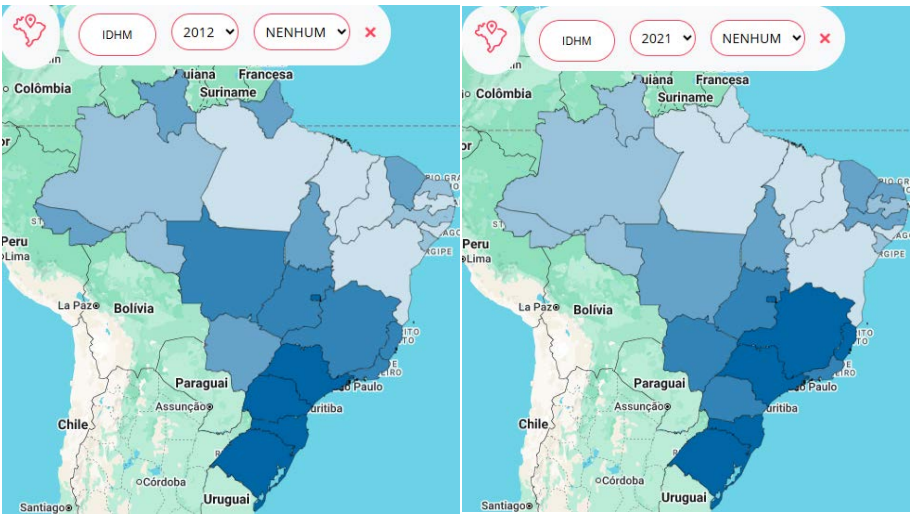
fundamental para o enfrentamento de todas as desigualdades e alteridades interseccionais (Boscariol, 2017, p. 186).

Índices mais recentes coletados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (http://idhm.org.br/) confirmam essa tendência (Figura 1), assim como outras variáveis sociais, econômicas e culturais mapeadas pelo IBGE (https://portaldemapas.ibge.gov.br/) e pelo Brasil em Mapas (https://www.instagram.com/brasilemmapas/), como por exemplo: taxa de pobreza por unidade da federação (UF); população com acesso à rede de esgotos; médicos por habitantes nos estados; população com acesso à Internet, entre outros.

No âmbito específico desta pesquisa, bastam duas variáveis relativas à pós-graduação no Brasil mapeadas pela plataforma Geocapes (2024) para deixar claro o mesmo padrão de contraste entre a "região concentrada" e os "Brasis Preteridos": a distribuição dos programas pelos estados (Figura 2); e a distribuição de bolsas de mestrado e doutorado nesses recortes geográficos (Figura 3).

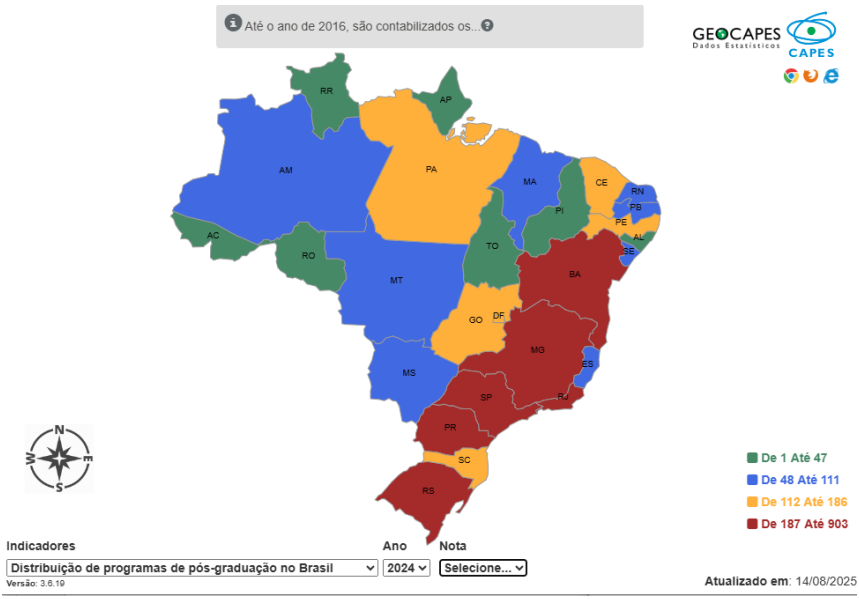
Por fim, cabe destacar que não se trata de um conceito meramente descritivo e estático; por força do seu caráter relacional, seu objetivo é ser uma ferramenta metodológica de observação das diferenças e desigualdades de modo a superá-las, contribuindo assim para políticas públicas mais eficazes e abrangentes no âmbito da pós-graduação no Brasil, particularmente na área de Comunicação.

Figura 1. IDHM médio dos estados brasileiros em dois tempos (2012–2021)



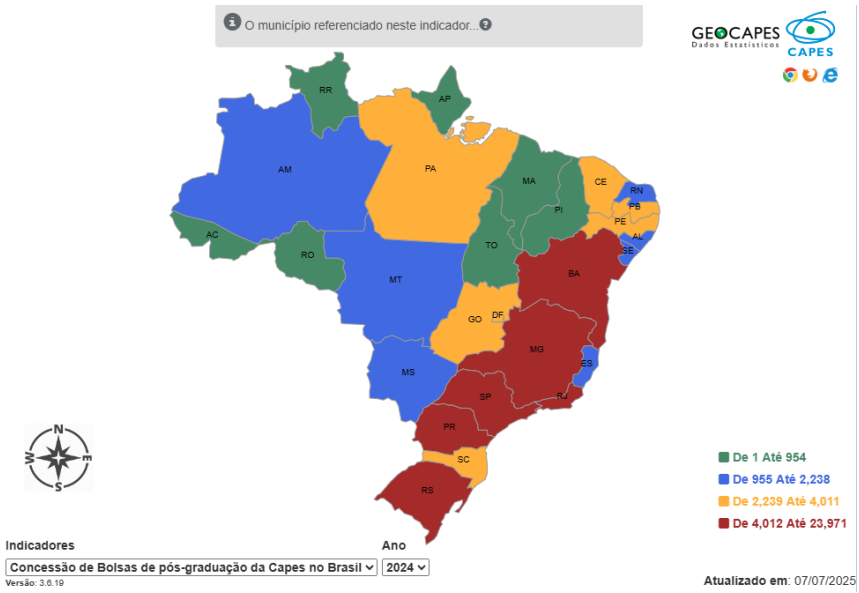
Fonte: http://idhm.org.br/consulta/map

Figura 2. Distribuição de PPGs no Brasil



Fonte: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ (coleta mais recente: 2024)

Figura 3. Distribuição de bolsas Capes no Brasil



Fonte: https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/ (coleta mais recente: 2024)

Referências

BOSCARIOL, Renan Amabile. Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). *In*: MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; PINTO, Carlos Vinícius da Silva (orgs.). **Territórios em números**: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira. Brasília: IPEA/INCT, 2017. p. 185–208. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8911

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

PARTE 2
Quando o campo acontece: o fazer coletivo da Rede Alteridades

Entre o procedimental e o sensível: trajetórias e práticas da Rede Alteridades

Renata Barreto Malta
Eloy Vieira

Contexto e percursos formativos

Este capítulo tem a intenção de descortinar o caminho percorrido pela pesquisa *Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos — Norte, Nordeste e Centro-Oeste*, financiado pela Capes, por meio do Edital nº 37/2022 — PDPG/Alteridade na pós-graduação —, desde a sua entrada no campo até a tabulação e organização dos resultados de sua última etapa empírica. Todo esse processo foi norteado por uma pergunta central: *Quais os desafios que se impõem ao acesso e permanência de estudantes na Pós-graduação em Comunicação, em um contexto específico, o dos "Brasis Preteridos"?*

As decisões tomadas foram coletivas e buscaram, a partir de múltiplas dimensões, responder a essa pergunta. A partir dela, definimos como objetivo geral: considerando de modo interseccional os marcadores sociais, especificamente étnico-raciais e de gênero, que atravessam as vivências do grupo pesquisado (discentes e egressos/as), compreender em que medida as desigualdades sociais neles inscritos se materializam em desafios, obstáculos e/ou especificidades em suas jornadas acadêmicas. Nesse ínterim, destacamos a importância de uma investigação concernente ao acesso à política de cotas no âmbito da pós-graduação, à política de bolsas, além de aspectos que tangem a mobilidade geográfica do grupo estudado ao longo do percurso acadêmico e posterior a ele (no caso de egressos/as).

Nessa primeira etapa exploratória, buscamos compreender as políticas de ações afirmativas instituídas nos Programas de pós-graduação em Comunicação das universidades que integram a Rede Alteridades — UFS, UFMS, UFPA e UFRR. De forma comparativa, observamos que apresentam convergências importantes no que diz respeito ao ingresso, mas revelam descompassos significativos quando observadas sob a ótica da permanência, especialmente no acesso às bolsas de estudo. Acerca das cotas de ingresso, as quatro instituições adotam reservas de vagas para grupos sociais impactados por

desigualdades estruturais, com base na legislação federal e em normativas internas.

A UFS, UFMS e UFRR estabelecem percentuais mínimos de 20% das vagas destinadas, sobretudo, a pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência, enquanto a UFPA organiza suas vagas de forma mais segmentada, combinando ampla concorrência e ações afirmativas, com possibilidade de redistribuição entre categorias. Em todas, a autodeclaração é o ponto de partida para o acesso às cotas, sendo complementada, em graus distintos de institucionalização, por procedimentos de heteroidentificação e verificação documental, com destaque para a UFRR, que dispõe de uma Comissão Permanente de Heteroidentificação desde 2020. Nesse sentido, na UFRR há uma maior formalidade e continuidade ao processo de validação da autodeclaração racial. Trata-se de um dispositivo que reconhece, ainda que de forma parcial, que a desigualdade não se dissolve apenas com a inscrição em um edital, mas exige mediações institucionais mais constantes.

As diferenças tornam-se mais evidentes quando se analisam as políticas de bolsas, centrais para a permanência na pós-graduação. Observamos que na UFMS a concessão ainda se organiza prioritariamente em torno de critérios de dedicação e vínculo laboral, sem uma política institucional explícita que integre políticas afirmativas. Na UFRR, as bolsas são distribuídas por meio de edital específico e dão prioridade a candidatos/as de baixa renda comprovada. Não há nos editais menção a outros grupos sociais. Na UFS, a incorporação de critérios afirmativos na distribuição de bolsas ocorreu apenas em 2025, por meio de instrução normativa interna do PPGCOM, a qual garante 50% das bolsas para PPI (pretos, pardos e indígenas) e PcD (pessoas com deficiência), rompendo com o modelo anterior baseado exclusivamente na ordem de classificação. Pessoas transgênero ainda não estão contempladas nesta instrução normativa.

Em contraste, a UFPA apresenta maior articulação entre ingresso e permanência. A resolução 03/2023 do PPGCOM–UFPA estabelece que a concessão de bolsas observará, prioritariamente, critérios de ordem social, econômica e territorial, os quais antecedem a classificação no processo seletivo e a avaliação do desempenho acadêmico. Para fins de aplicação da norma, são considerados grupos sociais prioritários os discentes indígenas, negros (pretos e pardos), pessoas com deficiência (física, mental, auditiva, visual ou múltipla), pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ e pessoas trans. No âmbito da vulnerabilidade econômica, a resolução contempla discentes desempregados, beneficiários de isenção ou restituição do imposto de renda, pessoas com renda mensal de até dois salários mínimos, arrimos de família e oriundos de programas de assistência social, como o Benefício de Prestação Continuada

na Escola. A política também reconhece como critério específico a dimensão territorial, priorizando discentes residentes ou egressos/as de cursos de graduação ou mestrado realizados nos estados que compõem a Amazônia Legal.

De modo geral, a comparação evidencia que, embora as ações afirmativas estejam relativamente consolidadas no ingresso aos programas de pós-graduação, sua tradução em políticas efetivas de permanência — sobretudo no acesso às bolsas — se mostra desigual entre as instituições. Essa assimetria reforça a necessidade de compreender as ações afirmativas não apenas como mecanismo de entrada, mas como política contínua, capaz de enfrentar as desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias acadêmicas nos chamados Brasis Preteridos, refletindo uma realidade que não se mostra específica, mas estrutural.

Retomando o caminhar da pesquisa, as discussões teóricas iniciais que embasam nossos achados tiveram como eixo os conceitos de Alteridade e Interseccionalidade, acionados nos capítulos anteriores desta obra. Com o intuito de proporcionar debates aprofundados, o Grupo de Pesquisa GENI (Gênero e Interseccionalidades na Comunicação) abriu espaço para leituras que contemplassem epistemologias situadas capazes de sustentar uma práxis crítica orientada à compreensão das desigualdades que atravessam as experiências sociais investigadas**.**

As dinâmicas próprias da investigação e a aproximação entre os Grupos de Pesquisa coordenados por pesquisadoras/es participantes do estudo foram os fios condutores da Rede Alteridades, que integra docentes, discentes e egressas/os de quatro programas de pós-graduação em Comunicação (UFS, UFMS, UFPA e UFRR) das três regiões brasileiras menos privilegiadas do país — Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Explicá-las demanda considerar dimensões procedimentais e sensíveis.

De modo pragmático, a rede se constituiu para a proposição de um estudo que significasse investigar o ambiente da pós-graduação em contextos acadêmicos plurais e, ao mesmo tempo, preteridos. Ao ter sua proposta contemplada pelo Edital, a rede se estabeleceu para cumprir com as obrigações do projeto e receber novas pesquisadoras/es bolsistas — de pós-doutorado, doutorado, mestrado e PIBIC. De modo sensível, a continuidade da Rede Alteridades ganhou outros significados, extrapolando a pesquisa em si ao fortalecer vínculos acadêmicos e afetivos que sustentam formas colaborativas de produzir conhecimento, ancoradas na escuta e na partilha.

Desde o início das atividades da pesquisa, em abril de 2023, a preocupação em manter o cronograma proposto esteve presente. Após as etapas iniciais de implementação das primeiras bolsas concedidas pelo Edital, reuniões mensais com a equipe, realizadas de forma virtual pelo *Google Meet*, se torna-

ram uma rotina, com envio de pontos de pauta com antecedência e a escrita de relatórios contemplando as principais decisões tomadas. A comunicação com a equipe, a princípio, se dava apenas por e-mail, criado exclusivamente para o projeto, e logo no primeiro mês, criamos um grupo de WhatsApp a fim de facilitar o fluxo de informações diárias.

Acerca dos primeiros passos para a pesquisa de campo, organizamos os documentos exigidos para o cadastro do Projeto na Plataforma Brasil e consequente aprovação no Comitê de Ética das instituições de cada PPG que integram a pesquisa. O processo foi coordenado pela UFS e posteriormente replicado para o comitê de ética das demais instituições envolvidas. Toda a etapa foi realizada entre o mês de setembro de 2023 e janeiro de 2024, com aprovação final em maio de 2024.

Como continuidade, elaboramos um questionário que foi aplicado a discentes e egressos/as dos quatro programas. As sugestões iniciais foram apresentadas em reuniões on-line e diziam respeito à territorialidade, aspectos relacionados à família do/a discente ou egresso/a, acesso a bolsa de estudos etc., para além das mais óbvias associadas ao marcador de raça e gênero. A coordenação do projeto elaborou um documento com as questões iniciais e compartilhou com o grupo via *Google Drive* para a construção coletiva do questionário. Ficou acordado que os/as coordenadores/as representantes de cada instituição buscariam os contatos de discentes e egressos/as para garantir o envio do formulário. Reuniões internas entre pesquisadores/as de cada instituição foram realizadas nesse período.

Como previa o projeto, três reuniões presenciais ocorreriam ao longo dos dois primeiros anos de projeto, as quais foram de suma importância para o andamento do estudo e para a consolidação da Rede Alteridades. Buscamos em todos os casos conciliar a semana de atividades de pesquisa a um evento acadêmico que nos permitisse propor discussões e/ou apresentar resultados relacionados à pesquisa. A primeira delas ocorreu em novembro de 2023 na Universidade Federal de Sergipe com representantes de todas as instituições envolvidas, o bolsista de pós-doutorado vinculado à UFS e a bolsista de pós-doutorado do projeto, quando acontecia o InComunicações, um evento organizado pelo Departamento de Comunicação Social da UFS.

Dentre os pontos debatidos neste encontro, estavam a construção de uma abordagem metodológica decolonial para a análise dos dados, o debate sobre como as cotas nas universidades influenciam na diversidade do corpo discente dos programas e a discussão do conceito de alteridade e interseccionalidade. Ademais, a equipe pôde se familiarizar com a Teoria Fundamentada em Dados por meio de um workshop ministrado por uma das pesquisado-

ras da UFS. Ainda assim, a centralidade do encontro esteve na finalização do questionário, etapa marcada por intensas trocas e diálogo.

Reafirmamos, assim, a importância das reuniões presenciais ao longo da pesquisa, pois oferecem tempo para discussões qualificadas, decisões estratégicas, ajustes necessários e fortalecimento das articulações em rede. No caso da Rede Alteridades, podemos afirmar que também significou momentos de descontração, risos e afetos.

Figura 1. Equipe do Projeto Alteridade na Universidade Federal de Sergipe (UFS)



Fonte: Arquivo da pesquisa.

O questionário foi estruturado em 57 perguntas, organizadas em: 1) Questões identitárias e familiares (idade, raça, gênero, classe social, cadastro no CadÚnico, orientação sexual, deficiência, diagnóstico de transtorno mental, grau de instrução dos pais, presença de irmãos, maternidade/paternidade, rede de apoio, função de cuidador/a); 2) Questões de formação, trajetória e deslocamento (cidade de origem e atual, pertença a territórios tradicionais, residência em áreas periféricas, ribeirinhas e zonas rurais, trajetória acadêmica, situação acadêmica, situação profissional, acesso a cotas, recebimento de auxílio acadêmico e bolsas de estudo na graduação e pós-graduação, necessidade de deslocamento na pós-graduação, discriminação no ambiente acadêmico).

Como etapa procedimental, testes foram realizados com um grupo de três egressos/as e dois/duas discentes de cada programa envolvido, com ajus-

tes finos até a versão final[24]. É importante evidenciar que a presença de bolsistas da pesquisa (dois de pós-doutorado, uma de doutorado e uma de mestrado) que também eram discentes ou egressos/as no momento de construção do questionário foi fundamental para que as realidades do grupo pesquisado fossem consideradas de maneira orgânica.

Com essa etapa concluída e acesso aos dados de contato de todos os/as discentes matriculados/as até 2023 e egressos/as de todos os anos anteriores dos quatro programas em Comunicação, iniciamos o envio do questionário. Inicialmente, o contato foi realizado por e-mail, acompanhado de um *card* informativo.

Figura 2. Cartaz enviado a discentes e egressos/as



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Entre os meses de dezembro e janeiro, observamos o andamento e concluímos que não alcançaríamos a meta estabelecida de 70% dos questionários preenchidos. Desse modo, entre fevereiro e maio de 2024, adotamos uma segunda estratégia, o contato mais direto via WhatsApp e Instagram com aqueles/as que não haviam respondido o questionário. Nesse processo, observamos que aspectos hierárquicos foram determinantes para o sucesso desta etapa, considerando que quando a solicitação ocorria por parte dos/as docentes, algumas com a função de orientador/a ou ex-orientador/a, o preenchimento do questionário se dava com agilidade. O relatório finalizado no dia 10 de maio de 2024 concluiu que tivemos 405 respondentes, representando pouco mais de 71% do universo potencial (567).

Em junho de 2024, durante a reunião mensal da Rede Alteridades, apresentamos os dados obtidos pelo questionário, os quais foram as referências

24 Link de acesso ao questionário: https://forms.gle/v8w9fKwHiaFeBZsu7

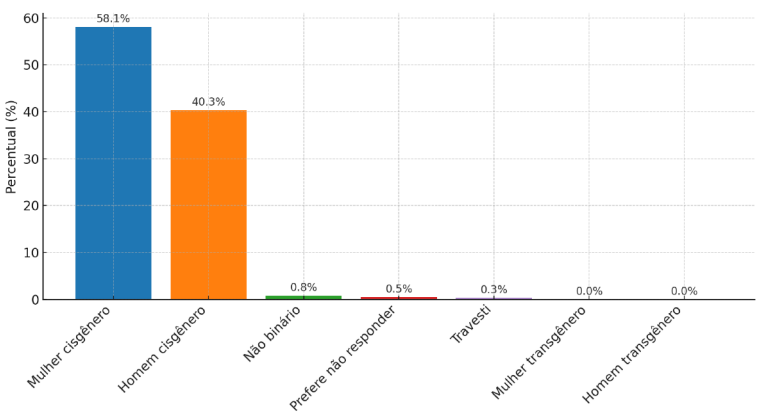
para as etapas subsequentes da pesquisa de campo. Como vimos, a escrita desta obra se alicerça nesses resultados e, de forma específica, foram considerados os diferentes contextos do estudo para a construção de quatro dos cinco capítulos que compõem a Parte 1, intitulada *Panorama Inicial: Marcadores sociais e Deslocamentos nos PPGCOMs dos Brasis Preteridos*.

Aqui, ressaltamos a importância dos dados comparados, sendo estes fundamentais para a fase das entrevistas em profundidade, considerando que os perfis dos/as potenciais entrevistados/as foram definidos com base nos resultados dos questionários, especialmente daqueles concernentes a gênero, raça/etnia, território, classe social, orientação sexual, maternidade/paternidade, deficiência, diagnóstico de transtorno mental e relatos de discriminação no ambiente acadêmico. Experiências com deslocamento para a realização do curso também foram consideradas relevantes nesse processo. No tópico seguinte, buscamos explorar os resultados comparativos centrais obtidos pelo questionário, explicitando a sua importância como dados de base.

Números que revelam desigualdades nos Brasis Preteridos

Como bem explicitamos, entender os resultados de forma geral e comparativa foi basilar para a definição dos perfis entrevistados e, de modo central ou tangencial, foi alicerce de decisões que seriam tomadas ao longo de toda a pesquisa. Voltando-nos aos marcadores mais centrais, em números, na distribuição geral de autodeclaração de gênero, mulheres cisgênero são a maioria e homens e mulheres transgênero não apareceram nos resultados.

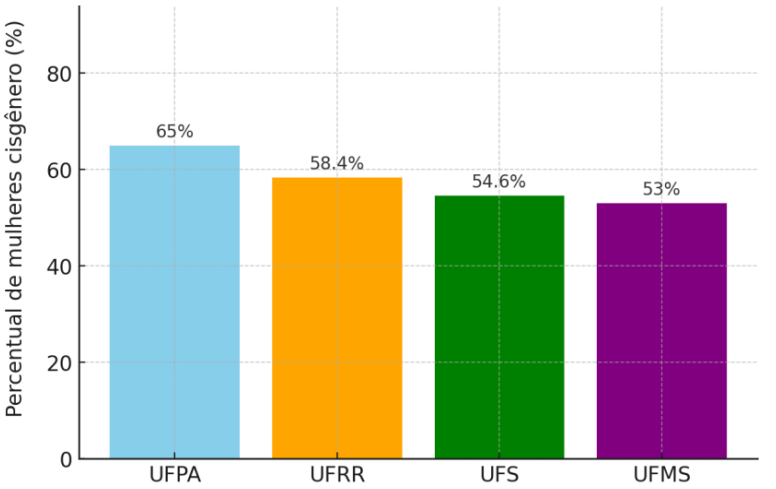
Figura 3. Distribuição por autodeclaração de gênero



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Considerando a maioria dos/as respondentes, os 58,1% que se autodeclararam mulher cisgênero, sua distribuição entre as instituições participantes se dá, comparativamente, da seguinte forma:

Figura 4. Mulheres cisgênero nos quatro programas estudados

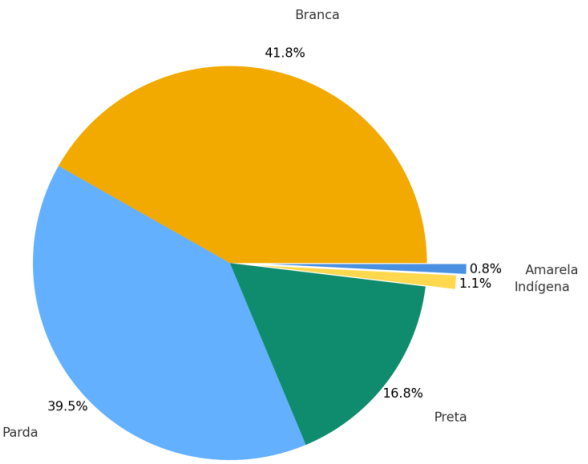


Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Conforme observamos no gráfico, a feminização é realidade nos quatro programas em Comunicação estudados, o que é reflexo também da feminização do campo (Lelo, 2019). Chama-nos a atenção que na UFPA e em menor escala na UFRR a porcentagem de mulheres cisgênero seja maioria absoluta, ambos os programas localizados na Região Norte do país. Esses dados nos levaram a pesquisar o fenômeno de forma aprofundada por meio de entrevista em profundidade, acionando também outras pesquisas como fontes secundárias para entender o cenário.

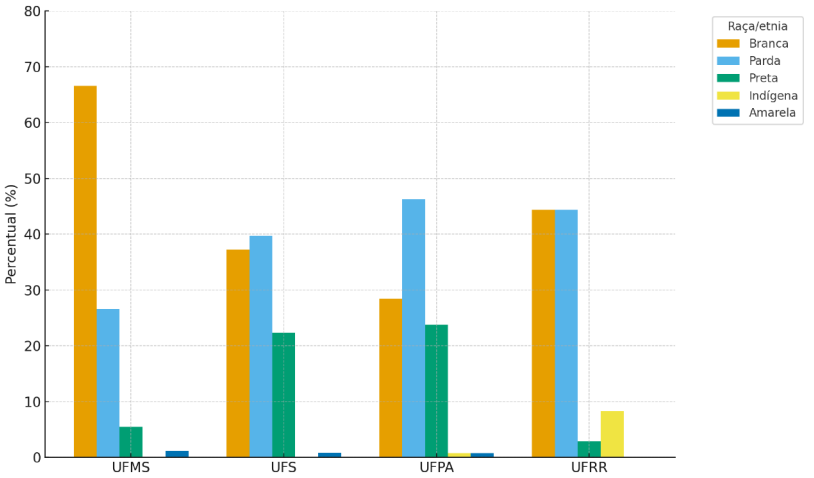
No que concerne à raça/etnia, primeiramente observamos a autodeclaração racial no universo de respondentes e, logo, comparamos nos quatro programas, chegando aos seguintes gráficos:

Figura 5. Raça/etnia do universo estudado



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Figura 6. Raça/etnia comparada entre os programas



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

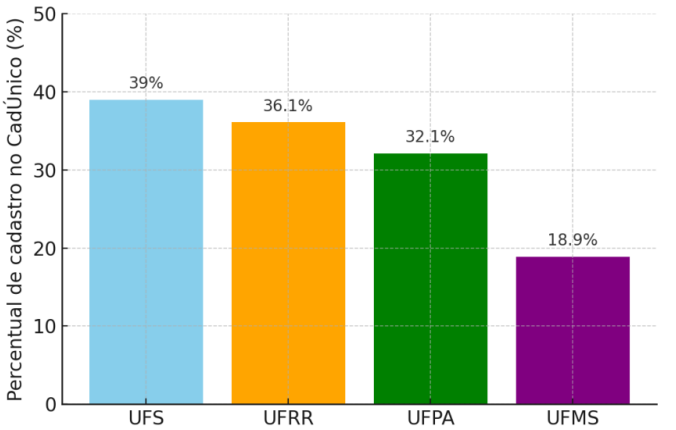
Ao observar de modo comparativo, percebemos que a maior concentração de pessoas brancas e, por conseguinte, a menor diversidade étnico/racial se dá no PPGCOM da UFMS. Em diferente proporção, identificamos pessoas que se autodeclaram pardas em todos os programas estudados e, conforme problematizado em capítulos anteriores, esta categoria descortina as dimen-

sões do branqueamento e da suposta democracia racial que vela o racismo brasileiro.

Pessoas pretas aparecem de fato nos contextos de Sergipe e Pará, mas de modos bastante distintos. No estado nordestino, a presença de pessoas pretas, segundo dados do IBGE (2022), equivale a 12,8% da população e, no estado da região Norte, a 9,8%. Em ambos os casos, a proporção de pessoas que se autodeclararam pretas superou amplamente os índices estaduais, evidenciando como o ambiente acadêmico atua como espaço potente de afirmação racial. Esta discussão ganhou relevância na fase das entrevistas, especialmente com pessoas que se autodeclararam pretas. A ausência de pessoas autodeclaradas indígenas, que se encontram apenas em Roraima (8,3% do total de respondentes dessa instituição) e de forma ínfima no Pará (0,7% do total de respondentes dessa instituição), revela a dificuldade de acesso dessa população à pós-graduação, mesmo nos estados de maior incidência dos povos originários. Assim, entrevistá-las se mostrou uma das prioridades deste estudo.

Numa perspectiva interseccional, foi importante, como resultado do questionário e direcionamento para a etapa subsequente, o quantitativo de pessoas cujas famílias possuem ou já possuíram cadastro no CadÚnico[25], cotejado a outros dados relevantes, como autodeclaração de classe social e residência em áreas periféricas urbanas e territórios tradicionais.

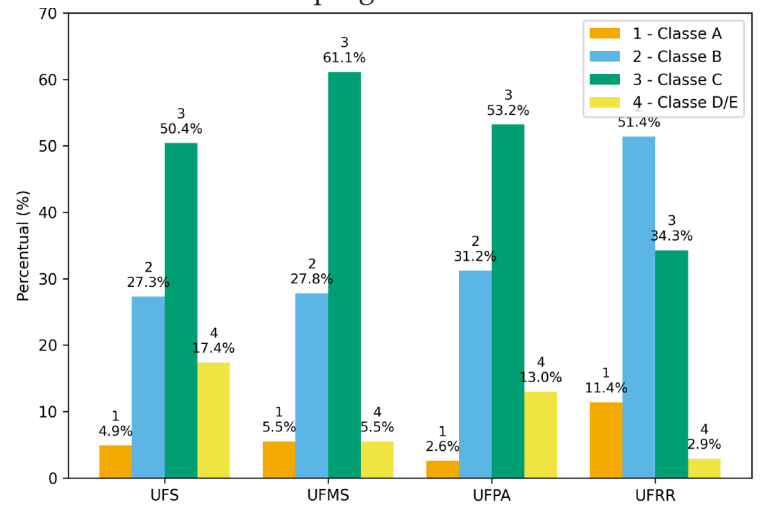
Figura 7. Respondentes com cadastro no CadÚnico entre os programas



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

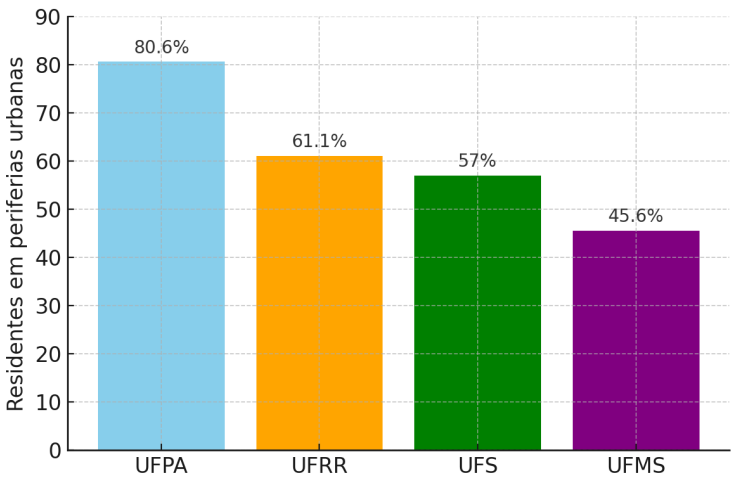
25 Criado pelo governo federal em 2001, o CadÚnico foi incorporado, em 2011, ao conjunto de ações do Plano Brasil sem Miséria, formulado no governo Dilma Rousseff, com o propósito de articular e centralizar iniciativas federais voltadas aos grupos que necessitam de maior atenção do estado (Mustafa *et al.*, 2017).

Figura 8. Autodeclaração de classe social entre os programas



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Figura 9. Residem ou já residiram em periferias urbanas



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Ao considerar os três gráficos, primeiramente observamos que os/as respondentes do PPGCOM da UFMS se destacam dos/as demais no que concerne ao CadÚnico. Enquanto nas outras instituições o número de pessoas que responderam de forma afirmativa a essa pergunta varia entre 32,1% e 39%, na UFMS não chega a 19%. Esse dado pode indicar que, nos programas do Norte

e Nordeste, a necessidade de assistência por parte do Estado é uma realidade muito mais evidente. Seguindo esta mesma lógica, observamos que também na UFMS a parcela de estudantes e egressos/as que residem ou já residiram em áreas periféricas urbanas é menor, ainda que bastante significativa. Nesse sentido, chamam-nos a atenção os resultados referentes à UFPA, com mais de 80% de respostas afirmativas.

De forma, à primeira vista, destoante, estão as respostas concernentes à classe social. Enquanto o grupo que se autodeclarou como pertencente à Classe A não ultrapassa os 5,5% na UFMS, UFS e UFPA (esta última com apenas 2,9%), na UFRR ele chega a 11,4%. Quando somado ao grupo pertencente à classe B (51,4%), chegamos a 62,8% dos/as respondentes da UFRR pertencentes às classes A e B e 36,1% com cadastro no CADÚnico, o que demonstra uma grande desigualdade social. Nesse sentido, observamos no programa da UFMS o maior equilíbrio entre as classes em comparação com a realidade dos demais estados, com uma maioria pertencente à classe C (61,1%) e uma minoria à classe D e E (5,5%). Em Sergipe, as classes D e E representam 17,4% das respostas.

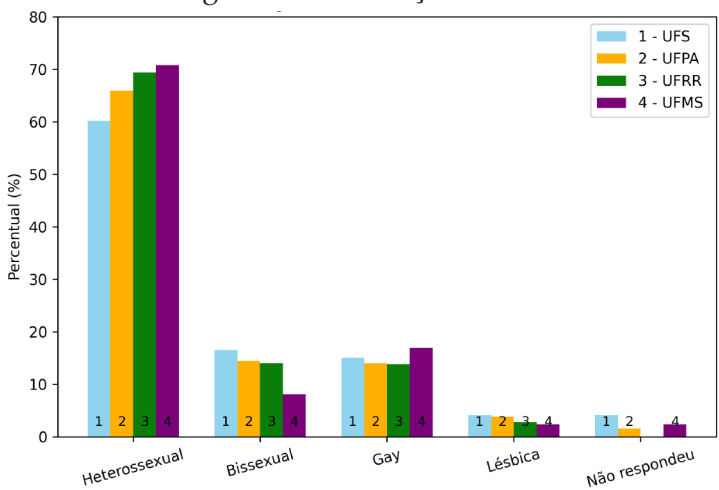
Ainda considerando os resultados do questionário, os quais foram alicerces da etapa das entrevistas, chegamos àqueles concernentes à maternidade/paternidade. Dentre os/as respondentes de todas as instituições pesquisadas, 34% têm filhos/as, sendo que pouco mais da metade tem apenas uma criança. Dentre os/as estudantes e egressos/as que têm filhos/as, 65,1% são mulheres. Ao questionarmos sobre a presença de rede de apoio no cuidado das crianças, 29,1% afirmaram não contar com nenhum tipo de apoio, dado que por si só nos impele a problematizar em que medida o ambiente acadêmico se mostra acolhedor para essas mulheres.

O questionário ainda perguntou sobre a maternidade/paternidade solo e, dentre os/as respondentes, 11,1% dos homens que são pais se afirmaram pais solo, enquanto que 36,9% das mulheres que são mães disseram não contar com o apoio do genitor para os cuidados dos/as filhos/as. Apesar de aparentemente se tratar de um dado objetivo, a percepção acerca da maternidade solo e da paternidade solo possui diferenças alicerçadas em uma sociedade patriarcal que posiciona a mãe como a responsável pelo cuidado das crianças (Saffioti, 2015). Entendemos, assim, que além de se tratar de um perfil extremamente importante para a etapa das entrevistas, compreender tais percepções se mostraria de grande relevância para a pesquisa, buscando uma perspectiva interseccional capaz de compreender as diferentes realidades quando outros marcadores, como raça e classe, se fazem presentes. Mais além, ouvir o que esses/as acadêmicos/as têm a propor no que se refere às políticas insti-

tucionais para minimizar os desafios impostos a elas/eles também se tornou significativo.

Outra questão que ganhou alguma centralidade diz respeito à orientação sexual dos/as respondentes. A figura a seguir apresenta esse resultado de forma comparativa entre as instituições participantes do estudo.

Figura 10. Orientação sexual

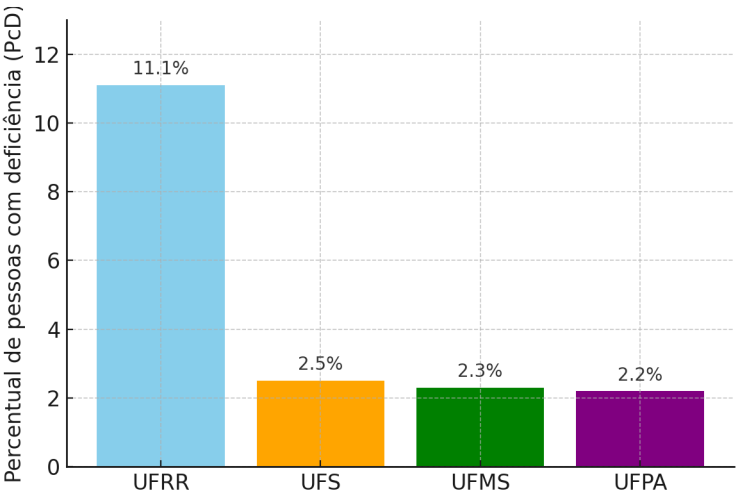


Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

Entendemos que a importância desses resultados se dirigiu à seleção dos perfis entrevistados, buscando contemplar uma diversidade de experiências na pós-graduação. Não houve uma discrepância acentuada entre os contextos, sendo o programa da UFS o ambiente com o menor número de respondentes autodeclarados heterossexuais (60,3%) e o programa da UFMS o com maior número (70,8%). Vale pontuar nossa preocupação em compreender os grupos sociais não hegemônicos nas entrevistas em profundidade e, no que tange à orientação sexual, a lesbianidade foi a menos presente, representando no máximo 4,1% do universo (UFS) e no mínimo 2,2% (UFMS).

Nessa mesma perspectiva da exceção, identificamos um número bastante reduzido e pouco representativo de pessoas com deficiência (PcD) na maioria dos contextos estudados, com destaque para a UFRR, onde 11,1% dos/as discentes e egressos/as se autodeclararam PcD, como demonstra a figura a seguir.

Figura 11. Pessoas com deficiência (PcD)



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

A entrada de pessoas com deficiência na pós-graduação brasileira se tornou mais acessível a partir de 2016, quando a Lei nº 13.409/16 passou a contemplar especificamente a reserva de vagas para pessoas com deficiência em instituições federais de ensino. O direcionamento específico para a pós-graduação ocorreu apenas em 2023, com a Lei nº 14.723/23, que acrescentou novas disposições, estabelecendo em seu Artigo 7º-B que as instituições federais de ensino superior devem promover políticas de ações afirmativas para inclusão de PcD em seus programas de pós-graduação *stricto sensu* (Brasil, 2023). Mesmo com a presença de ações afirmativas, observamos que esse grupo social ainda não pode, de fato, integrar a maioria dos programas de pós-graduação estudados e, de forma mais ampla, em programas do país.

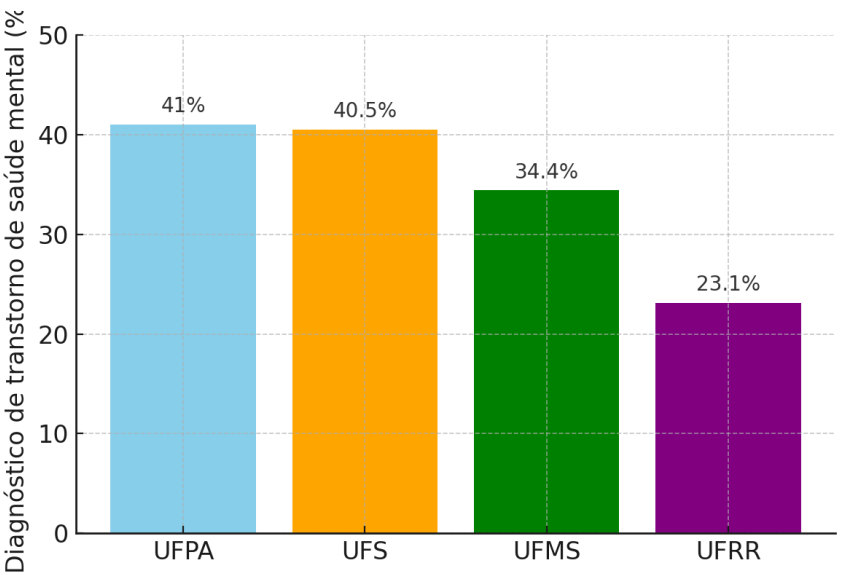
Uma revisão de literatura sobre estudantes com deficiência na pós-graduação (Borges; Silva, 2025) conclui que persistem grandes disparidades entre as instituições quanto à efetividade dos mecanismos de inclusão. Ainda há falhas estruturais, como editais pouco acessíveis, inexistência de formulários específicos para solicitar adaptações e divulgação insuficiente das ações afirmativas. As estratégias adotadas diferem em abrangência e profundidade, revelando um ingresso desigual e sem padronização.

No que se refere à permanência e suporte institucional, observou-se que a trajetória de estudantes com deficiência na pós-graduação é marcada por lacunas institucionais relevantes: falta de políticas claras de acompanhamento pedagógico e psicológico, escassez de recursos de tecnologia assistiva e

infraestrutura física ainda restritiva, que continua a impor barreiras ao pleno desenvolvimento acadêmico. Nesse sentido, evidenciamos que entrevistar o perfil dos/as autodeclarados/as PcD, tanto nos contextos de presença quase nula, quanto no contexto da UFRR, tornou-se significativo para este estudo.

Por fim, chegamos ao último eixo norteador da segunda etapa empírica, o qual se mostrou extremamente relevante a partir dos dados coletados no questionário: a autodeclaração acerca de diagnóstico de algum tipo de transtorno de saúde mental.

Figura 12. Diagnóstico de transtorno de saúde mental



Fonte: Elaborado pelas/os autoras/es.

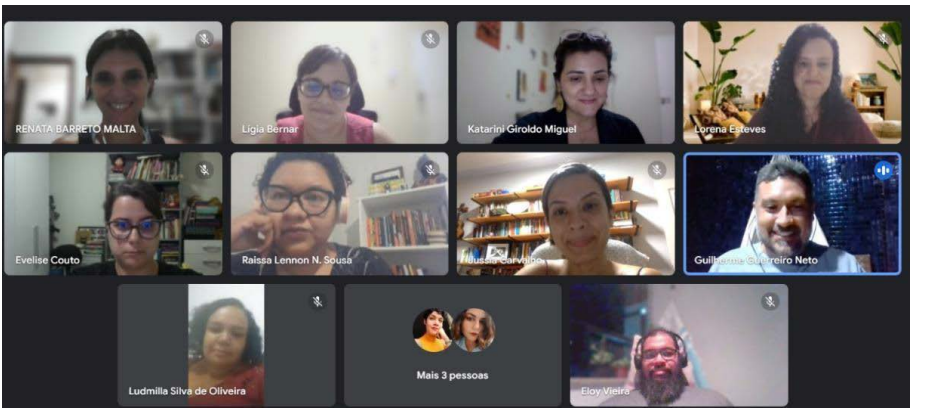
Novamente observamos que a UFRR destoa das demais instituições, com números muito mais reduzidos, ainda que significativos, relativos a transtornos de saúde mental. De fato, as porcentagens apresentadas pela UFPA e UFS ultrapassam os 40% e colocam um alerta acerca do problema. Para as entrevistas, entendemos a importância de ouvir estudantes e egressos/as que responderam positivamente a esta pergunta. E mais além, problematizar aspectos como as pressões que se fazem presentes no ambiente da pós-graduação, a socialização na academia, ações de acolhimento e outras demandas que venham a emergir sobre esse fenômeno de grande gravidade.

Entrevista como escuta ativa e sensível

Como bem observamos, os resultados do questionário foram basilares para a etapa empírica subsequente, em especial os apresentados neste capítulo, de forma geral e comparativa entre as instituições participantes. Em junho de 2024, iniciamos a organização necessária para a fase das entrevistas, com reuniões on-line com toda a equipe. Como primeiras decisões coletivas, definimos que professores/as dos programas de pós-graduação não poderiam atuar como entrevistadoras/es, considerando aspectos hierárquicos que envolvem a relação docente/discente e os objetivos da pesquisa. Também ficou acordado que a equipe passaria por uma formação/treinamento direcionada à condução das entrevistas, com atenção para as abordagens interseccionais, visando a potencialidade de suas subjetividades e vivências.

Essa formação durou três horas e aconteceu de forma on-line pelo Google Meet no dia 26 de junho de 2024, com a presença de Lorena Esteves, autora da tese *Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: diálogos sobre (de)colonialidades e resistências comunicativas*, defendida no PPGCom da UFPA e que recebeu o Prêmio Capes de Teses em 2023, e com Guilherme Guerreiro Neto (NAEA/UFPA), que conduziu entrevistas em sua tese de doutorado no Programa de Desenvolvimento Sustentável da UFPA, intitulada *Histórias contracoloniais em Abaetetuba e Barcarena. Grafias de vida e resistência do ser-em-comum na Amazônia*, pesquisadores/as com experiência em entrevistas em profundidade e temas sensíveis.

Figura 13. Treinamento para a realização das entrevistas



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A conversa orientou a formulação do instrumento semiestruturado e trouxe à pauta uma reflexão metodológica sobre contracolonialidade nas práticas de entrevista. Durante a troca, evocou-se o pensamento de Nêgo Bispo (Antônio Bispo dos Santos), para quem a contracolonização é mais do que crítica acadêmica, sendo uma práxis ética e política nascida do quilombo. Também se dialogou com Ailton Krenak, especialmente suas obras *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e *A vida não é útil* (2020), que oferecem repertórios para pensar entrevistas a partir de cosmovisões indígenas, da relação afetiva com o mundo e de um modo de escuta que escapa aos modelos eurocentrados.

Pragmaticamente, os principais direcionamentos evidenciados por Lorena e Guilherme se resumiram em: 1) guiar as entrevistas como "rodas de conversa", com roteiro semiestruturado e flexível, adaptado a cada perfil de entrevistado/a identificado por meio do questionário; 2) O roteiro é só um norte, não precisamos contemplar tudo o que o roteiro propõe. É importante acessar uma camada mais profunda da/o entrevistada/o; 3) A escuta ativa é o melhor caminho quando se trata de vivência. É preciso conceber a "Cosmoaudição", em que medida conseguimos escutar outros mundos e não apenas traduzir essas falas para os nossos mundos?; 4) Pesquisa entre iguais diminui as hierarquias nesse processo de "roda de conversas"; 5) O corpo chega primeiro, ele marca, ele comunica antes da primeira palavra; 6) Ter consciência de que o papel do/a entrevistador/a e seu lugar na interlocução influencia a relação com o entrevistado/a; 7) Ter cuidado para não reproduzir opressões; o olhar exógeno é potencialmente problemático e o histórico semântico deve ser levado sempre em consideração.

Em continuidade: 8) Não universalizar as experiências — a análise deve ser situada dentro de um contexto; 9) Estamos lidando com sujeitas/os ou interlocutoras/es da pesquisa; 10) Entender a fala não como dado de pesquisa, mas como interlocução, como pensamento de um grupo social; 11) Não devemos chegar com categorias prontas para encaixar em cada entrevistado/a. A proposta é desengajar-se epistemologicamente de pré-concepções e deixar o/a sujeito/a falar; 12) Trabalhar com a ideia de dimensões, estas estão imbricadas entre si e categorias são separadas. As dimensões devem ser definidas a partir do que emergiu da pesquisa de campo. 13) Ter uma sensibilidade interseccional e não monocategorizar — aqui é opressão de gênero, aqui é opressão de raça, etc.; 14) O que foge do planejamento e das expectativas nas entrevistas é resultado metodológico importante para o estudo. Documentar desencontros, falhas de comunicação, silêncios é muito rico. Trata-se da alteridade da própria pesquisa, como ela se dá; e, 15) Acerca das transcrições das entrevistas, é

preciso entender que na passagem da oralidade para a escrita há também uma troca de linguagem.

Consideramos que a formação foi fundamental para o processo e que, para além de capacitar a equipe, também materializou diretrizes as quais nortearam a pesquisa de campo. O resultado foi um roteiro de entrevistas que transitava entre perguntas orientadoras, como "Como você descreve sua experiência na pós-graduação?", e espaços abertos, como "Há memórias, encontros ou situações vividas que você gostaria de compartilhar?". Essa reformulação não representa um mero detalhe metodológico. Ela expressa, desde seu ponto de partida, uma orientação contracolonial: escutar sem enquadrar, acolher sem domesticar. A concepção desse instrumento foi, portanto, resultado de um movimento coletivo, político e interdisciplinar que anunciava as formas como a pesquisa seria orientada ao longo de sua segunda fase.

No que concerne às equipes de entrevistadoras/es, o projeto contou com duas bolsistas de pós-doutorado do projeto, um bolsista de pós-doutorado do PPGCOM da UFS, uma bolsista de doutorado do projeto, duas bolsistas de mestrado do projeto, uma bolsista de Iniciação Científica vinculada à UFMS e uma bolsista de Iniciação Científica vinculada à UFS. Ademais, compôs esta etapa um grupo de cinco voluntários/as, sendo parte discentes e parte egressas/os de pós-graduação em Comunicação. Como estratégia, optamos por evitar que colegas de curso ou egressos/as entrevistassem seus pares da mesma instituição. Assim, apesar de considerarmos que a entrevista presencial seja mais produtiva, entendemos que a entrevista em profundidade on-line, com as câmeras de vídeo abertas, seria o modo mais adequado para um estudo em rede envolvendo quatro estados da federação.

Definimos, ainda, que o perfil dos/as entrevistadores/as seria considerado, quando possível, para possibilitar maior aproximação com os/as entrevistados/as. Para ilustrar, priorizamos que mulheres mães entrevistassem estudantes ou egressas que também se afirmaram mães, assim como entrevistadoras/es negros/as entrevistassem pessoas negras. De modo analítico, consideramos que essas diretrizes foram relevantes para a qualidade dos resultados obtidos e merecem ser consideradas em estudos futuros. No relatório de finalização do pós-doutorado, Jússia Ventura afirma que "o projeto se inscreve em uma prática coletiva de investigação que exige deslocamentos epistemológicos e sensibilidade às condições históricas de produção de conhecimento no Brasil. Ao mesmo tempo, permite uma observação participante ampliada, na qual o pesquisador também é convocado a posicionar-se frente às suas próprias trajetórias institucionais." O roteiro (ou antiroteiro) da entrevista em profundidade foi dividido por etapas/fases das vivências dos/

as entrevistados/as e pensado no sentido de favorecer o diálogo, as reflexões e compartilhamentos. Neste sentido, planejamos o seguinte encaminhamento com os/as entrevistadores/as:

ETAPA 1: TRAJETÓRIA DO/A ESTUDANTE/ EGRESSO(A)

Pergunta central

Para discentes: como a pós marca seu cotidiano? Como está sendo a experiência.

Para egressos/as: qual é sua principal memória do cotidiano na pós-graduação? Como foi a experiência.

- Mestrado
- Doutorado
    - Sim
        - Doutorado em andamento ou finalizado
        - Relato de experiência
        - Onde e quando
        - Motivação para a continuação da carreira acadêmica
        - Área de interesse
        - Continuidade ou não do tema de pesquisa
    - Não
        - Motivação e empecilhos para não continuar na carreira acadêmica
- Graduação; aspectos positivos e negativos da graduação em relação à pós; incentivo à pesquisa

- Cotas (graduação e pós)

    - Quando? Onde? Por quê? Percepção de importância
    - Não. Por que não?
- Auxílio institucional e bolsa (graduação e pós)

    - Sim. Quando? Onde? Por quê? Percepção de importância
    - Não. Por que não?

- Trabalho durante a pós
    - Sim. Em que momento do curso? Impacto sobre o curso
    - Não. Em que momento do curso? Impacto sobre o curso.
- Carreira; trajetória profissional; atividades concomitantes ao curso
    - Se Acadêmica; motivação; permanência de área e instituição; expectativas; perspectiva positiva e negativa
    - Se no mercado profissional; motivação; pretensão de retornar

ETAPA 2: ESTRUTURA FAMILIAR

Pergunta central: Como a sua dinâmica familiar influenciou sua trajetória acadêmica?

- Criação; escolaridade dos responsáveis; escolaridade de irmãos

- Filhos; impacto da maternidade/paternidade; idade e demandas; licença/acolhimento

- Rede de apoio, mãe/pai solo e cuidado familiar; desafios para conciliar cuidado e pós-graduação (no acesso e permanência ao curso); rede de apoio; impactos da pandemia. Teve auxílio emergencial?

- CadÚnico familiar; importância para o acesso à universidade; quem teve acesso na família? Ainda é beneficiário?

ETAPA 3: MARCADORES SOCIAIS E IDENTITÁRIOS*

Pergunta central: Em que medida você sente que os seus saberes importam para a academia?

- Idade quando fez o curso; impacto da idade
- Raça; quando passou a se identificar, como foi o processo; impacto raça/etnia
- Gênero; impacto de ser mulher/homem
- Orientação sexual; em que momento passou a se identificar (LGBTQIAP+); impacto da orientação
- Pessoa com deficiência; impacto, acesso e permanência
- Classe; ascensão social
- Tema da pesquisa; relação entre marcadores sociais e objeto/sujeito de pesquisa

ETAPA 4: TERRITÓRIO

Pergunta central: Narrar deslocamento para acesso à universidade

- Estado e cidade onde nasceu; onde mora; por que se deslocou
- Território tradicional; quando? Ainda reside? (Esclarecer qual território quando necessário)
- Área periférica; O que se entende por; quando? Ainda reside? Impacto
- Áreas rurais; quando? Ainda reside?
- Por onde passou?

ETAPA 5: BEM-ESTAR E ACOLHIMENTO

Pergunta Central: Você se sentiu acolhido/a na universidade?

- Saúde mental; qual o diagnóstico? Por que buscou diagnóstico? Relação com a pós-graduação e com a pandemia; tem acompanhamento profissional? Como foi a comunicação dessa condição no ambiente acadêmico?

- Discriminação; relato de quando/onde/como; como foi a comunicação dessa condição no ambiente acadêmico?

ETAPA FINAL: Como a universidade/curso poderia ser mais sensível às questões vividas. Sugestões de políticas institucionais.

Vale mencionar alguns aspectos técnicos e procedimentais relevantes. Primeiramente, como chegamos aos 64 entrevistados/as? Com base nos resultados do questionário, delimitamos os grupos prioritários com base nos perfis. Assim, criamos listas com nomes de potenciais entrevistados/as separados por características identificadas por meio dos questionários. É importante mencionar que a perspectiva interseccional foi norteadora nesse processo de seleção, já que partimos das intersecções entre marcadores sociais e aspectos situacionais (como a maternidade solo, por exemplo). Ao entender que a alteridade se dá de modo relacional, perfis hegemônicos também foram selecionados para as entrevistas.

Conforme mencionado, priorizamos, quando possível, a aproximação entre perfis de entrevistadores/as e entrevistados/as, sob a lógica de interlocutores/as da pesquisa, mas priorizando que os/as entrevistadores/as fossem de uma IES diferente do/a entrevistado/a ou, quando fosse da mesma IES, que fossem de turmas distintas. Essas medidas tiveram o intuito de mitigar possíveis desconfortos, mas, ao mesmo passo, ter entrevistadores/as que já foram discentes e que por vezes passaram por questões muito similares, também foi uma medida importante por conta da geração de empatia.

O contato com os/as potenciais participantes desta etapa se deu por e-mail e WhatsApp e nem sempre as pessoas contactadas estavam dispostas a participar. Após várias tentativas sem sucesso — ora porque a entrevista não conseguia ser agendada, ora porque a pessoa cancelava repetidas vezes

o agendamento —, a coordenação buscava na lista geral outro/a potencial entrevistado/a com perfil semelhante. Como diretriz, sempre era informado ao/à participante que a entrevista duraria em torno de uma hora ou uma hora e meia, que ele/ela deveria entregar assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e que ele/ela deveria buscar um lugar silencioso e adequado. Ainda assim, temos relatos de entrevistas bastante tumultuadas, com interrupções em ambiente familiar e de trabalho. Entendemos que essas situações também são parte do processo de escuta ativa das vivências e realidades que se impõem.

As entrevistas foram realizadas pelo Google Meet, necessariamente com as câmeras abertas e com agendamento prévio, e gravadas pelo Loom, um software pago que garante o armazenamento dos dados e transcrição automática das entrevistas. Não obstante, em quase todos os casos foi preciso intervenção humana direta para retificações, especialmente por conta de limitações, como o fato de os softwares serem pensados para a língua inglesa. Por isso, foi designada uma bolsista PIBIC exclusiva para esta função durante todo o período de realização das entrevistas.

Já no que concerne à gravação, tivemos poucos problemas, mas relativamente importantes. Por segurança, entrevistadores/as também faziam a gravação pelo celular ou tablet porque tinham dificuldade em operar o software plenamente ou porque às vezes não tinham equipamento compatível ou com baixa capacidade de processamento. Essas intercorrências merecem ser descritas especialmente em relação aos problemas e dificuldades enfrentadas. O relato da bolsista de pós-doutorado Raissa Lennon, presente em seu relatório final entregue à Capes, dá materialidade a parte dos desafios que se impuseram.

> Por serem entrevistas on-line, tive dificuldades tecnológicas, uma vez que eu não tenho um computador adequado para a utilização do programa de gravação das entrevistas, o *Loom.* No entanto, outras pesquisadoras relataram problemas com o *Loom*, mesmo com um equipamento melhor. Por isso, eu também gravei no celular as entrevistas que fiz. Essas dificuldades atrapalharam o andamento das minhas entrevistas, porque tive que me adequar também à agenda de uma terceira pessoa para me ajudar com suporte técnico. Além disso, por eu ser mãe de uma bebê, eu também não conseguia fazer entrevistas em certos horários possíveis para os entrevistados, como, por exemplo, entrevistas à noite, ou quando o egresso precisava realizá-las com certa urgência. Quando isso aconteceu, eu repassei a demanda para outra pessoa que fazia parte da equipe.

Os problemas com a transcrição das entrevistas também merecem destaque. O *Loom* falhava constantemente ao transcrever determinadas palavras, quando o som ficava menos audível, ou quando termos regionais eram ditos e partes inteiras ficavam sem sentido. Desse modo, foi imprescindível o trabalho manual de retomar a transcrição e conferir o texto transcrito. Em alguns casos, a gravação falhou e as entrevistas só não foram perdidas porque contávamos com uma segunda gravação de segurança (celular ou tablet).

Superar esses desafios demandou um olhar muito próximo da coordenação da pesquisa e um tempo maior do que o planejado. Do início da primeira entrevista, em 07/08/2024, até a entrega da última transcrição, em 18/03/2025, passaram-se pouco mais de sete meses (223 dias). É importante evidenciar o trabalho de organização em tabelas, coordenado por um dos bolsistas de pós-doutorado, fundamental para que a equipe pudesse acessar os contatos, informações do questionário e registrar cada passo (agendamento, realização da entrevista, transcrição e entrega do TCLE) comunicando as dificuldades no processo.

No total, realizamos quatro rodadas de entrevistas em profundidade. Na primeira, tivemos oito entrevistas realizadas com foco em perfis que aglutinavam muitos elementos identitários e poderiam gerar mais inferências do ponto de vista interseccional e que serviram para fazer ajustes técnicos mais finos, como o uso de softwares e processos de transcrição. A segunda rodada foi a principal, reunindo 31 entrevistados e já com todos os processos bem alinhados. A partir deste ponto, os perfis de entrevistados começaram a se consolidar e, para a última rodada, propomos buscar de forma mais deliberada, perfis que ainda não haviam sido contemplados a partir de intersecções que eram menos presentes ou que ainda não haviam sido contempladas.

Por último, mas não menos importante, tivemos a quarta rodada que reuniu os não concluintes, e, por se tratarem de temas considerados mais sensíveis, foram conduzidos apenas por uma bolsista de pós-doutorado com mais experiência que aprofundou algumas informações sobre a causa das desistências e até mesmo obter mais insumos para a proposição de políticas públicas para mitigar a evasão. Consideramos, ainda, que a equipe estava preparada, munida de informações substanciais acerca dos/as entrevistados oriundos do questionário preenchido por eles/elas, do currículo Lattes e, quando egressos/as, de suas teses e dissertações.

O relato de Raissa Lennon acerca do desenrolar das entrevistas realizadas por ela, também presentes em seu relatório de pesquisa, ilustra a fluidez do processo.

> Todas as entrevistas que eu realizei foram agradáveis, com pessoas educadas e solícitas. O diálogo fluiu bem e acredito que eu consegui abstrair o máximo de informações possíveis sobre as experiências dos/as egressos/as na pós-graduação. Fiquei feliz em conhecê-los/as e também me identifiquei com os relatos de muitos deles/as. (…) Revisitei a minha própria história como mulher pesquisadora, negra, amazônida, moradora de um bairro periférico e egressa de mestrado e doutorado do PPGCOM–UFPA. Para pessoas como nós, é muito custoso ser cientista, a gente abre mão de inúmeros projetos para apostar na emancipação social e econômica, por meio da educação.

Oportunizar aos/às entrevistadores/as relatar suas experiências com o processo de entrevistas, apontando não apenas as dificuldades, mas especialmente os aspectos discursivos que mereciam destaque, se mostrou essencial para as etapas subsequentes. Conforme previsto no cronograma do projeto, em novembro de 2024, realizamos nosso segundo encontro presencial, na UFPA (Belém-PA), tornando essa espécie de relatoria ainda mais significativa. Programamos uma semana de atividades de pesquisa coordenada com o Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), realizado na Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), de 6 a 8 de novembro de 2024.

O tema do SBPJOR "Jornalismo e territórios: fluxos, hegemonias e resistências" possuía simetrias com a pesquisa que desenvolvemos no projeto. Desse modo, propusemos a mesa-coordenada "Alteridades na pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos: questões acerca dos graduados em Jornalismo" e enviamos trabalhos oriundos do estudo em rede para apresentar nesta sessão. Foi uma ocasião propícia para apresentar à comunidade acadêmica os primeiros dados quantitativos da pesquisa.

Figura 14. Parte da equipe da Rede Alteridades na Universidade Federal do Pará



Fonte: Arquivo da pesquisa.

Ao longo das atividades de pesquisa, nos dias que antecederam o evento, priorizamos os relatos de experiência acerca das entrevistas on-line que já haviam sido realizadas, e conduzimos discussões sobre os *insights* iniciais com base também nos resumos preliminares gerados a partir do *Loom*. Observamos os perfis que já haviam sido contemplados e aqueles que ainda significavam lacunas ou ausências. Um perfil específico ainda não havia sido entrevistado, o de não-concluintes. Definimos na reunião que seriam destinadas a apenas uma bolsista de pós-doutorado, Jússia Ventura, todas as entrevistas com este perfil, totalizando 12. Essa decisão se pautou no fato de que se tratava de um grupo muito sensível, com potenciais histórias de violência acadêmica, desistência, abandono e frustrações, as quais precisavam de um olhar acolhedor. A experiência de Jússia com entrevistas em profundidade, não apenas no projeto, mas também em sua tese de doutorado intitulada "Rádio, cidade, gosto e memória: uma etnografia da Belém que toca na feira do som" (2023), se mostrou muito significativa.

Para além dos perfis, os relatos nos ajudaram a perceber situações e condições que se repetiam entre as vivências já apresentadas, de forma mais ou menos frequente. Em uma lista resumida, se encontram: 1) Reconhecimento dos privilégios por parte de grupos hegemônicos; 2) Disputas de ego e a lógica competitiva que atravessam o campo acadêmico; 3) Problemáticas relacionadas às cotas concernentes ao constrangimento alicerçado em bases meri-

tocráticas; 4) Excelência negra como resposta às opressões raciais; 5) Assédio sexual e moral no ambiente acadêmico; 6) Xenofobia associados aos deslocamentos necessários para a conclusão dos estudos; 7) Sobrecarga acadêmica e produtivismo; 8) A gravidez e a maternidade de crianças pequenas não são bem-vistas na pós-graduação; 9) Desvalorização de epistemologias não eurocêntricas e não canônicas; 10) Falta de acolhimento na pós-graduação.

É igualmente necessário dar visibilidade ao processamento das entrevistas no software *MaxQDA*. À medida que as transcrições eram finalizadas e revisadas, o material era inserido na plataforma e submetido à codificação. Enfrentamos, nesse processo, um desafio estrutural: manter a perspectiva interseccional e evitar categorias de análise monolíticas, reducionistas e universalizantes.

Assim, a etapa de codificação foi orientada pela interseccionalidade como pressuposto metodológico e epistemológico e pode ser dividida em basicamente três passos:

1. Pré-análise: realizamos o levantamento de palavras-chave e resumos das entrevistas transcritas a partir de uma combinação de softwares como *Loom*, *ChatGPT* e *Deepseek* com o trabalho manual de cada entrevistador/a ou do bolsista de pós-doutorado que operou o *MaxQDA*. Este/as foram responsáveis por conferir e retificar o material gerado pela IA. É importante salientar que o uso de IA nessa fase se deu para facilitar os insights iniciais e possibilitar o levantamento de termos e palavras-chave recorrentes com a finalidade de serem utilizados para propiciar a configuração da classificação automatizada no *MaxQDA* e facilitar os cruzamentos das categorias nas etapas seguintes.
2. Processamento: Com resumos e palavras-chave em mãos, foi possível registrar a proposição das categorias estruturantes (as mesmas que alicerçaram a realização dos questionários e entrevistas) e, a partir delas, executamos a codificação automatizada no *MaxQDA*. Em seguida, realizamos uma codificação manual — uma espécie de "pente fino" — em todas as entrevistas a fim de fazer retificações ou até mesmo identificar novas categorias que emergiram somente nesta fase (exemplo: "animais de estimação" dentro da categoria "Família"). É preciso salientar que essa etapa também apresentou algumas limitações relacionadas ao uso de IA e processos automatizados. Nesse sentido, o *MaxQDA* identificou alguns elementos relacionados a papéis de gênero de forma enviesada, entendendo que, quando alguns entrevistados/as relataram o elo com suas orientadoras

mulheres de maneira afetiva, isso era compreendido como "papel de cuidado maternal" e, portanto, deslocado pela IA da categoria "Acadêmica" para a categoria "Família". O mesmo não acontecia quando o relato de afeto e acolhimento era sobre um orientador homem. Entendemos que esse tipo de resultado oriundo do caminho metodológico com uso de Inteligência Artificial tem grande potência para uma discussão aprofundada na sequência.

3. Consolidação de categorias e análise: A última etapa dentro do *MaxQDA* consistiu na geração de uma "Árvore de Categorias" que continha todas as categorias registradas, tanto as propostas pela automatização quanto as que foram criadas manualmente. A partir daí, foram gerados os resumos das categorias e subcategorias e, a partir delas, construímos as dimensões norteadoras da última etapa da pesquisa, a discussão dos resultados baseados nas entrevistas, sob a perspectiva interseccional.

Como último encontro presencial previsto no projeto, a equipe da Rede Alteridades reuniu-se em maio de 2025, na cidade de Campo Grande (MS). Nessa ocasião, priorizamos a apresentação do processamento das entrevistas, demonstrando como o uso de Inteligência Artificial integrada ao software poderia ampliar a interpretação qualitativa dos resultados e favorecer um olhar analítico mais robusto. Seguindo a dinâmica adotada nos encontros anteriores, articulamos a reunião da Rede com um evento acadêmico — neste caso, o Intercom Centro-Oeste, sediado na capital sul-mato-grossense. Essa aproximação institucional favoreceu o convite formulado pela organização do congresso, que resultou na participação de três pesquisadoras da Rede, mediadas por uma quarta integrante, na conferência de abertura intitulada *Comunicação e Alteridade: Construindo Saberes Regionais na Universidade*.

Figura 15: Mesa de abertura do Intercom Centro-Oeste 2025



Fonte: Arquivo da pesquisa.

A experiência do encontro presencial, marcada por cinco dias de intensa troca, permitiu que consolidássemos a terceira fase da pesquisa, identificássemos os núcleos temáticos interseccionais prioritários e secundários e avançássemos de forma estratégica para a quarta etapa do trabalho, que envolve a produção de artigos científicos voltados a revistas qualificadas da área, em andamento.

Finalizamos, então, este capítulo na expectativa de que o detalhamento do percurso metodológico, dos procedimentos adotados e das subjetividades que atravessaram o processo possa contribuir para pesquisas futuras. Mais do que registrar um protocolo de trabalho, buscamos evidenciar a potência de investigações desenvolvidas em rede — iniciativas que produzem conhecimento, mas também cultivam vínculos e afetos que sustentam o fazer científico coletivo.

Considerações possíveis

O percurso apresentado ao longo deste capítulo evidencia que a pesquisa se construiu a partir de um entrelaçamento contínuo entre decisões procedimentais e uma atenção constante às dimensões sensíveis que atravessam a produção do conhecimento em contextos marcados por desigualdades estruturais. Desde a constituição da Rede Alteridades até a consolidação da base empírica qualitativa, o projeto buscou se afirmar como experiência de investigação coletiva que articula método, ética e posicionamento político.

Os dados provenientes da etapa quantitativa, especialmente aqueles relativos aos marcadores de gênero, raça/etnia, classe social, território, maternidade/pater-

nidade, deficiência e saúde mental, não apenas revelaram assimetrias profundas entre os programas investigados, como também orientaram de forma decisiva a definição dos perfis entrevistados e a arquitetura da etapa qualitativa. A expressiva taxa de resposta ao questionário (superior a 70% do universo potencial) também conferiu robustez aos resultados e permitiu que a seleção dos interlocutores da pesquisa se desse de maneira criteriosa, fundamentada e interseccional.

A fase das entrevistas em profundidade, como vimos, representou um deslocamento metodológico importante, no qual a escuta ativa, a atenção às hierarquias institucionais e a preocupação em não reproduzir violências simbólicas se tornaram princípios estruturantes. As decisões relativas à composição das equipes de entrevistadores, à exclusão de docentes dessa função, à priorização de entrevistas entre sujeitos de instituições distintas e à aproximação entre perfis de entrevistadores e entrevistados demonstram um cuidado ético que atravessou todo o processo. É importante frisar ainda que as dificuldades técnicas, os limites impostos pelas condições materiais de trabalho, as falhas de softwares e os atravessamentos da vida cotidiana — como a maternidade, o trabalho e a precariedade de equipamentos — não foram tratados como ruídos a serem ocultados, mas como parte constitutiva das condições reais de produção da pesquisa.

O processamento das entrevistas, realizado ao longo de mais de sete meses, explicitou igualmente os desafios e as potencialidades do uso articulado de tecnologias digitais e Inteligência Artificial em pesquisas qualitativas. Porém, a combinação entre ferramentas automatizadas e leitura analítica manual exigiu constante vigilância epistemológica, sobretudo para evitar a reprodução de vieses de gênero, raça e cuidado inscritos nos próprios sistemas de classificação algorítmica. Também a construção da "Árvore de Categorias" e a passagem das categorias às dimensões analíticas reafirmaram a interseccionalidade não apenas como referencial teórico, mas como prática metodológica orientadora da análise.

No que se refere aos próximos passos do projeto, o estágio atual da pesquisa marca a transição para uma fase de aprofundamento analítico e difusão qualificada dos resultados. Com a consolidação das entrevistas e a definição dos núcleos temáticos prioritários e secundários, pretendemos avançar agora para a etapa de elaboração de relatórios e artigos científicos voltados a periódicos qualificados da área da Comunicação, bem como para a produção de novos produtos editoriais que aprofundem dimensões específicas identificadas no campo, tais como evasão, permanência, violência acadêmica, maternidade, deslocamentos territoriais e políticas institucionais de acolhimento.

Além disso, já sabemos que os resultados obtidos fornecem subsídios empíricos consistentes para a formulação de recomendações voltadas às políticas

de pós-graduação, especialmente no que concerne à articulação entre ações afirmativas de ingresso e políticas efetivas de permanência. A análise das experiências de não-concluintes, em particular, desponta como um eixo central para a reflexão sobre evasão, sofrimento acadêmico e responsabilização institucional, apontando para a necessidade de políticas mais sensíveis às condições materiais e subjetivas dos sujeitos que acessam a pós-graduação nos Brasis Preteridos.

Por fim, pensamos que nossa trajetória (a trajetória da Rede Alteridades), tal como descrita neste capítulo, pode ajudar a evidenciar que a pesquisa em rede tem potencial de ultrapassar a mera cooperação técnica entre instituições. Ela pode se constituir como um espaço de formação coletiva, de partilha de experiências e de construção de vínculos que sustentam modos outros de fazer ciência.

Ao registrar não apenas procedimentos, mas também afetos, tensões e aprendizados, aqui buscamos contribuir para futuras investigações interessadas em metodologias colaborativas, interseccionais e situadas, reafirmando que produzir conhecimento desde os Brasis Preteridos implica, necessariamente, repensar as próprias condições de produção nas e das pesquisas acadêmicas.

Referências

BISPO, Antônio (Nêgo Bispo). **Colonização, quilombos***:* modos e significações. São Paulo: Editora Dandara, 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Incorporada à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/Oficina%20PCF/JUSTI%C3%87A%20E%20CIDADANIA/convencao-e-lbi-pdf.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 25 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2020.

ESTEVES, Lorena Cruz. **Ativismo de mulheres indígenas em ambientes digitais: diálogos sobre (de)colonialidades e resistências comunicativas**. 2023. Tese (doutorado em Comunicação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 out. 2024.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LELO, Thales. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, p. 1–14, 2019.

LOPES BORGES, R.; DA SILVA, A. M. Revisão da literatura sobre estudantes com deficiência na pós-graduação. **Revista Brasileira de pós-graduação**, *[s. l.]*, v. 20, n. 41, p. 1–24, 2025. DOI: 10.21713/rbpg.v20i41.2401. Disponível em: https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2401. Acesso em: 26 nov. 2025.

MUSTAFA, Patrícia; PAVARINA, Paula; CUNHA, Maria; RIBEIRO, Camila. Cadastro Único: características, possibilidades e limites para diagnósticos socioeconômicos. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 10, n. 20, p. 79–107, jul./dez. 2017.

NETO, Guilherme Guerreiro. **Histórias contracoloniais em Abaetetuba e Barcarena. Grafias de vida e resistência do ser-em-comum na Amazônia**. 2023. Tese (doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) — Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VENTURA, Jússia Carvalho da Silva. **Rádio, cidade, gosto e memória**: uma etnografia da Belém que toca na feira do som. Orientador: Antonio Maurício Dias da Costa. 2023. 235 f. Tese (doutorado em Sociologia e Antropologia) — Instituto de Filosofia de Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15981.

O que se ouve quando se escuta: etnografia da afetação da pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos

Jússia Carvalho Ventura

A etnografia como afetação, tal como a compreendo neste capítulo, nasce menos de um protocolo metodológico e mais de um encontro de atravessamento com a alteridade. A pesquisa que sustenta estas páginas foi realizada em quatro programas de pós-graduação em Comunicação dos Brasis-preteridos (Universidade Federal do Pará — UFPA, Universidade Federal de Roraima — UFRR, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS e Universidade Federal de Sergipe — UFS), junto a discentes e egressas/os que vivenciaram, entre os sabores da pesquisa e do convívio, permanências frágeis, maternidades exaustas e desistências forçadas.

Não busco apenas descrever trajetórias, mas compreender o próprio fazer etnográfico quando ele é atravessado por luto, cansaço, fé, movimentos sociais e a aspereza das dinâmicas institucionais. É nesse emaranhado de vozes, silêncios e insurgências que situo a proposta de uma "etnografia como afetação": um modo de estar em campo que convoca deslocamentos e rearranja percepções.

Nesse sentido, sigo Muniz Sodré (2006) ao entender a "afetação" como uma força relacional que emerge no contato sensível entre sujeitas/os, um movimento pré-reflexivo, quase corporal, no qual vínculos se ajustam e o conhecimento começa a tomar forma antes mesmo de ser nomeado. Assim, a etnografia que aqui proponho é também esse espaço de atravessamentos, no qual pesquisadora e interlocutoras/es se tocam e se transformam mutuamente.

A discussão se inscreve no debate sobre o lugar que a etnografia ocupa nas ciências sociais brasileiras, especialmente quando sua prática ultrapassa a fronteira entre técnica e experiência. Mariza Peirano (1995; 2014) tem reiterado que a etnografia não se reduz a um método ou a um repertório de técnicas aplicáveis a um real já dado; ao contrário, ela é também teoria, pois se faz no movimento de estranhar, de interpretar e deixar-se afetar pelo campo.

Ao deslocar a etnografia da esfera instrumental da metodologia e aproximá-la de uma experiência de implicação, Mariza Peirano (1995) chama a atenção para o fato de que são os próprios acontecimentos, gestos, cheiros, palavras e documentos que reordenam o olhar da/o pesquisadora/or. A empiria não confirma categorias: ela as torce, as desafia e as reinscreve.

É nessa chave que situo este capítulo. A pesquisa de campo não se apresenta como uma etapa a ser cumprida, mas como um tempo em que aquilo que se pensava saber se embaralhava, ganhava corpo, ora, desaparecia. É o momento em que as ideias que trazia de antemão se prendem a um conjunto vivo (feito de gestos, pausas, desencontros, vozes que chegam pela tela do computador) e, ao mesmo tempo, se desfazem diante do que me toca.

O campo obriga a rever posições, a desacelerar o olhar, a ouvir com o corpo inteiro, conectando-se a cada interlocutora, a cada história. Nada no campo é estático, tendo em vista que teoria e experiência se enroscam uma na outra, levantando dúvidas, derrubando certezas e estendendo um convite a novos paradigmas. É nesse movimento de atravessamento que a "afetação" deixa de ser conceito e passa a ser parte constitutiva do conhecimento, que se faz enquanto também me refaço como pesquisadora.

O corpus empírico que sustenta esta análise nasce de conversas demoradas com estudantes e egressas/os de programas de pós-graduação em Comunicação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos quais o cotidiano da pesquisa se mistura ao das urgências sociais. Selecionados os perfis que comporiam a segunda fase do estudo, iniciei uma série de entrevistas em profundidade, cada uma delas com duração aproximada de uma hora a uma hora e meia.

Não se tratava de um procedimento padronizado, mas de encontros que buscavam acolher as singularidades de cada trajetória. Antes de cada conversa, já havia percorrido questionários, currículos Lattes e produções acadêmicas, de modo a construir aproximações mais horizontais e reconhecer, desde o início, os saberes situados de cada interlocutora e cada interlocutor. Em vez de um questionário fechado, levávamos um roteiro poroso, tecido coletivamente na Rede Alteridades — um roteiro que se deixa atravessar por uma perspectiva interseccional, atenta a raça, gênero, classe, regionalidade, maternidade, pertencimentos indígenas, migração e condições de trabalho como dimensões inseparáveis da vida e, portanto, da própria pesquisa.

Na escrita deste capítulo, para preservar o anonimato das/os interlocutoras/es, recorri ao uso de pseudônimos elaborados a partir de uma estratégia etnográfica recorrente em pesquisas qualitativas: nomes compostos com leve deslocamento linguístico, suficientemente próximos para manter plausibilidade sociocultural e regional, mas distantes o bastante para não reproduzir a

sonoridade dos nomes reais. A seleção final desses pseudônimos foi realizada por mim, com o apoio pontual de uma ferramenta de Inteligência Artificial apenas como recurso auxiliar na geração de combinações verossímeis. A decisão ética de escolher, ajustar e validar cada nome permaneceu integralmente sob minha responsabilidade enquanto pesquisadora.

Ao longo dessas entrevistas, dois conjuntos temáticos começaram a se destacar com nitidez, não porque os buscasse, mas porque voltavam, insistentes, de diferentes maneiras, como se quisessem estruturar o próprio campo. De um lado, surgiam relatos nos quais a maternidade atravessava a experiência acadêmica de forma incontornável: maternidades vividas em meio a prazos rígidos, a noites interrompidas, com redes de cuidado frágeis ou inexistentes, e uma exigência institucional de produtividade que pouco se ajustava aos tempos do corpo e do cuidado.

As narrativas mostravam que não se tratava de um aspecto biográfico, mas de um modo de estar no mundo que reorganiza pesquisa, tempo e escrita, um verdadeiro campo epistemológico. Por outro lado, apareciam as desistências, não como fracasso individual, mas como gesto situado diante de estruturas inóspitas. Essas interrupções eram narradas com cansaço, por vezes com alívio, e quase sempre com a consciência de que idade, raça, trabalho remunerado, migração, maternidade e condições materiais de vida se entrelaçam na decisão de não continuidade na pós-graduação. A desistência, nesse sentido, assumia a forma de um não-lugar, lugar de suspensão, na qual a promessa de pertencimento acadêmico se chocava com a ausência de acolhimento e reconhecimento.

Esses dois eixos, maternidade e desistência, não estavam isolados. Eles se conectavam a uma reflexão mais ampla sobre alteridade e intersubjetividade, especialmente quando iluminados pelas contribuições de Alfred Schutz (1979) e das leituras de Fábio Fonseca de Castro (2012). A pós-graduação se desenhava, então, como um "mundo da vida" que deveria produzir reconhecimento mútuo, mas que frequentemente se organizava em torno de silêncios, desencontros e expectativas implícitas de adequação. Situações aparentemente pequenas, como nunca perguntar se uma mestranda tinha filhos ou cobrar do estudante imigrante mais velho uma explicação constante sobre sua presença revelava tensões profundas no modo como a universidade produz diferença e pertencimento.

As narrativas também dialogavam, de maneira orgânica, com a antropologia indígena contemporânea e com o pensamento feminista e antirracista, que há muito alertam para os limites de uma ciência que insiste em neutralidade e descolamento da vida. Autoras como Ana Manoela Primo dos Santos

Soares (2024), Célia Xakriabá (2023), Donna Haraway (1995), Sueli Carneiro (2003) e Judith Butler (2003) surgiam como aliadas teóricas que ajudavam a compreender por que certos corpos precisam insistir tanto para serem ouvidos e como suas falas, quando enfim escutadas, ampliam as fronteiras do que é considerado conhecimento legítimo.

Este capítulo, portanto, articula esse campo empírico a um debate teórico que compreende a etnografia como prática, como experiência e como gesto interpretativo. José Magnani (2002) fala em olhar de perto e de dentro, reconstruindo circuitos pelos quais circulam pessoas, afetos, regulamentos, laudos médicos, boletos, filhos e lutos. Em diálogo com Cornélia Eckert e Ana Luiza da Rocha (2005), assumo a observação e a escuta como técnicas inseparáveis de uma ética da presença, que recusa tanto a neutralidade quanto a fusão romântica com o campo. E, seguindo Mariza Peirano (2014) e Gilberto Velho (2003), reconheço que não há etnografia sem disposição para estranhar e ser estranhada, sem permitir que a vida, em toda sua força, faça vibrar e desafiar a teoria.

Por fim, organizo o capítulo em três momentos. No primeiro, conto um pouco do caminho que foi construído ao definir o percurso metodológico. Nada muito linear, na verdade. As decisões interseccionais apareceram mais como respostas às situações do campo do que como algo pronto no início. As entrevistas em profundidade, por exemplo, só ganharam forma depois que comecei a ouvir as primeiras falas e perceber que cada encontro exigia um tipo de escuta.

Depois, entro no subtópico *Maternidade como campo: silêncio institucional e saberes situados*. Mais do que apresentar resultados, tento mostrar como certas narrativas maternas deslocam o que a universidade entende por tempo, dedicação e produtividade. Várias dessas mulheres falam a partir de lugares que a instituição não reconhece e, talvez, por isso, produzam modos de pensar que escapam das categorias oficiais. Tendo em vista que são epistemologias moldadas no cotidiano e, sendo assim, não cabem nas lógicas administrativas.

No terceiro momento, discuto *A desistência como um não-lugar: alteridades, intersubjetividades e deslocamentos na pós-graduação*. A princípio, tratava a não continuidade como um evento isolado; no entanto, ao longo das conversas, percebi que ela fala de algo mais profundo, que são as fissuras estruturais da universidade. As interrupções de percurso revelam tensões que não aparecem nos relatórios institucionais, mas atravessam os corpos de quem tenta permanecer ali. Para alguns dos interlocutores, não seguir a pós-graduação não é uma simples decisão, é quase um sintoma.

Esses três eixos sustentam a hipótese que, com o tempo, deixou de ser apenas uma formulação teórica e virou uma percepção concreta: fazer et-

nografia com afetação é admitir que o campo nos desloca a todo momento. Não são apenas as interlocutoras e interlocutores[26] que mudaram, eu também mudei. E, depois desse processo, a universidade deixou de ser um ambiente neutro e estável e passei a habitá-la de outra maneira, um jeito marcado pelos encontros, pelas escutas e, muitas vezes, pelos incômodos do campo.

A etnografia como afetação

A fase das entrevistas em profundidade acabou mudando o rumo da pesquisa de um jeito que não tinha previsto. Não foi apenas um procedimento técnico, muito menos uma etapa que pudesse cumprir mecanicamente. Porque cada conversa abriu uma fenda em mim, às vezes leve, outras desconfortável; e foi ali que ficava mais perceptível como a gente também se desloca no campo.

Passei, então, a chamar isso de "etnografia da afetação": um jeito de vislumbrar o campo que nasce do encontro direto com aquilo que nos move ou desestabiliza. Como propõe Muniz Sodré (2006; 2014), a afetação não é um estado emocional, mas uma força relacional capaz de desorganizar sensivelmente a percepção e obrigá-la a se recompor por outros caminhos. Nesse sentido, cada entrevista deixa de ser procedimento e se torna acontecimento.

A escuta, entendida simultaneamente como método e ética, entrelaçou-se de forma intensa com a alteridade que emergia no campo. Não se tratava apenas de ouvir, mas de estar disponível para ser atravessada pelo que surgia: desde hesitações, pausas longas, palavras ditas, expressões, sentimentos. A etnografia torna-se presença implicada, sensível aos imprevistos e aos silêncios que dão forma às trajetórias acadêmicas nos Brasis Preteridos.

Essas entrevistas, realizadas com interlocutoras e interlocutores de programas de pós-graduação em Comunicação de três regiões do país, não seguiram um roteiro rígido. Embora tivéssemos construído coletivamente um roteiro norteador, ele era poroso e atento às intersecções de raça, gênero, classe, regionalidade, maternidade, pertencimentos indígenas, migração e trabalho. Antes de cada encontro, percorri questionários, currículos Lattes e produções acadêmicas, gesto inicial de reconhecimento que favorecia vínculos mais horizontais e evitava que a interlocução se resumisse à extração de dados.

Embora cada entrevista tivesse sua singularidade, a primeira conversa dessa fase, com uma estudante indígena egressa da Universidade Federal de Roraima, inaugurou para mim um modo de sentir o campo. Sua narrativa, atravessada pelo luto da pandemia, pela ausência da mãe e pelas estratégias de permanência em meio a

26 Emprego aqui a expressão *interlocutoras* e *interlocutores* para enfatizar que as pessoas que participaram da pesquisa (discentes e egressas/os dos programas de pós-graduação) não ocupam uma posição passiva de entrevistadas/os. Ao contrário, são sujeitos que dialogam com a pesquisadora, produzem conhecimento e participam ativamente da construção interpretativa do estudo. O termo sublinha, portanto, a dimensão relacional e compartilhada da pesquisa.

desigualdades estruturais, apresentou a palavra "remansar" como categoria nativa e epistemológica: um tempo-espaço de suspensão necessário para respirar diante do colapso cotidiano.

Ao afirmar que "o curso continuava, mas eu parei", ela tencionou a naturalização da produtividade contínua na pós-graduação, revelando a dissonância entre a vida que estanca e a universidade que não para. Essa cena atualiza o que Mariza Peirano (1995; 2014) propõe ao dizer que "toda etnografia é também teoria". Não há neutralidade possível, pois a empiria, por meio de encontros, afetos, gestos, documentos, etc., interpela diretamente nossas categorias. A etnografia, assim, não decorre de métodos puros, mas de formulações teóricas ajustadas à vida vivida.

O campo se adensou quando aproximado da antropologia indígena contemporânea. Autoras como Ana Manoela Primo dos Santos Soares (2024) e Célia Xakriabá (2023) afirmam que toda pesquisa envolve corpos, territórios e ontologias; não há conhecimento que se sustente no vazio. A entrevista, nesse sentido, não é coleta, mas coprodução de sentido, pois o que a pessoa entrevistada diz nasce do encontro, do modo como nos tocamos ali, e não de categorias predefinidas, porque é na tessitura do encontro que emerge a vida.

A pandemia emergiu como operador epistêmico, não apenas como contexto. Nas falas de Janaína Aruene Kalima[27], ela aparecia como um tempo dilatado (Ricoeur, 2016), de suspensão e incerteza. "Eu entrei no mestrado bem no período pandêmico. Foi um caos (…) acho que foi um dos períodos mais difíceis que a gente teve", contou. O ensino remoto, longe de produzir pertencimento, aprofundava a solidão, como ela afirmou algumas vezes: "a pós-graduação, pra mim, foi muito solitária". As telas, que deveriam aproximar, tornaram-se gatilhos afetivos e marcaram um tipo de ausência que não era apenas espacial, mas emocional, relacional e epistêmica. Para ela, naquele momento, "tudo isso me remetia a alguma coisa que não era boa". Em sua narrativa, a pandemia não aparecia como pano de fundo, mas como força que moldava o próprio modo de existir, estudar e respirar.

O luto atravessava tudo. Janaína perdeu a mãe e a avó em um intervalo curto, e o mestrado seguia como se essa perda não tivesse lugar na lógica institucional: "eu perdi minha mãe (…) lembrar desse período sempre me leva de volta". A escrita, que deveria avançar para defender a dissertação, estancava; não por falta de disciplina, mas porque a vida se impunha como acontecimento absoluto. Como ela mesma sintetizou: "eu quis desistir e desistir, mas não deixaram eu desistir". Essa insistência, tanto em desistir quanto em permanecer, revelava que a pandemia funcionou como um campo de provas ético, afetivo e epistemológico no qual a continuidade acadêmica era constantemente renegociada. A pesquisa se fazia, como ela disse, "enquanto eu vivia tudo isso", e essa simultaneidade produzia zonas de conflito e criação.

27 Os nomes das/os interlocutoras/es são pseudônimos e seguem a estratégia etnográfica de pseudonímia apresentada anteriormente.

Ao escutar esses relatos, compreendi que a pandemia não afetava apenas minhas interlocutoras/es: afetava também a mim, enquanto pesquisadora. Suas palavras reverberavam em memórias que eu mesma tentava controlar, quando, durante as noites em que escrevia minha tese de doutorado no período pandêmico, me perguntei tantas vezes se era mesmo possível escrever em meio ao luto coletivo. A cada frase que Janaína dizia, reconhecia fissuras compartilhadas. A afetação, no entendimento de Favret-Saada (2015), deixava de ser conceito e se tornava método de existência: não podia escutar sem ser deslocada. Era nesse terreno movediço que a etnografia ganhava densidade.

Assim, a pandemia não figura neste capítulo como cenário, mas como força epistemológica, capaz de reorganizar tempos, ritmos, presenças e ausências. Ela marcou o modo como as interlocutoras viveram a pós-graduação; assim como eu e Janaína, muitas outras também eram discentes enquanto o mundo vivia uma pandemia. E tivemos que, em meio aos lutos, corpos e mentes doentes, produzir conhecimento e obedecer a prazos, mesmo que estendidos. E marcou, igualmente, o modo como pude escutar. Ao reconhecer essa implicação, assumo que a etnografia se fez na fricção entre o que elas viviam e o que eu lembrava de ter vivido.

Como propõe Maurice Halbwachs (1990)**,** a memória não é um reservatório individual, mas um tecido coletivo, permanentemente refeito no encontro com o outro. Minhas lembranças, portanto, não vieram sozinhas, foram convocadas pelas narrativas que escutava, rearranjadas no calor do diálogo. No campo, memória e afetação caminharam juntas, pois aquilo que as interlocutoras/es diziam fazia ressoar aquilo que eu mesma pensava ter esquecido. Não foi apenas o campo que se reconfigurou, mas a própria pesquisadora que precisou "remansar" para poder escrever.

Sendo assim, dessas entrevistas, duas frentes analíticas se impuseram com nitidez e orientam os subtópicos que se seguem. Escolhi aprofundá-las justamente porque expressam, de modo contundente, a própria experiência desta "etnografia da afetação": temas que me atravessaram enquanto pesquisadora e que retornaram com força na escuta das interlocutoras e interlocutores.

A primeira diz respeito à maternidade como campo, método e teoria (um tema particularmente caro e delicado para mim, que escrevi a tese atravessada por duas maternidades e reconheço, no corpo, os embates entre o cuidado e a temporalidade produtivista da academia). A segunda aborda a desistência como não-lugar, compreensão que emergiu do impacto profundo que me causaram as narrativas daqueles que interromperam seus percursos. Longe de serem fracassos individuais, essas desistências se revelam respostas situadas a estruturas inóspitas e só ganham inteligibilidade quando vistas à luz da interseccionalidade. Tal como propõe Patricia Hill Collins (2016): raça, classe, gênero, idade, migração e trabalho reorganizam possibilidades,

erguem limites e moldam condições de permanência muito antes de qualquer decisão formal de abandono.

Esses dois eixos analíticos se entrelaçaram a uma reflexão mais ampla sobre alteridade e intersubjetividade, iluminada por Alfred Schutz (1979) e pela leitura de Fábio Fonseca de Castro (2012). A pós-graduação, idealmente, deveria operar como um "mundo da vida" sustentado pelo reconhecimento mútuo e pela circulação de sentidos compartilháveis. No entanto, o que emergiu do campo foi, muitas vezes, o contrário: uma espera sem retorno, uma escuta que não se realiza, uma convivência marcada por assimetrias sutis que corroem o pertencimento.

Pequenos gestos, como não perguntar a uma mestranda se ela tem filhos, revelam a operação silenciosa daquilo que Homi Bhabha (2005) denomina "lugar do outro": um espaço no qual se é oficialmente incluído, mas afetivamente mantido à margem, convocado a provar continuamente sua legitimidade. É nesse interstício entre presença e pertencimento que a etnografia, como afetação, encontra matéria para pensar as fronteiras da pós-graduação e as desigualdades que nela se atualizam.

Retomando José Guilherme Magnani (2002), adoto o gesto de olhar de perto e de dentro**,** reconstruindo os circuitos pelos quais circulam pessoas, afetos, regulamentos, laudos médicos, boletos, filhos e lutos, elementos que compõem o campo empírico, ainda que não estejam no escopo original do autor. Como lembra Appadurai (2004), trata-se de uma etnografia das capacidades de aspirar, por vezes esgarçadas, mas ainda assim insistentes na produção de presença e conhecimento. É nesse movimento que assumo: a "etnografia como afetação" significa admitir que o campo nos atravessa tanto quanto o atravessamos. E, ao final, não somos mais as mesmas.

A maternidade como campo

A maternidade, tal como emergiu nas entrevistas, não apareceu como detalhe biográfico ou informação lateral, mas como força que atravessa o fazer acadêmico e o reorganiza desde dentro. Nos relatos das interlocutoras, a maternidade tornou-se campo, método e teoria, um lugar de onde se pensa, se sofre e se produz conhecimento. Os corpos que gestam sentem, parem, amamentam, velam e insistem, precisando redefinir ritmos, ampliar fronteiras e impor outras medidas de tempo-espaço na pós-graduação.

O que escutei, repetidas vezes, não foram apenas dificuldades individuais, mas marcas de um cansaço estrutural: a sobrecarga cotidiana, a solidão institucional, o desencontro entre o tempo do cuidado e o tempo da produtividade acadêmica e a falta de espaços e políticas públicas de permanência. Era

como se, em cada história, reverberasse a mesma pergunta silenciosa: como permanecer num sistema que raramente reconhece o cuidado como parte legítima da vida intelectual?

Entre essas camadas de cansaço e insistência, a experiência de Sara Ventori surgiu como uma dobra reveladora do campo, na qual o vivido se mostrava antes mesmo de ser nomeado. Mestranda da UFPA que interrompeu o curso após o primeiro ano, ela descreveu sua trajetória não como uma escolha isolada, mas como o esgotamento de uma engrenagem que a obrigava a decidir diariamente entre cuidar do filho e cumprir as exigências acadêmicas.

"Eu larguei tudo", disse, com uma sinceridade que condensava noites mal dormidas, idas e vindas de ônibus, leituras fragmentadas entre as refeições e um cansaço que atravessava o corpo antes mesmo de atravessar a fala. Em alguns dias, o único tempo disponível para estudar era dentro do transporte coletivo; em outros, ela espalhava folhas pelo chão enquanto equilibrava tarefas domésticas e as demandas emocionais do filho. Aos poucos, a rotina deixou de ser apenas difícil para se tornar insustentável: "chegou uma hora que eu não consegui mais levantar da cama", contou, rememorando o diagnóstico de *burnout* e as crises de ansiedade que marcavam os limites do suportável.

Mais do que narrar um abandono, Sara Ventori expressou a sensação de inadequação que tantas mães carregam na pós-graduação: a impressão de estar sempre aquém, sempre "devendo", sempre justificando o próprio direito de estar ali. "Eu achava que estava ocupando a vaga de alguém que poderia estudar de verdade", afirmou, revelando a violência simbólica de uma estrutura que naturaliza o silêncio sobre o cuidado.

A maternidade, para ela, não era obstáculo, mas identidade; desde a inscrição no mestrado, fazia questão de afirmar: "quando me apresentei, escrevi 'mãe e jornalista'. Eu não posso tirar isso de mim." No entanto, essa identidade parecia destoar da norma tácita da universidade, na qual o tempo materno é visto como interrupção e não como forma legítima de produzir conhecimento.

Esse sentimento de inadequação não é individual, é produzido socialmente. Como discutem Michele Castro e Tereza Fernandes (2024), a maternidade na ciência continua inscrita em um imaginário que associa maternidade a desvio, improdutividade e falta de compromisso. A chamada "penalidade maternal", discutida amplamente pelos estudos sobre gênero e ciência, não se expressa apenas em números, como queda de publicações, menos participações em eventos, interrupções de curso, mas também em afetos: culpa, vergonha, sensação constante de estar "fora do lugar".

A fala de Sara reverbera esse campo simbólico: ao pensar que "ocupava a vaga de alguém que poderia estudar de verdade", ela internaliza uma narrativa estrutural que separa, de antemão, quem supostamente pode e quem supostamente atrapalha a lógica produtivista da pós-graduação. As experiências que ela narra: estudar no ônibus, escrever de madrugada, equilibrar demandas domésticas, textos para compreender e crises de ansiedade aproximam-se de uma invisibilidade tensionada das mães cientistas (Castro; Fernandes, 2024). Isto é, a condição paradoxal de serem essenciais à reprodução da vida, entretanto apagadas nas métricas e dispositivos de avaliação acadêmica.

Nesse sentido, a trajetória de Sara dialoga com o que o estudo aponta como urgência: não bastam políticas isoladas ou concessões pontuais; é preciso transformar a própria estrutura da ciência, que ainda concebe a maternidade como falha e não como fonte de conhecimento, tendo em vista que ela ainda não aprendeu a reconhecer os corpos que a sustentam.

Confesso que essa foi uma das entrevistas que mais me atravessou. Não apenas porque havia, no relato de Sara, uma experiência que me era imediatamente legível, a de tentar dar conta de tudo ao mesmo tempo. Enquanto escutava Sara contar sobre a tentativa de sobrevivência na pós-graduação, senti ressurgir perguntas que também marcaram o período em que escrevia minha tese. Eu mesma me vi, tantas vezes, dividida entre o cuidado e a escrita, tentando escrever de madrugada para aproveitar o silêncio da casa, no entanto interrompendo frases pela metade ao ouvir o choro dos meus filhos. As ideias não faltavam: faltava corpo, faltava tempo, faltava fôlego. E essa fragmentação reaparecia na narrativa de Sara como se nossas histórias, embora distantes, compartilhassem um mesmo chão.

O silêncio da academia diante da maternidade se impunha, para ambas, como norma tácita. Como afirma Deborah Diniz (2015), "a maternidade é um ponto de vista sobre o mundo, uma linguagem do cuidado e da justiça"; entretanto, essa linguagem, nos corredores da universidade, raramente encontra tradução. Mães na pós-graduação, sobretudo as racializadas e periféricas, seguem sendo tratadas como exceções, quase sempre como desvios da norma produtivista. Seus corpos ainda não são reconhecidos como corpos epistemológicos, ao contrário: são lembrados de que sua presença exige justificativa constante.

Irene Cavallari, mestra pela UFRR, também explicitou esse incômodo que atravessa as mães pesquisadoras. "Às vezes eu penso que, se eu não tivesse sido mãe, teria ido mais longe. Mas aí eu penso: ir para onde, se é ele quem me mantém aqui?", afirmou, numa frase que desloca a maternidade do lugar de impedimento e a reinscreve como força de permanência. Sua traje-

tória, porém, é atravessada por lacunas institucionais que se repetem como padrão: "Não tem com quem deixar. Tem vezes que não durmo", disse, ao narrar rotinas que comprimiam trabalho em três empregos, cuidado familiar e a exigência de leitura teórica intensa: "Às vezes eram 50 páginas, 100 páginas por semana", lembrou.

Na entrevista, Irene Cavallari descreveu uma maternidade expandida, que incluía o cuidado com a mãe idosa, o neto recém-nascido cuja mãe enfrentava depressão pós-parto e outros familiares que dependiam de sua presença. "Eu ficava com o bebê o dia inteiro", contou. Para conseguir estudar, ela empurrava o tempo para onde fosse possível: "Das três às seis da manhã, eu estudava. Era o único horário em que a casa dormia." Nesse relato, o cuidado não aparece como exceção, mas como rotina incorporada à própria possibilidade de existir na pós-graduação.

Esse processo de cuidado, intensificado com familiares vulneráveis, produziu um cenário de sobrecarga que não encontrava eco institucional: não havia políticas de acolhimento, espaços de escuta, flexibilização de prazos ou reconhecimento da complexidade do contexto. "Eu não fui acolhida, mas também não fui rejeitada (…) as pessoas só não gostam de falar sobre isso", explicou, referindo-se ao acúmulo de responsabilidades no cuidado.

A entrevista com Elisa Silvério Limares, mestra pela UFMS, aprofunda ainda mais esse cenário de maternidade como campo, método e teoria. Ao narrar seu percurso, ela expôs uma engrenagem de exigências que se impunha sobre seu corpo e seu cotidiano, num contexto marcado pela ausência de políticas institucionais de acolhimento. Logo no início da conversa, Elisa descreveu o impacto de fazer o mestrado longe de casa, tendo em vista que mudou de estado para cursar o mestrado, ficando sem rede de apoio, sem a presença do companheiro, que não teve licença do trabalho e permaneceu na cidade onde moravam.

Logo, ela se viu tendo que administrar sozinha o cuidado com seu filho de nove anos e a intensidade da pós-graduação. "Eu não tinha rede de apoio. Eu já era mãe, esposa, dona de casa e aí acrescentei a pós-graduação. Eu não pude largar nada. Deixar de ser mãe? Nunca!", disse, sintetizando a sobreposição de papéis que compunham sua rotina. Seu relato revela a tensão constante entre o tempo do cuidado e o tempo da academia.

As aulas eram pela manhã; o filho, ainda pequeno, ficava sozinho enquanto ela corria para cumprir a carga de leituras e disciplinas: "Eu saía para assistir aula pela manhã e ele ficava em casa dormindo. Eu tinha que deixar quando meu marido não estava. Era isso ou desistir". Em outros momentos, Elisa ia à universidade de chinelo, exausta, e lembra que "perdeu a vaidade",

não por desleixo, mas por falta de tempo: "Eu era só mais uma pessoa simples, com mochilinha e roupas surradas. Não tinha como ser diferente".

Sua narrativa evidencia que a maternidade não apareceu como "dificuldade particular", mas como uma lente que reorganizou toda a experiência acadêmica. A ausência de políticas institucionais voltadas às mães se revelava em detalhes cotidianos: horários incompatíveis, prazos rígidos, demandas ininterruptas, ausência de espaços para crianças na Universidade. "Nunca perguntaram se eu tinha filhos. Era como se isso não fosse relevante. Mas como não seria? Tudo gira em torno disso: horário de reunião, prazo de entrega, tempo para escrever", afirmou, tornando explícita a desarticulação entre o corpo real e o corpo imaginado pela universidade.

A cena mais forte narrada por Elisa diz respeito ao adoecimento de seu filho. Em meio às demandas acumuladas, a alimentação do menino passou a depender de comida rápida. Quando finalmente conseguiu levá-lo ao pediatra, recebeu o diagnóstico: sobrepeso, triglicerídeos altíssimos e pré-diabetes. "Eu nem quero lembrar", disse, emocionada e com a voz embargada. A mancha escura no pescoço do filho, que ela tentava entender, era sintoma do colapso. Essa cena-limite: o corpo da criança adoecendo para que a mãe pudesse cumprir o prazo da escrita, escancara o quanto o tempo acadêmico pode ser indiferente à vida.

Ao escutar Elisa, também fui convocada a revisitar o tempo em que eu mesma gestava um filho, cuidava de outro e gestava a tese. Sua trajetória me atravessou porque dizia respeito a um dilema que me é familiar: a falsa escolha entre o cuidado e a permanência na pós-graduação. Como ela afirmou, com precisão dolorosa: "Eu não tinha hora. Eu fazia tudo bonitinho, cumpria tudo (…) mas só queria tirar aquele negócio da minha vida". O mestrado, que começou como sonho — "eu fiquei deslumbrada quando passei", ela conta — terminou como um peso, uma tarefa a ser finalizada para sobreviver.

Esse silêncio estrutural sobre a maternidade é também um silêncio sobre gênero, raça e classe. É o que faz com que muitas mães considerem que não fazem diferença na universidade, como Elisa afirmou em certo momento: "Se eu tivesse morrido lá no curso, não iria criar nenhum buraco. Nada mudaria." O apagamento do corpo materno, seu tempo, sua dor, sua criatividade, produz esse efeito devastador: a sensação de que a universidade não apenas não acolhe, mas também não precisa delas, não precisa de nós.

Retomar Haraway (1995) aqui é fundamental. Se "todo conhecimento é corporificado", então, os corpos das minhas interlocutoras — cansados, despertos de madrugada, atravessados pelo cuidado, pela escassez e pela responsabilidade — estão dizendo algo à ciência, mesmo quando ela insiste em

não escutar. A maternidade, nesses relatos, aparece não como obstáculo, mas como desmonte da lógica da produtividade contínua, revelando os limites de um sistema que muitas vezes exige o impossível.

Elas viveram, inclusive, os atravessamentos mais brutais da pandemia da Covid-19, quando o tempo do cuidado e o tempo da escrita colidiram com a intensidade do luto coletivo e da sobrecarga doméstica. Segundo dados do movimento Parents in Science (2021), durante o primeiro ano da pandemia, o número de artigos submetidos por mulheres com filhos caiu drasticamente, enquanto o de homens aumentou. As mães acadêmicas, sobretudo as negras e periféricas, foram as mais afetadas. A pesquisa aponta que mais de 70% das mulheres cientistas com filhos relataram queda de produtividade acadêmica, sobretudo pela intensificação das tarefas domésticas e do cuidado com crianças durante o isolamento social.

O impacto não foi apenas quantitativo, ele foi existencial. A pandemia escancarou uma divisão sexual do trabalho que sempre esteve presente, mas que ganhou contornos de colapso. Quando Sara Ventori afirma que largou o mestrado porque não conseguia acompanhar o ritmo exigido e, ao mesmo tempo, cuidar de seu filho neuroatípico em plena pandemia, não se trata de uma escolha individual, mas de uma resposta situada a uma estrutura que desampara. Esse saber, encarnado, fraturado e potente, denuncia e, ao mesmo tempo, inaugura outros modos de fazer ciência.

Assim, retomar Haraway (1995) à luz da maternidade é recusar o ideal de cientista descolada da vida, neutra e universal. É afirmar que o conhecimento legítimo pode, sim, nascer do chão da cozinha, das pausas forçadas pelo afeto e alimento — que pesquisas podem ser feitas em colos. E, é nesse chão, que as mães pesquisadoras de programas de pós-graduação em Comunicação dos Brasis Preteridos estão forjando epistemologias insurgentes.

Judith Butler (2003) nos lembra que o gênero é performativo, mas também é uma matriz de poder. A maternidade, nessa chave, é uma performance vigiada e punida: só é aceitável se permanecer invisível. Quando Irene Cavallari afirma que "se não tivesse sido mãe, teria ido mais longe", não está apenas relatando uma dificuldade. Ela expõe um sistema que penaliza o cuidado, que entende o amor como distração, que cobra das mulheres uma ciência sem carne, sem febre, sem leite. Uma ciência que, nas palavras de Marilyn Strathern (2006), pretende ser objetiva, mas que é profundamente implicada em seus próprios modos de exclusão.

A maternidade, assim, não apenas se infiltra na experiência acadêmica; ela a reconfigura. A cientista política Alana Fontenelle (2022) escancara essa problemática ao demonstrar que a maternidade é tratada como um "desvio

da norma" nos programas de pós-graduação; norma que é, em si, racializada, generificada e classista. Por isso, falar da maternidade como campo é também falar da ciência como território de disputa. Não se trata de reivindicar concessões, mas de reconhecer que há epistemologias outras sendo produzidas. Que há mães escrevendo à noite, entre mamadas, choros e exaustão. Que há corpos que não cabem nos formatos, mas que ampliam as margens do que é possível dizer e saber.

Quando falamos de maternidade, é preciso também complexificar esse lugar. Irene Cavallari, por exemplo, além de mãe, é avó. Sua experiência nos convoca a pensar o cuidado como prática estendida no tempo e nas gerações, desestabilizando a ideia de uma maternidade linear ou restrita à relação mãe-filho. Nesse sentido, o cuidado se inscreve como compromisso contínuo, que atravessa idades, ciclos e arranjos familiares. Esse atravessamento intergeracional do cuidado, revelado em sua fala, amplia a noção de maternidade enquanto prática situada e política. Irene contou: "Meu neto ia comigo para a aula. Ele era pequenininho ainda, e eu não tinha com quem deixar. Às vezes, eu pensava que ia atrapalhar, mas depois eu via que era isso ou desistir. E eu não queria desistir".

Não se trata apenas de parir, mas de sustentar vínculos, garantir presença e produzir conhecimento enquanto se carrega, nos braços e na rotina, os efeitos da ausência de políticas institucionais de acolhimento. Ao relatar que levou o neto para dentro da sala de aula do mestrado, Irene performa um gesto silencioso de insurgência, uma pedagogia do cotidiano na qual o cuidado rompe fronteiras disciplinares e evidencia o quanto os espaços acadêmicos foram construídos para corpos desvinculados de obrigações relacionais.

Como lembra Flávia Biroli (2017), "a articulação entre cuidado e desigualdade, entre maternidade e responsabilidade social, revela o modo como a divisão sexual do trabalho continua sendo um dos fundamentos das desigualdades entre mulheres e homens". Uma avó mestranda, neto no colo, corpo no banco da sala de aula da pós-graduação, desafia a pretensa neutralidade desses espaços e recoloca em cena o que Marilyn Strathern (1988) já apontava como um desafio epistemológico: pensar as relações como constitutivas dos sujeitos. Irene é mãe e avó, mas também pesquisadora, mestranda, mulher, autista, amazônida, periférica e é nessa encruzilhada que brota o seu saber.

As histórias de Sara Ventori, Irene Cavallari e Elisa Silvério Limares deixam evidente que a maternidade não apenas reconfigura a produção acadêmica, mas também ilumina tensões mais amplas sobre quem pode permanecer na pós-graduação e a que custo. Ao escutar essas mulheres, compreendi que o cuidado, esse trabalho invisível, intermitente e incessante, não é apenas

um desafio doméstico, mas é também uma fronteira epistemológica que revela o quanto alguns corpos precisam negociar sua presença todos os dias.

Foi justamente nesse ponto que outra camada do campo começou a se anunciar: as narrativas de quem não conseguiu permanecer. As vozes das mães pesquisadoras, com seus ritmos interrompidos e resistências diárias, abriram espaço para compreender que, para muitos sujeitos, a desistência não é um gesto abrupto, mas o desfecho de um processo de exclusão silenciosa. Assim, a "etnografia da afetação" que percorre este capítulo me levou, quase inevitavelmente, do terreno do cuidado ao território do abandono, não como opostos, entretanto como experiências que se espelham e se tocam. É desse entrelaçamento que emergem as análises que apresento a seguir, dedicadas à desistência como não-lugar na pós-graduação brasileira.

A desistência como um não-lugar

A desistência, tal como emergiu no campo, não se apresentou como ato súbito, mas como processo lento de desgaste. Muitas vezes, começava bem antes do desligamento oficial: surgia na primeira reunião em que alguém não era visto; no primeiro texto entregue com atraso por falta de transporte ou de tempo; na primeira pergunta velada — "você tem certeza de que dá conta?" — dirigida quase sempre aos mais velhos, às mães, aos corpos racializados ou aos estudantes que trabalhavam. Era nesses pequenos abalos cotidianos que se anunciava o desencaixe, a falta de pertencimento.

Ao escutar Marina Aves, por exemplo, ficou evidente que sua desistência não expressava ausência de desejo de aprender, mas a culminância de um percurso marcado pela sensação persistente de solidão institucional. Como ela relatou, "eu sentia que estava sozinha no mestrado, completamente sozinha", especialmente após a qualificação, quando passou a viver um hiato entre as demandas acadêmicas e a ausência de orientação efetiva. Marina descreveu aquele período como um tempo de exaustão acumulada, em que sua vida profissional, o isolamento da pandemia e o esforço para aprender uma área que lhe era nova compunham uma rotina que "não era boa para o trabalho, nem para o mestrado".

Sua narrativa evidenciou uma dimensão recorrente entre os não concluintes: a impressão de estar sempre correndo atrás de um conhecimento já legitimado pela academia, como se sua trajetória profissional anterior, independente do tempo no mercado, não tivesse qualquer valor. "Tudo que eu aprendi parecia não importar", afirmou, descrevendo o sentimento de inadequação diante de uma estrutura que naturaliza a cobrança e individualiza o fracasso.

O processo de adoecimento que viveu, composto por insônia severa, ansiedade, pressão arterial desregulada, não nasceu de um único evento, mas do acúmulo: "eu estava três dias sem dormir (…) e ainda assim tentando escrever, tentando resolver as coisas do mestrado". A pressão para cumprir prazos, associada à dificuldade de acessar a orientadora e à comunicação institucional falha sobre o limite final para a defesa, revelou que sua não conclusão não era resultado de incapacidade, mas de desamparo.

Quando decidiu não defender, Marina descreveu a sensação como "uma maratona sem linha de chegada". Não houve reunião, conversa cuidadosa ou reconhecimento do esforço feito. Houve, sim, um silêncio administrativo que deixava a responsabilidade inteiramente sobre seus ombros. Sua fala explicita a contradição vivida por tantos estudantes de pós-graduação: desejar permanecer, mas não encontrar espaço para existir. "Eu ficava pensando: será que isso é para mim?", disse, em eco às dúvidas de tantos outros que, como ela, enfrentaram a sobrecarga de trabalhar, estudar e sobreviver emocionalmente durante a pandemia.

A experiência de Marina expõe uma dimensão fundamental da desistência como não-lugar: ela não ocorre no momento do desligamento, mas no acúmulo de ausências, seja de orientação, de tempo, de escuta, de condições materiais ou de humanidade institucional. Ao inscrever sua narrativa nesta etnografia, não se trata de explicar a desistência, mas de compreendê-la como gesto de preservação. Existiu um limite que foi alcançado. Uma fronteira atravessada. Uma recusa legítima diante de uma estrutura que, muitas vezes, exige mais do que é possível dar.

Não foi um único relato que produziu essa densidade afetiva e política, mas o conjunto de vozes que entrelaçou rupturas com enunciados de resistência, cansaço e deslocamento epistêmico. Nos depoimentos de Sara Ventori, Beto Cardoso, Jerônimo Valença e Amir Zalaf, a interrupção do curso não apareceu como derrota, mas como recusa ativa diante de estruturas que operam em lógicas de exclusão. A entrevista, nesses casos, transformou-se em território compartilhado de reconhecimento, um lugar onde era enfim possível situar o que a universidade não soube escutar.

Chegar a essas narrativas, contudo, exigiu um gesto metodológico cuidadoso. O roteiro original das entrevistas não havia sido pensado para pessoas que não haviam concluído e foi justamente por isso que precisei me mover com delicadeza, ajustando perguntas, modulando silêncios e, sobretudo, criando um espaço em que cada interlocutor/a pudesse falar sem sentir-se novamente examinado.

Não se tratava de confirmar hipóteses, mas de permitir que a própria conversa encontrasse seu ritmo. Em alguns momentos, perguntava menos; em outros, apenas assentia, deixando que a palavra viesse quando pudesse. Havia uma preocupação constante em garantir que cada pessoa se sentisse segura para narrar dores ainda recentes, sem a sensação de que sua trajetória seria julgada, corrigida ou minimizada.

Assumi, então, uma escuta que buscava antes acolher do que conduzir. Perguntava se havia disposição para seguir, se preferiam pular alguma parte, se precisavam de pausa. Tentava sentir o terreno (a hesitação em contar, a respiração mais curta, o desconforto na escolha de certas palavras, o embargo na voz, as expressões no rosto) e, a partir disso, ajustava o curso da entrevista.

Foi essa atenção ao corpo e ao ritmo do outro que permitiu que histórias de desistência, muitas vezes marcadas por vergonha e silêncio, pudessem ser ditas. Escutar essas vozes exigiu não apenas técnica, mas presença, mesmo que as entrevistas tenham sido conduzidas on-line e não tivessem uma presença física. É desse cuidado que também se faz a "etnografia da afetação".

O sentimento de inadequação estrutural atravessava a fala de Amir Zalaf, imigrante árabe e o estudante mais velho da sua turma. "Eu era o aluno mais velho, e isso pesava (…) Às vezes parecia que eu não era levado a sério. Quando me olhavam, era como se dissessem: 'o que você está fazendo aqui ainda?'", relatou. Suas palavras materializavam uma fratura relacional profunda. Para Alfred Schutz (1979), a vida social se sustenta na possibilidade de construir um "mundo da vida" compartilhado, porém, para Amir, esse compartilhamento parecia sempre interrompido.

Sua condição de homem mais velho, trabalhador e estrangeiro o colocava em posição liminar desde o início. "Eu tinha que provar o tempo todo que sabia das coisas. Estar ali não bastava", disse. Essa insistência em justificar a própria presença revelava uma intersubjetividade negada, no sentido que Fábio Fonseca de Castro (2012) desenvolve: comunicação não é transmissão de informação, mas coexistência sensível, partilha de ritmos, códigos e silêncios. No programa de pós-graduação, esse "entre", esse espaço de circulação de sentidos, parecia jamais se formar para ele.

Amir recorda apresentações de seminário em que percebia olhares atravessados, "como se esperassem que eu errasse". Esses gestos miúdos, mas constantes, compunham uma atmosfera de não pertencimento. A ausência de uma escuta que considerasse sua trajetória, sua idade e seu sotaque fazia com que sua presença nunca se estabilizasse como legítima. "Às vezes eu me perguntava se era aceito ali de verdade ou só tolerado", disse. Em certos momentos, colegas o chamavam de "tio", ora com aparente afeto, ora para marcar

diferença. Era um lembrete sutil de que ele ocupava o espaço, mas não era plenamente integrado a ele.

A narrativa de Beto Cardoso também revelava esse desencaixe. Trabalhador de tempo integral, ele descreveu a incompatibilidade entre o ritmo acadêmico e o tempo da sobrevivência. "Eu saía do trabalho e chegava na aula atrasado, sempre com a sensação de estar devendo. Parecia que todo mundo ali podia viver para estudar, menos eu." A pressão silenciosa para performar o estudante operava como forma de exclusão cotidiana.

Jerônimo Valença, por sua vez, relatou um processo de desgaste marcado pela distância entre expectativa e possibilidade. Mudou de estado para cursar o mestrado, mas não encontrou acolhimento nem orientação suficiente para reorganizar seu percurso quando dificuldades familiares e profissionais surgiram. "Qualquer coisa que eu fizesse estava errada", disse. A não conclusão surgia, então, como resposta a uma estrutura que não admite desvios, pausas ou recomeços.

Essas histórias, quando lidas em conjunto, revelam que a desistência não é uma anomalia individual, mas sintoma de um ecossistema acadêmico que produz exclusões de modo silencioso e cotidiano. É nesse ponto que a etnografia, especialmente quando praticada como afetação, permite acessar nuances que estatísticas e relatórios não captam. O meu corpo afetado de pesquisadora, atravessado pela escuta, torna-se instrumento analítico: é no tremor das palavras, nos silêncios prolongados, nos gestos hesitantes que se reconhecem as forças estruturais que empurram sujeitas/os para fora da universidade.

No caso de Jerônimo Valença, egresso da UFS que transitou de outra área para a Comunicação, a fratura apareceu como inadequação temporal, não apenas cronológica, mas existencial. "Acabei não tendo tempo para conciliar a demanda do trabalho, outras demandas que aconteciam na vida mesmo (…) e precisei trocar o tema." Sua tentativa de realinhar o projeto às condições reais de vida não encontrou ressonância institucional. O tempo da academia parecia descolado do tempo de quem trabalha, sustenta a família, enfrenta deslocamentos e precariedades.

A mudança de tema, que poderia ter sido acolhida como gesto legítimo de reorganização de percurso, foi interpretada como sinal de falha. Sua frase "qualquer coisa que eu fizesse estava errado" carrega o desgaste de quem não apenas se viu sem apoio, mas sem legitimidade para produzir conhecimento a partir de suas próprias urgências.

Nesse hiato entre o ideal institucional e a vida concreta é que se inscrevem muitas desistências. Como lembra Patricia Hill Collins (2016, p. 279), opressões interseccionais "não operam como eventos isolados, mas como prá-

ticas cotidianas que produzem exclusões sistemáticas." No caso de Jerônimo, raça, classe, trabalho e produção intelectual se entrecruzaram para produzir um campo de precarização simbólica no qual qualquer desvio era interpretado como falha, nunca como possibilidade.

Essa mesma ausência de mediação relacional aparece na leitura de Fábio Fonseca de Castro (2012), para quem a crise da intersubjetividade nos espaços de formação universitária decorre do predomínio de relações técnicas e instrumentais, que corroem a possibilidade de criação compartilhada. Quando o vínculo orientadora-orientando se reduz a prazos, correções e silêncio, a universidade deixa de ser espaço de escuta e se transforma em território de cobrança.

Exige-se a figura de um sujeito acadêmico ideal (totalmente disponível, produtivo, sem urgências), apagando as condições materiais e afetivas que tornam possível qualquer elaboração do pensamento. É nesse cenário que aparece o relato de João Carvalhoso, que nomeou com precisão a ferida: "A universidade foi dura. Não houve acolhimento. Fiquei com mágoa."

Sua fala não emerge como desabafo isolado, mas como enunciação de um padrão. A ausência de acolhimento, palavra que ele repete em tom baixo, como se ainda precisasse negociar com ela, não se refere apenas à falta de orientação, mas à inexistência de um ambiente capaz de reconhecer sua trajetória, seus tempos, sua instabilidade emocional no pós-Covid-19.

Castro (2012) nos lembra que a intersubjetividade é sempre uma prática política: ela exige presença, abertura e reciprocidade. Em sua ausência, produz-se aquilo que Bhabha (2005) descreve como um constante estado de suspensão, sujeitos convocados a performar adequação, mas impedidos de inscrever sua diferença como potência. João não encontrou espaço para ser quem era, tampouco para reelaborar sua trajetória após a doença que lhe mudou o corpo e o cotidiano. Sua desistência é síntese de múltiplas camadas de exclusão, condensadas em uma frase breve, dita quase como um sussurro: "Eu só queria ser escutado."

Nesse contexto, o acolhimento emerge como categoria epistemológica, não apenas afetiva. Acolher, na chave da interseccionalidade, não significa suavizar exigências, mas reconhecer que diferentes corpos atravessam diferentes mundos, ritmos e vulnerabilidades. Significa construir práticas de formação que não se apoiem no mito da neutralidade, mas na complexidade das trajetórias. Só assim a universidade pode existir como espaço de formação e não de expulsão sutil.

Encerrar este percurso de escuta é reconhecer que cada desistência narrada não se limita ao ato administrativo de desligar-se de um programa, mas

constitui uma forma de expor suas fissuras institucionais e seus limites de acolhimento. Ao longo das entrevistas, compreendi que a "etnografia da afetação", tal como venho propondo, se faz nesse entrelaçamento de vozes feridas e potentes, de memórias que se convocam mutuamente e de um campo que nos desorganiza para reorganizar o olhar.

As rupturas aqui analisadas não encerram trajetórias, apenas desvelam modos outros de viver e pensar a pós-graduação. Modos esses que interrogam a própria universidade sobre quem ela admite, quem ela escuta e quem ela expulsa silenciosamente. É a partir dessas narrativas, tão diversas quanto convergentes em sua crítica, que avanço para as considerações possíveis, nas quais procuro refletir sobre o que esta pesquisa também fez comigo e sobre como a etnografia, ao afetar e ser afetada, redesenha não apenas o conhecimento produzido, mas a própria pesquisadora que o escreve.

Considerações possíveis

Chegando neste momento do percurso, o que fica não é uma lista de achados, mas a marca das vozes que me atravessaram enquanto eu escutava a pós-graduação a partir de suas margens. Acompanhar as histórias de mães pesquisadoras e de estudantes que interromperam seus percursos significou aceitar que a etnografia, nos Brasis Preteridos, não cabe no lugar confortável de técnica de observação. Ela se fez, aqui, como experiência de implicação: um modo de conhecer que só existe porque algo nos toca, nos desacomoda e nos obriga a rearrumar a percepção.

É nesse sentido que a "etnografia como afetação", tal como venho formulando ao longo do capítulo, não funciona como metáfora, mas como nome para o movimento pelo qual o campo atravessa a pesquisadora e transforma em pergunta aquilo que antes parecia resposta.

Os dois eixos que organizei: 1. *A maternidade como campo, método e teoria*; 2. *A desistência como não-lugar* não são apenas temas empíricos, são portas de entrada para enxergar a universidade a partir de suas bordas. Ao ouvir Sara Ventori, Irene Cavallari, Elisa Silvério Limares e tantas outras mulheres ao longo das entrevistas, tornou-se evidente que a maternidade não cabe nos formulários nem nos prazos homogêneos da burocracia acadêmica. Ela reorganiza horários, corpos, prioridades, modos de ler, escrever e estar em sala de aula.

Do mesmo modo, as narrativas de Marina Aves, Amir Zalaf, Beto Cardoso, Jerônimo Valença e João Carvalhoso mostraram que a desistência, longe de ser falha individual, é muitas vezes a forma possível de recusar estruturas inóspitas. Quando vista à luz da interseccionalidade, como propõe Patricia

Hill Collins (2016), a interrupção de percurso deixa de ser "problema do aluno" e passa a revelar o desenho de uma instituição que segue produzindo exclusões de maneira reiterada e silenciosa.

Tomar essas histórias como matéria etnográfica implicou reconhecer também seus efeitos políticos. A maternidade, o cansaço, o luto, o adoecimento, a solidão e o esforço constante de rearranjar o tempo para caber entre um emprego, uma criança e a pós-graduação não aparecem aqui como simples detalhes biográficos. São, antes, índices das condições sob as quais o conhecimento é produzido e dos limites que definem quem consegue permanecer nos espaços em que esse conhecimento ganha legitimidade.

Do mesmo modo, as experiências de não pertencimento, de falta de orientação, de desvalorização da trajetória anterior, de racismo aparentemente sutil, de xenofobia velada, de capacitismo e de desencontros temporais revelam a fragilidade da intersubjetividade universitária. Elas tensionam a promessa, formulada por Schutz (1979) e reelaborada por Castro (2012), de que só há mundo social quando existe um horizonte compartilhado.

Se há algo que esta "etnografia da afetação" produz é a impossibilidade de sair ilesa. Escrever com e a partir dessas vozes significou, para mim, revisitar o próprio percurso na pós-graduação, reconhecer no corpo as marcas de um tempo em que também tentei conciliar maternidade, escrita e sobrevivência afetiva em meio à pandemia. Ao trazer minhas lembranças para a análise, seguindo Halbwachs (1990), não busquei transformar a pesquisa em confissão, mas assumir que toda memória é coletiva, que o que eu lembrava de mim era, em muitos momentos, convocado pelas narrativas que escutava. A fronteira entre "minha história" e "história de campo" tornou-se porosa, e foi nessa porosidade que se adensou o gesto interpretativo.

Este capítulo não pretende oferecer respostas normativas sobre como "resolver" a maternidade ou a desistência na pós-graduação. O que ele busca é outra coisa: tornar visíveis as forças que atravessam esses percursos, dar forma ao que costuma permanecer como rumor, incômodo ou culpa individual. Ao fazer isso, sugere que a etnografia, quando praticada como afetação, pode operar como gesto de desnaturalização das violências institucionais: ela faz ver o que a rotina acadêmica tende a ocultar. Obriga a universidade a se olhar a partir daqueles e daquelas para quem ela nunca foi plenamente feita.

Se há um horizonte que se abre a partir daqui, ele passa menos por respostas fechadas e mais por perguntas insistentes: que políticas e práticas seriam possíveis se partíssemos da premissa de que o cuidado é condição de existência e não desvio? Como reorganizar tempos, avaliações, formas de orientação e modos de presença para que mães, trabalhadores, pessoas racia-

lizadas, pessoas com deficiência, pessoas mais velhas ou migrantes não precisem negociar diariamente seu direito de estar na pós-graduação? O que a universidade teria a ganhar se reconhecesse, como propõem Haraway (1995), Carneiro (2003), Butler (2003), Appadurai (2004) e a antropologia indígena contemporânea, que todo conhecimento é situado, corporificado e atravessado por relações de poder?

Ao fim deste percurso, permanece a hipótese que atravessa o texto desde o início: fazer uma etnografia como afetação significa admitir que o campo não é apenas algo que observamos, mas algo que nos transforma. As vozes que escutei não mudaram apenas a maneira como compreendo a pós-graduação nos Brasis Preteridos; mudaram também a forma como me reconheço pesquisadora nesse cenário.

Se o que se ouve quando se escuta são, ao mesmo tempo, as palavras do outro e o eco do que pensávamos já ter superado, então esta etnografia é também um convite: que deixemos ressoar esse incômodo, para que (quem sabe) outras formas de universidade e de ciência possam começar a ser imaginadas. Quiçá praticadas!

Referências

APPADURAI, Arjun. A capacidade de aspirar: cultura e os termos do reconhecimento. *In*: APPADURAI, Arjun. **Geografia da raiva**: ensaios sobre globalização, cultura e condição pós-colonial. São Paulo: Iluminuras, 2004. p. 179–204.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila *et al*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BIROLI, Flávia. O sentido e as experiências do privado nas vidas. *In*: **Lua Nova**, São Paulo, 102: 173–210, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 460–470, 2003.

CASTRO, Fábio Fonseca de. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais em Revista,** *[s. l.]*, v. 48, n. 1, p. 52–60, 2012. DOI: 10.4013/csu.2012.48.1.06. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/csu.2012.48.1.06. Acesso em: 8 nov. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade e política da solidariedade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 275–287, set./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2016v24n3p275. Acesso em: 30 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Genebra: ONU, 2004.

DINIZ, Deborah. **Zika:** do sertão nordestino à ameaça global. São Paulo: Civilização Brasileira, 2016.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **O tempo e a cidade.** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. 197 p.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 151–171, 2015.

FONTENELLE, Alana Valente. Maternidade acadêmica e desigualdades de gênero na pós-graduação. **Tese** (doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://sigaa.unb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=900 Acesso em: 30 jun. 2025.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *In*: HARAWAY, Donna. Ciência, ciborgues e mulheres: a reinvenção da natureza. Tradução de Maria Helena de Almeida Pinho. Campinas: Unicamp, 1995. p. 149–184.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, p. 11–29, 2002.

PARENTS IN SCIENCE. **A situação das mães na ciência brasileira:** relatório da pesquisa nacional 2021. Disponível em: https://www.parentsinscience.com.br/ Acesso em: 30 jun. 2025.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377–391, dez. 2014.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa:** a intriga e a narrativa histórica (Tomo I). Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

SCHUTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1979.

SOARES, Ana Manoela Primo dos Santos. Terra, Território e ecocídio nas vozes das indígenas mulheres. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [*s. l.*], v. 14, n. 2, p. 38–51, 2024. Disponível em: https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/422 Acesso em: 14 dez. 2025.

SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Publisher, Editora Vozes, 2006.

STRATHERN, Marilyn. **The gender of the gift:** problems with women and problems with society in Melanesia. Berkeley: University of California Press, 1988.

XAKRIABÁ, Célia. Não existe outro tempo. O momento de apostar em nossas vozes é agora. *In*: **Sumaúma.** Célia Xakriabá, jenipapo e urucum no Congresso. Entrevista concedida a Letícia Leite, 3 fev. 2023. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/celia-xakiabajenipapo-e-urucum-no-congresso. Acesso em: 5 jun. 2025.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose:** antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VENTURA, Jússia. Rádio, cidade, gosto e memória: uma etnografia da Belém que toca na Feira do Som. 2023. **Tese** (doutorado em Sociologia e Antropologia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

Posfácio — Assimetrias regionais e desafios interseccionais na pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos

Rede Alteridades

O problema da desigualdade socioespacial

Há desigualdades que não se anunciam apenas em números ou mapas, mas que se inscrevem no próprio ritmo com que o tempo avança (ou se repete) em determinados territórios. No Brasil, essas assimetrias atravessam o espaço como uma linha antiga, quase invisível, mas persistente, moldando possibilidades, expectativas e destinos acadêmicos. No ensino superior, e de modo particular na pós-graduação, essa fratura se manifesta com nitidez: a concentração histórica de oportunidades, recursos e reconhecimento científico em determinadas regiões do país segue operando como um princípio organizador do sistema.

Milton Santos (2007) nomeou esse fenômeno ao identificar a chamada "Região Concentrada", composta majoritariamente pelos estados do Sul e Sudeste, em contraste com os nossos "Brasis Preteridos" do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Mais do que uma divisão geográfica, tais conceitos expressam uma geopolítica do conhecimento, na qual capital científico, infraestrutura técnica e poder simbólico se acumulam e se reproduzem em algumas regiões, enquanto, em outras, permanecem à margem dos fluxos centrais de produção acadêmica. Essa desigualdade até hoje retorna, se reinventa e se atualiza, atravessando gerações.

Este posfácio se inscreve nesse cenário como um gesto de síntese a partir da escuta. Seu objetivo é revisitar, à luz dos capítulos que compõem esta coletânea, assimetrias que atravessam a oferta de cursos, a mobilidade estudantil e os perfis sociodemográficos de discentes e egressos dos Programas de pós-graduação em Comunicação situados nos Brasis Preteridos. Buscamos aqui compreender como desigualdades estruturais (de território, raça, gênero, classe e geração) se adsorvem nas trajetórias acadêmicas, delineando desafios específicos, mas também estratégias de permanência, resistência e reinvenção.

As reflexões aqui reunidas se apoiam nos dados quantitativos e qualitativos já produzidos pelo projeto Alteridade na pós-graduação em Comunicação, desenvolvido pela Rede Alteridades, que investiga a realidade dos Programas de pós-graduação das Universidades Federais do Pará (UFPA), Roraima (UFRR), Mato Grosso do Sul (UFMS) e Sergipe (UFS). Esses achados dialogam, ainda, com relatórios e pesquisas outras, permitindo situar as experiências da pós-graduação em Comunicação desses Brasis, em um horizonte mais amplo de transformações e permanências que marcam o campo profissional e acadêmico no país.

Um dos conceitos-chave que atravessam esta coletânea é o de "Alteridade Geográfica", aqui mobilizado não como abstração cartográfica, mas como experiência vivida. Ele trata de reconhecer que os territórios de origem, bem como os deslocamentos impostos pela trajetória acadêmica, moldam profundamente as formas de estar, aprender e permanecer na pós-graduação. Constatamos nessa caminhada que, quando essa dimensão é silenciada, produz-se o que nomeamos "supressão da geografia no exercício da alteridade", baseada em um funcionamento institucional que age como se o território não pesasse, como se atravessar distâncias fosse um gesto neutro, como se todos partissem do mesmo ponto e pudessem chegar ao mesmo lugar.

Nesse regime de normalidade aparente, os privilégios daqueles/as oriundos da chamada "Região Concentrada" se reafirmam quase sem ruído, enquanto os custos materiais, afetivos e simbólicos do deslocamento (longas viagens, rompimentos familiares, solidões prolongadas, precariedades acumuladas) tornam-se invisíveis. É como se a universidade, em certos momentos, se comportasse à maneira das cidades encantadas da literatura latino-americana: erguida sobre o esquecimento deliberado de tudo aquilo que sustenta sua existência.

Os dados reunidos ao longo deste trabalho permitem afirmar que a histórica concentração dos Programas de pós-graduação em Comunicação não constitui apenas um desequilíbrio espacial. Ela opera como mecanismo fundador de um sistema de exclusões em cascata, que incide diretamente sobre quem entra, quem permanece e quem abandona seus cursos. Essa lógica molda ativamente os perfis demográficos dos programas situados nos Brasis Preteridos que estudamos e se materializa em barreiras que se sobrepõem de forma interseccional — no silêncio institucional diante da maternidade, na naturalização da sobrecarga, na exigência constante de excelência como resposta às opressões, na produção sistemática de sofrimento psíquico.

Assim, o que começa a se revelar em nossa pesquisa não é apenas a desigualdade, mas sua capacidade de se reproduzir como destino, como se certas

trajetórias estivessem previamente inscritas no chão que se pisa e que daí não pudessem se deslocar sem pagar um preço. Porém, é importante frisar que há sempre fissuras nesse ciclo: gestos de permanência, redes de apoio improváveis, formas de resistir que se constroem no cotidiano e insistem em existir mesmo quando o peso da estrutura parece incontornável. É nesse entrelaçamento entre território, alteridade e experiência que esta coletânea encontra seu sentido mais profundo, não como ponto final, mas como memória escrita de um processo que segue em curso.

A expansão desigual da pós-graduação

Compreender as desigualdades que atravessam a pós-graduação em Comunicação exige, antes de tudo, olhar para o mapa. Não como uma superfície estática, mas como um organismo vivo, onde alguns pontos concentram fluxos, enquanto outros aprendem a sobreviver à margem. Na pesquisa, a distribuição geográfica dos cursos de pós-graduação em Comunicação constituiu, assim, nosso ponto de partida para compreender tanto as oportunidades acadêmicas quanto os deslocamentos que elas impõem. Quando os programas se concentram em poucas regiões, o acesso não apenas se restringe: ele se transforma em travessia, em migração forçada, em movimento que cobra preços financeiros, sociais e emocionais muitas vezes silenciados pelas estatísticas.

Os dados históricos confirmam que essa centralização não é episódica, tampouco residual. Na área da Comunicação, ela se reproduz com a regularidade dos fenômenos que parecem naturais, justamente porque se tornaram habituais. O estudo de Farias e Possendoro (2018) demonstra que, em 1998, a região Sudeste concentrava 58,82% dos programas de pós-graduação da área. Quase duas décadas depois, em 2016, mesmo diante de uma expansão expressiva que elevou o número total de cursos para 76, a lógica permaneceu praticamente intacta: 57,14% dos programas continuam localizados no Sudeste.

Esse crescimento historicamente desigual desenhou um cenário assimétrico. O Nordeste apresentou uma expansão significativa, passando de dois para dezesseis programas, sinalizando esforços institucionais importantes. Já o Centro-Oeste avançou de forma mais lenta, de dois para cinco cursos, enquanto o Norte permanece com uma presença quase espectral no sistema nacional, contando com apenas cinco programas — menos de 5% do total. Nos Brasis Preteridos o tempo também parece avançar, mas certos lugares seguem presos a um ciclo que se repete, no qual a promessa de expansão nunca se realiza por completo.

Esses números não falam apenas de oferta institucional. Eles revelam uma engrenagem que produz deslocamentos contínuos, concentrando estu-

dantes em rotas previsíveis e impondo às trajetórias acadêmicas o peso da distância, da ruptura e da adaptação forçada. Em nossa pesquisa, fica evidente que a expansão da pós-graduação em Comunicação no Brasil ocorreu, em grande medida, sem romper com a lógica histórica da concentração. O resultado é um sistema que cresce, mas cresce de forma desigual e que, ao fazê-lo, reinscreve no presente as assimetrias de um passado que insiste em não passar.

Dados mais recentes, compilados a partir da plataforma GeoCapes, confirmam que o cenário de desigualdade não apenas persiste, como se adensa. A distribuição contemporânea dos programas revela um mapa que parece resistir ao tempo. Somadas, as regiões Sul e Sudeste — a chamada "Região Concentrada" — detêm dois terços de todos os PPGs em Comunicação do país, em contraste com os programas distribuídos entre os Brasis Preteridos.

Esses números desenham mais do que uma fotografia estatística: revelam um projeto estrutural que antecede e molda as experiências individuais narradas ao longo desta coletânea. A desigualdade na oferta de cursos se converte em condição material de existência acadêmica, impondo o deslocamento como quase inevitável para quem busca formação avançada fora dos grandes centros. Aí migrar deixa de ser escolha e passa a ser exigência; permanecer, um privilégio raramente nomeado.

Como nas narrativas nas quais as gerações repetem trajetórias sob a ilusão de mudança, o sistema de pós-graduação brasileiro ainda parece girar em torno de si mesmo, reproduzindo a concentração mesmo quando se anuncia a expansão. A cada atualização no número de programas, o peso da distância se torna mais denso, e o território volta a marcar os corpos, os tempos e as possibilidades daqueles que insistem em fazer ciência desde lugares historicamente relegados à margem. É nesse contexto que os deslocamentos narrados neste livro deixam de ser episódios isolados e se afirmam como parte constitutiva de uma estrutura que, ao concentrar, também exclui — de forma silenciosa, contínua e profundamente desigual.

Análise comparativa dos programas

Para compreender as dinâmicas que se desenrolam nos Brasis Preteridos, precisamos abandonar a leitura homogênea dos Programas de pós-graduação em Comunicação e observá-los em perspectiva comparativa, atentos aos modos singulares pelos quais cada um se inscreve em seu território. UFPA, UFS, UFMS e UFRR não são apenas instituições localizadas em diferentes pontos do mapa: são campos de forças que atraem, retêm ou dispersam estudantes,

produzindo perfis discentes específicos e respondendo de maneiras distintas aos desafios da equidade e da permanência.

Nossa análise revela que tais programas carregam, em sua composição interna, as marcas de seus contextos regionais. Cada um opera como uma espécie de microcosmo, onde políticas institucionais, condições geográficas e histórias locais se entrelaçam, definindo quem chega, quem fica e quem precisa partir.

Os padrões de mobilidade estudantil explicitam essas diferenças, mas exigem uma leitura atenta às especificidades territoriais de cada contexto. No caso do PPGCOM da UFPA, a elevada taxa de endogenia, com 89,3% de discentes e egressos/as oriundos/as do próprio estado, não pode ser interpretada de forma simplificada como facilidade de acesso ou ausência de deslocamentos significativos. Em um estado de dimensões continentais como o Pará, marcado por grandes distâncias internas, precariedade de infraestrutura de transporte e profundas desigualdades regionais, "permanecer no próprio estado" pode implicar travessias longas, custosas e, muitas vezes, inviáveis.

Nesse sentido, a forte endogenia do programa revela, simultaneamente, sua capacidade de absorver a demanda local e seus limites estruturais. A UFPA se consolida como polo de formação, sobretudo para a Região Metropolitana de Belém, concentrando oportunidades e reproduzindo, em escala intraestadual, a lógica de centralização que marca o sistema nacional de pós-graduação. Para estudantes oriundos/as do interior do estado (ribeirinhos, indígenas, moradores de áreas rurais ou de municípios distantes), o acesso ao programa frequentemente exige migração definitiva, ruptura de vínculos comunitários ou abandono do projeto acadêmico, o que contribui para a sub-representação desses territórios.

Assim, o PPGCOM–UFPA pode ser compreendido como um território de permanência para alguns/algumas e de exclusão silenciosa para outros/as. Ao mesmo tempo em que acolhe e forma quadros locais, o programa acaba por realimentar um ciclo de desigualdades internas, no qual a centralidade metropolitana de Belém se impõe como condição quase incontornável para a pós-graduação em Comunicação no estado. Longe de negar sua importância estratégica, essa leitura evidencia que a endogenia, no contexto amazônico, não elimina a desigualdade, apenas a desloca para dentro do próprio território.

O PPGCOM da UFS, por sua vez, desenha outro tipo de movimento. Ele se configura como um polo de atração intrarregional, especialmente para estudantes baianos/as, que representam cerca de 30,7% de seu corpo discente. Muitos desses trajetos se realizam em deslocamentos pendulares (o cotidiano

"bate-e-volta" entre estados vizinhos), uma forma de migração silenciosa que reorganiza o tempo, o corpo e a rotina acadêmica, sem romper completamente com o território de origem.

No caso do PPGCOM–UFMS, observamos um perfil híbrido. Embora apresente forte endogenia, com 62,7% de estudantes sul-mato-grossenses, o programa atrai um contingente expressivo de discentes provenientes de São Paulo, que representam mais de 23% do total. Essa composição evidencia como certos programas regionais se tornam zonas de contato entre centros consolidados e territórios historicamente menos favorecidos, abrigando trajetórias que cruzam as fronteiras internas do país.

Já o PPGCOM da UFRR apresenta o padrão de mobilidade mais diverso entre os quatro analisados. Em razão de sua localização estratégica e das transformações demográficas do estado, o programa se configura como um polo de atração multirregional, recebendo estudantes oriundos/as do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Nesse contexto, a sala de aula se torna um espaço onde múltiplos Brasis se encontram, trazendo consigo experiências, expectativas e desigualdades distintas, como se diferentes tempos e geografias passassem a coexistir no mesmo lugar.

Ao serem observados em conjunto, esses programas revelam que a mobilidade estudantil não é um fenômeno homogêneo nem neutro. Ela se organiza segundo condições estruturais, políticas institucionais e possibilidades territoriais que atravessam as trajetórias acadêmicas de forma desigual. Assim, mais do que perfis discentes, o que emerge dessa análise são narrativas de circulação e permanência que ajudam a compreender, em profundidade, como a pós-graduação em Comunicação se constrói nos Brasis Preteridos — entre raízes profundas, deslocamentos cotidianos e travessias que, muitas vezes, se impõem como condição para seguir adiante.

Lembramos, porém, que os padrões de mobilidade e endogenia descritos ao longo desta coletânea não operam de forma neutra. Eles esculpem, com precisão silenciosa, a composição sociodemográfica de cada programa, produzindo paisagens singulares de diversidade e desigualdade que, em muitos casos, contrastam de maneira aguda com a demografia dos próprios estados onde estão inseridos. Assim, cada Programa de pós-graduação analisado se converte em um espelho imperfeito de seu território, refletindo algumas presenças, distorcendo outras e, por vezes, apagando aquelas que deveriam ser mais visíveis.

Os dados comparativos que contemplam a diversidade racial entre os programas, apresentados no capítulo 1 da parte 2 deste livro, confirmam que os perfis de discentes e egressos/as não significam apenas uma descrição de

quem ocupa os espaços acadêmicos, mas o reconhecimento de quem permanece ausente. Mais além, inscrevem uma pergunta incontornável: quais estruturas continuam a produzir essas ausências de forma naturalizada? Esses retratos sociodemográficos revelam, portanto, que a diversidade, quando observada de perto, não se distribui de maneira homogênea nem acompanha automaticamente a demografia dos territórios. Ela é mediada por políticas institucionais, trajetórias de mobilidade, condições materiais de permanência e heranças históricas que continuam a operar como forças visíveis ou invisíveis. Percebemos então que a pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos ainda expõe um sistema em que desigualdades se reproduzem, mesmo quando o cenário sugere mudança.

A composição de gênero nos Programas de pós-graduação em Comunicação analisados também revela um traço que atravessa todo o sistema: a feminização da pós-graduação é uma realidade também nos Brasis Preteridos. Em todos os programas, as mulheres são maioria, acompanhando uma tendência já consolidada no ensino superior brasileiro. Como se evidencia ao longo desta coletânea, a feminização não dissolve automaticamente as desigualdades; em muitos casos, ela convive com a naturalização da sobrecarga, do silenciamento e da responsabilização desigual pelo cuidado, dimensões que retornam como sombras persistentes nas trajetórias acadêmicas narradas.

Quando se observa de forma comparativa a composição de classe social e outras variáveis associadas, apresentadas no capítulo 1 da parte 2 deste livro, o retrato se torna ainda mais fragmentado. Os contrastes evidenciam que a pós-graduação, mesmo quando situada nos Brasis Preteridos, não é atravessada de forma homogênea pela desigualdade. Ela se organiza em camadas, nas quais gênero, raça, classe e território se imbricam, produzindo experiências acadêmicas radicalmente distintas sob um mesmo rótulo institucional.

A pesquisa evidencia, portanto, que nem todas as trajetórias partem do mesmo ponto, nem enfrentam os mesmos problemas para permanecer. A feminização da pós-graduação e a diversidade de perfis de classe não são, portanto, garantias de justiça social. São, antes, sinais de um sistema que amplia o acesso, mas o faz sobre bases desiguais, deixando que hierarquias sigam atravessando, de modo silencioso, o cotidiano da vida acadêmica.

Nos quatro Programas de pós-graduação em Comunicação analisados, as políticas de ações afirmativas para o ingresso já se encontram formalmente instituídas. Há, em comum, a reserva de vagas para pessoas negras, indígenas e com deficiência, um avanço significativo quando comparado a décadas anteriores, na qual a porta da pós-graduação permanecia quase sempre fechada para esses grupos. No entanto, como revelam os dados e as trajetórias reuni-

das nesta coletânea, abrir a porta não significa, necessariamente, garantir o percurso.

No que se refere às políticas de ingresso, as instituições compartilham mecanismos semelhantes de reserva de vagas, ainda que com diferentes graus de institucionalização. As assimetrias tornam-se mais evidentes quando o foco se desloca do acesso para o problema da permanência, especialmente no que diz respeito à concessão de bolsas de estudo. É nesse ponto que o sistema revela suas fissuras mais profundas. Reconhecemos que o mérito não se constrói em condições equânimes e que a permanência depende de fatores que extrapolam o desempenho individual. As diferenças entre as instituições no que concerne às políticas de concessão de bolsas se traduzem em experiências concretas de permanência, abandono e sobrevivência cotidiana. A pesquisa evidencia que as trajetórias acadêmicas aqui analisadas são também profundamente condicionadas por políticas que, embora invisibilizadas, determinam quem consegue seguir adiante.

Por isso, compreender as políticas de ação afirmativa exige ir além dos números e das normativas. É preciso escutar como essas assimetrias estruturais se inscrevem nas vivências dos/as estudantes: nos silêncios sobre a maternidade; nas estratégias improvisadas para conciliar trabalho e pesquisa; nos relatos de sofrimento psíquico; e, também, nos gestos de resistência que insistem em se manifestar. É essa escuta qualitativa das trajetórias que conduz nossa análise para além do acesso formal, revelando que a equidade, na pós-graduação, não se esgota no ingresso: ela se decide, cotidianamente, na possibilidade (ou não) de permanecer.

A dimensão vivida da alteridade

As sobrerrepresentações estatísticas e os índices de precariedade econômica que emergem dos gráficos e tabelas desta coletânea não existem em abstrato. Elas respiram, caminham pelos corredores das universidades e se instalam na rotina daqueles/as que tentam permanecer na pós-graduação em Comunicação desde os Brasis Preteridos. A análise etnográfica que também integra nossa pesquisa já revelou que essas condições estruturais se traduzem em experiências diárias e tangíveis de exclusão, inadequação e negligência institucional. Experiências que os números, sozinhos, não conseguem narrar.

Na articulação que propomos, as entrevistas em profundidade dão corpo aos dados quantitativos e expõem o custo humano de um sistema que ainda opera orientado pela figura de um/a estudante ideal: disponível em tempo integral, desprovido de responsabilidades familiares, financeiramente estável e territorialmente móvel. Trata-se de um modelo silencioso, mas persistente,

que ignora as múltiplas realidades marcadas por gênero, raça, classe e território que atravessam as trajetórias acadêmicas analisadas ao longo desta obra. Nossa percepção já confirma que o extraordinário está na naturalização daquilo que jamais deveria ser considerado normativo.

Entre essas experiências, a maternidade emerge como um dos campos mais agudos de tensão. As narrativas das estudantes-mães revelam um cotidiano marcado por silêncio institucional e sobrecarga contínua. A ausência de políticas de apoio, de redes de cuidado reconhecidas e de flexibilização de prazos produz um cansaço que não é episódico, mas estrutural. As entrevistadas descrevem a sensação persistente de inadequação, como se o simples ato de cuidar fosse incompatível com a vida acadêmica. A violência simbólica dessa estrutura se manifesta na internalização da culpa, expressa de forma contundente no relato de Sara Ventori: "Eu achava que estava ocupando a vaga de alguém que poderia estudar de verdade."

Nossa pesquisa confirma que a universidade, ao operar segundo a lógica de um sujeito acadêmico abstrato e sem vínculos de cuidado, penaliza desproporcionalmente as mulheres, sobretudo aquelas atravessadas por outros marcadores de desigualdade. O silêncio sobre a maternidade não é apenas ausência de discurso; ele se concretiza em políticas inexistentes ou insuficientes, na falta de espaços para crianças, na rigidez dos prazos e na indiferença diante das condições concretas de vida. Nesse cenário, o cuidado se torna um obstáculo a ser administrado individualmente, como se fosse uma falha pessoal e não responsabilidade institucional. Aqui, a desigualdade deixa de ser estatística e se inscreve no corpo, não apenas no corpo da pesquisadora, mas no de quem depende dela para existir.

Essas narrativas revelam que a alteridade, quando vivida, não se apresenta como conceito desconexo, mas como experiência atravessada por cansaço, culpa, resistência e reinvenção cotidiana. Compreender a pós-graduação nos Brasis Preteridos, portanto, também exige escutar essas histórias não como individuais, mas como expressão de uma estrutura coletiva que insiste em se reproduzir. E, como nas sagas que atravessam gerações, talvez seja apenas ao narrar essas experiências com rigor, sensibilidade e memória que se possa, enfim, interromper o ciclo do silêncio.

Os relatos de não conclusão também reunidos ao longo da pesquisa desautorizam, de forma contundente, a leitura da desistência como fracasso individual. Longe de representar um ato súbito ou uma decisão isolada, a interrupção do percurso acadêmico emerge como o desfecho de um processo lento e cumulativo de desgaste, invisibilidade e exclusão silenciosa. As trajetórias dos não concluintes revelam que abandonar a pós-graduação raramente é es-

colha livre; trata-se, antes, de uma resposta situada a um sistema que não reconhece determinadas existências.

As entrevistas evidenciaram múltiplos fatores que se sobrepõem nesse processo: a solidão institucional, a ausência de orientação efetiva, a dificuldade de acesso a redes de apoio e um sentimento persistente de inadequação. Sujeitos que carregam consigo tempos, corpos e responsabilidades que não se ajustam ao modelo normativo de estudante pressuposto pela pós-graduação.

Nesse cenário, esta pesquisa em rede reafirma que compreender a pós-graduação nos Brasis Preteridos exige olhar para quem permanece, mas também para quem não pôde ficar. Pois, como aprendemos, é na escuta dessas trajetórias interrompidas que se revela, com maior nitidez, o limite ético de um sistema que ainda confunde excelência com exclusão e silêncio com normalidade.

Noutro ponto, as trajetórias de desistência analisadas ao longo desta coletânea apontam para um elo incontornável entre falta de acolhimento institucional e adoecimento psíquico. Antes de se materializar como interrupção formal do percurso acadêmico, a desistência é frequentemente precedida por um processo silencioso de desgaste emocional, marcado por solidão, insegurança e pela sensação de não pertencimento. A ausência de escuta, de políticas de cuidado e de reconhecimento das condições concretas de vida transforma o cotidiano da pós-graduação em um espaço de tensão contínua, no qual o sofrimento se acumula até tornar a permanência insustentável.

É nesse contexto que os dados relativos à saúde mental nos Programas de pós-graduação em Comunicação analisados funcionam como um alerta que não pode ser ignorado. Os percentuais de discentes e egressos/as com diagnóstico de algum transtorno de saúde mental são elevados e recorrentes. Números que não se distribuem ao acaso nem podem ser lidos como fragilidades individuais. Eles operam como indicadores críticos das pressões sistêmicas que atravessam a pós-graduação contemporânea, revelando que o adoecimento psíquico não é um fenômeno paralelo à evasão, mas parte constitutiva do mesmo processo de exclusão silenciosa.

O sofrimento psíquico que emerge dessas trajetórias também não nasce isolado. Ele se constitui na sobreposição de exigências acadêmicas intensas, precariedade financeira, necessidade de conciliar estudo e trabalho, responsabilidades de cuidado e experiências reiteradas de discriminação. Cada um desses fatores, quando considerado separadamente, já impõe desafios significativos; quando articulados de forma interseccional, produzem um cenário de desgaste contínuo, no qual a permanência se transforma em exercício diário de resistência.

As narrativas reunidas nesta coletânea já indicam que o adoecimento não é exceção, mas sintoma de um sistema que exige mais do que muitos sujeitos podem oferecer sem comprometer sua integridade física e emocional. Nesse sentido, as informações preliminares da pesquisa já apontam que os dados de saúde mental revelam de forma contundente como as desigualdades estruturais se materializam em barreiras concretas à permanência. O adoecimento psíquico aparece como uma das faces mais duras da exclusão silenciosa, muitas vezes antecedendo a desistência, outras vezes acompanhando trajetórias marcadas por culpa, isolamento e autossilenciamento. Repensar as políticas e a cultura institucional da pós-graduação, portanto, não é apenas uma demanda administrativa, é uma urgência ética.

Cabe ainda destacar que a saúde mental dos docentes que compõem a pós-graduação não foi objeto desta investigação, mas também se apresenta como uma agenda incontornável para pesquisas futuras. Se o sistema revela sinais evidentes de adoecimento entre discentes e egressos/as, é razoável supor que aqueles/as que sustentam cotidianamente suas engrenagens também estejam expostos/as a pressões intensas e pouco visibilizadas. Investigar essa dimensão ampliada do sofrimento acadêmico é passo necessário para compreender, em sua totalidade, os limites de um modelo que continua a confundir produtividade com excelência e resiliência com normalidade.

Saúde mental aqui emerge, então, não apenas como categoria analítica, mas como linguagem do próprio sistema: um idioma do cansaço que atravessa corpos, trajetórias e instituições. Escutá-la é condição fundamental para imaginar uma pós-graduação que não adoeça aqueles/as que dela participam e para romper, enfim, o ciclo de exigências que insiste em se repetir.

Considerações (im)possíveis

O conjunto de análises reunidas nesta coletânea, mesmo que introdutórias, já revela um cenário marcado por assimetrias profundas e persistentes na pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos. A histórica concentração de oportunidades acadêmicas nas regiões Sul e Sudeste não se limita a um dado espacial; ela opera como força estruturante de um sistema que produz desigualdades em cascata. Essas desigualdades se expressam na distribuição desigual de programas de pós-graduação, nos padrões recorrentes de mobilidade forçada e nos desafios interseccionais que atravessam as trajetórias de estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ao longo dos capítulos, ficou evidente que o acesso, embora fundamental, não esgota a questão da equidade. A permanência emerge como o desafio central da pós-graduação contemporânea. Ela se encontra condicionada por

lacunas persistentes nas políticas de apoio, pelo silêncio institucional em torno do cuidado, especialmente no que diz respeito à maternidade, e por uma cultura acadêmica que frequentemente adoece aqueles/as que dela participam.

Os dados, as narrativas e as etnografias apresentados ao longo da obra indicam que essas desigualdades não são exceções nem desvios ocasionais. Elas compõem a engrenagem de um sistema que ainda se organiza em torno de um modelo idealizado de estudante (universal, abstrato, disponível, móvel e desprovido de vínculos) e que raramente corresponde às realidades vividas nos Brasis Preteridos.

Pensar uma pós-graduação mais equitativa, portanto, exige mais do que ajustes pontuais. Implica reconhecer que território, gênero, raça, classe, cuidado e saúde mental não são variáveis acessórias, mas dimensões constitutivas da experiência acadêmica. Exige, ainda, deslocar o olhar institucional para além do ingresso formal e assumir a permanência como compromisso ético, político e coletivo.

Esta obra, junto com as próximas que seguirão, não pretende encerrar o debate, mas assinalar um limiar. Ao tornar visíveis as desigualdades que estruturam a pós-graduação em Comunicação nos Brasis Preteridos, esta coletânea nos convoca a imaginar outros modos de produzir conhecimento. Modos em que a excelência não se construa à custa do adoecimento, do silenciamento ou da exclusão. Acreditamos que, ao nomear aquilo que insiste em se repetir como destino, que se possa abrir, enfim, a possibilidade de interromper o ciclo e reinscrever o futuro em outras bases.

Aspiramos, à luz dos problemas evidenciados, que já nesta fase da investigação tornam visíveis implicações que interpelam diretamente gestores/as acadêmicos e formuladores de políticas públicas. Já identificamos que não se trata de corrigir disfunções pontuais, mas de reconhecer que a pós-graduação em Comunicação, tal como hoje se organiza, carrega marcas históricas que exigem deslocamentos institucionais profundos.

A primeira delas diz respeito à necessidade de estruturar políticas de permanência que ultrapassem o acesso formal. Sabemos que as ações afirmativas no ingresso constituem um avanço significativo, mas mostram seus limites quando não são acompanhadas por mecanismos robustos que garantam a permanência. A concessão de bolsas de estudo precisa incorporar critérios sociais, econômicos e territoriais de maneira explícita e prioritária, reconhecendo que trajetórias não se constroem em condições equivalentes. Para além do financiamento, é imprescindível a consolidação de redes institucionais de apoio (pedagógico, psicológico e social) capazes de sustentar estudantes de grupos historicamente sub-representados até a conclusão de seus percursos

acadêmicos. Abrir a porta, como mostram as narrativas reunidas neste livro, não basta quando o caminho permanece árduo e solitário.

Outra implicação central é a urgência de se institucionalizar o reconhecimento do trabalho de cuidado. A universidade precisa abandonar, de forma deliberada, a figura abstrata do "estudante ideal", e reconhecer o cuidado como dimensão legítima da vida acadêmica. Isso deve se traduzir em políticas concretas: flexibilização de prazos, criação de espaços adequados para crianças, acolhimento efetivo à maternidade e à paternidade; e, sobretudo, a construção de uma cultura institucional que não penalize quem cuida. Como nas histórias nas quais o invisível sustenta o visível, o cuidado sempre esteve presente; falta apenas reconhecê-lo como parte constitutiva da produção do conhecimento.

Os altos índices de sofrimento psíquico, por sua vez, impõem o desafio de combater as causas estruturais do adoecimento mental na pós-graduação. Não basta oferecer suporte individual quando o próprio ambiente segue operando como fonte permanente de desgaste. É necessário enfrentar o excessivo produtivismo, a competitividade predatória e a lógica de desempenho que naturaliza a exaustão. Serviços de apoio psicológico precisam ser acessíveis, contínuos e desestigmatizados, mas, sobretudo, acompanhados de uma revisão crítica das condições institucionais e estruturais que produzem o adoecimento como efeito recorrente. Quando muitos adoecem, o problema não está nos indivíduos, mas no sistema que insiste em exigir mais do que é possível sustentar.

Por fim, impõe-se o compromisso de promover ativamente a alteridade e a diversidade epistêmica. Reconhecer e valorizar diferentes trajetórias, saberes e experiências, marcadas por território, idade, classe e origem social, não pode ser um gesto retórico. Exige o enfrentamento direto do racismo, da xenofobia, do etarismo e de outras formas de discriminação que atravessam o cotidiano acadêmico, bem como a incorporação de epistemologias, referências e narrativas que reflitam a pluralidade do saber. Somente assim a pós-graduação poderá deixar de operar como espaço de assimilação forçada e se tornar, efetivamente, um campo de produção de conhecimento plural e situado.

Posfaciamos então que a transformação da pós-graduação exige mais do que ajustes técnicos. Exige imaginação institucional, coragem política e disposição para escutar aquilo que por muito tempo foi tratado como ruído. Nossa pesquisa, ao reunir diagnósticos e proposições, não almeja oferecer soluções fechadas, mas apontar caminhos possíveis na expectativa de que a ciência produzida nos Brasis Preteridos não precise mais sobreviver apesar do sistema, mas possa florescer com ele.

Superar essas assimetrias não se coloca apenas como imperativo de justiça social ou como gesto tardio de reparação histórica. Trata-se de uma condição fundamental para que a ciência brasileira possa, enfim, reconhecer-se como verdadeiramente nacional. Enquanto parte significativa do território permanecer relegada à margem dos fluxos de formação avançada e de produção de conhecimento, o país seguirá narrando a si mesmo a partir de um mapa incompleto, onde algumas vozes se repetem e outras seguem condenadas ao silêncio.

Uma "pós-graduação concentrada" produz uma "ciência concentrada" e, com ela, interpretações parciais da realidade que se dizem universais, incapazes de dar conta da pluralidade de experiências, temporalidades e modos de vida. Nos Brasis Preteridos, acumulam-se saberes situados, perguntas urgentes e formas singulares de compreender o mundo que, quando excluídas, empobrecem não apenas as regiões de origem, mas o próprio projeto científico nacional.

Construir uma pós-graduação mais equitativa é, portanto, ampliar o horizonte da ciência brasileira. É permitir que o conhecimento se faça também a partir das margens, dos deslocamentos, das travessias e dos territórios historicamente desconsiderados. Reconhecer e fortalecer esses outros centros de produção científica não é concessão, é, portanto, condição de possibilidade.

Acreditamos que somente uma ciência descentralizada, plural e territorialmente situada será capaz de produzir conhecimentos relevantes, conectados às múltiplas realidades do país e comprometidos com a transformação social. Romper com as assimetrias aqui descritas não é, portanto, apenas corrigir uma falha do sistema: é reescrever o próprio enredo da ciência brasileira, abrindo-o para futuros menos desiguais e mais compartilhados.

Referências

FARIAS, Luiz Alberto de; POSSENDORO, Alexandre José. A pós-graduação em Comunicação no Brasil: cenário e evolução quantitativa, qualitativa, histórica e conceitual. **Revista Passagens —** Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, v. 9, n. 1, 2018. p. 153–169. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002916492.pdf

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 1**2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

Este livro reúne os primeiros resultados coletivos da Rede Alteridades, articulação acadêmica formada por pesquisadoras e pesquisadores de quatro Programas de Pós-Graduação em Comunicação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Fruto do projeto *Alteridade na pós-graduação em Comunicação: questões de gênero e raça na trajetória de discentes e egressos nos Brasis Preteridos*, financiado pela CAPES, a obra nasce do compromisso de compreender como desigualdades estruturais atravessam o acesso, a permanência e as trajetórias acadêmicas na pós-graduação brasileira.

Ancorados em uma perspectiva interseccional e com bases empíricas, os capítulos evidenciam como gênero, raça, classe e território operam de forma articulada na conformação das experiências acadêmicas. Nesse embricamento, é a perturbadora distância entre grupos hegemônicos e não hegemônicos que constitui a figura da alteridade, eixo central desta obra. O conceito de "Brasis Preteridos" amplia a perspectiva socioespacial pesquisada, deslocando o foco dos centros hegemônicos de produção científica e tornando visíveis realidades historicamente marcadas por assimetrias de investimento material e reconhecimento simbólico.

Para além do diagnóstico quantitativo, o livro também apresenta os caminhos metodológicos e os deslocamentos analíticos vivenciados pela Rede Alteridades na transição para a etapa qualitativa da pesquisa, reafirmando a interseccionalidade como práxis crítica e fundamento epistemológico. Ao tornar públicos esses resultados, a obra contribui para o debate sobre as desigualdades na pós-graduação brasileira e convida o(a) leitor(a) a repensar os modos de produzir ciência a partir de saberes situados, coletivos e comprometidos com a transformação social.

ISBN 978-65-5412-970-1